

**RICARDO RENTES RODRIGUES PEREIRA**

**OS MENINOS DE HELIÓPOLIS E REGIÃO:  
O Ser e Fazer de Adolescentes em Conflito com a Lei  
e a Sintomática Criminal.**

Universidade Fernando Pessoa - UFP  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
Porto – Portugal  
2017



**RICARDO RENTES RODRIGUES PEREIRA**

**OS MENINOS DE HELIÓPOLIS E REGIÃO:  
O Ser e Fazer de Adolescentes em Conflito com a Lei  
e a Sintomática Criminal.**

Universidade Fernando Pessoa - UFP  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
Porto – Portugal

2017

**RICARDO RENTES RODRIGUES PEREIRA**

---

Assinatura do Autor

**OS MENINOS DE HELIÓPOLIS E REGIÃO:  
O Ser e Fazer de Adolescentes em Conflito com a Lei  
e a Sintomática Criminal.**

Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Fernando Pessoa (UFP) como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Criminologia, orientado pela Professora Doutora: Glória Svetlana Jóluskin Garcia.

É expressamente proibida a comercialização desse documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução parcial ou completa é permitida **exclusivamente** para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da tese/dissertação, bem como o seguimento das normas acadêmicas de citação, levando sempre em conta os princípios éticos arraigados.

Rentes, R. (2017). *Os Meninos de Heliópolis e Região: O Ser e Fazer de Adolescentes em Conflito com a Lei e a Sintomática Criminal*. (Dissertação de Mestrado) Universidade UFP, Porto – Portugal.

## RESUMO

A presente pesquisa teve como principal **objetivo** compreender a visão dos adolescentes em conflito com a lei perante o fenômeno da criminalidade e levantar as ideias desses jovens acerca dos porquês de ingresso na vida do crime e quais suas perspectivas de futuro vinculadas a prática infracional. O cenário escolhido foi a Comunidade de Heliópolis, uma das maiores da América Latina, localizadas na região sudeste da cidade de São Paulo. Como **referencial teórico** utilizamos autores clássicos e pesquisadores contemporâneos, bem como realidades empíricas perante o Ser e Fazer dos jovens envolvidos com a prática infracional. O **público alvo** específico foram 70 adolescentes, do sexo masculino, entre 12 e 19 anos, pertencentes a comunidade local e em acompanhamento de medida socioeducativa em meio aberto, libertada assistida (LA) e/ou em prestação de serviços a comunidade (PSC). O **método** escolhido foi a pesquisa qualiquantitativa, pesquisa de campo em pesquisa-ação. Como procedimentos de **coleta de dados**, foram utilizados o Desenho Estória com Tema e o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Os **resultados** em relação a pesquisa-ação nos apontou que a comunidade de Heliópolis possui potencial interventivo vinculado a sua construção protetiva e histórica, porém necessita de uma equipe que receba cuidados e apoio dentro do escopo de trabalho para o desenvolvimento de fatores protetivos aos jovens e suas famílias. A insalubridade e a solidão vividas por essas equipes demonstraram por vezes um abandono cíclico e contínuo, muitas vezes próximas, ao do público alvo ao qual foram designadas para cuidar, potencializador da prática da violência. Após as intervenções realizadas, a relação dos jovens e das respectivas famílias com a medida socioeducativa mudou tanto qualitativamente como quantitativamente, seja em relação a qualidade do vínculo, seja pela quantidade de jovens e familiares que passaram a frequentar o serviço, buscando auxílio, atendimento, acolhimento, respaldo e companhia. Contudo o trabalho mostrou também que não basta uma mudança na comunidade local ou dentro do serviço de medida, mas sim que se faz necessária a mudança efetiva dentro dos poderes da rede de apoio, social e jurídica. Quanto ao significado do fenômeno do Crime para esses jovens, os resultados apontaram o Crime como um fenômeno multifatorial, condicionados a desigualdade social, necessidade financeira, busca de senso de pertencimento, formação de identidade, direito ao consumo, condições de sobrevivência, revolta e sentimento de injustiça, firmamento dos papéis sociais de poder e reconhecimento, busca de si mesmo como manifestação de algo perdido e ainda o crime como

uma forma de comunicação e expressão social, seja ela simbólica ou concreta. Com relação as perspectivas dos jovens acerca do futuro dentro do universo infracional, encontramos uma visão de destino idealizado, uma pseudo-facilidade de rompimento da prática infracional, uma vida heróica e aspectos onipotentes. Outros jovens apresentaram um desejo de rompimento da prática infracional depositando em figuras externas, como a figura materna e equipe de acompanhamento da medida, uma esperança de apoio e um reconhecimento da necessidade de ajuda. Por outro lado, alguns jovens apontaram poucas expectativas de futuro, reforçando a permanência no mundo do crime como consequência de ausências de oportunidades. O futuro foi visto pela maioria como representante de uma vida curta, real, intensa, conflituosa e em busca de sentido, mesmo que para isso o caminho fosse trágico, com sofrimento, prisão e morte. Dessa forma parte dos jovens denotaram que estariam dispostos a viverem tais riscos, se esses fossem necessários, como condição para se sentirem vivos e reais, mesmo que por pouco tempo, mesmo que mediante a possibilidade de sofrerem, de serem presos ou de morrerem.

**Palavras-chaves:** Adolescente em conflito com a lei. Identidade. Crime. Ato infracional. Vulnerabilidade. Comunidade.

Rentes, R. (2017). *The Boys of Heliópolis and Region: The Self and Do of Adolescents in Conflict with the Law and the Symptomatic Criminal*. (Master's Dissertation) UFP University, Porto - Portugal.

## ABSTRACT

The main objective of this research was to understand the view of adolescents in conflict with the law in the face of the phenomenon of crime and to raise the ideas of these young people about the reasons for crime of life beginning and their future perspectives related to the infraction practice. The chosen scenario was the Heliopolis Community, one of the largest in Latin America, located in the southeast region of the city of São Paulo. As a theoretical reference we use classic authors and contemporary researchers, as well as empirical realities before the Self and Do of young people involved with the infractional practice. The specific target group was 70 adolescents, male, between 12 and 19 years old, belonging to the local community and in attendance of socioeducative measure, assisted-release (LA) and / or community services (PSC). As data collection procedures, we also use, with adolescents, the Theme Story Design in conjunction with the Collective Subject Discourse (DSC). We use content analysis, the psycho-social and psychoanalytic for the interpretation of the collected material. The results in relation to action-research show us that the Heliopolis community has an intervention potential linked to its protective and historical construction, but needs a team that receives care and support within the scope of work to develop protective factors for young people and your families. The unhealthiness and loneliness experienced by these teams have sometimes shown a cyclical and continuous abandonment, denoting a transference movement of experiences often close to the target audience to which they were assigned to care, at the risk of promoting what they would like to combat, in that Violence. After the interventions carried out in the territory and within the services, the relationship between the young and their families with the socio-educational measure has changed both qualitatively and quantitatively, either in relation to the quality of the link and the purposes of the measure, or the number of young people and Began to attend the service, seeking help, care, hospitality, support and company. However, the work also showed that a change in the local community or within the measurement service is not enough, but rather that effective change is necessary within the social and legal support network. Regarding the meaning of the Crime phenomenon for these young people, the results pointed to Crime in adolescence as a multifactorial phenomenon, conditioned to social inequality, financial need, search for a sense

of belonging, identity formation, right to consumption, conditions of survival, revolt And a sense of injustice, a firmament of the social roles of power and recognition, a search for oneself as a manifestation of something lost and still as a form of communication and social expression, be it symbolic or concrete. With regard to future perspectives within the infraction universe, young people denoted a destiny vision linked factors such as the idealization of the future as something, a pseudo-ease of breaking the infraction practice or a heroic life, Omnipotent. Other young people presented a desire to break the practice of infraction by placing a hope of support and recognition of the need for help in external figures, such as the mother figure and the follow-up team. On the other hand, some young people show little hope for the future, reinforcing their presence in the world of crime as a consequence of lack of opportunities. The future was seen by the majority as a representative of a short, real, intense, conflictive life and in search of meaning, even if the path were tragic, suffering, prison and death. In this way some of the young people denoted that they would be willing to live such risks. If they were necessary, as a condition to feel alive and real, even for a short time, even if through the possibility of suffering, of being arrested or of dying.

**Key words:** Adolescent in conflict with the law. Identity. Crime. Infraction act Vulnerability. Community.

*Não tem Deus nem milagre  
Quatro paredes, um cadeado e uma grade.  
Como se não bastasse vejo policiais por toda parte.  
Eles me lembram cães Rotvalley.  
Observam minha reação.  
Que vida louca essa de ladrão!  
Fechado em uma cela de 5 m<sup>2</sup>  
Espremido e sufocado numa cela com superlotação.  
Não adianta gritar  
Ninguém pode ouvir.  
Não adianta chorar  
Ninguém poderá consolar.  
Cela cheia,  
Eu e mais quarenta.  
Só mesmo Deus  
É que pode ter pena.  
Mas aqui não tem Deus nem milagre  
Só mais uma mãe chorando pelo seu filho  
Que está atrás de cadeados e grades.  
Quatro paredes, um cadeado e uma grade.  
Almoço atrasado.  
Já são quatro da tarde.  
A fome aperta.  
O calor aumenta.  
Sofrimento total.  
Eu, jogado em uma cela feito um louco animal. Cela cheia,  
Eu e mais quarenta.  
É fato real.  
Não é cena de cinema.  
A vida de ladrão, não vale a pena!  
(Neves, 2006).*

*Dedico esse trabalho a todos os jovens em conflito com a lei  
que me oportunizaram tal vivência e experiência valiosa  
de alcançar um maior entendimento da realidade do encontro  
da adolescência com o universo do crime,  
adolescentes esses que por diversos motivos  
entram na vida do crime e que por outros  
tantos também não conseguem sair...  
A todos esses jovens dentro ou fora do mundo crime,  
reinseridos ou enclausurados,  
arrepentidos ou revoltados,  
vivos ou mortos,  
expresso através desta pesquisa  
o meu muito obrigado...*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oferta da vida e aos encontros significativos que se sucederam em minha caminhada pessoal e profissional;

A minha querida Professora e Orientadora Dr.<sup>a</sup> Glória Jólluskin pelos ensinamentos e por acreditar em meus projetos e objetivos, que sem tal apoio, confiança e incentivo seria impossível à realização de tal trabalho. Obrigado por me ofertar a possibilidade de percorrer tantos caminhos, por me permitir ser autêntico e utilizar também de minha prática profissional para a execução de tal pesquisa;

A todos os professores (UFP – Portugal) pelo aprendizado, em especial as professoras Ana Sani e Sónia Caridade pela parceria e apoio, assim como aos professores (USP- Brasil) Leila Tardivo, Walter Trinca e Fernando Lefreve por compartilharem seus valiosos métodos de pesquisa. Aos meus queridos colegas e equipe tão especial da Revista Científica Pathos pela parceria nas discussões e preocupações com as realidades sociais;

Não poderia deixar de mencionar minhas parceiras de sala de aula do mestrado, Bárbara Mahon, Alice Minosso e Vinólia Vieira, pelas ricas discussões teórico-práticas, bem como pelos grandes e inúmeros momentos de descontração, alegria e força;

A todos os funcionários das instituições de Medida Socioeducativa (MSE) que utilizei como campo de minha pesquisa, a Presidente da Instituição Cleide Alves e a Diretora Genésia Miranda pela autorização e parceria em relação a minha pessoa, as gestoras Antônia Alves e Mércia Santos pelo apoio e incentivo, aos Técnicos Especializados em Medida Socioeducativa, do MSE-Sacomã: Adriana Branco, Flávia Andrade, Jennifer Alvarez, Jonas Moreira, Luciene Sousa, Maria Josefa Neta e do MSE-Bristol: Cristiano Brito, Fátima Pacheco, Jéssica Rodrigues, Terezinha Parra e Thiago Santos, que me auxiliaram fervorosamente com a coleta de dados junto aos adolescentes. O meu agradecimento em especial as Técnicas, as Psicólogas Marineusa Aguiar e Gabriela Tesori por além de me auxiliarem com a coleta de dados, dividiram suas vivências e relatos da prática comigo. Ao Técnico e Psicólogo Anderson Kenji por todo apoio e dedicação desde o início do trabalho e principalmente pela parceria na formatação e organização dos dados coletados;

Aos amigos e colegas pelo entendimento quanto as minhas ausências. O meu agradecimento as amigas de jornada, Danuta Medeiros, Érica Hocama e Avanilda Mariano por servirem de ego auxiliar durante o processo de pesquisa, pelo incentivo profissional constante e por fazer valer de forma tão especial o sentido da palavra amizade;

A minha mãe Mirthes Rentes (*em memória*), que enquanto vida me ensinou a partir do seu Ser o valor, o sentido e a importância da palavra amor.

Ao meu irmão, Maurício Rentes pelo apoio, confiança e dedicação constante na construção desse projeto, incentivando sempre novos rumos científicos, saberes empíricos e pesquisas;

Ao meu companheiro, marido e parceiro de toda vida Marcello Coria Massaini, pela presença, compreensão, paciência e infinito apoio. Por suportar minhas faltas, irritações e bravezas. Por se colocar sempre ao meu lado e entender o grande valor do presente trabalho, bem como por todo amor a mim ofertado a cada dia;

Por fim, a todos os adolescentes participantes dessa pesquisa e as suas respectivas famílias, todos esses responsáveis por me ofertarem tamanho aprendizado, crescimento enquanto homem e enquanto profissional e pela valiosa e maravilhosa possibilidade de concretização de tal pesquisa;

A todos, com muito carinho, o meu muito obrigado...

## ÍNDICE GERAL

<b>I – INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>19</b>
<b>II – APRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO E O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA-AÇÃO.....</b>	<b>30</b>
<b>1. A dor e a delícia de ser Heliópolis.....</b>	<b>30</b>
1.1 O início de nossa história.....	31
1.2 Algumas características de Heliópolis.....	31
1.3 Heliópolis: Favela Não, Comunidade Sim!.....	34
1.4 O Trabalho em Heliópolis.....	36
1.5 Nossas Intervenções no Território.....	37
1.6 Alguns relatos de caso como ilustração da violência vivida pelos jovens.....	47
1.7 A força de Heliópolis .....	53
1.8 A participação dos jovens em oficinas – Um outro Ser e Fazer.....	55
<b>III – CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA UMA PRÁTICA REFLEXIVA.....</b>	<b>67</b>
<b>1. A sociedade contemporânea e suas interfaces com o fenômeno da violência.....</b>	<b>67</b>
1.1 Desigualdade social como cenário potencial da criminalidade.....	67
1.2 A violência policial e política como representantes da violência atual.....	74
1.3 A sociedade expectadora como contribuinte da violência.....	80
<b>2. Contribuições para a compreensão da adolescência em conflito com a lei.....</b>	<b>84</b>
2.1 A Psicanálise Inglesa de Winnicott e a conduta antissocial na adolescência.....	84
2.2 O olhar de Paulo Freire e autores contemporâneos.....	90
<b>3. O regime socioeducativo e a violência institucional.....</b>	<b>93</b>
3.1 A cor da pele como marca social nos jovens em medida socioeducativa.....	95
3.2 Realidades e funcionamento socioeducativo em privação de liberdade.....	97
3.3 O cotidiano das práticas socioeducativas atuais no cenário brasileiro.....	106
<b>4. O ser e fazer dos adolescentes em conflito com a lei.....</b>	<b>110</b>
4.1 Aspectos do cenário internacional acerca dos jovens em conflito com a lei.....	111
4.2 Características dos jovens brasileiros envolvidos com a prática infracional.....	117
4.3 O sentido, a vivência e a manifestação dos jovens em conflito com a lei.....	121
4.4 Alguns Sonhos, Planos e Perspectivas Futuras.....	131

<b>IV- MÉTODO</b> .....	135
1. Objetivos.....	135
1.1 Objetivo Geral.....	135
1.2 Objetivos Específicos.....	135
2. Caracterização do Território.....	136
3. Participantes.....	136
4. Tipo de Pesquisa.....	136
5. Tipo de Análise de Dados.....	139
6. Instrumentos de Coleta de dados.....	144
7. Procedimentos e Princípios Éticos.....	153
<b>V – RESULTADOS – DADOS QUANTITATIVOS</b> .....	159
1. Características sociodemográficas dos participantes da pesquisa.....	159
2. Cruzamento de alguns dados sociodemográficos.....	166
<b>VI - RESULTADOS - DADOS QUALITATIVOS</b> .....	171
1. Análise do Desenho-Estória com Tema (DET) .....	171
2. Análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).....	213
<b>VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	248
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	259

## **ANEXOS**

Anexo nº 1 – Termo de autorização para a realização da pesquisa.....	271
Anexo nº 2 – Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	275
Anexo nº 3 – Modelo do Termo de Participação Voluntária dos jovens.....	277
Anexo nº 4 – Carta de aprovação do Comitê de Ética para realização da pesquisa.....	279
Anexo nº 5 – Ficha de dados sociodemográficos.....	280
Anexo nº 6 – Ficha para a realização do procedimento do Desenho (DET).....	281
Anexo nº 7 – Ficha para a realização da Estória do Desenho (DET).....	282
Anexo nº 8 – História e perguntas do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).....	283
Anexo nº 9 – Ficha para a coleta da resposta da 1ª pergunta do (DSC).....	284
Anexo nº 10 – Ficha para a coleta da resposta da 2ª pergunta do (DSC).....	285

## **ABREVIATURAS**

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CCA - Centro da Criança e do Adolescente,
CFP – Conselho Federal de Psicologia
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
COHAB – Companhia de Habitação Popular
CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONDECA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CREAS – Centro de Referência Especializada na Assistência Social
CRP – Conselho Regional de Psicologia
DE – Procedimento Projetivo Desenho-Estória
DET – Procedimento Projetivo Desenho-Estória com Tema
DSC – Procedimento do Discurso do Sujeito Coletivo
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FUMABEM - Fundação Nacional de Bem-estar do Menor
Fundação CASA - Fundação do Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos
LA - Liberdade Assistida
MSE - Medida Socioeducativas
NPJ - Núcleo de Proteção Jurídico-Social e Apoio Psicológico,

ONU - Organização das Nações Unidas  
PEC – Projeto de Emenda Constitucional  
PIA – Plano Individual de Atendimento  
PRVL - Programa de redução da violência letal  
PSC - Prestação de Serviços a Comunidade  
SAICA - Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes  
SASF - Serviço de Assistência Social à Família - Proteção Social Básica no Domicílio  
SPVV - Serviço de proteção a vítimas de violência  
SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados  
SEDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos  
SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo  
SPDCA - Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente  
SUS - Sistema Único de Saúde  
UBS – Unidade Básica de Saúde  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação  
UNICEF - United Nations Children's Fund  
UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

## **ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura 1 - Adolescentes em medida socioeducativa. Relatório Anual SINASE (Brasil, 2017).

Figura 2 - Tipo de ato infracional - Relatório Anual SINASE (Brasil, 2017).

Figura 3 - Índices de violência Policial - 8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014)

Figura 4 - Índices de violência Policial - 8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014)

Figura 5 - Alojamento Provisório em Heliópolis - Fonte: Acervo UNAS

Figura 6 - Imagem vista de cima de Heliópolis - Fonte: Gildivan Félix / Santis (2014)

Figura 7 - Construção do Centro de Convivência Educativa e Cultural de Heliópolis - UNAS

Figura 8 – Caminhada da Paz do ano de 2012 - Fonte: Acervo UNAS

Figuras 9 - Algumas imagens das oficinas desenvolvidas na Comunidade de Heliópolis

Figura 10 - Gráfico idade dos jovens participantes

Figura 11 - Gráfico escolaridade dos jovens participantes

Figura 12 - Gráfico tipo de medida socioeducativa dos jovens participantes

Figura 13 - Gráfico tipo de ato infracional cometido pelos jovens participantes

Figura 14 - Gráfico reincidência infracional dos jovens participantes

Figura 15 - Gráfico tipo de reincidência dos jovens participantes

Figura 16 - Gráfico cumprimento da medida dos jovens participantes

Figura 17 - Gráfico tipo de ato infracional vers. cor da pele dos jovens participantes

Figura 18 - Gráfico prática infracional vers. idade dos jovens participantes

Figura 19 - Gráfico frequência escolar vers. ato infracional dos jovens participantes

Figura 20 - Gráfico ato infracional vers. tipo de medida dos jovens participantes

Figura 21 - Gráfico das categorias do Desenho-Estória com Tema (DET)

Figura 22 - Gráfico das categorias da questão nº 1 do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)

Figura 23 - Gráfico das categorias da questão nº 2 do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)

## **ÍNDICE DE QUADROS**

Quadro 1 – Taxas de crescimento de privação de liberdade entre os jovens no Brasil - Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei / SDH 2011.

*“Jovem, preto, novo, pequeno. Falcão fica na laje de plantão no sereno. Drogas, armas, sem futuro. Moleque cheio de ódio invisível no escuro, puro. É fácil vir aqui me mandar matar difícil é dar uma chance a vida. Não vai ser a solução mandar blindar. O menino foi pra vida bandida.”*

(MV Bill, Falcão)

## **I - INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA**

Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. Se discrimino o menino ou menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica, se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso evidentemente escuta-las, e se não os escuto, não posso falar com elas, mas a elas, de cima para baixo. Sobretudo, me proíbo entende-las. Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso a escuta-lo ou escuta-la. O diferente não é o outro a merecer respeito, é um isto ou aquilo, destrutável ou desprezível (Freire, 2014, p. 118).

Diante de um país como o Brasil, permeado por inúmeras belezas e riquezas naturais bem como, dono de uma cultura popular e hospitalidade única, nos deparamos com um cenário permeado por diversos tipos de violência, principalmente as promovidas dentro de uma realidade absurdamente discrepante em relação a desigualdades sociais. O que o pedagogo Paulo Freire provoca no trecho acima é justamente o encontro com tais desigualdades e a violência que permeia tais realidades, infelizmente, por vezes, negada.

Bauman (2011) aponta para tamanha desigualdade social, ao que já no início do século XXI os dados demonstram que 5% da população mais rica do mundo concentra em suas mãos 1/3 da renda global total, a mesma proporção que os 80% mais pobres, sendo esse cenário um fenômeno crescente. O mesmo autor (2013) em seu outro texto, chama atenção ao refletir sobre o fenômeno das revoluções e da desigualdade social, ao que afirma que uma revolução não se daria somente em função de uma desigualdade social, mas sim daquilo que ele denominou como campos minados, vejamos:

Revoluções não são os principais produtos da desigualdade social, campos minados, sim. Campos minados são áreas cheias de explosivos espalhados aleatoriamente; pode-se ter toda a certeza de que alguns deles vão explodir em algum momento – mas não se pode dizer com algum grau de certeza quais e quando. Como as revoluções sociais são conflitos focalizados e voltados para determinados alvos, algo talvez possa ser feito para localiza-los e dissolvê-los em tempo. Mas não as explosões num campo minado (...) Mas quando os campos minados são obra da

desigualdade, até essa solução, perigosa como é, torna-se indisponível; plantar as minas e retirá-las precisa ser obra do mesmo exército, que não pode parar de acrescentar novas minas nem evitar pisar nelas – indefinidamente. Plantar minas e ser vítima de suas explosões vem no mesmo pacote (Bauman, 2013, pp. 81 e 82).

Em 1985, com o fim do regime militar e da ditadura no Brasil, surge a necessidade da criação de uma nova constituição para o país; entra em vigor a promulgação da Constituição Federal de 1988. Após tanta violência advinda da ditadura militar, a pauta dos direitos humanos volta a ser tema de discussão. Um dos artigos mais importantes e expressivos da Constituição de 1988, defende a responsabilidade e a participação de toda uma sociedade e do Estado na preservação da garantia de direitos de crianças e adolescentes. Vejamos:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 1988, art. 227)

Indo ao encontro de nossa constituição Federal, Espíndula e Santos (2004), enfatizando a garantia de direitos e o olhar mais humanizado, apontam:

Foi a partir do artigo 227 da Constituição Federal que se fez necessário a criação de uma lei específica, surgindo daí o ECA, aprovada em 13 de julho de 1990. A partir do ECA todas as prescrições do código de menores de 1927 e 1979 que normatizavam a inimputabilidade penal com normas claras e objetivas quanto ao tratamento reservado aos adolescentes que cometessem atos infracionais, foram reformuladas a fim de conceber este jovem agora como necessitado de cuidados e garantias especiais. (Espíndula & Santos, 2004, s/p).

Surge então em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), exatamente complementar ao artigo 227 da Constituição Federal, enfatizando que a criança e o adolescente devem ser respeitados e compreendidos como sujeitos de direito, o que ainda não havia acontecido, já que o Código de Menores apenas denotava controlar, abafar e subjulgar a temática envolvendo a infância e da adolescência.

Percebe-se então que há uma mudança de visão. Uma mudança que pretende garantir um lugar de cuidado, um lugar mais protetivo do que punitivo, pelo menos no que tange as diretrizes da lei. Porto (1999) afirma:

Há uma mudança de concepção: a criança vista antes como menor em situação irregular, dá lugar à pessoa que precisa de cuidados protetivos, marcando a passagem da Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral, pois o Código de Menores de 1927, ainda via o

adolescente e a criança dessa forma, diz-se situação irregular, as situações que fugiam ao padrão normal da sociedade saudável em que se pensa viver (Porto, 1999 p. 78).

Assim, crianças e adolescentes de até 18 anos passaram a ser definidos como cidadãos, possuidores de direitos, vistos e entendidos como seres humanos em condição peculiar de desenvolvimento. Tal mudança possibilitaria a eliminação dos rótulos: *menor*, *delinquente*, *coitado*, etc, ofertando um olhar, pelo menos no campo verbal e legal, menos rotulante e estigmatizante. Passaram então a ser reconhecidos como Crianças e Adolescentes, e em alguns casos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e/ou social e não mais como simples Menores.

Embora ainda encontramos em nosso cotidiano a palavra menor extremamente enraizada e utilizada, não só na população em geral, mas infelizmente dentro do próprio judiciário e demais áreas envolvidas com a temática, não podemos jamais negar o grande salto qualitativo em nossa história envolvendo o público alvo em questão.

A criação do ECA surge a partir de bases e marcos legais. Podemos citar como pontos relevantes e ações significativas inspiradoras: a Declaração de Genebra (1924), a Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas - ONU (1948), a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), na Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), na Convenção Internacional dos Direitos da Criança na ONU (1989), esta última responsável por firmar a doutrina e o enfoque da Proteção Integral.

Temos ainda como modelo e inclusão em nosso ordenamento jurídico o posicionamento das Nações Unidas para a administração da Justiça na Infância e Juventude denominadas as Regras de Beijing (1985) e um documento da ONU conhecido como as Diretrizes de Riad (1990), ambos voltados as questões jurídicas, prevenção de delitos e tratamento de jovens envolvidos em conflitos com a Lei).<sup>1</sup>

Ainda de acordo com as regras Beijing (1985) essa última já defendia uma ação em meio aberto, o que hoje chamamos de liberdade assistida (LA) no intuito de flexibilizar a escolha mais adequada para todos e evitar ao máximo o processo de institucionalização, com o lema de maior humanização das ações e menores índices de violências aplicadas.

Após o surgimento do ECA, vemos também como outros desdobramentos e avanços o surgimento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) lei

---

<sup>1</sup> Todos esses marcos legais que serviram de base para a criação do ECA (1990), possuem como foco a Proteção Integral como prioridade. Sendo algo absolutamente prioritário, supõem-se a primazia para as políticas públicas envolvendo crianças e adolescentes, contudo

Federal nº 8242 de 1991 bem como a criação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA) lei nº 8074 de 1992.

Vale a pena ressaltar que segundo nossa Constituição Federal Brasileira, a criança e o adolescente devem ser tratados com foco de prioridade no quesito de formulação e execução das políticas públicas do país com o intuito de garantir os direitos aos quais o Estado, a Sociedade e a Família devem promover e assegurar, sendo isso de absoluta obrigatoriedade<sup>2</sup>. Também é seu dever e compromisso com esse público assegurar que não haja nenhum tipo de negligência, exploração, discriminação, violência, tortura, crueldade e opressão de qualquer maneira. (Brasil,1988).

Segundo dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), no ano de 2010 o orçamento destinado ao investimento de projetos para crianças e adolescentes era de 63,9 bilhões, para um total de 57,2 milhões de crianças e adolescentes. A partir dos números podemos concluir que o valor de investimento do Governo Federal não chegava a R\$ 5,00 (cinco reais) por criança, sendo mais precisos, cada criança valia nesse ano para o governo brasileiro o montante de R\$ 3,06 (três reais e seis centavos), equivalente hoje, no ano de 2017, a menos de 1 Euro ou 1 dólar por indivíduo.

Já no ano de 2009 foram gastos 86.660.724,00 reais com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei. O número de adolescentes de 12 a 18 dezoito anos que deram entrada no universo do crime vem subindo no Brasil, sendo que aos 15 anos, é o momento da adolescência onde o índice é maior com relação a entrada destes adolescentes em instituições específicas no atendimento de jovens em conflito com a lei (Gallo, 2008a).

Atualmente no Brasil, mesmo depois da criação do ECA e de outras instâncias que visam a proteção e a garantia de direitos para crianças e adolescentes, ainda nos deparamos com um cenário catastrófico quando nos referimos aos jovens em conflitos com a lei.

Segundo dados da ONU no Brasil, caso as infrações desses jovens sejam vistas somente pela ótica da segurança pública e não como um deflagrador de restrição ou violação de direitos fundamentais, o Brasil corre o risco de ter seu quadro agravado, pois sendo dessa forma, o caráter passaria a ser punitivo e não socioeducativo como previsto em nossas leis, o que seria algo contraditório em sua essência, pois medidas de segurança pública não devem e não podem caminhar no sentido contrário a Constituição de um País.

---

<sup>2</sup> O termo “*absoluta obrigatoriedade*” é citado unicamente nesse artigo da lei por se tratar de assuntos vinculados a demanda de Crianças e ao Adolescentes, o que denota ou deveria denotar na prática uma preocupação e cuidado especial para tal público.

O Sistema da ONU no Brasil publicou em junho/2015 seu posicionamento contrario a redução da maioria penal no Brasil. A redução da maioria penal é um tema polêmico de debate no Parlamento brasileiro. Um projeto de emenda constitucional, a PEC<sup>3</sup> 171/93, visa alterar o artigo 228 da Constituição Federal do Brasil de 1988, de forma a defender a redução da maioria penal que atualmente é de 18 e que segundo esse projeto passaria para os 16 anos.

É muito válido ressaltar que outras instituições de grande impacto na luta pelo desenvolvimento, proteção, garantia de direitos e cidadania vinculados a demanda de crianças e adolescentes como por exemplo a Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), a Ciência e a Cultura o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Os Conselhos Regionais e Federais de Psicologia do país (CRP e CFP), também se posicionaram contra a redução da maioria penal no Brasil.

No Brasil, tais jovens agentes das infrações são designados e nomeados como adolescentes infratores ou adolescentes em conflito com lei, ou seja, que cometeram alguma espécie de ato infracional (Brasil, 1990). Para cada ato infracional cometido, o jovem recebe um tipo de Medida Socioeducativa, estipuladas por lei e que tem por base, a princípio, ir ao encontro com a gravidade do ato cometido.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, Crianças até 11 anos e 11 meses receberão apenas medidas protetivas e não socioeducativas. Dos 12 até os 17 anos e 11 meses de idade existem 6 tipos possíveis de medida socioeducativa a serem aplicadas ao adolescente. Teoricamente existiria uma lógica em sua sequência e aplicabilidade, devendo ser atribuída de acordo com o ato cometido, com a possibilidade de execução e com a gravidade do ocorrido. De acordo com o Art. 112. verificada a prática de ato infracional, poderá ocorrer as seguintes medidas: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semiliberdade; VI - internação em estabelecimento educacional. De acordo com a mesma lei, em seus incisos 2º e 3º, em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado e os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental deverão receber tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições. (Brasil, 1990).

---

<sup>3</sup> A sigla PEC significa: Proposta de Emenda à Constituição. É um projeto que propõe uma mudança na Constituição do Brasileira.

Como pode-se perceber, a lei específica reguladora e protetiva da infância e juventude está presente no Brasil desde o ano de 1990, com o objetivo de garantir a aplicação das medidas e seu sucesso no que se refere principalmente no processo de proteção aos direitos, acompanhamento da reparação do dano, rompimento com a prática infracional e o processo de ressocialização.

Juntamente com o ECA, na tentativa de fortalecer e garantir os direitos ao jovem, surge o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012, que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes que praticaram algum tipo de ato infracional. Os objetivos principais através das medidas são: 1. Que o adolescente se responsabilize pelo dano cometido, 2. que se mobilize para reparar esse dano e 3. Que rompa com a prática infracional. (Brasil, 2012).

Para tanto, instituições designadas para a execução da medida socioeducativa deverão construir para cada adolescente um plano de ação. Em seu art. 52 e 53 o SINASE (2012) nos diz em seu Art. 52 que o cumprimento das medidas socioeducativas, em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, dependerá de Plano Individual de Atendimento (PIA)<sup>4</sup>, um tipo de instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente. Em seu art. 53 aponta que o PIA deverá ser elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento, com a participação efetiva do adolescente e de sua família, representada por seus pais ou responsável. (Brasil, 2012).

Por um lado, observamos o ECA (Brasil, 1990) que traz em si um modelo pleno de como deveria o adolescente ser suprido em suas necessidades, como é citado no artigo 227 da Constituição Federal (Brasil, 1988) como Lei, o que bastaria para que seus direitos e deveres fossem postos em prática, já que se trata de leis aprovadas e concebidas sob a perspectiva de

---

<sup>4</sup> A sigla PIA significa Plano individual de Atendimento. Tal ferramenta foi implantada como uma exigência para as instituições que realizam esse tipo de acompanhamento aos adolescentes em conflito com a lei. O seu intuito é de centralizar as principais informações acerca do adolescente, com fins de agilizar, organizar e dar funcionalidade e sentido ao cumprimento da Medida Socioeducativa e posterior definição do caso do jovem envolvido. Durante esse processo, visa avaliar se a medida foi cumprida ou não, se poderá ser dada por encerrada ou por descumprimento, envolvendo, de acordo com cada caso, os eixos: Reparação do dano cometido, L.A. (Liberdade Assistida), P.S.C. (prestação de serviço a comunidade) ou ressocialização. Geralmente possui um modelo padrão de instrumental de PIA, porém cada juizado, cada Vara da Infância e Juventude adota um modelo, o que na maioria das vezes, não muda muito entre um e outro. O PIA deve ser confeccionado no ato do acolhimento do jovem, traçando metas e objetivos a alcançar mediante os aspectos legais e de acordo com as reais capacidades e possibilidades do jovem em questão. Deve-se ter um relevante cuidado em relação a construção de um PIA, para não torná-lo um mero questionário a ser respondido e preenchido, ou mesmo ter cuidado para que as metas e objetivos traçados não sejam utópicos e impossíveis de serem alcançados. Caso isso ocorra, este instrumento está fadado ao fracasso da medida socioeducativa. Esse cuidado não deve ser somente da equipe técnica do serviço, mas principalmente de quem a priori detém o poder, nesse caso, o judiciário. Muitas vezes no ofício de encaminhamento do adolescente para o cumprimento da medida expedido pelo Fórum, encontramos exigências por parte do juiz, que estão totalmente fora da realidade dos jovens, reproduzindo somente um discurso ditatorial, imperativo, e desarticulado da realidade, fazendo exigências muitas vezes impossíveis de serem alcançadas. Infelizmente a realidade mostra na maioria das vezes um poder judiciário alienado, não considerando a ausência políticas públicas efetivas no território ao qual o jovem pertence, uma falta de preparação da rede de educação, saúde, segurança e assistência para de fato receber esse jovem dentro de uma proposta realmente inclusiva, saudável e efetiva no processo de reinserção social, ou mesmo uma real preocupação com mudança de comportamento do jovem, sua reparação do dano cometido e rompimento com a prática infracional. Por vezes o judiciário fica preso somente ao cumprimento de horas, ou mesmo a frequência escolar independente de sua qualidade e sentido atribuído.

melhor atender crianças e adolescentes. Por outro lado, percebe-se que o Estatuto da Criança e o Adolescente (ECA) não é ainda efetivamente aplicado.

Um dos tipos de violência que se encontra dentro do cenário brasileiro são aquelas sofridas e praticadas por adolescentes e jovens. Tal fenômeno social têm estado constantemente em debate na mídia, nos meios acadêmicos e na população em geral, em decorrência do aumento expressivo do número de atos infracionais principalmente dentro das grandes metrópoles e centros urbanos do país. Se por um lado o jovem ganha um protagonismo nas estatísticas relacionadas a conflitos com a lei, esse mesmo jovem, segundo Zaluar (2004) também passa a assumir cada vez mais o papel de vítima, aumentando as estatísticas com relação a violências sofridas, chegando a engrossar significativamente o aumento do número de mortes violentas entre tal população.

As constatações desse cenário estão registrados por exemplo no trabalho de Soares (2004), ao que apontam assustadores índices de mortalidade de adolescentes e jovens adultos envolvendo armas de fogo.

Sobre tal registro envolvendo mortes por armas de fogo, podemos citar a pesquisa sobre o mapa da violência de Waiselfisz (2010) que das 550 mil mortes por armas de fogo ocorridas no Brasil no ano de 1979 e 2003, 44,1% das vítimas foram de adolescentes e jovens de 15 a 24 anos. Os dados apontam um aumento expressivo na morte violenta de tal população, passando de 7,9% em 1979, para 34,4% em 2003, o que denota a estatística de que um em cada três jovens morreram por arma de fogo no Brasil durante esse período.

Waiselfisz (2010) aponta que no ano de 2004 morreram no Brasil mais de 50 jovens assassinados por dia, dando um total de mortes naquele ano de mais de 18 mil adolescentes vítimas de assassinato. Já em 2005 o Brasil ocupava o 6º lugar no ranking dos países onde mais jovens entre 15 e 24 anos eram assassinados.

Craidy e Gonçalves (2005) citados por Brusius e Gonçalves (2012), apontam que os jovens são erroneamente considerados por muitos como os grandes responsáveis pelos índices de violência. Contudo, os estudos mostram que para cada 1 adolescente que comete um ato infracional, 1,5 o sofre, o que denotaria, a princípio, que o público jovem do Brasil é 50% mais vítima do que agressor.

Soares (2004) ainda nos traz que o perfil dessas vítimas compõe a faixa etária de 15 a 24 anos, do sexo masculino, pobres e negros. Os dados apontam para uma comparação alarmante, em que a configuração demográfica atual aponta para um déficit de adolescentes e jovens do sexo masculino muito similar àquele verificado em sociedades que encontram-se em situações de guerra.

Jimenez e Fasseto (2015) citando o relatório do Programa de redução da violência letal (PRVL), do ano 2009, realizado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos / United Nations Children's Fund (UNICEF do Brasil), aponta o índice de homicídios na adolescência e realizou uma análise de tais homicídios em 267 municípios brasileiros que possuíam mais de 100 mil habitantes. Os resultados apontam que os adolescentes vitimados pelo homicídio possuem um perfil bastante semelhante ao dos adolescentes em conflito com a lei que encontram-se em cumprimento de medida socioeducativa. O relatório demonstra também que o perfil contempla, jovens do sexo masculino, negros, pobres, de baixa escolaridade, moradores dos grandes centros urbanos e regiões metropolitanas. Contudo os resultados também apontam um início do processo de interiorização das mortes tidas como violentas para esse perfil.

Tais dados acima também são confirmados pelo sistema socioeducativo. Segundo relatório anual Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (Brasil, 2017), referente ao último levantamento do perfil dos jovens em conflito com a lei acompanhados em medida socioeducativa no Brasil datado do ano de 2014, aponta que, os adolescentes, em sua maioria que os jovens são negros, possuem entre 16 e 17 anos, e são do sexo masculino.

O Estado de São Paulo dispara a frente de forma expressiva em relação aos demais Estados brasileiros com relação ao número de jovens em cumprimento de medida socioeducativa em privação de liberdade. Vejamos o que aponta a figura 1:

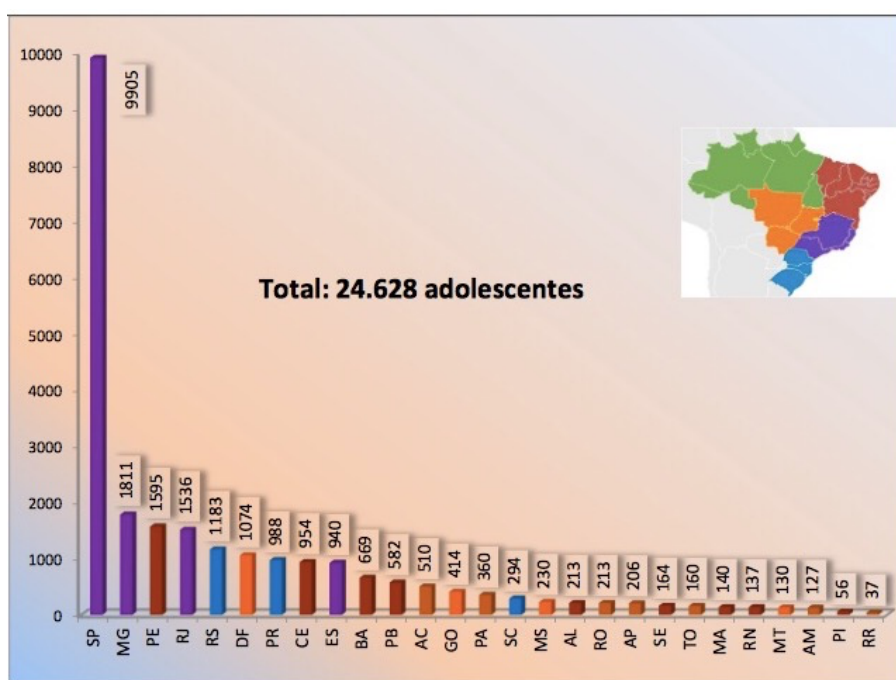


Figura 1 - Relatório anual SINASE (Brasil, 2017).

Ainda de acordo com o mesmo relatório anual SINASE (Brasil, 2017), a somatória total de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no Brasil envolvendo Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços a Comunidade (PSC) no ano de 2014 foi de 58.525 adolescentes do sexo masculino e 8.831 do sexo feminino. Já em regime socioeducativo em privação de liberdade, encontramos internados mais de 20 (vinte) mil adolescentes do sexo masculino e um pouco mais de 1 (um) mil do sexo feminino.

Em relação a escolha dos jovens perante ao tipo de prática infracional, o roubo e o tráfico de drogas ganham destaque e maior incidência entre os adolescentes. Vejamos abaixo a figura 2:

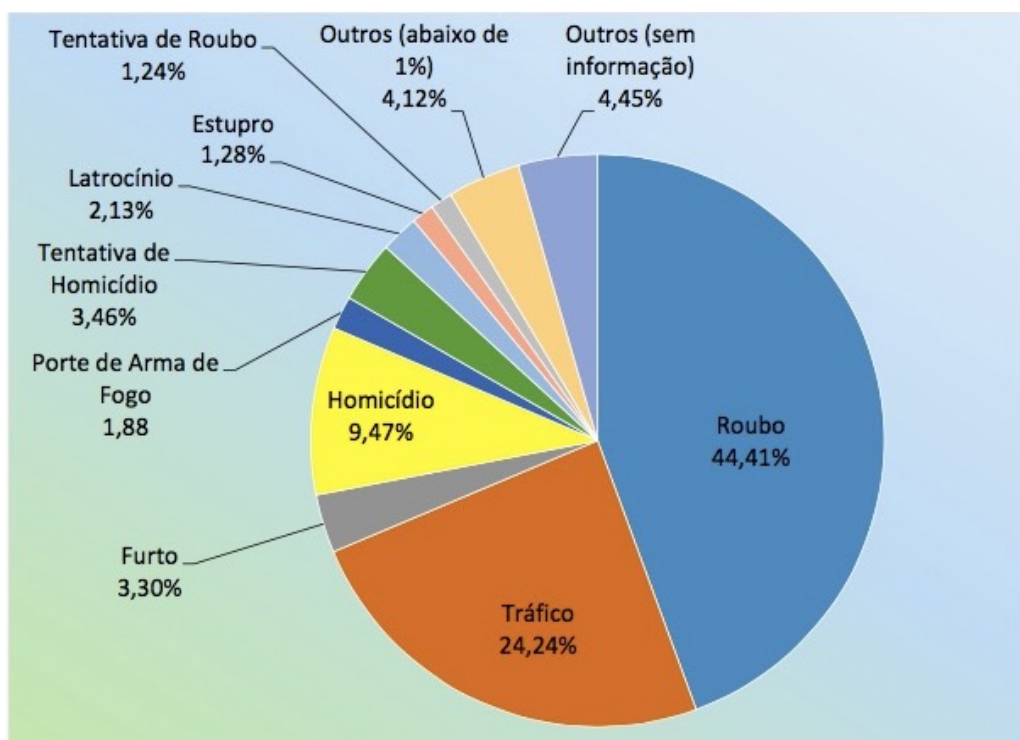


Figura 2 - Relatório anual SINASE (Brasil, 2017).

Tais dados aqui inicialmente apresentados em conjunto com a experiência dentro da comunidade e com os meninos de Heliópolis são as bases provocativas enquanto justificativa para a realização desse trabalho, esse último entendido como algo relevante do ponto de vista social e comunitário. Entendemos como relevante o ato de propiciar a tentativa através da presente pesquisa, de dar voz a esses protagonistas, com o intuito de encontrarmos o seu Ser e

Fazer e a partir disso, arriscar um entendimento maior do envolvendo da adolescência com a prática de atos infracionais, bem como planejar ações e intervenções futuras.

A falta de conhecimento sobre quem são esse garotos é uma lacuna inegável nas ciências sociais. Não se produzem reflexões sobre o que eles pensam a respeito de si e do mundo à sua volta. Os sentidos que atribuem a seus atos e a maneira como os situam diante dos conflitos éticos e morais subjacentes a eles são completamente ignorados. Constituem um grupo tão estudado quanto incompreendido. (Lyra, 2013, p.17).

Após essa breve introdução ao que foi apresentado alguns pontos da realidade brasileira e que serviram aqui como justificativas para a realização de tal pesquisa, apresentamos na sequência o cenário que foi escolhido para a nosso trabalho, nesse caso a Comunidade de Heliópolis, sua realidade, bem como a construção de nossa pesquisa-ação no território. Iniciamos com uma breve apresentação da história local, nosso encontro com os equipamentos que realizam o acompanhamento junto aos jovens em conflito com a lei, nossos desafios e intervenções junto as equipes, adolescentes e famílias.

Na sequência propomos uma reflexão teórica como base sustentadora de nossas intervenções. Iniciamos uma reflexão acerca do papel da sociedade, suas desigualdades e a contribuição para o cenário criminal. Trazemos alguns pensadores para auxiliar o entendimento da prática infracional por parte dos jovens. Damos sequência de forma crítica a realidade institucional no que se refere principalmente a falência do regime atual das medidas socioeducativas no Brasil. Finalizamos a parte teórica apresentando a partir de recortes empíricos e atuais o Ser e Fazer de jovens em conflito com a lei, seu sentir, suas expressões e realidades.

Após a apresentação de tal base teórica reflexiva, passamos o capítulo do método apresentando nosso objetivo geral e na sequência nossos objetivos específicos, a caracterização do território, os participantes, o tipo de pesquisa escolhida, as bases metodológicas, os instrumentos de coleta de dados, nossos eixos enquanto princípios éticos e o decorrer de nossos procedimentos.

Quanto aos procedimentos na coleta dos dados, o desenho metodológico da pesquisa se dividiu em 4 grandes momentos, sendo esses subdivididos em duas partes: A primeira a ser explanada no capítulo seguinte designada como nossa prática em Pesquisa-Ação, ação essa desenvolvida dentro do território de Heliópolis, Comunidade da cidade de São Paulo, sendo uma das maiores da América Latina. Nessa vivência relatamos a realidade vivenciada em tal local, o dia a dia dos jovens em conflito com a lei, nossos desafios, encontros e desencontros.

A segunda parte será apresentada no capítulo dos Resultados, divididos em 3 momentos: 1) A reunião de dados estatísticos, características sociodemográficas acerca dos 70 (setenta) adolescentes em conflito com a lei, todos do sexo masculino, de 12 a 19 anos de idade, moradores da comunidade de Heliópolis e região. 2) A aplicação nos adolescentes do procedimento de DE (Desenhos-Estórias) com o tema “O Crime”. 3) Por último e não menos importante, foi apresentado aos jovens o procedimento do DSC (Discurso do Sujeito Coletivo) ao que se apresentou uma história e se coletou a opinião dos adolescentes a partir de duas perguntas-chaves.<sup>5</sup>

A justificativa para a variedade na coleta de dados se deu ao fato de tentarmos alcançar maiores índices de assertividade dos resultados coletados, buscando dessa forma uma variedade e amplitude no olhar acerca do fenômeno, uma tentativa de se alcançar uma visão mais heterogenia enquanto método da realidade estudada, jovens em conflito com a lei dentro de seu território de morada e dentro das instituições de Medida Socioeducativa localizadas dentro da Comunidade.

Por fim, após a apresentação dos resultados, partimos para nossas conclusões e as considerações da pesquisa, referenciando nossas bases e anexando os documentos pertinentes ao presente trabalho.

---

<sup>5</sup> Todos os procedimentos, métodos, instrumentos de coletas de dados serão melhor explicitados no capítulo do método.

*Caminhando contra o vento, Sem lenço, sem documento  
No sol de quase dezembro, Eu vou  
O sol se reparte em crimes, Espaçonaves, guerrilhas  
Em cardinales bonitas, Eu vou  
Em caras de presidentes, Em grandes beijos de amor  
Em dentes, pernas, bandeiras, Bomba e Brigitte Bardot  
O sol nas bancas de revista, Me enche de alegria e preguiça  
Quem lê tanta notícia, Eu vou  
Por entre fotos e nomes, Os olhos cheios de cores  
O peito cheio de amores vãos, Eu vou, Por que não, por que não,  
Ela pensa em casamento E eu nunca mais fui à escola  
Sem lenço, sem documento, Eu vou  
Eu tomo uma coca-cola, Ela pensa em casamento  
E uma canção me consola, Eu vou  
Por entre fotos e nomes, Sem livros e sem fuzil,  
Sem fome sem telefone, No coração do Brasil  
Ela nem sabe até pensei, Em cantar na televisão. O sol é tão bonito, Eu vou  
Sem lenço, sem documento, Nada no bolso ou nas mãos  
Eu quero seguir vivendo, amor, Eu vou, Por que não, por que não...  
(Alegria Alegria , Caetano Veloso – 1968)*

## **II – APRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO E O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA-AÇÃO**

### **1. A dor e a delícia de ser Heliópolis**

Talvez um reflexo de uma periferia que cerca toda a cidade. Um povo que serve comida, que lava os carros, que faz a segurança, que cuida dos filhos dos ricos e que muitas vezes não tem segurança nem alimentação para os próprios filhos, e que ainda tem esperança, embora cada vez menos sonhos. (Ferréz, 2013, p. 8).

Nossa história com a Comunidade de Heliópolis se inicia a partir desse trecho da obra de Ferréz, um romancista, morador da periferia, vinculado ao movimento hip hop, que de forma extremamente poética e realista passou a retratar a realidade de Capão Redondo, uma das comunidades mais expressivas do município, localizada na periferia da cidade de São Paulo.

Assim como em “*Capão Pecado*”, como intitula Ferréz (2013), Heliópolis também apresenta, em certa medida tal realidade de privações básicas e vulnerabilidades. Contudo de início já apontamos o quanto a comunidade de Heliópolis nos surpreendeu pelo tamanho de suas conquistas, histórico de lutas por garantia de direitos e senso de pertencimento.

## **1. 1 O início de nossa história**

O encontro enriquecedor com Heliópolis, se inicia em Agosto de 2011 quando tive a oportunidade de dar aula no curso de Psicologia na Universidade São Marcos, no município de São Paulo, localizada no bairro histórico do Ipiranga, bairro vizinho a comunidade de Heliópolis. Ao entrar em uma das salas de aula, tive o prazer de encontrar com alguns alunos moradores da comunidade. Eles haviam conquistado bolsa de estudos quase que integral para alguns cursos de graduação, entre eles psicologia.

Uma moradora em especial ganhou destaque, uma mulher de baixa estatura, simples em sua aparência e gesticular, questionadora, atenta e participativa. Possuía um olhar extremamente desejante por aprendizado, sedenta por conhecimentos e por encontros humanos. Seu nome é Cleide<sup>6</sup>, desde aquela época até os dias atuais, presidente de uma associação, uma das mais atuantes associação dentro da Comunidade de Heliópolis.

Foi através dessa instituição que tal oportunidade de desenvolvimento de práxis se deu em tal território. Essa instituição foi decretada pelos órgãos competentes como uma entidade sem fins lucrativos, de utilidade pública municipal, estadual e federal, premiada por suas ações na área da educação e assistência social.

## **1. 2 Algumas características de Heliópolis**

A história de Cleide é inicialmente muito parecida com a grande maioria dos moradores adultos de Heliópolis. Cleide nasceu no Ceará, um dos estados pertencentes a região nordeste do Brasil, e como muitos, veio para São Paulo ainda criança, aos 6 anos de idade juntamente com sua família, movidos por melhores condições de vida e oportunidade de moradia e trabalho. Chegaram a morar em um barraco em uma favela vizinha, Comunidade de Vila Prudente, região leste de São Paulo. Mediante a construção de um viaduto, muitos moradores de favela de Vila Prudente foram desapropriados de seu espaço e encaminhados para alojamentos na região de Heliópolis, com a promessa da prefeitura de São Paulo de ser algo provisório, fato esse que não se concretizou, e ali permaneceram nesses alojamentos provisórios por cerca de 18 anos. Não havia nenhum tipo de saneamento básico, os banheiros eram coletivos e o esgoto passava a céu aberto (Sampaio, 1990).

---

<sup>6</sup> Cleide é o nome real da presidente de uma grande associação dentro da comunidade do Heliópolis. A mesma cedeu autorização para utilizar seu nome real ao invés de um nome fictício.



Figura 5 - Alojamento Provisório Heliópolis - Fonte: Acervo UNAS

Segundo Sampaio (1990) a história de Cleide era permeada por vergonha e sentimento de exclusão, ao ser considerada uma favelada. Aos 18 anos de idade, tomada por sentimentos de raiva e revolta, começa a participar de movimentos por luta de direitos e aos 19 anos já era a tesoureira da associação. Com isso, buscou curso técnico de contabilidade visando um maior domínio daquilo que o cargo e a vida em comunidade lhe exigia. Muitos anos se passaram, Cleide se casa, se torna mãe e entra na faculdade de Psicologia, momento esse em que nos conhecemos.

Diante da oportunidade de encontro com território de Heliópolis e com as histórias de vida ali presentes, após algumas aulas envolvendo a temática da psicologia social, Cleide me oferta um convite para conhecer e desenvolver um trabalho dentro da comunidade.

Heliópolis possui mais de 1 milhão de metros quadrados, localizada na região sudeste do Município de São Paulo. Mesmo com o avanço e conquista de moradias, ainda possui moradias diversificadas, algumas em situação de risco e vulnerabilidade. As residências se apresentam na comunidade como barracos (casas de madeira), palafitas (casas suspensas

sobre regiões alagadiças), casas de alvenaria e prédios de apartamentos (Cingapura – Companhia de Habitação Popular - COHAB) formando assim a maior comunidade/favela do estado de São Paulo com mais de 220 mil habitantes, destes cerca de 55% é formada por crianças e jovens de 0 a 25 anos e destes cerca de 10% entre 15 e 19 anos, sendo esse perfil o possuidor de um índice de vulnerabilidade e mortalidade juvenil na região de 37% segundo a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE.



Figura 6 - Imagem de Heliópolis - Fonte: Gildivan Félix

Ainda existem índices de insalubridade dentro de Heliópolis, vinculados por exemplo, a locais dentro da comunidade que ainda esgotos respiram a céu aberto, residências em condições de risco, presença de ratos, traficantes intimidadores, algumas crianças fora da escola, batidas policiais violentas, mortes violentas causadas por tiros e balas perdidas, entre outros fatores complicadores.

Contudo Heliópolis é feita também de acolhimento, receptividade, alegria, café e bolo quente, movimentos por melhorias, organizações sócias engajadas em garantias de direitos e cidadania, música, crianças correndo e brincando entre as vielas, ética social, solidariedade, segurança, militância, luta por direitos e sentimento de pertencimento, pontos esses por mim vivenciados a partir do ano de 2012.

### 1. 3 Heliópolis: Favela Não, Comunidade Sim!

Em dado momento, ouvi de uma pessoa durante uma discussão teórica sobre o tema violência social, que “*O bom seria se cada um ficasse no seu lugar, se cada um soubesse o seu lugar e de lá não saísse.*” (sic). Essa fala, no momento em que foi dita, tinha como intuito embasar que “*O respeito de um começa onde termina o do outro, cada um deveria permanecer no seu quadrado*” (sic). Tal fala estava ao meu ver sendo empregada de forma equivocada, pejorativa e preconceituosa, na tentativa de justificar um medo pelo desconhecido ou ainda de sustentar uma discriminação ventilada e exaltada.

Nesse hora, podemos recorrer ao que Bauman (2001) aponta ao fazer um paralelo entre o surgimento dos Guetos, o Crime e a Pobreza, vejamos:

A guetificação é paralela e complementar à criminalização da pobreza; há uma troca constante de população entre os guetos e as penitenciárias, um servindo como grande e crescente fonte para a outra. Guetos e prisões são dois tipos de estratégia de prender os indesejáveis ao chão, de *confinamento e imobilização*. (...) Prisões são guetos com muros, e os guetos são prisões sem muros. Diferem entre si principalmente no método pelo qual seus internos são mantidos no lugar e impedidos de fugir. (Bauman, 2001, pp. 109 e 110).

É válido também logo de início definirmos o termo Comunidade de acordo com aquilo que acreditamos e tentamos exercer. Segundo Bleger (1984) o mesmo nos diz:

Uma comunidade se define como um conjunto de pessoas que vivem juntas, no mesmo lugar e entre as quais há estabelecidos certos nexos, certas funções em comum ou certa organização. Quer dizer que no conceito de comunidade intervêm duas características fundamentais: a geografia e a funcional. A primeira se refere a um certo espaço no qual transcorre a vida dos seres humanos; a segunda se refere aos aspectos que lhe dão certo grau de coesão, de inter-relação e unidade. (Bleger, 1984, p.83).

Para Bauman (2001), a existência do senso de comunidade está diretamente ligada a distribuição de renda, igualdade e equidade, fato esse infelizmente não muito presente em nossa sociedade brasileira. Segundo o autor, os ditos poderosos e bem-sucedidos não estão dispostos a abandonar a visão de meritocracia, pois dessa forma estariam abrindo mão do privilégio que tanto prezam. “Para poderosos e bem-sucedidos o desejo de dignidade, mérito e honra, paradoxalmente exige a negação da comunidade” (p. 57).

Contra esse lugar de negação, Cleide lutava diariamente e ainda luta, para fazer de Heliópolis um espaço reconhecido do ponto de vista de cidadania e de visibilidade social e comunitária. Fazia questão de mostrar o até então escondido, ou mesmo negado. Dessa forma, o convite de Cleide para adentrar Heliópolis havia sido realizado no sentido de comunidade,

como um desejo de que fizéssemos parte de tal espaço com o intuito de nos sentirmos acolhidos e como parte integrante da vida daquelas pessoas, promovendo um reconhecimento ético e social com aquele lugar.

Cleide partia da máxima de que havia em Heliópolis a necessidade de romper com o lugar de gueto, e com isso promover um maior grau de coesão entre teoria e prática comunitária, bem como de se alcançar um trabalho educativo e de unidade, princípios esses pertencentes a filosofia do *Bairro Educador*<sup>7</sup>. Havia o desejo de quebra de uma homogeneidade limitante, para um olhar mais rico, democrático e heterogêneo.

O desafio seria derrubar os muros internos que separam comunidades do restante da sociedade. A comunicação se faria possível somente se essa relação dialética e empática de fato se fizesse presente.

A grade que separa o “gueto voluntário” habitado pelos ricos e poderosos dos guetos forçados em que moram os pobres e infelizes. Para os de dentro do gueto voluntário, os guetos involuntários são espaços “aos quais não iríamos”. Para os de dentro dos guetos involuntários, a área a que foram confinados é o espaço do qual “não podemos sair” (Bauman, 2011, p. 82).

No desafio diário de sobrevivência em Heliópolis, nos questionamos se as instituições nascem dentro da comunidade de Heliópolis ou se a comunidade de Heliópolis nasce depois dos surgimentos das instituições e associações sociais? Tal questionamento se faz relevante, pois dentro da história, Heliópolis começa a se constituir como comunidade de forma mais expressiva após o surgimento desse tipo de associação.

O surgimento dessa associação em específico se dá em Heliópolis no início da década de 80, focada na luta pelo direito a moradia, pela posse da terra. Atualmente a militância e luta por garantia de direitos vai muito além do direito a um pedaço de chão.

Possuem nos dias de hoje, sob sua responsabilidade e gestão, uma média de 800 funcionários registrados em caráter vigente de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), espalhados em diversos serviços nas áreas de Habitação, Educação, Assistência Social, Inclusão Digital e Comunicação, dentro e fora da comunidade, dentre eles: Creches, Centro da Criança e do Adolescente (CCA), Centro de convivência do Idoso, Rádio Comunitária, Medida Socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei (MSE), Núcleo de Proteção Jurídico-Social e Apoio Psicológico (NPJ), Serviço de Assistência Social à Família - Proteção Social Básica no Domicílio (SASF), Serviço de proteção a vítimas de violência (SPVV), entre outros serviços.

---

<sup>7</sup> O conceito de Bairro Educador será, ainda nesse capítulo, mais a frente apresentado e desenvolvido .

É notório, ao olharmos para a história de Heliópolis, perceber a evolução e conquistas que ocorreram com o passar dos anos. O surgimento de inúmeros equipamentos protetivos na comunidade e em seu entorno configuram uma possibilidade de empoderamento local.

Vejamos abaixo uma exemplo de conquista comunitária:



Figura 7- Construção do Centro de Convivência Educativa e Cultural de Heliópolis - Fonte: Acervo UNAS

#### **1.4 O trabalho em Heliópolis**

Após algumas conversas com Cleide, a mesma já vislumbrava a possibilidade de realizarmos ali uma parceria. Depositava em minha pessoa um desejo marcante por melhorias para sua comunidade no intuito de auxiliá-la em seu desenvolvimento, principalmente no que se referia a alguns serviços de proteção especial que assistiam uma população local mais vulnerável, nesse caso, crianças e adolescentes em situação medida protetiva, de Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA/modelo abrigo institucional) e também com os meninos e meninas que cumpriam medida socioeducativa (MSE) por terem cometido algum tipo de ato infracional, sendo esses últimos, do sexo masculino em específico, o alvo de nosso presente trabalho.

Esse convite me proporcionou a possibilidade empírica de rever meus conceitos, medos e preconceitos em relação ao universo das comunidades, denominadas por quem desconhece tal realidade, de favelas. No Brasil, o termo favela surge a partir da Guerra de

Canudos, na passagem do sec. XIX para XX.<sup>8</sup>

No início, havia em meu ser uma curiosidade para encontrar o desconhecido e aprender com o novo. Por mais encontros com a temática, por mais experiências outrora vivenciadas em outras comunidades, a intimidade e proximidade com a Comunidade de Heliópolis foi singular.

Ao comentar do trabalho que seria realizado naquele local, diversas pessoas me indagavam como eu conseguiria trabalhar em um local tão desprotegido, pobre, vulnerável e principalmente perigoso, pensamento muito comum em boa parte da população, tanto da parte leiga no assunto, como também, infelizmente, da parte técnica e pertencente a área da psicologia e do mundo acadêmico, seja por medo, por falta de informação ou por preconceito.

Nossa função foi também essa construção dialética, onde de fato, sentimos um receio inicial da aceitação ou não de tal construção, tanto de nossa parte como da parte da Comunidade de Heliópolis. O desafio seria ofertar a possibilidade de entrar e sair dos guetos, de seu lugar dito “seguro” e pertencente para um novo e desconhecido. Esse sair do gueto, por vezes, foi bem marcado na comunidade por uma experiência de fraqueza ou fracasso. Quase tudo que se tentava promover fora de Heliópolis perdia força. Qualquer manifestação que saísse dos muros da comunidade eram por vezes vividas de forma opressora, negada ou negligenciada. Percebia-se e era notório nas falas dos moradores que fora de Heliópolis o lugar do oprimido surgia de maneira mais enfática e real. Nosso papel seria também auxiliar essa comunidade em se fortalecer e provocar o externo acerca de sua existência.

Do ponto de vista de nomenclatura, nosso papel dentro da comunidade seria uma espécie de consultor, de supervisor de alguns serviços mantidos por uma verba ofertada pela Prefeitura da Cidade de São Paulo, mediante uma parceria e convênio pré-estabelecido entre ambas as partes, Comunidade Heliópolis/Associação e Prefeitura da Cidade de São Paulo.

Durante essa parceria, percebemos o empoderamento, o crescimento da comunidade e sua expressão significativa, bem como o surgimento dos reais dilemas, dos conflitos e dores, até então encobertos, negligenciados e/ou mesmo negados.

### **1.5 Nossas intervenções no Território – O desenvolvimento da Pesquisa-Ação**

O intuito inicial das supervisões e consultorias era o de ajudar os dirigentes e demais funcionários dos equipamentos/serviços a refletirem sobre sua prática na tentativa de alcançarmos uma melhor condição de trabalho e principalmente que a população em

---

<sup>8</sup> Para o leitor que desejar saber mais sobre a historia envolvendo a Guerra de Canudos e a origem do termo favela, ver Euclides da Cunha em seu livro “Os Sertões”.

vulnerabilidade que era assistida fosse melhor amparada e tivesse seus direitos como cidadãos mais garantidos e empoderados.

Logo na primeira semana de atuação, o caso de um menino havia sido apresentado a mim como um pedido de socorro. Segundo a gerente do serviço de acolhimento institucional na época, sua equipe já havia desistido de lutar nesse caso, ao que segundo ela tudo já havia sido feito e nada havia surtido efeito. O adolescente de 15 anos, acolhido em medida Protetiva - Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – (SAICA), com vínculos familiares rompidos, já se encontrava também em prática infracional, trabalhando para tráfico de drogas da região de Heliópolis.

O relato dos demais funcionários confirmavam a versão da gerente do serviço, onde não conseguimos perceber na fala e no olhar desses funcionários muita esperança e investimento no jovem em questão, pelo contrário, o desejo de praticamente todos era de que esse menino fosse desacolhido, ou mesmo, “*que ele sumisse, desaparecesse e nunca mais voltasse*” (sic).

Nesse momento fizemos algumas perguntas-chaves, como por exemplo, o que ele gostava de fazer, quais eram suas habilidades, sonhos, quais os pontos mais relevantes de sua história de vida, e para a nossa surpresa, ninguém soube responder. Esse menino nasceu e cresceu em Heliópolis, já estava há quase 1 (um) ano na instituição e mesmo assim ninguém sabia informar tais dados. Nos deparamos com um outro fato interessante e ao mesmo tempo triste, que a forma de tratarmos o caso não envolvia a verbalização do nome do jovem, tratávamos simplesmente ele por: o menino, o adolescente, ele, aquele, etc. Percebemos que já estávamos há algum tempo falando sobre alguém que até então não tinha nome, ele era apenas mais um dos meninos de Heliópolis.

Nesse momento recorremos a um trecho do livro de Ferréz (2012) chamado *Deus foi almoçar*, em que diz:

Uma vez se pegou olhando para o espelho, encarando seus próprios olhos, notando seu próprio semblante, por uns segundos se perdeu, teve medo quando recobrou os sentidos, viu o perigo de quase ultrapassar o portal, acreditava nisso, no portal para o outro lado, e sabia de muitos que dessa entrada não voltaram. Quando olho para o espelho, sempre termino me perguntando, quem é esse cara afinal? (Ferréz, 2012, p. 25).

Esse sentimento trazido nas palavras de Ferréz representa bem a dor desse menino e de alguns outros que fomos percebendo ao longo desses anos. Uma dor por não ser ouvido, nesse caso, desde o início, dentro de sua própria comunidade. Parecia que nesse momento os

moradores de Heliópolis estavam reproduzindo o restante da sociedade, que também, por diversos motivos, talvez não quisessem ouvi-lo e vê-lo, assim como tantos outros do lado lá. O que nos chama mais a atenção no trecho de Ferréz é o efeito cascata, ou seja, não ser visto, levaria alguns a não se ver, a não saber quem são, vulneráveis, sendo os mais saudáveis, aqueles que se encontravam sedentos pela oportunidade de existência. Quem ofertaria para esses jovens a possibilidade de Ser no mundo? Esse menino como tantos outros já se encontravam sendo vistos e assistidos pelo crime, como diria Lyra (2013) seja pelo trabalho autônomo do roubo, ou do assalariado advindo do tráfico.

Percebemos que além do sustento financeiro, tais meninos passavam a existir, mesmo que por um curto período de tempo, sustentados por aqueles de alguma forma enxergavam neles possibilidades, habilidades, reconhecimento e garantia de retorno, seja o dono da boca, o traficante, seja o responsável pela quadrilha de assaltantes e assim por diante.

Nesse caso do menino de 15 anos citado acima, hoje entendemos que de acordo com Lyra (2013), o jovem havia se envolvido com a prática criminal de traficar em função das três dimensões do crime em ordem crescente: Primeiro pela *Dimensão Causal*, baseado em sua solidão, vulnerabilidade e privação socioeconômica, algo inicialmente pontual, entendido pelo jovem como uma oportunidade de alcançar algo específico. O jovem inicia sua prática infracional para ajudar a mãe de sua namorada a pagar uma dívida financeira em uma loja. Depois de algum tempo sem infracionar, o jovem volta a traficar agora pela *Dimensão do Interesse*, já mais envolvido com a prática infracional, se questionando quem cuidaria dele ao sair do abrigo, referindo uma preocupação com seu sustento, usando o tráfico para alcançar uma autonomia financeira e uma forma de adquirir prazeres da adolescência comum, como por exemplo, levar a namorada ao cinema, ir para o baile funk e sustentar com seu próprio dinheiro seu cigarro de maconha. Já um pouco mais velho, com 17 anos começou a denotar uma aproximação da prática criminal através da *Dimensão da Vontade*, já buscando uma identidade mais forte, um desejo de reconhecimento dentro da comunidade e uma vontade de se tornar mais desejado pelas meninas de Heliópolis.

Diante disso, uma das intervenções que pensamos em tomar nesse caso apontado, foi uma maior aproximação com o tráfico presente naquele ponto de Heliópolis, mais especificamente, em frente a casa onde se localizava o SAICA/Abrigo. Como muitos funcionários da instituição também eram moradores de Heliópolis, intervimos na construção de uma rede de apoio, envolvendo figuras de poder dentro da comunidade local.

Essa intervenção promoveu uma proximidade com o gerente do ponto de drogas, que conseguiu ser sensibilizado acerca da história do garoto em questão, sua vulnerabilidade e

risco. O traficante se comprometeu em ajudar a equipe, se disponibilizando a perder seu “funcionário”, libertando-o. Esse gerente do tráfico era visto pelo jovem como alguém afetivo, forte, que lhe ofertou uma oportunidade e que confiou nele. Dessa forma, aproveitando o vínculo, o jovem foi emancipado por aquele que inicialmente havia lhe acolhido. O jovem deixou de trabalhar na boca, voltou a estudar a pedido do traficante, e que de certo modo, não deixou de investir em seu negócio, ao verbalizar para o jovem que sempre haveria espaço para ele em seu negócio, mas que não queria mais ele ali traficando. Disse que poderia, por exemplo, se tornar um advogado para futuramente defender seus parceiros de comunidade ou mesmo um médico para cuidar das crianças da favela.

Alguns talvez, diriam que esse traficante estava pensando na verdade no futuro de seu negócio, ao vislumbrar um advogado para defendê-lo ou um médico para cuidar de si e dos seus. De qualquer forma, havendo esse interesse ou não, entendemos que o jovem estaria mais liberto para de fato poder fazer suas escolhas, mais empoderado de sua própria vida, se tal emancipação ocorresse. O jovem retoma seus estudos e se propõe a buscar uma oportunidade de trabalho fora do mundo do crime. Esse menino manteve contato com o traficante, mas de fato deixou de trabalhar no tráfico quando conseguiu uma oportunidade de emprego como jovem aprendiz. Vale ressaltar que essa foi uma experiência singular, e que antes de qualquer coisa foi avaliado o tipo de facção, os reais riscos de tal aproximação, para depois se chegar ao consenso de realização de tal intervenção.

Depois de tal experiência, a mesma foi em outros casos utilizada como modelo, mas que não obtivemos o mesmo resultado. Em um outro caso, o adolescente foi acolhido por outra facção da comunidade, sendo essa mais violenta. Em uma outra situação, outro adolescente um pouco mais velho, já com 18 anos de idade, não foi liberado de suas atribuições pelo traficante envolvido, pois o mesmo, além de tudo, possuía dívidas com o tráfico. Nesses casos, o auxílio dos moradores de dentro da comunidade não proporcionou o resultado esperado. Dessa forma houve a necessidade de outras intervenções extra-muros, como por exemplo, o judiciário junto a Vara da Infância e Juventude, o conselho tutelar, e investimentos em parceiros vinculados a oportunidades de emprego no mercado formal, porém os valores financeiros extraídos pelos jovens através da prática criminal chegavam a ser três vezes maior do que as oportunidades de emprego no mercado formal, ao que somavam na época de 3 a 4 salários mínimos por mês no tráfico contra 1 salário no mercado formal. Tal realidade dificultou o rompimento com a prática infracional, além das questões vinculadas a identidade, visibilidade, poder e reconhecimento na comunidade, fatores esses que, segundo os jovens, o trabalho formal não ofertaria.

Retomando ao olhar e concepção de Bleger (1984), o mesmo aponta que uma comunidade ou instituição que busca auxílio em um outro de fora, já denota uma saúde inicial existente em sua prática. Segundo o autor “Para que uma instituição solicite e aceite o assessoramento de um psicólogo enquanto psicólogo institucional, a instituição tem que haver chegado a um certo grau de maturidade ou insight de seus problemas ou de sua situação conflituosa” (p. 42).

O fato de haver o desejo de ter presente alguém de fora da comunidade para auxiliar, promovendo reflexão e supervisão denotava uma abertura extremamente benéfica e acolhedora. Mesmo assim, Bleger (1984) aponta também para o movimento, muitas vezes indigesto que um psicólogo pode causar dentro de uma comunidade/instituição, fazendo questão de enfatizar um cuidado ético por parte do profissional que adentra tal território, e que caberá a esse profissional a tarefa de mediar as ansiedades, resistências, contradições e ambiguidades que se fizerem presentes, tendo clareza de que tal ação fará parte de suas intervenções.

Diante disso, com tal base teórica acima proposta, iniciamos a supervisão de mais dois serviços na comunidade de Heliópolis no início do ano de 2012, as Medidas Socioeducativas – MSE, instituições destinadas ao acompanhamento dos jovens que haviam infracionado e que foram designados pelo juiz a cumprirem Liberdade Assistida (L.A.) ou Prestação de Serviço a Comunidade (P. S. C.) ou ainda ambas as situações (Acumulada).

Ao chegar aos serviços de medida nos deparamos com um lugar quieto demais, silencioso e vazio. Nossa expectativa ao imaginar um lugar com uma média de 100 adolescentes em cada unidade, seria o de encontrar um ambiente minimamente barulhento, movimentado e com vida. Os primeiros encontros no entanto, não se deram dessa forma, pelo contrário, a ausência de barulhos, de movimentos de adolescentes e familiares chamou bastante atenção nos questionamos por que será que tal ambiente, até então destinado a acolher e acompanhar os adolescentes em suas medidas socioeducativas estaria tão vazio?

Uma das primeiras respostas que recebemos para essa pergunta foi de uma técnica que se encontrava na recepção. A mesma disse: *“Ah, eles não vem aqui porque não querem nada com nada... Não sabe como eles são? Eles são assim... não tem responsabilidade com nada na vida...”* (sic). Naquele momento encontramos nossa primeira resposta interna: Não, de fato não sabemos quem eles são, o que fazem, o que desejam, quais são seus medos, o por que de seu início no mundo do crime. Percebemos naquele momento que não era somente nós que não sabia sobre os meninos e para a nossa tristeza e preocupação, não estávamos sozinhos nesse não saber. Passamos então a averiguar se aquela opinião inicial advinha unicamente

daquela técnica ou se tal visão era compartilhada pelos demais funcionários do equipamento.

Em um dos serviços, o gerente mal ficava no local, nunca estava presente, não acompanhava os casos dos adolescentes, o que gerava na equipe uma sensação, na maioria das vezes, de abandono, ao que o gerente<sup>9</sup>, na época, denominava erroneamente essa ausência como uma oferta de autonomia para equipe. Tal sensação e vivência de abandono percebida na equipe, foi encontrada como um efeito cascata na relação com o serviço e com os adolescentes, como uma espécie de reflexo, ou seja, uma vez o técnico se sentido solto, sozinho e abandonado, tais vivências eram promovidas na relação com os jovens e familiares. O resultado disso, eram inúmeros relatórios vazios, pobres e informado por vezes ao judiciário o abandono dos jovens e o descumprimento da medida socioeducativa, agravando a situação judicial do adolescente, que na maioria das vezes, encontrava-se por determinação do juiz, em busca e apreensão, neste caso, resumindo, procurados pela polícia.

No outro serviço de MSE, pertencente a mesma comunidade, a realidade era um pouco diferente, havia uma gestora mais comprometida, dedicada, mas também carregando o mesmo sentimento de abandono relatado acima. Nesse caso, a gestora não sentia, por parte da maioria da equipe, nessa época, um comprometimento e dedicação com os jovens em acompanhamento, além de se sentir sem apoio dentro da própria rede. Havia também poucos jovens no serviço e um número muito pequeno da participação dos pais e responsáveis nas reuniões de família e no desenvolvimento da medida socioeducativa.

Percebemos então, que mesmo havendo diferenças entre um serviço e outro, a pouca adesão dos jovens e familiares a medida se fazia presente em ambos os locais. Começamos a ouvir aquelas equipes, ofertando a eles aquilo que nós gostaríamos que eles ofertassem aos adolescentes e suas famílias, ou seja, um espaço de escuta, sem julgamentos, inicialmente somente um ouvir atento, acolhedor e empático. Antes de tentar ofertar uma reflexão ao trabalho por eles executado, nossa missão seria entender o que ali se passava, mapear os motivos e contribuintes de tal situação, acolhendo o sintoma institucional no intuito de encontrar sua causa.

Durante meses, no mínimo de 6 meses iniciais a 1 ano, passamos a trabalhar com as equipes, os funcionários, problemas de seus cotidianos institucionais. Até então, não existia muito espaço para os jovens e suas medidas dentro do discurso dos funcionários. Todo o tempo por nós ofertado, uma média de 3 horas semanais concentradas em um dia da semana, eram ocupados com demandas e questões profissionais e pessoais da equipe.

---

<sup>9</sup> Esse gerente em específico depois foi providencialmente transferido para outro serviço e uma nova gestora assume o posto visando a aplicação de algumas propostas de mudanças construídas em conjunto conosco.

Temas do tipo eram trazidos pelos funcionários: a) não se sentiam ouvidos e entendidos por quem era de direito, gestores, juízes, promotores, ao que sofriam exigências impossíveis e incoerentes por parte de tais figuras, b) sofriam ameaças recebidas por parte dos jovens e seus familiares, c) presenciavam violências domésticas das quais não sabiam como lidar, d) dificuldade de relação com a Rede de assistência, como Escolas, conselhos tutelares, serviços da rede de apoio, CAPS, UBS, CREAS, entre outros atores sociais<sup>10</sup>, e) situações vexatórias e violentas durante as audiências com o juízes e promotores, f) falta de comprometimento da defensoria pública, g) agressões e ameaças por parte de policiais, h) dificuldades na elaboração dos planos individuais de atendimento (PIAs) e dos relatórios para o judiciário, entre outros assuntos relevantes.

Todos esses tópicos acima descritos estavam vinculados as vivências da maioria dos técnicos na época, com exceção de um ou outro profissional um pouco mais resiliente e preparado. Diante disso, a equipe como um todo, encontrava-se desgastada, sem esperança e com pouca volição para o trabalho e para a promoção de possíveis mudanças. Toda essa sobrecarga e violência vivida por essa equipe tomava conta do espaço de escuta inicialmente por nós ofertado. Entendemos, a partir de tais relatos, que a mesmas violências que os jovens e suas famílias sofriam no meio em que vivem, também eram compartilhadas com a equipe designada a cuidar de tal demanda, neste caso sofriam do mesmo mal.

Após essa escuta atenta e inicial que duraram longos meses, e ainda hoje, em menor escala, ainda se faz necessária, e que ao nosso ver sempre se fará, foi sendo introduzida bases a partir do olhar de Foucault (1975, 1982, 1994 e 2010), em que o mesmo afirma que as vezes quem está para combater a violência acaba promovendo-a, o olhar do pedagogo Paulo Freire (1987, 2005e 2014), que afirma que quando a educação não é libertadora o sonho do oprimido é ser o opressor, e com base na quebra do silêncio inicial, onde segundo Bleger (1984) ausência de conflito não é sinal de saúde, na visão do entendimento do sintoma da psicanálise da Escola Inglesa de Winnicott (1963), onde o mesmo diria que seria uma alegria estar escondido, mas um desastre não ser encontrado; entre outras bases teóricas relevantes.

Com tal terreno mais preparado e mobilizado, se inicia então, um trabalho um pouco mais pontual e interventivo junto as equipes. Vale a pena ressaltar que somente com o lugar de escuta ofertado, mudanças nas condutas já haviam sido percebidas, porém ainda estavam distantes de se alcançar um mínimo esperado para um serviço de medida socioeducativa

---

<sup>10</sup> O termo Atores Sociais é designado a toda rede de assistência da qual o adolescente e sua família fazem parte como por exemplo, Escolas, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) esse ultimo para casos que envolvam algum tipo de transtorno mental, Unidades básicas de saúde (UBS) para algum tipo de acompanhamento médico clinico, Centro de Referência na Atenção Especializada (CREAS) órgão da prefeitura que acompanha dos os casos de alta vulnerabilidade, como por exemplo, os adolescentes em conflito com a lei e suas respectivas famílias, entre outros...

envolvendo adolescentes em conflito com a lei. Diante disso, houve a necessidade de desligar alguns funcionários e novos protocolos de seleção foram definidos, visando a contratação de pessoas que possuíam maior abertura, preparo, desejo, envolvimento e identificação com o público alvo em questão e com o cotidiano do trabalho.

Alguns pontos foram desenvolvidos como estratégias para se organizar as demandas que surgiam a cada encontro. A partir de uma postura Freiriana, foram desenvolvidas as seguintes etapas: **1) Etapa de Investigação/Escuta:** Espaço ofertado para observar e acolher os conhecimentos já adquiridos acerca do que está em discussão, coleta de saberes, sejam eles teóricos, empíricos, acadêmicos ou ainda de senso comum; **2) Etapa de Tematização/Foco:** Elegeram-se os temas centrais, nomeando aquilo que seria aprofundado e discutido a posteriori, de acordo com a realidade vivida e a demanda espontânea da equipe. **3) Etapa de Problematização/Discussão:** buscou-se superar uma primeira visão mágica, idealizada e de senso comum por uma visão crítica, ética, profissional e focal do tema, utilizando discussões da práxis para o estabelecimento de aproveitamento do campo empírico e para a formulação de alguns procedimentos-chaves; **4) Etapa das Intervenções:** A partir do que foi discutido e articulado, planejava-se as ações a serem tomadas, ao que levou em consideração os pontos Facilitadores/Protetivos bem como os pontos Complicadores/Vulneráveis, para se chegar a um resultado não idealizado, mas sim real e possível, na tentativa de ofertar ao jovem e sua família minimamente um empoderamento sobre suas vidas e que de fato pudessem ter acesso a um processo real de escolha. **5) Etapa do Acompanhamento/Encaminhamento:** Definiam-se a forma de como realizar o acompanhamento do processo e quando necessário para qual equipamento da Rede deveria ser encaminhado e por fim **6) Etapa de Avaliação:** que consistia em avaliar o processo desde o início, com o intuito de averiguar se os protocolos deveriam permanecer com tais intervenções, ou ainda aprimorados, modificados e inovados.

No enfrentamento deste desafio prático, foram então formuladas propostas de ação para as demandas apresentadas, bem como referências metodológicas e didáticas como fomento, fortalecimento ou redirecionamento das práticas vigentes em curso nos respectivos serviços de medida socioeducativa com o intuito de se alcançar o que preconiza os eixos e marcos legais ECA (1990) e SINASE (2012).

Tais medidas de intervenção junto a comunidade e em seus serviços, se iniciaram e visavam desenvolver a implementação de pontos de reflexão, de crítica, de validação de boas práticas, bem como o desenvolvimento de novas posturas desejosas e necessárias em seus cotidianos. Este aperfeiçoamento possuiu o direcionamento de buscar uma atualização de

acordo com o perfil dos jovens, famílias e território, denotando algo flexível, dinâmico e não estático e engessado, como havia sido percebido no início dos contatos.

Tal aperfeiçoamento foi ao encontro de um conjunto diversificado de oportunidades que objetivaram, entre outros, o desenvolvimento de um ambiente facilitador para o aprimoramento de capacidades com vistas a construção de um novo projeto de vida para os adolescentes, dessa vez ofertando a eles o direito de voz, de dizerem o que sentiam, inclusive propiciar um espaço para que eles apresentassem a partir de seus próprios olhos o que seria a medida socioeducativa e o equipamento de MSE em si, bem como o que pensavam sobre sua vida atual e seu futuro.

O momento de encontro com os adolescentes foi marcado inicialmente, em sua maioria, pelo enfrentamento de pontos complicadores para o alcance de tais medidas socioeducativas e de cidadania. Como não eram vistos e ouvidos em sua maioria, nem mesmo por aqueles que deveriam acompanhar seu cumprimento da medida socioeducativa, tais adolescentes se apresentavam de forma defensiva, pouco participativos, cabeças baixas, olhares desconfiados, agressivos, intimidadores e ainda possuíam uma ideia equivocada, mas ao mesmo tempo infelizmente alimentada inicialmente pela postura dos técnicos, de que o serviço de medida socioeducativa seria um local somente para coletar suas assinaturas na lista de chamada.

Tal conduta dos adolescentes ainda hoje é percebida em alguns deles, porém em um número bem menor, em alguns casos mais isolados, sendo tal situação observada com mais frequência na chegada do jovem ao serviço, situação essa que hoje, passados os momentos iniciais, vemos o jovem mais participativo, estabelecendo com um pouco mais de facilidade laços de confiança, depositando por vezes na equipe o imaginário de que agora estão sendo acompanhados e de que possuem pessoas que poderão “resolver seus problemas”. Tal fato tende a se dar de forma idealizada, contudo agora, percebemos um depósito maior de confiança e de vinculação com a equipe e com o serviço, o que na nossa avaliação é algo altamente positivo, por entendermos aqui que, para haver uma boa intervenção é necessário e primordial haver proximidade e afeto, principalmente nesse início.

Essa expectativa idealizada acima descrita, com o passar do tempo, é desfeita propositalmente de forma paulatina com o intuito de empoderar o jovem e a família para que eles mesmos possam ser os protagonistas de suas transformações, não alimentando dependências excessivas e equivocadas nas equipes dos serviços por um período que possa comprometer o bom rendimento da medida socioeducativa. De qualquer forma, é bonito ver hoje um local povoado de jovens, com números bem expressivos em relação ao início do

acompanhamento em 2012. Agora, mesmo havendo sempre o que melhorar, o MSE de fato passou a ser um lugar de escuta, fator esse demonstrado pela frequência dos adolescentes, da participação efetiva das famílias nos atendimentos individuais e nas reuniões mensais, e pelo número de processos encerrados e concluídos, com um menor índice de descumprimentos das medidas socioeducativas, bem como menores índices de reincidência em comparação aos dados anteriores.

Sendo assim, para o alcance de tais melhorias e transformações no ambiente do MSE, o aperfeiçoamento profissional se fez necessário de forma contínua, visando uma auto-avaliação cotidiana, frequente e sistemática. A busca de mais investimentos no material humano que cuida desses meninos sempre se fará necessário, mediante toda a insalubridade vivenciada.

Em relação ao campo socioeducativo perante as ações que passaram a ser realizadas com os jovens, o mesmo teve como especificidade a promoção de aprendizagens de convívio social e de participação na vida pública, fatores esses muitas vezes até existentes na vida dos jovens em questão, porém controversos em sua realidade e em sua essência enquanto garantia de direitos.

Este foi um campo complexo e ainda é porque tem o desafio diário de conjugar a intencionalidade do difícil campo educacional, a necessidade do campo da assistência, o lado subjetivo de cada menino, o cumprimento dos aspectos judiciais (medida socioeducativa) e a valorização do campo da cultura de cada local, casa, bairro, grupo e comunidade, levando ainda em consideração a riqueza do campo e seus saberes populares, vividos por cada jovem e família.

Entendemos com a prática vivenciada no campo que a ética perante os sujeitos, nesse caso os adolescentes em conflito com a lei e suas respectivas famílias, deve ser definida não como um privilégio, mas sim como uma garantia de direitos, sustentada pela nossa Constituição Federal vigente. Esses princípios que envolvem tais garantias eram o tempo todo levados à consciência dos técnicos e demais funcionários que acompanhavam esses meninos. Confrontos e embates teórico-práticos eram semanalmente travados através da supervisão e do estudo de caso, prática essa de trabalho muito comum na psicologia e na psicanálise.

Uma vez alcançado tal desafio, o intuito foi e ainda é o de ofertar ao jovem uma maior possibilidade de reinserção social, denotando maior senso de pertencimento e assim o acesso ao usufruto de serviços básicos e essenciais legalmente garantidos. Tal ação visaria o fortalecimento do reconhecimento e compromisso com questões que afetam o bem comum e

popular, indo ao encontro do que preconiza o ECA (1990) e o SINASE (2012) no qual defende a medida socioeducativa como uma oportunidade de ressocialização em meio aberto e responsabilização do jovem pelo ato cometido, bem como a reparação do dano causado.

Uma vez que o cumprimento da medida não pode e nem deve apresentar um caráter punitivo, tais intervenções não visavam somente auxiliar a equipe a fazer com que o adolescente comparecesse ao serviço e cumprisse as horas designadas pelo judiciário, pelo contrário, a proposta tinha e tem como um dos seus objetivos levar a equipe a um aprimoramento de raciocínio crítico, teórico-legal-prático, um desenvolvimento empático e uma efetividade nas ações não só assistências e de encaminhamento, mas também preventivas no sentido de auxiliar o jovem a romper com sua prática infracional e em paralelo o reconhecimento do mesmo enquanto um cidadão de direitos e deveres.

Para tanto, a escuta desse jovem, agora com uma equipe minimamente mais preparada para de fato ouvi-lo e compreendê-lo, seria necessário e pertinente. A Equipe foi inicialmente convidada e em algumas situações convocada e conduzida, principalmente diante de violências presenciadas, a abandonar o olhar do senso comum, levada a um mergulho histórico, político, cultural, legal, social, psicológico e pedagógico, situação essa difícil, mas extremamente válida e construtiva.

### **1.6 Alguns relatos de casos como ilustração da violência vivida pelos jovens**

Dentro desse cenário por vezes envolvendo o senso comum inerente ao social, fato em que todos nós de alguma maneira acabamos pertencendo ou reproduzindo, os adolescentes em conflito com a lei, por vezes eram vistos e tratados como doentes, possuidores de alguns transtornos, sendo submetidos a um imperativo de tratamento por parte do próprio judiciário de forma abusiva, segregada, reclusa e violenta.

Um exemplo muito frequente desse tipo de prática equivocada acima citada, está muito vinculada ao tema das Drogas. Tais ações errôneas, por exemplo, estariam em total desacordo com a política de Saúde do Brasil – Sistema Único de Saúde (SUS) e também vão contra a Lei 10.216, lei essa conhecida como a Lei da Reforma Psiquiátrica e da luta Antimanicomial, que condena e não apoia ações coercitivas, involuntárias, reclusas do social e excludentes mediante as questões envolvendo saúde mental.

Diante desse cenário, principalmente nesse contexto envolvendo o uso de substâncias, nosso desafio foi auxiliar a equipe dos serviços a desenvolver um olhar mais inclusivo e menos rotulante, uma ação mais democrática e menos segregadora e promover uma conduta interventiva mais voltada para a redução de danos do que para um simples e equivocado

imperativo de abstinência. A tentativa foi e é o de desenvolver uma postura mais fenomenológica e contextual ao invés de promover o entendimento do processo como uma doença patologizante e estigmatizada.

Um dos casos, ao longo desses anos, que nos chamou bastante atenção foi a história de um adolescente de 14 anos, que será aqui chamado de Pedro.<sup>11</sup> Ele residia com sua avó materna, figura essa que sempre denotava preocupação, cansaço, e fragilidade diante da tarefa educativa de aplicar regras e limites ao jovem, bem como, ao mesmo tempo, denotava ser uma avó distante, pouco afetiva em relação ao seu neto. Os pais de Pedro eram separados, sua mãe morava no Japão com um outro companheiro e seu pai biológico possuía paradeiro desconhecido. Esse adolescente foi encaminhado para cumprimento de medida socioeducativa pelo envolvimento com o tráfico de drogas. Pedro denotava em seu histórico e vivência de rua a prática do uso de substâncias psicoativas, maconha e mais esporadicamente cocaína.

Diante de tal quadro, foi percebido nas ações de avó do garoto um desejo de manter Pedro longe, ao que a mesma entendia que distância e privação de liberdade seriam formas efetivas de tratamento. Essa avó providenciou uma internação psiquiátrica involuntária em moldes manicomial, ou seja, em privação de liberdade, dentro de uma instituição total localizada em Sorocaba, cidade do interior do estado de São Paulo, distante uns 90 km aproximadamente de sua residência. Vale ressaltar que Sorocaba é uma cidade atualmente conhecida por ser um município ainda retrogrado em relação às políticas de saúde mental, sendo esse um dos locais do Estado que mais possuem instituições com esse perfil manicomial.

A técnica responsável pelo acompanhamento da medida tentou mostrar para o Juiz responsável, que mediante a questão de saúde, não haveria como ser dado seguimento ao cumprimento da medida, uma vez que a saúde do jovem deveria ser prioridade, fato esse garantido pelo sistema que rege as medidas socioeducativas no país, SINASE (2012).

Contudo tal pedido não foi aceito, havendo ao nosso ver uma negação dos princípios legais por parte do próprio judiciário em relação à lei 10.216 bem como o fato de que a Técnica teve que continuar o acompanhamento do caso mesmo estando tão distante geograficamente do local onde o adolescente se encontrava internado, o que além de insalubre, inviabilizaria a realização do trabalho com qualidade e eficácia necessária.

Diante do tipo de terapêutica escolhida pela família (avó), a técnica responsável entrou em contato com a clínica na qual o jovem havia sido internado, visando a coleta de

---

<sup>11</sup> Mediante os princípios éticos desse trabalho, Pedro foi um nome fictício utilizado visando preservar a identidade do adolescente em questão.

informações e um prognóstico acerca do caso. É oportuno ressaltar que esse contato não se deu de forma simples e tranquila, pelo contrário, dificilmente se conseguia falar com algum responsável pela clínica ou mesmo encontrar o médico psiquiatra, bem como demais profissionais da equipe. Foi necessário muito investimento e persistência da técnica de medida para conseguir um mínimo de informações relacionadas ao jovem em questão.

Em um dos relatórios enviados pela clínica, encontramos as seguintes informações: “*o paciente (...) está em tratamento em regime de internação desde 18/10/2015 sem previsão de alta até o momento*” (sic). Esse relatório foi emitido em 18/02/2016, completando 5 meses de internação ininterrupta, sem direito a saída, permanecendo preso e por vezes incomunicável. Em um outro relatório, datado em 12/05/2016, logo no primeiro parágrafo continha novamente a informação de que o jovem estava em tratamento e que não havia alta prevista. Ainda nesse relatório, o médico responsável enfatiza que o adolescente denotava resistência, tentativa de fuga, humor e comportamentos instáveis, dificuldade de relação com figuras de autoridade, entre outros comportamentos, todos eles, entendidos como negativos. As medicações que Pedro era submetido diariamente eram: Diazepan 10 mg (3 vezes ao dia, manhã, tarde e noite); Fenergan 25 mg (3 vezes ao dia, manhã, tarde e noite); Amplictil 100 mg (1 vez a noite), Rivotril 2mg (1 vez a noite), Profenid 100 mg (3 vezes ao dia, manhã, tarde e noite), Tofranil ( 1 vez pela manhã).

É notório observar a enorme quantidade de medicamentos ministrados. É sabido que esse tipo de medicação possui características de grandes efeitos colaterais como, dependência química, prostração e sintomas extrapiramidais, além de haver a necessidade de se levar em conta a pouca idade do paciente. Em conversa com alguns colegas psiquiatras, todos foram unânimes e se surpreenderam pela quantidade de remédios que um menino de apenas 14 anos estava tomando em sua primeira internação. Durante as poucas visitas realizadas pela avó, a mesma refere que o adolescente apresentava extrema sonolência, discurso confuso e prostração.

A partir de todo esse cenário, a técnica de referência, embasada nos princípios da lei de luta antimanicomial 10.216 de 2001, solicita intervenção do Juiz, uma vez que tal tipo de internação fere os princípios garantidos dentro da política de saúde mental do Brasil. O judiciário ao apreciar tal pedido, indefere, dando total liberdade a avó do jovem para continuar prosseguindo com a conduta de tratamento, ferindo dessa forma os direitos do menino enquanto cidadão e enquanto alguém que talvez necessitasse de apoio dentro da área de saúde mental. Com a permanência do jovem internado no hospital psiquiátrico, o

acompanhamento da medida socioeducativa foi transferido para a cidade de Sorocaba e desde então não se teve mais notícias de Pedro.

Outro caso relevante, demonstrando infelizmente uma inadequação do judiciário, conta outra história real de um jovem de 14 anos que foi acusado de tentativa de estupro, sendo obrigado a cumprir medida socioeducativa mediante tal acusação. Contudo tal julgamento se deu em moldes nada convencionais, no que se entende por apresentação de provas e procedimentos legais. Logo de início, em audiência, o adolescente foi tratado pelo juiz e promotor como um adulto, sendo visto e entendido a partir no código penal brasileiro, mesmo ainda não tendo idade legal para isso, ao invés de ser lido como um adolescente em situação peculiar de desenvolvimento e a partir das leis vigentes para adolescentes que cometem algum tipo de ato infracional, nesse caso ECA (1990) e SINASE (2012).

Esse jovem foi condenado a cumprir medida socioeducativa sem dados suficientes que o enquadrassem no ato infracional. Segundo a acusação, o adolescente havia tentado estuprar uma criança em seu bairro de residência. Não havia no processo, nenhum exame de corpo delito da vítima, bem como nenhum relatório médico informando o ocorrido. Esse adolescente, na época, foi agredido com um cabo de vassoura pelos pais da suposta vítima. Além disso, a polícia inicialmente não foi envolvida, mas sim os traficantes e assaltantes locais, que afirmaram que iriam resolver a situação do “*jeito deles*” (sic).

Segundo os pais da criança supostamente vítima, a mesma foi levada ao hospital, porém não existe nenhum registro de exame de corpo delito ou qualquer acionamento do conselho tutelar por parte do hospital, fato esse existente como procedimento legal em casos de suspeita de abuso de incapaz.

Mesmo diante de tantas falhas no processo com relação a questão da comunicação e agrupamento de provas, o adolescente em questão recebeu duas medidas socioeducativas, uma de Liberdade Assistida (L.A.) e outra de Prestação de Serviços a Comunidade (P.S.C.). Teoricamente tal adolescente, segundo sua idade, seria passível de recebe-las. Não estamos aqui questionando isso, pois de forma superficial, o juiz lhe aplicou o que a lei oferta como medida. O que estamos questionando é a leitura feita em audiência, os termos utilizados e registrados, o olhar ao jovem ofertado, a falta de provas conclusivas, o que já denunciavam uma inadequação do judiciário e promotoria. Independente de ser o agressor ou não, o fato é que esse jovem também havia sido vítima, sendo violado em vários momentos, como agressões sofridas, situação de risco na comunidade, fatores esses que não foram levados em conta em nenhum momento do processo, nem mesmo nenhum tipo de encaminhamento feito.

Segundo informações do caso, a família do adolescente referiu que na época o jovem, segundo defensoria pública, estaria “*no lucro*” (sic) por não ter recebido uma medida em privação de liberdade, fato esse que justificaria um aceitar da medida e uma não contestação, mesmo tal alternativa de contestação ser um direito garantido ao jovem em conflito com a lei. Segundo o SINASE (2012) em qualquer momento do processo o jovem possui o direito de solicitar a revisão de sua medida socioeducativa. Contudo, nesse caso, tal ação foi cruelmente desencorajada pela defensoria de ser realizada. Infelizmente, em tantos outros casos, não vemos ocorrer tal prática de direito de se contestar o judiciário, tratando-se apenas de letra morta em nossa lei.

Tanto nesses casos que acabamos de ilustrar como em tantos outros pertinentes, identificamos um abuso de poder e uma relação contrária aos princípios legais. O desafio foi o de desenvolver o sentido ético, coletivo e jurídico, enquanto autonomia e autoria de pensamento, que vão bem além dos ciclos básicos do jovem, como família e vínculos comunitários. Tal ação envolveria a busca de órgãos competentes que pudessem interferir em situações como essas citadas. Surge então como necessidade de um maior desenvolvimento do conceito e da práxis do essencialmente necessário, Trabalho em Rede, ou seja, somente nós não daríamos conta de tamanha demanda, fazendo-se necessária a busca de apoio em setores como secretarias de direitos humanos, alianças políticas, manifestações comunitárias, entre outras.

Além dessas violências acima relatadas, todos sempre apontaram para outros tipos de violência, nesse caso a política e a policial. Tal fato seria, segundo os dados coletados, algo histórico no percurso do surgimento e desenvolvimento da comunidade. Durante nossas intervenções, vários exemplos de uma prática inconstitucional por parte do Governo do Estado e relatos chocantes e violentos quanto a atuação policial dentro da comunidade de Heliópolis se faziam presentes.

Hoje, mais de 20 anos depois, ainda encontramos relatos envolvendo esse tipo de violência. Segundo o dados das equipes que acompanham os adolescentes que cumprem medida socioeducativa na região de Heliópolis, algumas ações ocorreram nesse período de 2012 a 2017 que marcaram a vivência do MSEs. Tais histórias relatadas envolviam, por exemplo, diversos tipos de violências promovidas pela ação policial e negligência por parte dos órgãos competentes.

Algumas histórias ouvidas durante esse período denunciavam situações de extrema violência pessoal e social. Um dia, durante uma supervisão em um dos equipamentos de MSE

dentro da região de Heliópolis, uma gritaria começa a ocorrer na rua, em frente ao serviço de medida socioeducativa. Dois adolescentes chamavam pelo nome dos técnicos de referência. Ao sairmos para ver o que estava ocorrendo, uma viatura de polícia se encontrava estacionada na frente do serviço. Um policial do lado de fora do carro segurava pelo braço um dos jovens, que se encontrava com a mochila da escola nas costas. O adolescente foi revistado e nada de errado foi constatado com ele. Na sequência o policial afirmava que o jovem não poderia permanecer ali, que não poderia ficar na rua, devendo ou estar dentro da escola ou dentro de sua casa. O policial desejava colocar o jovem dentro da viatura alegando que o levaria obrigado até a escola. Vale lembrar que segundo a lei, ECA (1990), a partir dos 12 anos de idade o adolescente possui o direito de ir e vir. Ambos os jovens envolvidos na situação já possuíam 14 e 15 anos. Naquele momento, o jovem estava sendo privado de exercer o seu direito de ir e vir conforme preconizado pela lei. Vale ressaltar que o jovens eram negros, pobres, moradores da comunidade e acompanhados pelo serviço de medida socioeducativa.

Uma outra vez, durante uma reunião de pais que acontecia dentro do serviço de medida socioeducativa, inesperadamente e de forma truculenta, alguns policiais invadem o serviço de forma brusca e violenta, com armas empunhadas, revolveres, rifles, além de falas agressivas e intimidadoras. Vale ressaltar que a reunião ocorria de forma tranquila, que os policiais não possuíam mandado para entrarem sem autorização na casa e nem justificativa legal para tal atuação. Durante o episódio, alguns técnicos tentaram mediar a situação no intuito de resguardar as famílias que se encontravam assustadas e intimidadas diante dos fatos. Mediante a isso, os técnicos foram acuados pelos policiais com palavras também agressivas, intimidadoras e violentas.

Outros relatos traziam a cobrança de pedágios, como dinheiro, celulares, relógios que os policias exigiam que os jovens entregassem em suas mãos como uma espécie de fiança pela liberdade. Em alguns momentos policiais tiravam fotografias dos jovens com intuito de intimidá-los, bem como por vezes rasgavam suas carteirinhas de identificação de acompanhamento no serviço de medida.

Um outro caso foi de um adolescente que relatou que ficou mais de 10 horas nas mãos da polícia durante uma madrugada, rodando com eles dentro da comunidade de Heliópolis, com o intuito de que mostrasse para os policiais onde se localizavam os pontos de venda de drogas.

Outros relatos apontavam para outras inadequações policiais mais violentas como por exemplo, adolescentes alvejados com inúmeros disparos de arma de fogo sem uma real justificativa. Os jovens não estavam trocando tiros com a polícia, nem mesmo colocando a

integridade física da comunidade e dos policiais envolvidos. Alguns jovens acabaram sendo mortos, ao que até hoje não se sabe ao certo o que de fato ocorreu. Em um desses casos, o adolescente sobreviveu aos inúmeros tiros, e ficou de exemplo para os demais jovens de Heliópolis. Foi percebido que esse jovem ou era visto pelos demais adolescentes como uma espécie de herói por ter sobrevivido a tamanha violência ou como um exemplo do poder de fogo e crueldade por parte da polícia.

Após esse episódio, conseguimos uma reunião na época com o Secretario dos Direitos Humanos ao que um dossiê foi entregue pessoalmente e em mãos relatando todo o episodio envolvido, contendo fotos e vídeos de tamanha violência. Até hoje, um ano depois do ocorrido e ainda não obtivemos um retorno efetivo das providências que foram ou que deveriam ter sido tomadas.

### **1.7 A força de Heliópolis**

Mesmo diante de tanta injustiça social, há em Heliópolis uma força presente e um desejo de luta constante, marca essa trazida desde seu início por luta de moradia, direito a terra e um espaço para viver. Um dos primeiros convites que recebi dentro da comunidade de Heliópolis foi para conhecer e participar de um evento chamado Caminha da Paz, que ocorre todos os anos há quase 20 anos.

Assumidamente de esquerda, a associação e questão a cada ano junto com a comunidade e seus equipamentos se organizam e marcham dentro das ruas e vielas da comunidade reivindicando por melhorias de vida, garantias de direitos, igualdade social, entre outras militâncias, econômicas, políticas e sociais.

Em sua filosofia, essa associação, representando a comunidade de Heliópolis tem como um dos seus ideais, a construção e desenvolvimento prático do conceito de Bairro Educador.

Em seu planejamento estratégico atua em ações de formação, políticas públicas e desenvolvimento institucional. A partir de 2012, sua missão passa a ser “transformar Heliópolis e região num bairro educador, promovendo a cidadania e o desenvolvimento integral da comunidade.” (...) O movimento social da região conquistou espaços importantes de cidadania e estabeleceu práticas que apontam novas possibilidades de participação política, construindo e exercendo as premissas de um protagonismo comunitário. A importância do resgate dessa história, hoje, está na necessidade de traçar a cultura política dos atores sociais que lideram a constituição do Bairro Educador de Heliópolis. (Santis, 2014, pp. 44 e 45).



Figura 8 - Um dia chuvoso em Heliópolis e a Caminhada pela Paz de 2012 - Acervo UNAS

De acordo com Santis (2014), o conceito de Bairro Educador desenvolvido em Heliópolis está baseado na concepção de educação integral, que considera como elementos fundamentais o espaço físico, o patrimônio construído da dentro da cidade, e a gestão democrática com foco na autonomia do educando e de sua população.

O processo de formulação e implantação do Projeto Bairro Educador em Heliópolis pode ser compreendido como uma estratégia de consolidação do protagonismo comunitário almejado pelas lideranças locais. Tal protagonismo advém do ideal de que as políticas de desenvolvimento devem ser demandadas pelo povo e de que o governo, como entidade representativa desse mesmo povo, deve realizá-las. Para tanto, é necessário que a educação que se pratica em Heliópolis seja comprometida com a formação política dos sujeitos que lá convivem e que promova uma inserção crítica na História, de modo que facilite a tomada de consciência das pessoas, para que elas possam agir na direção da transformação do mundo. (Santis, 2014, p. 107).

Santis (2014) aponta que o conceito de autonomia desenvolvida em Heliópolis está relacionado a capacidade da comunidade de liderar processos de formulação de regras sociais e de convivência, bem como a implantação e monitoramento de políticas públicas, tendo um papel ativo nas negociações com o poder público. Segundo a autora, o princípio de solidariedade se faz presente em Heliópolis como justificativa da autonomia e a consequente responsabilidade que ela demanda. Dessa forma, a autonomia além de ofertar o direito de uma prática e exercício político, também ofertaria possibilidades enquanto formação visando o desenvolvimento local, trazendo empoderamento para a comunidade e um menor risco de se tornarem massa de manobra nas mãos do Estado.

### **1.8 A participação e o envolvimento dos jovens em Oficinas – Um outro Ser e Fazer**

É notório perceber a beleza e a força com que Heliópolis se constitui enquanto local de pertencimento, passando de favela para comunidade na luta por vivenciar a práxis do Bairro Educador. Contudo ainda nos questionávamos se tal ideologia e prática educativa alcançava tais meninos envolvidos com a prática infracional. Será que Heliópolis, para essa população, denotaria tamanha força e desenvolvimento local? Será tal proteção social e força política afetariam positivamente a vida e a prática diária desses jovens em questão?

Sabemos que tais serviços prestados dentro da comunidade e pela própria comunidade, abarcam mais a infância do que a adolescência. Ao vislumbrarmos os equipamentos constituídos em Heliópolis, encontramos inúmeras creches, CCA espalhados pelo território, projetos que atendem a população até os 14 anos e 11 meses. Foi percebido a carência de políticas públicas de maneira geral, e não só em Heliópolis, mas sim no Brasil como um todo, serviços que sejam voltados para a adolescência visando maior desenvolvimento de fatores protetivos e preventivos relacionados em especial ao universo jovem e a prática infracional.

Diante disso, uma preocupação de envolver os meninos no processo de sua comunidade passou a ser mais desenvolvida nos serviços de medida socioeducativa MSEs. Até então, no início das intervenções em 2012 até 2013, como já dito anteriormente, os jovens pouco frequentavam o serviço de MSE e também pouco participavam das atividades e dos movimentos dentro do território de Heliópolis. Após algumas intervenções já citadas, agora com os adolescentes mais próximos, as ações começaram a ser mais desenvolvidas.

Com a aproximação das equipes de técnicos dos meninos, com um refletir sobre a práxis, com uma equipe mais assertiva, as atividades começaram a ser propostas com o intuito de envolver os jovens no processo. Algumas oficinas e encontros foram desenvolvidos. Seguem relatos de alguns atividades e ilustrações (figuras 9):

As **Oficinas pedagógicas** que possuíam o intuito de através de alguns encontros coletivos com os jovens discutir e entender a partir de aspectos históricos e legais, ECA (1990) e SINASE (2012), o entendimento do que seria uma medida socioeducativa em meio aberto, que outrora era sentida pelos jovens como uma espécie de punição e não como uma oportunidade. Anteriormente a relação dos jovens, bem como de seus familiares com o serviço de MSE possuía duas formas de expressão. De maneira geral ou os meninos entendiam o serviço como uma espécie de extensão da Fundação CASA (regime de internação), um lugar punitivo, o que elevava os índices de persecutoriedade, agressividade e desconfiança, ou então um local que não havia tanto compromisso, que bastava estarem ali uma vez ou outra

para assinar a lista. Hoje o desafio desses encontros foi justamente quebrar esse dueto emocional perante a medida, levando aos jovens o real sentido de uma medida socioeducativa, a diferença de tratamento de uma instituição em meio aberto e outra em privação de liberdade, uma real preocupação empática com suas vidas e um desejo de ouvi-los e entendê-los.



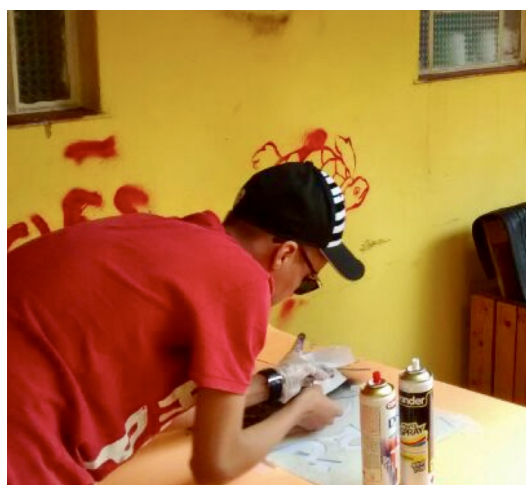
Os **encontros e as reuniões de pais**, que antes de 2014 pouco aconteciam e não havia expressividade, a partir de 2014 ha uma mudança de cenário. Hoje o espaço torna-se pequeno perante o número de frequentadores. A equipe antiga, hoje não mais presente em sua maioria no serviço, outrora possuía equivocadamente um olhar mais inquisitivo e reproduzia por vezes uma culpa nos pais e responsáveis ao invés de envolve-los no processo, o que acabava afastando-os da medida socioeducativa. Um outro fator visto como complicador para a não aderência estava diretamente ligado aos temas das reuniões. Esses últimos se apresentavam muito engessados, rígidos e desarticulados da situação real dos jovens. Por vezes, o tema cidadania e política era levado ao pais, temas até então pertinentes ao processo de medida socioeducativa e sociedade, contudo as equipes na época não conseguiam articular com o cotidiano dos adolescentes, fator esse que tornava as reuniões lugares sem sentido. Com uma evasão expressiva, os técnicos se queixavam de que os poucos pais e responsáveis que participavam desvirtuavam o tema da reunião. Quando questionamos na época a equipe do que esses pais gostariam de falar, a resposta foi unanime, os pais gostariam de falar sobre seus filhos. Esse fato nos chamou muito a atenção, pois entendíamos que a queixa da equipe em relação aos pais denotava uma falta de entendimento, empatia e flexibilidade por parte deles mesmos enquanto técnicos. Vale ressaltar que da mesma forma que reclamavam que os pais não queriam falar sobre os temas das reuniões, em outros momentos julgavam esses mesmos

pais como displicentes, negligentes e que não queriam saber dos filhos. Ao invés da equipe fazer bom uso e aproveitar os momentos nas reuniões para intervir, permaneciam engessados, rígidos e poliqueixosos. Uma das questões observadas e trabalhadas com a equipe foi levá-los a pensar que a baixa frequência também poderia ser resultado da própria postura da equipe técnica. Num jogo empático, questionamos a equipe de que no lugar dos pais, nós também não iríamos nas reuniões, afinal, será que valeria ir em um lugar no qual seríamos julgados, apontados e ainda não teríamos escuta para falar sobre os adolescentes? Qual seria o sentido de ir nessas reuniões? Com o passar do tempo, com a mudança de alguns profissionais mais resistentes, e com o desenvolvimento de uma postura mais acolhedora e de escuta, ofertando aos pais o direito de falarem sobre seus filhos, sobre suas dificuldades, seus medos e raivas, esses últimos começaram a relatar que por vezes se sentiam acusados, julgados e tal vivência já era muito comum, parecida e presente no momento das audiências com o juízes e promotores, situações essas trazidas e entendidas como muito violentas. Atualmente o cenário mudou, a equipe passou a entender a necessidade de lidar com o inesperado, com o não engessado, fazendo da reunião uma oportunidade de vínculo e de momento socioeducativo para todos. Entenderam que acima de tudo aqueles pais e responsáveis se encontram ali inicialmente não porque desejam mas sim porque seus filhos infracionaram. Diante disso podemos afirmar que, no início, o motivo que os leva até a reunião provavelmente é sentido como algo ruim. A compreensão e o acolhimento de tal fato tornou-se fundamental para a mudança de cenário. Dessa forma, a equipe teria que lidar com persecutoriedade, raiva, desconfiança, agressividade e até pouco envolvimento, uma vez que foi visto que tais pessoas já haviam sido hostilizadas, apontadas e julgadas do lado de fora. Uma mãe, uma vez em uma das reuniões disse algo assim: *“Para todo mundo tudo o que acontece de ruim com o filho e é culpa nossa, a primeira coisa que perguntam é onde estava a mãe desse menino, onde estava o pai desse moleque? Eu senti muita vergonha das minhas vizinhas, não sabia onde enviar minha cara... Na audiência com o Juiz me senti humilhada, como se tudo fosse responsabilidade minha, achei que seria presa junto com o meu filho... um dos piores dias da minha vida”* (sic). Diante de falas como essas, e de outras vivências similares, a equipe precisou se reinventar e desenvolver um cronograma de reuniões, com temas que julgavam pertinentes, mas a partir não só de uma realidade social e política, mas também subjetiva dessas famílias. O caráter da reunião como uma sala de aula em modelo clássico e como modelo de juizado inquisitivo precisou ser desconstruído dando voz aos participantes, e principalmente escuta de suas histórias. Atualmente as reuniões de pais são expressivas em sua questão quantitativa, faltando as vezes até lugares para se sentar e também do ponto de

vista qualitativo quando vemos uma participação mais ativa e expressiva por parte dessas famílias. É óbvio que não estamos falando de um cenário perfeito, de pais 100 % comprometidos e acessíveis, mas agora conseguimos mapear o que de fato pode ser considerado negligência e o que de fato era uma falha nossa.



As **Oficinas de culinária, jogos cooperativos, futebol e grafite** que possuíam o intuito muito além de aprender a cozinhar, jogar bola e desenhar, mas tinham como meta trabalhar o espírito do coletivo, a convivência e a introjeção de regras e limites. Outrora as oficinas que existiam denotavam pouca articulação e sentido. Ainda hoje o desafio é dar um caráter intencional para os encontros. Uma partida de futebol poderia ter muito mais possibilidades de ação socioeducativa e não deveria ser vista e coordenada como uma simples recreação. Um grafite seria muito mais do que um desenho na parede, mas sim uma possibilidade de expressão de si, um recado a ser visto e interpretado. Uma vez, durante a realização de uma oficina de culinária, os técnicos enfatizavam durante o relato da experiência que a oficina havia sido um sucesso.



Ao serem questionados do porque de tal sucesso, a equipe no seu discurso trazia o êxito das receitas, de que os bolos e pães estavam lindos e gostosos e que os meninos haviam conseguido realizar as receitas com êxito. Nesse momento trabalhamos com a equipe o sentido de que sim o fato do bolo ou do pão ter ficado gostoso era algo prazeroso, mas não poderíamos avaliar o sucesso da oficina a partir disso.

A qualidade do bolo e pão passaram a ser único critério de avaliação da oficina, ao invés do meninos. Trabalhamos que o pão e o bolo terem dado certo era apenas algo secundário, que o intuito, uma vez que a oficina não possuía um caráter profissionalizante, deveria ser avaliada pelo processo enquanto experiência educativa e não como resultados concretos alcançados, um belo pão e um gostoso bolo.

Enfatizamos que mesmo que não tivesse dado “certo” o bolo e o pão, um campo pedagógico e socioeducativo poderia ter sido trabalhado, como por exemplo, índices de frustração, trabalho em equipe, mapeamento das falhas, atenção, percepção, possibilidade de errar, direito a uma nova chance, todos esses pontos associados ao dia a dia dos jovens. Diante de tal riqueza de possibilidades de ação, o pão, o chocolate ou o bolo terem dado “certo” tornar-se-iam, secundários.

**As Oficinas de Teatro** surgiram e possuíam o intuito de trabalhar a autoestima dos jovens, sua história de vida e suas raízes, fatores esses percebidos como significativos para o cumprimento da medida socioeducativa e do rompimento da prática infracional. Ao longo dessas oficinas, fomos percebendo uma maior aproximação dos adolescentes, que tinham dentro desses espaços oportunidades de demonstrarem outras facetas de sua vida.

O espaço lúdico ofertado, principalmente através do teatro, foi entendido como a criação de um ambiente facilitador para a manifestação de sonhos de ser alguém na vida, de medos no sentido de não conseguir romper com a prática infracional, de inseguranças se conseguiriam ou não conquistar as meninas da comunidade, de ódio mediante as injustiças sociais e a violência policial.

**Oficinas de sexualidade** também surgiram com o intuito de trabalhar a prevenção de gravidez e DSTs na adolescência, pois alguns jovens já possuíam filhos e outros já haviam contraído algum tipo de DST. Tal ação trazia um olhar mais global do universo da juventude, ampliando os olhares para além da medida socioeducativa.



As **Oficinas de Círculos de Paz** envolvendo um esboço de justiça restaurativa também foram em alguns momentos desenvolvidas nos serviços. Infelizmente tal prática não é ainda uma metodologia ativa em nosso poder judiciário. Mesmo assim, diante de alguns conflitos internos e pontuais, círculos restaurativos foram minimamente desenvolvidos visando o refletir dos fatos, o bem estar coletivo e a possibilidade de se alcançar um resolução em unidade, envolvendo o maior número dos atores sociais.

Tal vivência foi vista e entendida como positiva embora percebemos um certo descrédito e poucas perspectivas por parte dos jovens e de suas respectivas famílias. O poder ainda, segundo eles, se mantinha nas mãos do judiciário. Durante os círculos de paz, fica nítida a frustração pela não participação do das figuras de poder como, diretores de escola, juízes e promotores, embora, ao mesmo tempo desejosos por tal presença, referiam pouca esperança e até certa persecutoriedade frente a possibilidade de compartilharem do mesmo espaço com tais figuras.

Os participantes do círculo denotavam que tal prática ainda seria utópica e não possuíam internalizados uma outra forma de se fazer justiça a não ser pelo modelo clássico e unilateral de poder, no qual um determina e o outro obedece. Diante disso, percebemos que a justiça restaurativa ainda é um desafio a ser vivido e implantado em toda a rede envolvendo o público-alvo em questão.



**As Oficinas de formação em empregabilidade** voltadas para o mundo do trabalho formal foram também desenvolvidas, uma vez que o jovens, em sua maioria, apresentavam dificuldades em relação a como elaborar um currículo, como executar uma busca ativa de oportunidades de emprego no mercado formal, ou mesmo em relação a conduta comportamental esperada em uma entrevista e/ou dinâmica de grupo em um processo seletivo.

Nesse campo em específico nos deparamos com uma dura realidade. Percebemos que por mais que tais encontros fossem importantes, uma relevante lacuna era presente, a Escolarização. Por vezes nos deparávamos com jovens que até aproveitavam os conteúdos repassados nas oficinas em relação ao mercado de trabalho e empregabilidade, contudo, por vezes possuíam uma defasagem escolar, tanto do ponto de vista série/idade, como também de conhecimentos de conteúdos, como por exemplo, leitura e escrita, o que resvalava no momento de preencherem uma ficha de emprego, na realização de uma redação num processo seletivo e assim por diante.

A vivência mostrava que por mais adequados do ponto de vista comportamental, por vezes alguns jovens, não eram aprovados na luta por uma oportunidade de emprego em função das dificuldades de aprendizagem e conteúdos escolares. Vale ressaltar que tal fenômeno não significava que os jovens possuíam algum tipo de déficit intelectual ou algo do tipo, pelo contrario, os mesmos se mostravam inteligentes, astutos, com sabedorias múltiplas, mas no quesito conteúdo escolar, boa parte apresentava dificuldades.

A experiência nos trouxe que o ambiente escolar não se tornava acolhedor e atrativo aos jovens, da mesma forma que os jovens não eram atrativos para a maiorias das escolas da região. Inúmeras situações de conflito, agressividade, preconceitos, violação de direitos e resistências foram vivenciadas no âmbito escolar. Algumas situações vexatórias ocorreram com certa frequência, como por exemplo, diretores que se recusavam em matricular o jovem na escola, resistência na entrega de documentos, advertências e suspensões das aulas de mais

de uma semana, solicitações para que o jovem permanecesse em casa, aprovações de série escolar automáticas, bem como condutas violentas por parte dos jovens, agressões físicas, ameaças, entre outras. Por vezes um cenário que deveria ser dialogado tornava-se um palco de guerra, onde de um lado o jovem e de outro a escola mediam forças. O jovem assumia no início o lugar de mais forte, mas depois, acabava ocupando o lugar do mais frágil. Em contrapartida, quando encontrávamos uma escola receptiva, desejosa, aberta e acolhedora, percebíamos o jovem, mesmo com dificuldades, com maior amparo, sentimento de segurança e disponibilidade para refletir as novas possibilidades de emprego e mesmo de estilo de vida.



**Oficinas de inclusão**, seja ela digital, Fabi-labi tecnologia, passeios culturais e recreativos, ações na comunidade, ofertavam ao jovem a possibilidade de uma maior inclusão e um sentimento de pertencimento tanto ao processo de medida socioeducativa como dentro de sua própria comunidade. Mesmo Heliópolis sendo considerada uma comunidade rica em recursos, muitos meninos e seus familiares por vezes não conheciam tais recursos, ou então por algum motivo não haviam tido acesso. O intuito foi fortalecer o senso de pertencimento em relação a Heliópolis e região, ampliando o quadro de relações e dando oportunidade de que os jovens pudessem reconhecer o espaço a que pertenciam e que pudessem alcançar maiores possibilidades de acesso e de escolha. Desde as questões mais simples até as mais complexas foram exploradas, como por exemplo, o reconhecer um local em que pudessem tirar uma simples xerox, um grupo de teatro em praça livre, até grandes eventos em centros culturais. Mesmo diante de tanta diversidade, esbarrávamos em alguns pontos com determinados jovens, que de alguma forma denotavam pouco interesse por tudo o que lhe era ofertado. Mesmo promovendo um local de escuta mais apurada e acolhedora, por vezes parecia que nada os alcançava. Em alguns casos percebíamos que a prática infracional parecia ser a única forma de sobrevivência, tanto do ponto de vista singular, identidade, como no

coletivo e na comunidade. Parecia que de alguma forma o crime para aquele menino o sustentava enquanto ser no mundo, não só no sentido de sobrevivência financeira, mas também social e emocional. As vezes, por mais triste que fosse, parecia que para alguns jovens, ser o adolescente infrator era a sua única possibilidade de Ser no mundo. Esses jovens, iniciavam as oficinas, porém logo desistiam de participar. Alguns diziam de forma clara e direta que cumpririam a medida, pois não queriam problemas maiores com o judiciário, mas que em seu cotidiano, continuavam a infracionar. Alguns ainda diziam que não conseguiam ver outra saída ou que não saberiam fazer outra coisa na vida. Nos perguntávamos o que fazer com esses meninos? Um dilema ético humano pairava nosso ser enquanto profissionais especializados: Como auxiliar o jovem a promover o rompimento com a prática infracional sem correr o risco de arrancar do menino a única coisa que o sustentava no mundo enquanto Ser singular e social? Percebemos ser essa questão um de nossos grandes desafios.



**Oficinas específicas** foram também desenvolvidas, como por exemplo, a Caminhada da Paz, os debates sobre violência policial, violência de gênero, entre outros temas. Vale ressaltar que em uma dessas caminhadas da Paz o tema foco seria o combate a violência policial. Muitos adolescentes compareceram nas oficinas que possuíam o intuito de reflexão de tal realidade, de escuta dos jovens a partir de suas próprias histórias de violência. Durante os primeiros encontros sentimentos de injustiça e raiva povoaram as falas dos jovens, ao que referiam todas as marcas violentas as quais haviam passado. Em alguns momentos os alguns jovens reproduziam a mesma violência sofrida, referindo que a morte de policiais seria a solução para o fim dos problemas. Inicialmente tal manifestação foi recebida com dificuldades pelos profissionais, que no decorrer das oficinas tiveram que lidar e trabalhar com tal manifestação. Só havia dois caminhos possíveis, ou a equipe ouviria o que os jovens tinham a dizer ou então negariam os fatos ali vividos. Tal dificuldade de escuta pode ter

levado os jovens a se sentirem não compreendidos. Isso não quer dizer que promover escuta significa validar tais manifestações, mas a escuta permitiria um início de compreensão de tal desejo e se de fato se constituía em sua verdade ou apenas a seria uma maneira de resolverem seus conflitos internos diante do tema. Por fim, como ultima atividade dessa oficina, a proposta foi que os jovens confeccionassem as camisetas que seriam utilizadas no dia da Caminhada da Paz. Tal atividade foi bem aceita pelos jovens que também oportunizaram o fato para manifestar suas solicitações. As camisetas então foram confeccionadas por boa parte dos adolescentes. Contudo, a maioria dos jovens não se sentiram a vontade e confortáveis em usar tal camiseta no dia do manifesto. Isso gerou uma frustração na equipe porem promoveu reflexão no sentido de pensarem no que será que de houve com os meninos ao longo do processo dessa oficina que os impediu de usarem aquilo que aviam confeccionado? Por mais verdadeiros que fossem os pedidos, reivindicações e manifestações dos jovens estampadas nas camisetas, será que de fato acreditavam no sentido militante e de cidadania da Caminhada da Paz? Vale ressaltar que alguns técnicos e a própria gestora de um dos MSEs se sentiram ameaçados e com certa insegurança em usar uma camiseta contra a violência policial durante o evento, referindo certa persecutoriedade e medo de represálias policiais.



As **Oficinas de Cidadania** aconteceram de formas pontuais como a participação dos jovens em fóruns de discussões sobre infância e adolescência, participação militante em eventos específicos do judiciário, manifestações contra a redução da maioridade penal, discussão do plano decenal de execução das medidas socioeducativas na cidade de São Paulo. Em todas essas atividades os jovens foram incluídos com o intuito de despertar nos adolescentes uma participação mais ativa dentro das discussões atuais acerca das medidas socioeducativas, projetos de lei, e principalmente de trabalhar o *Ser e Fazer* dentro de uma proposta inclusiva no quesito cidadania, ressocialização e garantia de direitos. Tal experiência foi vivida pelos jovens de formas diversas. Alguns conseguiram se manifestar buscando um espaço de voz, outros, ao entrarem dentro de um fórum por exemplo, denotaram sentimentos de pânico, como dor de barriga, suor e medo. Alguns referiam lembranças ruins e violentas. Outros no caminho para o encontro, dentro do ônibus estavam eufóricos, falantes e ao adentrarem as instalações judiciais, permaneciam mudos e de cabeça baixa. O mutismo inicialmente se fazia presente, e em alguns casos os jovens buscavam na figura de seu técnico de referência uma oportunidade de serem ouvidos, tentado fazer da figura dos funcionários dos MSEs uma espécie de porta-vozes, ao que pediam aos técnicos que verbalizassem aquilo que desejavam relatar. Em alguns casos, diante de tamanho medo e insegurança os técnicos entraram nesse lugar e falaram em nome dos adolescentes, em outros, os jovens foram incentivados a falar e empoderados em tal ação.



Diante de toda essa experiência a nós ofertada, marcamos aqui nosso respeito, nossa admiração e nossa esperança em toda a história de Heliópolis. Somos gratos pela

oportunidade de compartilhamento de saberes e confiança depositada em nós na constituição dessa parceria de trabalho e da possibilidade da realização das intervenções no território bem como a construção da presente pesquisa.

A partir de toda esse vivência, surge o desejo então de entender um pouco mais a fundo o sentimento, a visão e Ser e Fazer dos jovens de Heliópolis e região envolvidos com a prática infracional.

Tal desejo de conhecimento e entendimento do fenômeno a partir dos jovens fez surgir o complemento do desenho metodológico da presente pesquisa, refletido na escolha de técnicas e procedimentos que ofertassem aos adolescentes a oportunidade de se expressarem de forma singular mas ao mesmo tempo representantes de um coletivo.

*“Neste lugar escuro nada acontece, fico feliz quando o dia  
amanhece, a justiça não me deixa falar e sem ouvir a  
minha voz me interna aqui nesse lugar.  
Chega perto de mim, me deixa falar,  
sempre de muito longe, vem me condenar”*  
(Trecho da musica Realidade, Jigaboo)

### **III – CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA UMA PRÁTICA REFLEXIVA**

#### **1. A sociedade contemporânea e suas interfaces com o fenômeno da violência.**

No Brasil, a sociedade até hoje sofre os efeitos sintomáticos de repetição da violência social, decorrentes de dois longos episódios de crueldade que nunca foram reparados nem elaborados coletivamente: três séculos de barbárie escravagista, entre os séculos XVII e XIX, e duas décadas de ditadura militar, entre 1964 e 1985. (Sem esquecer o período mais curto, mas nem por isso menos violento, da ditadura Vargas, entre 1937 e 1945). (Kehl, 2009, p.28)

Utilizamos o trecho de Kehl (2009) para contextualizar o cenário político social em que os meninos de Heliópolis estão inseridos direta ou indiretamente. Todos nós, brasileiros ou imigrantes residentes, vivemos querendo ou não, o impacto da história do país em nossos dias atuais. Contudo, pensando em vulnerabilidades, com uma atuação mais fraca ou mesmo inexistente de ações do Estado, e por outro lado uma segurança pública falha e punitiva, nos leva a crer que tais marcas da história de nosso país recaem de forma mais pesada sobre a parcela mais fragilizada, grupo este, a qual tais meninos fazem parte.

#### **1.1. Desigualdade social como cenário potencial da criminalidade**

Acreditamos que tal cenário impacta diretamente no cotidiano desses jovens. De que forma esses adolescentes poderiam se livrar daquilo que Kehl aponta como repetição de uma violência, seja ela um movimento escravocrata, ou mesmo uma postura ditadora?

Paulo Endo (2005) de forma categórica afirma que a negligência do Estado ao longo do tempo vem contribuindo decisivamente na ampliação de zonas de exclusão, onde a desigualdade e a violência compoem uma condição de não-cidade e de não-lugar.

Como vemos acima, a exclusão e a não participação do Estado e do poder público potencializam a formação da violência, uma vez que excluir e negligenciar também já seriam por si só uma espécie de violência. Contudo por mais que esse pensamento faça sentido e vá ao encontro da realidade, um dos pontos de sua afirmação nos promove questionamentos e inquietude. Quando o mesmo afirma condição de não-cidade e de não-lugar; enquanto garantia de direitos, ausência do Estado e visibilidade real e não pejorativa, entendemos que suas palavras fazem sentido. Porém é necessário levantar o fato de que por mais diferente do que se espera para um espaço social, o local periférico, as comunidades, antes designadas por favelas, apresentam uma organização social que faz parte, querendo ou não, da cidade. Uma parte esquecida, um lugar recharçado, porém por vezes rico de laços sociais, afetividade e movimento cultural.<sup>12</sup>

As classes sociais atuais, dentro da civilização ocidental classista e num seguimento urbano e rural, são definidas e permeadas geralmente pelas relações de poder. Tal fato é imbuido de uma total disparidade entre as partes envolvidas, um verdadeiro apartheid social tendo como cenário da vida humana altos índices de desigualdade e exclusão.

Segundo dados estatísticos relevantes apresentados na revista *Monthly Review* e comentados de forma detalhada por Mézáros (2005) os altos níveis de desigualdade são alarmantes, como por exemplo, em relação ao desenvolvimento humano, capital de renda e aumento da pobreza, vejamos:

Segundo as Nações Unidas, no seu relatório sobre o Desenvolvimento Humano, o 1% mais rico do mundo auferia tanta renda quanto os 57% mais pobres. A proporção, no que se refere aos rendimentos, entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres no mundo aumentou de 30 para 1 em 1960, para 60 para 1 em 1990 e para 74 para 1 em 1999, e estima-se que atinja os 100 para 1 em 2015 (Mézáros, 2005, p.73).

Segundo Bauman (2001), dentro de uma modernidade líquida, a ideia de boa sociedade precisa ser significada a partir da igualdade de oportunidades. Contudo para que tais oportunidades de fato ocorram, faz-se necessário remover os muitos impedimentos existentes em nossa sociedade, eliminando um a um aquilo que impede a real distribuição equitativa das oportunidades, chegando-se ao princípio de sociedade justa. O mesmo autor aponta também que o conceito de felicidade e a esperança pelo sucesso passaram a ser uma das principais motivações de participação do homem na sociedade. Segundo o autor, se os

---

<sup>12</sup> No capítulo referente a pesquisa-ação será apresentada de forma mais detalhada a Comunidade de Heliópolis e região, local de vivência do público alvo dessa pesquisa. Mostraremos a história da Comunidade, sua organização social, seus pontos vulneráveis bem como seus fatores de proteção.

obstáculos de se alcançar tal estado de felicidade e de sucesso se fizerem presente, como por exemplo a desigualdade social, causariam como produto uma vivência de injustiça, o que legitimaria as manifestações de rebelião.

Uma das formas mais perversas em relação a população é privação de seus direitos. Encontramos uma sociedade violenta e não temos como não associar tal fenômeno ao tipo de organização social e política aqui vivenciada.

As violências numa cidade como São Paulo tornaram-se quase sinônimos de injustiça, na medida em que o problema da desigualdade gera, supera e se superpõe ao problema da violência. Não há, portanto, como problematizar a violência na cidade alienada do contexto de desigualdade e injustiça no qual ela se produz sendo, muitas vezes, seu instrumento. (Endo, 2005, pp. 24 e 25)

Percebemos que o autor acima citado considera que a desigualdade social está ligada diretamente com aumento nos índices de violência ao que afirma que diversas formas de violência não visíveis, ocorrem no dia a dia da cidade, e que recaem sobre a população, nesse caso, mais intensamente sobre o corpo do mais vulnerável e menos assistido. Tais violências são efetuadas pelo Estado e seus órgãos, com o respaldo e aval da sociedade civil. Sociedade essa que cobiça o espaço público, tentando fazer dela o quintal de sua casa. O movimento de poder estabelecido dentro do espaço público, do mais forte contra o mais fraco, é tão desleal que os menos favorecidos, em boa parte das vezes, podem ser feitos de massa de manobra.

Ainda nesse sentido, a desigualdade social poderia ofertar lugares de oprimidos e opressores. Freire (1987) defende a conscientização, com o intuito de empoderamento do oprimido. Tal empoderamento teria por base a luta para sua própria libertação, sendo assim a consciência seria o início para que o oprimido pudesse sair de tal lugar social e subjetivo, se desvencilhando das amarras da violência e da desigualdade social, na qual podem estar escravizados. Com isso, para o autor, existe uma preocupação com o processo educativo, no que dependendo do método e forma de educar, tal “educação” pode ser entendida e vivida de forma maléfica e prejudicial, isto é, se o processo educativo não for libertador, pelo contrario, se vier através da violência, da exclusão e do estigma, o sonho do oprimido passa a ser o opressor.

De acordo com Freire (1987) “Esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos” (p. 16).

Uma vez constatado e percebido a partir de dados estatísticos, índices de desenvolvimento humano, entre outros, que o modelo de estrutura social vivenciada por nós, principalmente a nível de Brasil, produz constantemente esse apartheid, oprimidos e opressores, ricos e pobres, incluídos e excluídos, violadores ou os violados, “Não é difícil que a partir dessa realidade permaneçam latentes profundos sentimentos de vingança, como também, que as cidades e o campo se transformem em verdadeiros palcos de terror. Vingança, ressentimento, dor, desigualdade, impunidade” (Endo, 2005, p 103).

O olhar que se lançou sobre a violência enquanto algo pertencente e comum a todos seres humanos e sociedade e não somente a uma parcela estigmatizada da população ficou marcado desde da época de Freud no sec. XIX e XX, principalmente em seu texto chamado o Mal-estar na Civilização. Vejamos o que Marin (2002) aponta sobre isso:

Desde Freud, a psicanálise aponta que a violência é, enquanto fundadora da civilização, determinante da subjetividade. O homem da cultura é herdeiro e cúmplice de um crime, fato que tenderá a ser negado e perpetuado por toda humanidade. (...) Nesse paradigma clássico já temos elementos que levam a pensar na questão da violência como elemento fundante da subjetividade.” (Marin, 2002, p.18).

Desta forma, o instinto agressivo e a violência, não só fazem parte do humano como também possibilitam o seu desenvolvimento. Isso em nenhum momento pode ser confundido com uma apologia ao crime e/ou a violência. Tal trecho vem apenas ilustrar que todos nós, sem exceção, carregamos em nosso Ser aspectos agressivos e violentos e que tais elementos fazem parte da espécie humana, como fundante e inerente a todos nós<sup>13</sup>.

Como será então a maneira que os adolescentes em conflito com a lei manifestam esse Ser e Fazer dito e visto como violento? Segundo Kehl (2009) uma dada parcela da sociedade, as minorias nesse caso, apresentariam dificuldade de encontrar meios de se expressar, vejamos os desdobramentos segundo a autora :

São ‘inconscientes’ em uma sociedade tanto as passagens de sua história relegadas ao esquecimento quanto as expressões silenciadas de minorias cujos anseios não encontram meios de se expressar. Excluído das possibilidades de simbolização, o mal-estar silenciado acaba por se manifestar *em atos* que devem ser decifrados (Kehl, 2009, p.25).

A partir da afirmação de Kehl (2009), podemos pensar inicialmente que todos os seres humanos possuem a necessidade de decifrar o mal-estar social vivido, porém por vezes

---

<sup>13</sup> Tais aspectos psicanalíticos em relação ao desenvolvimento humano e formação da identidade psíquica não serão aqui aprofundados, pois tal fato se perderia dentro dos propósitos desse trabalho. Caso o leitor possua mais interesse em se aprofundar no tema ler Obras Completas de Freud (1886 - 1931)

silenciado. Entendemos que o movimento de dar voz a esse silêncio poderia nos levar a buscar um “culpado”, um bode expiatório, isto é, a busca por um depositário de nossas angústias, culpas e anseios. Dessa forma podemos supor que a desigualdade social ofertaria também a possibilidade de promover tais espaços de exclusão e ao mesmo tempo lugares enquanto bode expiatório.

Pensando ainda na tentativa de entender melhor que manifestação seria essa, bem como a fuga de uma violência social, seguimos com trecho abaixo:

Propomos situar o sintoma social de forma diferente do sintoma subjetivo. O sintoma social seria algo que perturba a ordem social estabelecida, na qual há a aparência de certa homogeneidade. É uma categoria coletiva que possibilita o surgimento de predicados coletivos, por exemplo, quando se diz que a sociedade atual é mais violenta. (...) Assim, a violência como sintoma supõe uma ordem instituída da qual emerge aquilo que não anda bem, impedindo a felicidade buscada pela via do prazer e desvelando o mal-estar a que os sujeitos estão submetidos na civilização. (Silva, Junior & Besset, 2010, p. 39).

Ao nos depararmos com inúmeros processos, principalmente de ordem pública onde o ser humano é deixado de lado e seu bem estar considerado de forma deflagrada como supérfluo podemos citar como exemplo empírico desse tipo de situação de violência e exclusão no social, um acontecimento recente. Em março de 2014 em conversa com a presidente de uma associação influente dentro da comunidade de Heliópolis, a mesma nos conta um episódio em que uma das avenidas que corta a comunidade de Heliópolis em São Paulo estava passando por reformas em seus pontos de ônibus, uma cobertura para abrigar as pessoas da chuva, do frio e sol excessivo. Pois bem, as obras se iniciaram, porém somente até um determinado ponto da avenida. Longe certamente de ser coincidência, tal medida de reforma foi interrompida justamente no ponto em que essa avenida cruza a comunidade de Heliópolis.

De forma bem direta e concreta podemos pensar que segundo o governo, os moradores da comunidade não precisam de proteção vinculada a chuva, ao frio e ao calor excessivo, são como afirma Roudinesco (2008), supérfluos, ou seja, segundo a autora, por vezes o mal radical é fruto de um sistema que aposta na ideia de que o homem, enquanto tal, pode ser julgado como algo superfluo.

Conforme Figueiredo (2000), nas relações de poder estabelecidas entre a classe pobre e a classe rica, encontramos uma estratégia da classe dominante, tanto para reforçar suas alianças, como para, internamente, exercer seu fascínio e domínio sobre a o mais fraco, disfarçando sua crueldade voraz e adotando uma postura politicamente correta inibidora de

qualquer tipo de reivindicação, uma vez que se escondem através de aparências e posturas contidas e requintes civilizados.

Em relação ao início da violência, podemos dizer que ela começa pela própria maneira como a cidade de São Paulo se organiza geograficamente. Estatísticas demonstram que em São Paulo, existem ao mesmo tempo, altos índices de violência urbana, como homicídios e altas taxas de mortalidade, bem como possuem uma privação e precariedade de serviços de todos os níveis como acesso à saúde, educação, sistema sanitário básico, entre outros (Endo, 2005).

A desigualdade cotidianamente ratificada tem como consequência imediata a construção de uma malha que articula e desdobra novas formas de violência que, por sua vez, se colocam à serviço da manutenção das desigualdades e cuja lógica repousa em contradições e paradoxos que inibem a criação de formas para enfrentá-las. É quando a violência encontra apoio e suporte em todos os setores da sociedade, que a alimentam e a mantêm como dispositivo aceitável e mesmo desejável. A desigualdade instaurada autoriza as violências, não só porque para mantê-la já são necessárias altas doses de violência, mas também porque ela sugere a procriação de novas diferenças e assimetrias que se constituem igualmente estratégias subjetivas para, ao comparar com os mais pobres e miseráveis, reconhecer em si alguma vantagem, alguma posse a mais, ainda que ela seja adquirida a partir da degradação do diferente e da caricaturização das diferenças.” (Endo, 2005, pp. 26 e 27).

Vemos então uma violência urbana gerada e mantida pelo sistema, ocasionando segregação e exclusão, uma impossibilidade de existir fora dos Guetos, no nosso caso, uma possível impossibilidade de Ser fora dos muros e Heliópolis. Será que o espaço ofertado a esses meninos seria a marginalidade? Será esse espaço o único disponível?

Sendo assim existe um espaço constituído, arquitetado geograficamente e historicamente marcado, em que uma parcela da população foi sendo posta de lado, à margem da sociedade desenvolvida, impedidos de usufruir de uma urbanidade cidadã. Contudo, o território de Heliópolis é um pouco diferente de outras comunidades, possui recursos internos<sup>14</sup> conquistados a duras penas ao longo dos anos. Mesmo assim, de qual urbanidade estaríamos nos referindo? Na tentativa de nos aproximarmos dessa ideia, podemos pensar que um local com urbanidade cidadã seria um local no qual o Estado assume como seu no sentido de cuidado e investimento, um espaço de fato considerado potencial e legítimo.

A ruptura desta articulação cria o espaço onde qualquer violência pode advir, cria-se a figura do corpo desterrado, objeto que circula indevidamente pela cidade e, como tal, pode ser

---

<sup>14</sup> Mais adiante apresentaremos a Comunidade de Heliópolis e suas características.

eliminado, uma vez que ninguém reclamará o seu desaparecimento, para muitos, desejável. Desde então está vetado a este indivíduo o campo das trocas languageiras, em que se escuta e se é escutado e a partir do qual o sujeito é reconhecido e inscrito no seio da cidade, como uma de suas partes integrantes e inalienáveis. Porções inteiras da população foram separadas de sua condição cidadã ao serem apartadas do seu direito ao lugar. São habitantes clandestinos, ilegais, tidos como posseiros da cidade ao pleitearem o direito de morar nela. Eles não são vistos como pertencentes à cidade, mas muitas vezes como a causa de suas perturbações e de seus problemas. Retirar-lhes o direito ao lugar contribui decisivamente para que assim permaneçam. (Endo, 2005, p.75).

Em contrapartida, o mesmo autor infelizmente enfatiza que ainda encontramos locais na cidade de São Paulo e no Brasil de quase total esquecimento e abandono dos órgãos públicos, um local desprovido dessa urbanidade, como uma terra sem dono, lugar de ninguém, ou seja,

As violências cometidas na cidade, em hipótese alguma podem ser desatreladas da violência que a cidade, por meio de seus dispositivos públicos, pratica contra seus cidadãos e dos mecanismos que a alicerçam. (...) A cidade, recortada em função da discriminação e da segregação entre os espaços elitizados e os espaços deteriorados, clandestinos e ilegais, define linhas de corte que recaem, invariavelmente, sobre o corpo do cidadão. (Endo, 2005, p.53)

Birman (2009) afirma que as comunidades localizadas nas periferias das cidades, como por exemplo, as de São Paulo e Rio de Janeiro, demonstram uma degradação social ao que o autor equiva essas populações das comunidades aos refugiados de países europeus no período de guerra, por entender que essa população ficava com sua cidadania em suspensão, tendo como consequência o não pertencimento ao Estado-Nação.

Segundo Endo (2005), essa separação produz de forma destacada dois grupos: *in-groups*, os incluídos, os corpos minimamente protegidos e os *out-groups*, os excluídos, os banidos e mais vulneráveis. Dessa forma, esses últimos estariam mais propensos a uma tocabilidade violenta por parte do outro, ao que num jogo perverso, tudo é permitido e ao mesmo tempo proibido.

Devido ao descaso do poder público, as comunidades se transformam em espaços onde a lei não chega ou então diante dessa ausência, desenvolvem uma lei própria, o que poderíamos pensar como uma tentativa, adequada ou não, de organização social. Com isso, a violência como sintoma poderia ser vista e entendida como uma estratégia de sobrevivência, como uma forma de repúdio ao abandono vivido.

Ferréz (2012) poeticamente nos diz:

É dia, alguém leva outra pessoa para juntos não chegarem. Alguém leva toda a culpa para outro inocentar. Alguém descobre que tudo que tem é nada. É dia, alguém atravessa uma linha tênue. Estou sozinho agora, em algum lugar minha pequena dorme, e estou sozinho agora. Meu nome não é o mesmo, e nem foi antes, mas eu tenho alguns motivos para não querer ser chamado. (Ferréz, 2012, p. 7).

## 1.2 A violência policial e política como representantes da violência atual

Inicimos essa parte a partir do olhar de Roudinesco (2008) que enfatiza de forma detalhada a justificativa dada pelos soldados nazistas diante do extermínio nos campos de concentração. Tais soldados na época afirmavam que os próprios prisioneiros (judeus, ciganos, homossexuais, comunistas, entre outros) pediam para morrer, uma vez que reconheciam que pertenciam a uma raça e uma condição de vida impura, e que diante disso, eles enquanto soldados acabavam por fazer apenas um favor para eles e para o mundo dentro da lógica ariana, cruel e higienista de Hitler.

Tal fala nos remete a um questionamento de nosso contexto atual, no que tange a ação da polícia, por vezes, também “justificada”, inadequada, violenta e cruel. Vale a pena ressaltar que nem todos os policiais encontram-se pertencentes a esse contexto, contudo, mediante as estatísticas já citadas, bem como situações envolvendo enfrentamentos com a polícia, tais fatos podem infelizmente ser representativos. Vejamos alguns dados acerca da segurança pública nacional na figura 3:

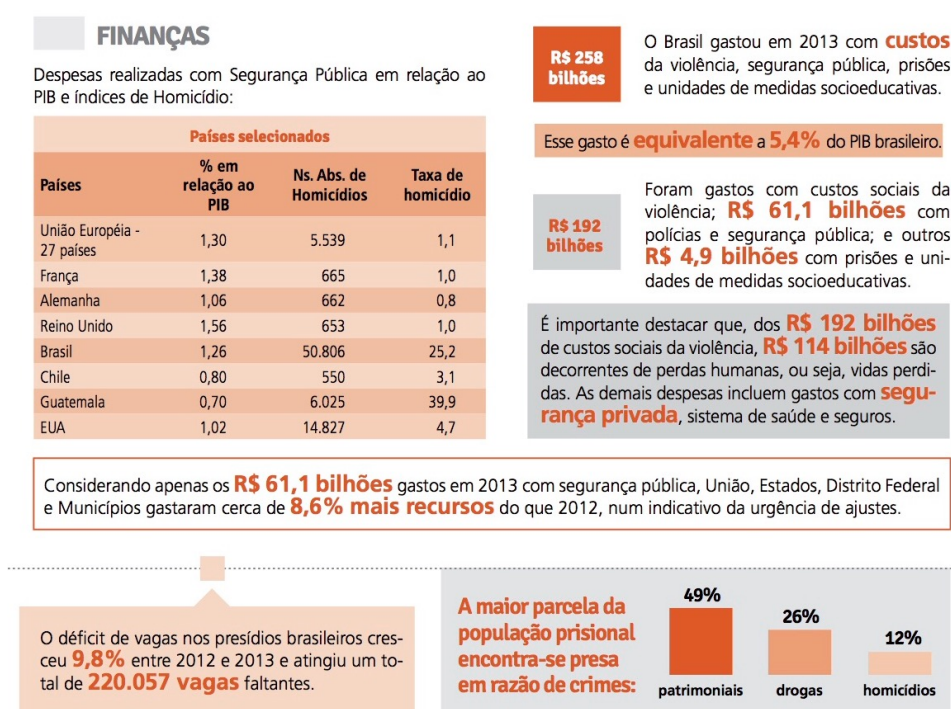


Figura 3 - 8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014)

Endo (2005) aponta alguns fatos envolvendo o atos violentos por parte da polícia, vejamos:

Em 2 de junho, após um distúrbio na penitenciária de Americana no Estado de São Paulo, a polícia especial fez mais de mil detentos despirem-se, fazendo-os passar num corredor de policias que os espancavam. Policiais em duas fileiras paralelas batiam nos prisioneiros seminus com chicotes, bastões, barras de ferro, garrafas e outros objetos; mais tarde, eles colocavam sobre as feridas abertas dos presos água com sal e vinagre (Endo, 2005, p. 44).

Já para Bauman (2013) respondendo a perguntas referente a ação policial, nos aponta:

Todos nós sabemos pela experiência que expedições punitivas só podem extinguir este ou aquele incêndio, não são capazes de vistoriar e reconstruir a área agora em chamas para impedir que continue sendo, para sempre, “socialmente inflamável”. O único jeito da ação extemporânea da polícia é tornar ainda mais aguda a necessidade de novas ações policiais: a ação da polícia, por assim dizer, distingue-se por reproduzir sua própria necessidade. (Bauman, 2013, p. 87).

Ocorridos nos anos de 1989, 1991 e 1992 nas cidade de São Paulo e no Rio de Janeiro, nos chamam atenção, fatos esses que provavelmente já caíram no esqueciemnto de todos, portanto vale a pena relembrar:

A Polícia Militar chamada ao 42º Distrituo Policial, forçou 51 homens a entrar numa cela de menos de 5 metros quadrados, com uma pesada porta de metal e sem nenhuma janela. Depois de mais de uma hora na cela, 18 deles foram encontrados mortos por sufocamento. Em 1991, na prisão de Agua Santa, no Rio de Janeiro, os guardas lançaram, após terem descoberto um plano de fuga, um dispositivo incendiário numa cela que resultou na morte de 31 prisioneiros queimados. Em resposta a um distúrbio em uma prisão, em 1992, na casa de Detenção de São Paulo, a Polícia Militar matou 111 internos (Endo, 2005 p. 45).

Endo (2005) ainda nos traz que tais práticas policiais respondem a um medo disseminado na sociedade, tendo como bodes expiatórios tudo o que pode denotar esse mal, como por exemplo os pobres, os negros e os nordestinos. A formula utilizada segrega, afasta, isola, arruína, limpa e por vezes também, extermina.

Em relação a essa violência policial, Lyra (2013) em seu trabalho com os meninos em medida socioeducativa no estado do Rio de Janeiro, aponta que para esses jovens a violência policial seria o tipo de violência mais perversa que enfrentam dentro das comunidades, mais severa que as guerras pelos pontos de tráficos entre as facções rivais. A imprevisibilidade policial seria a característica que tornaria tal violência a mais temida e a mais cruel.

É considera a própria encarnação da falta de liberdade que caracteriza a vida na favela. Com isso, seu antagonismo perante os garotos armados do morro remete a um estado anterior à sua

própria condição de traficante, referendando um passado comum no qual também esses meninos eram apenas moradores que sofriam e viam sofrer, nas mãos de policiais a destituição da dignidade (Lyra, 2013, p. 169).

No mês de outubro de 2015, um vídeo acaba circulando pela internet, ao que mostra um policial torturando um jovem que continha desenhado em suas costas a figura de um palhaço.<sup>15</sup> Com uma faca nas mãos, o policial a utiliza para raspar e arrancar a sangue frio a tatuagem das costas do jovem. Mesmo o jovem suplicando para que o policial parasse, o mesmo continua a tortura, rindo e utilizando de deboche em suas palavras, além de receber o auxílio de seus colegas policiais, que atacam também o jovem enquanto o mesmo encontrasse imobilizado no chão e sob tortura, conferindo-lhe chutes e pontapés. (<http://bahianoar.com/veja-video-filmagem-que-circula-na-internet-mostra-policiais-torturando-vitima-e-raspando-tatuagem-com-facao/>).

De acordo com Ferreira (2009) citado por Farias e Winggers (2015) as tatuagens seriam símbolos sociais correspondentes a diferentes grupos tribos. Dessa forma, a marca registrada no corpo acusaria forte atmosfera de afirmação identitária e um vasto repertório de representações. Na pesquisa dos referidos autores, os casos relatados demonstram através do palhaço e a carpa como tatuagem, assim como outras tantas, uma construção identitária a partir de um imaginário de violência que transversaliza o cotidiano e a realidade das crianças. Dessa forma as representações concebidas no corpo tatuado e pelo corpo marcado partem de significados construídos não isoladamente, mas sim socialmente concebidos.

Segundo Koçaka e Costa (2015), observa-se diversos costumes simbólicos como tatuagens de palhaço – matador de polícia ou assaltante, carpa – dono de “biqueira”, cifrão – poder econômico, dentre outros. Os autores apontam que esse ethos de “vilão” tem se reproduzido pelos adolescentes, mesmo que ainda não participem de forma tão literal de atividades infracionais, ou seja, não necessariamente um jovem que tenha em seu corpo um palhaço tatuado tenha de fato matado algum policial ou se possuir uma carpa desenhada em seu corpo que este tenha tido ascensão dentro do tráfico de drogas. Tal fato pode sugerir um senso de pertencimento, identificação, desejo e representatividade dentro do grupo social do qual convivem ou pretendem conviver.

---

<sup>15</sup> Socialmente dentro do mundo do crime, a tatuagem de palhaço pode significar envolvimento criminoso especificamente contra policiais. Alguns afirmam que ter tatuado um palhaço em seu corpo pode denunciar que o portador da tatuagem já tenha assassinado algum policial. Há também relatos de jovens que tatuaram a figura de um palhaço com o intuito de pertencer a alguma facção, bem como o de um posicionamento marcado contra a violência policial, sem que para isso tenha até momento cometido algum assassinato. De qualquer modo, independente do seu real significado e relação, tal ação violenta por parte dos policiais não se justifica, pelo contrário deveria ser condenada de acordo com os parâmetros legais, como por exemplo, crime de tortura.

Outro fator que chama muito a atenção é o apoio dado por parte da sociedade para atitudes cruéis como essas acima citadas. Muitas pessoas manifestaram em redes sociais apoio, sarcasmo, chegando a fazer piadas sobre o ocorrido, replicando de certo modo a conduta dos policiais no vídeo. Esses tipos de manifestações grupais, seja pelo movimento de massa, seja pelas telas de um computador, em que uma situação é motivo de riso para a sociedade, nos remete à relevância de entender a serviço de que estaria essa manifestação do riso.

Bergson (1983), em seu texto intitulado “O Riso”, faz uma pertinente reflexão sobre o tema. Para o autor, a comicidade, o riso, só existe quando há insensibilidade, isto é, algo só é passível de riso quando a sensibilidade é inexistente. O mesmo autor ainda afirma que se faz necessária a existência de uma indiferença humana para que algo ou alguém sejam cômicos.

Isso leva-nos a pensar na extensão da insensibilidade humana, inicialmente, presente na figura de alguns policiais e do Estado, agora também, através do riso, posta em nossa sociedade. A população em geral assiste a esses episódios como uma espécie de espetáculo, um teatro cruel das vidas reais, uma comédia que leva ao riso e porque não, ao entretenimento. Vemos sentido em tal afirmação quando nos deparamos com mídias sensacionalistas e formadoras de opinião vinculadas ao consumo e interesses particulares.

Sendo assim, o riso torna-se protagonista da cena, ao que nós enquanto espectadores manipuláveis da barbárie nos distanciamos do fenômeno observado e que ao nos imaginar afastados, assistindo à vida apenas como um espectador neutro, muitos dramas poderão se converter em comédia. Será através do riso que o sujeito torna-se equivocadamente visível, e em paralelo, tornar-se-a invisível a si mesmo, bem como deixa de existir enquanto ser humano para o outro. (Bergson, 1983).

Retomando a cena de Barbárie envolvendo os policiais e jovens tatuados, tal fato nos remete aos campos de concentração, onde assim como a tatuagem, os prisioneiros possuíam marcas que os identificavam, seja em suas características físicas, culturais, ideológicas ou comportamentais. Além disso, carregavam em seus uniformes as marcas de sua existência desrespeitada e violada. Os judeus carregavam bordadas em seus uniformes a estrela amarela de Davi, os gays o triângulo rosa, os comunistas o triângulo vermelho e assim por diante.

Endo (2005) comentando questões políticas e campanhas violentas por parte de alguns políticos, cita a atuação vexatória e inadequada do candidato Paulo Maluf durante as eleições a governador do Estado de São Paulo em 2002, onde o mesmo defende uma polícia de rua

armada para uma guerra com fusíveis AR-15. Tal situação por vezes era apoiada pela população e *erroneamente*<sup>16</sup> desejada. Diante disso o autor lança luz:

A predominância, a sustentação e o apoio a práticas violentas é o resultado de inúmeros processos, aparentemente fragmentados, que se encontram em momentos decisivos, soando perigosamente em uníssono. Eles não figuram como um movimento único e público, mas são irrigados pelo apoio de vários setores da sociedade, incluindo os pobres e a classe trabalhadora que, muitas vezes, mal se dão conta de que as piores repercussões deste apoio recairão sobre os menos privilegiados da sociedade (Endo, 2005, p. 35).

Vejam os mais alguns dados estatísticos relevantes na Figura 4:

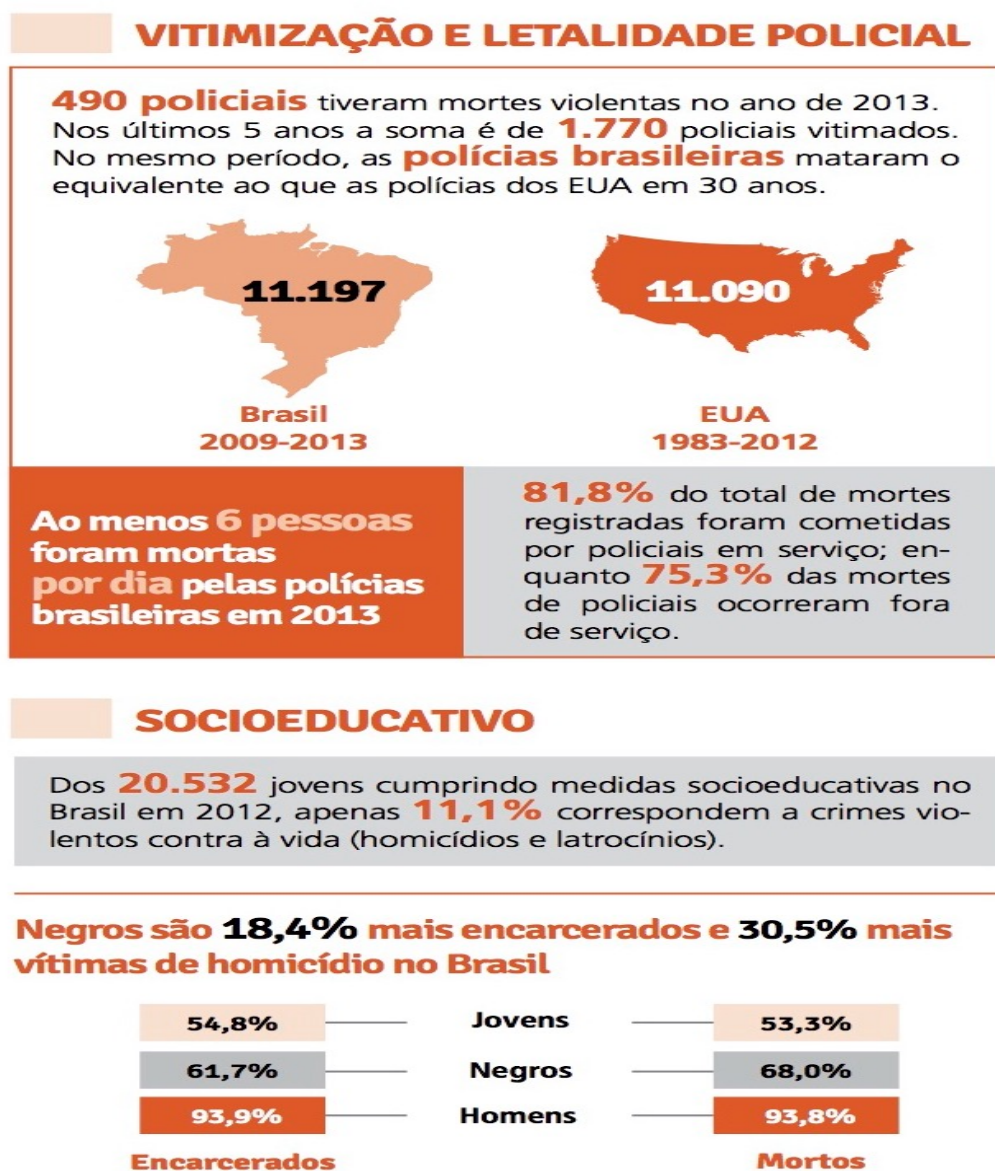


Figura 4 - 8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014)

<sup>16</sup> Grifos meus...

Por outro lado, podemos pensar que assim como os pobres servem de objeto de mau uso por parte da política e do governo, os tidos mais ricos, não se safam desse mal, ao que passam a ser também utilizados como massa de manobra. Um sinal desse fato pode ser observado quando vemos campanhas políticas tentando implicar o mal da sociedade em uma única parcela da população, vendendo uma ideia de que a população mais economicamente favorecida deve se proteger.

É principalmente sobre o corpo do pobre que a violência recai, de uma forma ou de outra, atuada ou vítima, padeçam desse processo, “alguns corpos são mais tocáveis do que outros, o rico paga, o pobre apanha, mas todos têm sua integridade ameaçada e colocada sob custódia.” (Endo, 2005 p. 72). Inúmeras manifestações ideologicamente preocupantes e excludentes são utilizadas para o julgamento e determinação da ação sobre o corpo do outro. As instâncias de poder e opressão, neste caso o Estado, o judiciário e a polícia, com o apoio de boa parte da sociedade civil, determinam quem são os bandidos, os vagabundos, os criminosos, dos que não o são. (Endo, 2005):

O suspeito deve possuir traços distinguíveis numa rápida olhadela (...) Não há modo de fazer isto senão exacerbando determinadas marcas, sinais, relativamente consagrados, visíveis no corpo e no comportamento do suspeito. Estas marcas não estão apenas na lente do policial, mas também igualmente na sociedade (...) Preto, pobre, nordestino, maconheiro, adolescente, representam autorizações prévias que permitem as práticas abusivas. Portanto, essa “demarcação” apóia-se frequentemente em preconceitos arraigados na sociedade como um todo, e não apenas na corporação policial. A suspeita ponto de partida de uma investigação consequente, no Brasil, representa comumente um caminho certo e sem volta para a eliminação de pessoas.” (Endo, 2005, p. 81).

No que se refere a maneiras e formas de dominação, encontramos em tais contextos, estigmas, preconceitos e estereótipos, geradoras de segregação, exclusão e violência. O poder toma conta como algo de extrema violência.

Outro termo que pode ser utilizado para nomear o estereótipo é o de preconceitos culturais.(...) fazem parte da ideologia (...) pode ser concebido como a justificativa para a dominação (...) tal como pode ser derivada da teoria marxista.(...) A ideologia é para nós a tentativa de se justificar qualquer forma de dominação. (Crochik, 2006, p.39)

Quando nos deparamos com situações de violências, sendo elas veladas ou diretas, da ordem social, em espaços públicos e principalmente dentro de instituições do Estado, um dos órgãos competentes para auxiliar nesse mapeamento da violência e no combate da mesma são

os órgãos intitulados por defesa e proteção dos Direitos Humanos, setor esse pertencente teoricamente ao escopo político do Brasil.

No depoimento abaixo encontramos relevantes políticos da cidade de Rio de Janeiro tecendo afirmações preocupantes, se não absurdas, acerca do tema violência em um importante jornal da Cidade de São Paulo. As opiniões foram declaradas perante atentados promovidos pelo tráfico de drogas, vejamos:

O que são Direitos Humanos? Direitos Humanos são para quem está aqui fora (da cadeia), livre, que não cometeu nenhum ato ilícito. Esse direito tem de ser preservado à população de bem. (Rosinha Matheus, governadora do Rio de Janeiro) Se eu fosse governador naquele momento, a rebelião em Bangu 1, em setembro de 2002, não tinha conversa, não tinha negociação. Mandava entrar o Bope e matava quem tinha de matar. (César Maia, prefeito do Rio de Janeiro) Nosso bloco está nas ruas e se tiver que ocorrer conflito armado, vai ter. Se alguém tiver que morrer por isso, que morra. Nós vamos partir para dentro, não tem conversa. (Josias Quintal, Secretário de da Segurança do Rio de Janeiro) (Jornal folha de São Paulo 2003, C.5, citado por Endo, 2005).

Nesse momento se retomarmos nossa Constituição Federal de 1988, na qual possui como espinha dorsal o direito igual a todos, não havendo em suas disposições nenhuma distinção de um humano para o outro no que tange os direitos humanos. Diante disso, é válido lançar luz acerca de tal postura política/social a partir do olhar de Foucault (1987) que diz:

Seria hipocrisia ou ingenuidade acreditar que a lei é feita para todo mundo em nome de todo mundo; que é mais prudente reconhecer que ela é feita para alguns e se aplica a outros; que em princípio ela obriga a todos os cidadãos, mas se dirige principalmente às classes mais numerosas e menos esclarecidas; (...) que nos tribunais não é a sociedade inteira que julga um de seus membros, mas uma categoria social encarregada da ordem sanciona outra fadada à desordem: percorrei os locais onde se julga, se prende, se mata... Um fato nos chama a atenção sempre; em toda parte vedes duas classes bem distintas de homens, dos quais uns se encontram sempre nos assentos dos acusadores e dos juizes, e os outros nos bancos dos réus e dos acusados. (...) A lei e a justiça não hesitam em proclamar sua necessária dissimetria de classe. (Foucault, 1987, p. 243)

### **1.3 A sociedade expectadora como contribuinte da violência**

Entendendo a violência como um espetáculo dentro do cenário social atual, Endo (2005) aponta que tal especularização da violência desumaniza tanto o que sofre a violência como o outro que assiste, tornando o fato em si em um simples entretenimento cotidiano, sem nenhum envolvimento com a informação, denotando um alienismo cruel. Quanto mais a

população é atingida pelos tipos diversos de violência, mais difícil torna-se compreender a sua participação na construção e manutenção dessa mesma violência.

O denominado agressor, nos leva a pensar que o indivíduo que se sujeita a fazer parte do mundo do crime, se identifica com o que Adordo (1985) baseado no pensamento de Zuin, chamou de “cosmo social agressor” que articulado com a teoria crítica, nos aponta que apenas os mais fortes sobreviveriam, os demais, ou seja, a grande maioria dos ditos criminosos apenas participariam de um espetáculo cíclico e violento. Transpondo tal situação para os adolescentes em conflito com a lei, o presente fenômeno, talvez justificaria a curta carreira desses meninos dentro do crime, tendo como destino a morte precoce, ao que somente os mais fortes sobreviveriam.

É impossível não pensar na violência vivida dentro das comunidades mais carentes, violência essa muitas vezes promovida pela negligência do próprio Estado e infelizmente por nossa polícia.

Podemos dizer, entretanto que qualquer habitante da cidade se remete a alguns traços comuns quando se fala das violências na cidade de São Paulo: a própria vida posta em risco, a convivência com a angústia e com o medo, à morte exposta e nua. Viver sob essa experiência cotidiana, repetidamente, impõe mais a uns que a outros, o que chamamos de convivência com o traumático, experiência que se procura evitar a todo custo, ao mesmo tempo em que se a faz perdurar. Nesse custo, estão incluídos o isolamento, o apoio à ação policial dura e à permissividade ao desrespeito dos direitos civis, desde que eles sirvam para evitar uma nova repetição do trauma, ao mesmo tempo em que se criam as condições para a sua reprodutibilidade. É uma população assustada, muitas vezes em pânico que, frequentemente, não vê outra forma de combater a violência a não ser violentamente, apontando para um futuro catastrófico e potencialmente inviável para a cidade, repetindo ao infinito as possibilidades de qualquer cidadão, a qualquer tempo, ser violentado (Endo, 2005, p. 287).

Wiedemann (2005) citado por Guarrinelo (2007), aponta que os gladiadores inicialmente eram majoritariamente prisioneiros ou escravos. Contudo durante o Império Romano, surgiram também os gladiadores ditos livres, alguns até de origem nobre, que se apresentavam voluntariamente para as barbáries, submetendo-se ao seu mestre, através do juramento que dizia: “juro deixar-me ser queimado, amarrado, chicoteado, morto pelo ferro e qualquer outra coisa que meu senhor ordene” (s/ pág). Nesse momento nos remetemos aos meninos envolvidos com a prática infracional, seja ela o roubo, o tráfico de drogas, ou qualquer outra, submetendo-se a situações de risco, porém heróica como a de um gladiador. Para participar do mundo do crime, os jovens também precisam concordar com as regras do grupo,

da facção ou da própria polícia, uma espécie de contrato, de acordo ou ainda como uma espécie de sentença de condenação.

Rolando (2001) a partir do pensamento do filósofo Levinas, aponta que um ser humano lutando por sua liberdade se sujeitaria inclusive à morte se assim necessário fosse. Diante disso necessitaríamos de um sujeito minimamente empoderado de direitos e que estivesse disposto a morrer ao ter que sucumbir a uma ordem tirânica e cruel. Contudo a autora aponta que por vezes é impossível se recusar a essa tirania em função dos instrumentos que a própria tirania possui, isto é, da tortura à intimidação, da propaganda ao pacto de silêncio e da ameaça à sedução, da inexistência da ética a invisibilidade humana.

A Ética deve ser início de qualquer relação, como uma espécie de norteadora da existência do outro. A tirania então se daria exatamente quando não existe o outro, quando não há reconhecimento de sua humanidade e existência. A tirania consistiria no momento em que eu recuso a realidade oposta a mim, o eliminado, seja de forma concreta ou mesmo simbólica. Sendo assim, a morte ao outro tido como diferente é imposta (Rolando, 2001).

Com relação a morte do dito diferente, Crochik (2006) utiliza do conceito do estereótipo para trazer que os mesmos mascaram uma situação, oportunizando ao indivíduo uma forma de não sentir-se igualado ao alvo estereotipado. O autor no intuito de exemplificar conta uma história de uma pessoa que cometeu um delito e recebeu o rótulo de criminoso. Tal estereótipo remeteria a uma pessoa de mal caráter, alta periculosidade, sem pudores e escrúpulos, o que facilitaria a população em pânico de afasta-lo de seus olhares, por não conceberem uma possibilidade de encontro, de humanidade, e com isso, desprovido de aspectos humanos, podemos encontrar um perfeito representante para o depósito de nossas angústias e julgamentos.

Quanto mais distintos julgarmos que somos dele (o criminoso), mais protegidos nos sentimos dos impulsos hostis que nos pertencem. Nesse sentido, os estereótipos evitam termos de pensar como as condições sociais nas quais vivemos e que fortalecemos contribuem para o crime, e o quanto nós próprios, nessas condições, poderíamos cometê-lo. Em outras palavras, evitam a reflexão sobre o mundo social e sobre nós mesmos. (Crochik, 2006, p. 26)

Crochik (2006) entende também o estereótipo como uma ferramenta de manipulação de massa, de dominação. O estereótipo oferta ao indivíduo e a sociedade a possibilidade de falar e apontar sobre aquilo que não se conhece, impedindo um refletir pautando em elementos amplos e concretos, bem como subjetivos e críticos.

Podemos entender que uma vez que a maior parte da população se torna escrava de uma velocidade de informações, identificamos a urgência por definições rápidas e precisas, o único recurso que o indivíduo teria para recorrer como manifestação seria o estereótipo. (Bauman, 2001).

Ao se pensar em violências sociais, vinculado aos estereótipos podemos pensar no conceito de estigma. Goffman (1982) no qual afirma que o estigma representaria algo de ruim, que deve ser evitado, banido e afastado, uma ameaça à sociedade. Uma marca, como uma espécie de cicatriz, que atribui ao sujeito aspectos pejorativos. Geralmente as pessoas recebem o estigma a partir de algum aspecto destoante da maioria normativa, como por exemplo, questões que envolvam o aspecto físico, comportamental, social ou moral. Em nossa sociedade, pensando a partir disso, poderíamos dizer que estaria mais protegido das marcas do estigmas o indivíduo que fosse: Homem, hétero, branco, residente da capital, adulto mas não velho, jovem mas não adolescente ou criança, rico, potente sexualmente, atlético e lúcido. Todo o oposto ao que foi citado poderia estar mais vulnerável, e por que não destinado, a receber um estigma.

Na tentativa de ofertar um contra ponto em relação a formação de estigmas, Sales (2007), provoca na sociedade um desconforto e oportuniza a desconstrução de verdades absolutas acerca da realidade envolvendo a temática de adolescentes em conflito com a lei. A autora propõe um abandono de concepções equivocadas, baseadas em senso comum e preconceito propagados pelos meios de comunicação atuais acerca do tema. Em contrapartida defende e apresenta fortemente uma veia pela luta dos direitos humanos, demonstrando o papel da sociedade, ou melhor o nosso papel enquanto social na construção de tal realidade.

Os adolescentes em conflito com a lei são muitas vezes tratados como a escoria social, ao que se encontrarem presos numa lógica cruel e ao mesmo tempo excludente, apartados de seus direitos como cidadãos e em paralelo servindo de espetáculo aos olhos reducionistas da sociedade. Seus atos supostamente impunes, informação essa ventilada pelas mídias, fornecem subsídios à uma espécie de retórica conservadora e estigmatizante por parte daqueles que defendem e preferem o enclausuramento ao processo educativo, que apoiam a redução da maioridade penal ao investimento em educação (Sales, 2007).

*“Por mais difícil que consideremos a aplicação dessas ideias, precisamos abandonar totalmente a teoria de que as crianças e adolescentes possam ser inatamente amorais. Isso nada significa em termos do estudo do indivíduo que se desenvolve em conformidade com os processos de maturação herdados e permanentemente interligados com a ação do ambiente”*  
(Winnicott, 1966).

## **2. Contribuições para a compreensão do fenômeno da adolescência em conflito com a lei.**

Quando Calligaris (2000) aponta para o rito da adolescência envolvendo a perda do amor parental sem a certeza do novo reconhecimento social, denota que talvez os adolescentes em conflito com a lei, talvez em sua maioria, não tenham tido essa garantia inicial que nos oferta depois a possibilidade de não sermos mais protegidos, pelo contrário, talvez por terem tido essa base supostamente prejudicada, não há muito o que perder, pois talvez já iniciaram o adolecer em prejuízo.

O adolescente seria como um adulto vivendo em férias e a adolescência seria a possibilidade de encarar um dos maiores sonhos da vida adulta, o sonho de liberdade (Calligaris, 2000).

Para Knobel (1996), o adolescente na eminência de não encontrar uma identidade própria, pode preferir ter qualquer identidade, mesmo que socialmente reprovável, o que nos auxiliaria a entender um dos fatores que talvez contribuam para o envolvimento de tantos jovens com tráfico de drogas e roubo, bem como outras condutas entendidas como atos infracionais e que na vida adulta são tipificadas como crimes.

Uma pessoa que era explorada e esqueceu isso vai explorar outras pessoas; a pessoa que era olhada com desprezo e faz de conta que esqueceu isso agora fará o mesmo. Não conheço, embora continue procurando, um caso de vitimização que tenha enobrecido suas vítimas em vez de despi-las de sua humanidade (Bauman, 2013, p.13).

### **2.1 A Psicanálise Inglesa de Winnicott e a conduta antissocial na adolescência**

Diante de tantos conflitos, promovidos e ou estimulados as vezes pelo próprio ambiente, é natural que a adolescência seja por vezes mal interpretada. Winnicott (1957/2005), aborda que muitas vezes a adolescência é vista erroneamente como um

problema a ser resolvido e não uma fase a ser vivida. Contudo o autor entende que tal fenômeno juvenil é um processo do desenvolvimento humano, e que deve ser possibilitado de ocorrer, para que dessa forma cheguemos a “cura” da adolescência, “A cura da adolescência vem do passar do tempo e do gradual desenrolar dos processos de amadurecimento; estes de fato conduzem, ao final, ao aparecimento da pessoa adulta. Os processos não podem ser acelerados ou atrasados, mas podem ser invadidos e destruídos” (p. 70).

Se o ambiente for favorável, se houver boas condições de cuidado num primeiro estágio da vida, tal contexto terá chance de ofertar o sentido de segurança necessário para o estabelecimento do desenvolvimento emocional, que por sua vez gera estabilidade e um lugar no mundo (Winnicott, 1957/2005). Conforme o autor, tal aquisição ocorre depois de repetidos testes, testes esses que botam a prova a resistência e a força do ambiente. Esse ambiente no início da vida é geralmente estabelecido pela figura da mãe ou de quem ocupar a função materna.

*A satisfação só é possível em um contexto de proximidade com a mãe capaz de reciprocidade, de adoecer com e por seu bebê e necessária para fazer com que ele comece a existir, a sentir que a vida é real. Essa mãe não pode ser complacente, pois o bebê confia na firme atenção dela para sua sobrevivência. E desta experiência surge a esperança da dependência possibilitadora da independência. (Lobo, 2008, s/p)*

As crianças e os adolescentes precisam de quem lhes apresente certa continência e força, para assim poderem “enlouquecer” nos braços do outro. Quem ocupar o lugar desse outro, sejam pais, educadores, professores, devem segundo Winnicott se dispor a ser:

(...) amados e odiados, desafiados e chamados a ajudar; os controles mecânicos não têm aí qualquer utilidade, e o medo não é o instrumento mais adequado para estimular a colaboração. É sempre um relacionamento vivo entre duas pessoas que abre espaço ao crescimento. Aos poucos, e com o tempo, o crescimento verdadeiro confere à criança ou ao adolescente um sentido adulto de responsabilidade, sobretudo daquela responsabilidade ligada à provisão de condições adequadas de segurança. (Winnicott, 2005, p. 31).

Segundo Winnicott (1979/1990), com a conquista da autonomia, da autoria de pensamento e do processo de independência, o adolescente é capaz de se defrontar com o mundo real, de encara-lo, e ter uma existência enquanto ser único e real dentro do social. Mesmo assim pode haver grandes possibilidades de recuo neste desenvolvimento da socialização, ou mesmo uma paralização, podendo o indivíduo se defrontar com uma tensão pessoal e /ou social maior do que possa suportar.

Deve-se esperar que os adultos continuem o processo de crescimento e amadurecimento junto com esses jovens, uma vez que eles raramente atingem a maturidade completa nessa fase da vida, se é que alguém algum dia alcança esse lugar. Pode-se dizer que um jovem se iniciou na vida adulta, quando este pode encontrar um lugar dentro do social, de uma escolha profissional, de um trabalho, das relações interpessoais, ao que pode a partir de uma relação dialética estabelecer algum padrão em que ao mesmo tempo concilie a identificação com os pais e responsáveis assim como poder estabelecer uma identidade pessoal, única, individual e destacada do outro. (Winnicott, 1979/1990).

Winnicott (1966/1996) já apontava para uma crise necessária dentro da adolescência, fazendo afirmações polêmicas para época e que provavelmente ainda hoje gerariam certo desconforto na sociedade. Diante de certas manifestações, o autor denotava empatia e encontro com a fala dos jovens, ao que apresentava uma tentativa de entendimento dos fenômenos ocorridos. O autor cita em seu texto intitulado: *O que sai da boca dos adolescentes* - algumas falas de alguns jovens com as quais denotava certo apreço: “É errado passar para o lado errado da lei, mas, as vezes, é necessário” e “A geração mais velha passou por momentos duros... e subconscientemente eles acham que é fácil pra nós” (p. 67).

Winnicott (1996) nos anos de 1940 nos apontava que o adolescente com comportamentos que denunciavam algum tipo de conflito com a lei seria ao mesmo tempo um revolucionário em potencial, capaz de promover mudanças sociais relevantes, um idealista que possuiria sempre uma opinião de como as coisas deveriam ser. O autor ainda afirmava que não haveria pessoa mais deliciosa do que um adolescente desafiador, no momento em que ele nos idealizava como homem e como sociedade, antes de o decepcionarmos de alguma forma.

Winnicott (1984) apresenta a ideia de que a maturidade emocional tem chance de se desenvolver graças também e principalmente diante de uma provisão ambiental. Diferente do restante da psicanálise clássica, Winnicott irá atribuir também ao ambiente um papel fundamental para o desenvolvimento humano. No que se refere aos adolescentes em conflito com a lei, o autor entende que em algum momento houve algum tipo de lapso ambiental, acarretando em um bloqueio do processo maturacional.

Na década de 30 e 40, a psicanálise clássica e mais ortodoxa entendia, o que na época chamavam de delinquência e os distúrbios de caráter, como angústias frente à dualidade amor e ódio. Quando o sentimento de culpa não pode ser reparado ou mesmo dirigido pelo processo de sublimação, o indivíduo veria-se então, obrigado a atuar, dando vida e externalizando seu sentir de forma concreta e violenta, atuando.

Já Winnicott (2005), concebe tal assunto de maneira distinta. Em 1939, em meio a Segunda Guerra mundial, Winnicott é nomeado consultor acerca do plano de evacuação de crianças e adolescentes de seus lares de origem na cidade Londres em detrimento dos bombardeios e risco eminente de vida de tal população. A ideia do governo era salvar as crianças e os jovens, retirando eles das zonas de risco de bombardeio Nazista.

Tal experiência ofertou a Winnicott (2005) a possibilidade de desenvolver sua teoria acerca das manifestações violetas e entendidas como inadequadas socialmente em crianças e adolescentes. Winnicott nesse época utiliza o termo *Tendência Antissocial*. O autor observou que essa ruptura abrupta da criança com o seu meio familiar e social, por mais que fosse necessária em detrimento da guerra, gerou mudanças de comportamentos e mudanças no Ser dessas crianças e adolescentes, sendo a causa de tais mudanças o que ele intitulou como *Deprivação*.

Podemos entender como Deprivação, algo que o indivíduo tinha e perdeu de forma abrupta e num tempo emocional indevido, diferente da privação em que o indivíduo foi impossibilitado de ter, ou seja, nesse caso o indivíduo tinha algo e lhe foi tomado, perdido.

Para Winnicott (2005), tal fenômeno, a Deprivação, ocorreu com um grande número de crianças e adolescentes submetidas e esse período de guerra e de evacuação da cidade de Londres. Essa quebra das relações parentais, sociais e a mudança brusca de ambiente, fez com que comportamentos ditos inadequados surgissem, tais como, roubos, furtos, manifestações altamente agressivas, comportamento desafiador, danos ao patrimônio, entre outros.

Winnicott (2005) concebe que tal manifestação, dentro desse contexto de Deprivação, seria uma espécie de busca. Busca daquilo que lhe foi “roubado”. Esses meninos e meninas privados estariam buscando no ambiente o que lhes era de direito. Nesse movimento, o autor valida a *Esperança* como a questão central da recuperação e da remissão dos sintomas ditos antissociais. O grito no social então seria para o autor um sinal de saúde.

A importância da *Esperança* refere-se ao fato do indivíduo, criança ou adolescente, ter fé em reencontrar simbolicamente aquilo que perdeu, e dessa forma poder retomar o seu desenvolvimento emocional e maturacional. Nesse ponto, ainda não se cristalizou o fenômeno criminal como identidade, pois a Esperança ainda é presente e caberá ao ambiente prover tal continência e sobreviver aos impulsos agressivos, para que a tendência antissocial não se desabroche em identidade criminal. (Winnicott, 2005).

Winnicott (2005) entende que o divisor de águas entre a identidade infratora cristalizada e uma tendência antissocial é justamente o conceito de Esperança, ou seja, se o indivíduo busca na sociedade o que lhe foi tirado com a esperança de recuperação daquilo que

lhe é de direito, existe para o autor saúde emocional em tal manifestação vista pela maioria como inadequada. O autor enfatiza a saúde nessa busca, pois a criança ou o jovem estaria desejoso de retomar inconscientemente o seu desenvolvimento emocional, retomar o que é seu e voltar a caminhar em seu amadurecimento emocional. Porém, quando o indivíduo busca na sociedade algo não mais através da esperança de recuperar o que lhe foi tirado, mas sim, como ganho secundário, como identidade, o problema se intensifica, pois a manifestação e o sintoma entram para dar conta de outra coisa, e não mais pelo motivo inicial, movido pela esperança em encontrar o que havia sido perdido.

Desta forma a chance de tal gesto virar identidade é muito maior. Essa seria talvez a única forma de sobrevivência do sujeito, e desse modo, a prática criminal de alguma forma, oferta um Ser no mundo. Aqui, nesse estágio, o risco de se cristalizar em uma identidade infratora é muito mais provável. Não há tanta força e esperança na busca por um encontro humano, apenas uma forma de sobreviver sem ele. A esperança correria o risco de deixar de existir se tais sintomas, se tais gritos no social não fossem ouvidos, assistidos e interpretados. O jovem, sem esperança de ser visto e ouvido em seu pedido inconsciente, teria subjetivamente e socialmente a identidade infratora, talvez como a única possibilidade de existência.

Com esse olhar, Winnicott (1982) lança luz acerca de uma terapêutica e de uma possibilidade de atuação da psicanálise, até então, perante alguns casos, limitada e estruturalista. Winnicott aponta que “Não se trata, necessariamente, de uma doença da criança quando ela age antissocialmente; o comportamento antissocial não passa, por vezes, de um S.O.S. para que a criança seja controlada por pessoas fortes, carinhosas e confiantes” (p. 259).

Nos deparamos aqui com uma situação difícil: Como poderíamos explicar para os pais ou professores que tais gestos do ponto de vista emocional são um pedido de socorro, que existiria algo de positivo, por exemplo, perante o roubo ou algum tipo de agressão? Como explicar que tal fato deverá ser visto como algo benéfico no sentido do menino ou menina terem ainda esperança e fé de recuperar aquilo que ficou perdido? Infelizmente tal tarefa será árdua.

Quando a criança rouba ou é agressiva, a sociedade é suscetível não apenas de não perceber a mensagem, mas (mais do que provável) vai se sentir estimulada a responder moralmente. A reação maciça natural é em direção a punição pelo roubo e à explosão maníaca, e não se poupam esforços para obrigar o jovem dito criminoso dar uma explicação, em termos lógicos, que na realidade, não se aplicam (...) Essa confissão não tem, no entanto, o menor valor, porque, mesmo que possa contar fatos verdadeiros não pode chegar à verdadeira causa ou a etiologia da perturbação (Winnicott, 1999, p.87).

Winnicott (1975) citado por Mizrahi (2010), aponta para a dura mas necessária tarefa de abandonarmos a lógica binária que tenda a colocar em oposição o singular e o coletivo, o natural e o cultural. No quesito agressividade, rompendo com o conceito de pulsão de morte desenvolvido por Freud (1930) quando este último escreve o famoso texto *Mal-estar na civilização*, e defende que a crise do social coletivo geradora de coerção sobre o indivíduo só poderia ser explicada através do conceito de pulsão de morte, como uma parte agressiva, destrutiva, antissocial e existente no ser humano. Já para Winnicott (1950) citado por Mizrahi (2010) irá trazer outra visão: “Trata-se portanto de uma agressividade integrada a força vital e capaz de harmonizar-se com certo nível de resistência e tensão, colocadas pelos parceiros sociais” (p.81).

Winnicott (1950/2000) nos diz: “A principal ideia de que este estudo da agressividade veicula é que se a sociedade está em perigo, a razão disso não se encontra na agressividade do homem, mas na repressão da agressividade pessoal dos indivíduos” (p.355). Essa agressividade por vezes entendida como tendência antissocial não é algo específico de crianças e adolescentes mas pode ser manifestada em qualquer idade. Vale lembrar que não se trata de um diagnóstico, de uma doença, mas sim, de um sintoma de algo. (Winnicott, 1956 /2000).

Winnicott (1999) nos orienta no sentido de que tal trabalho exige do profissional um profundo mergulho, nem sempre agradável e tranquilo, na vida dos sujeitos. Afirma que a inteligência do profissional não será o mais importante e que o aspecto do desejo é o que deverá imperar nesse contexto. Enfatiza também que o aspecto de confiança deverá ser desenvolvido, até para que posteriormente essa mesma confiança possa ser testada.

Aos que desejam tentar, no entanto é necessário lembrar que esse não é o tipo de trabalho que pode ser empreendido superficialmente. Se a entrevista com um menino é marcada para as terças-feiras, as três horas da tarde, esta tem que ser uma data sagrada, e nada deve interferir. O menino não vai tirar proveito de um encontro, a não ser que ele se torne previsto, por ser confiável, e é claro que um dos primeiros modos de aproveitá-lo, caso sinta confiabilidade, é o desperdício. Deve-se aceitar e tolerar tais crises. Não há necessidade de que o indivíduo no papel de psicoterapeuta seja inteligente. A única coisa necessária é o desejo de se envolver, naquele período de tempo particular, limitado, com o que quer que lá ocorra ou apareça através da cooperação inconsciente que o paciente produz, a qual logo se desenvolve e desencadeia um processo poderoso (Winnicott, 1999, p.89) .

Será que estamos aptos, desejosos e confiantes enquanto sociedade para exercer tal função, para ocupar tal lugar na vida desses jovens? Tal pergunta nos remete a possibilidade de refletirmos de que nem tudo dependerá do jovem.

## **2.2 O olhar de Paulo Freire e outros autores contemporâneos**

Freire (2014) indo ao encontro do pensamento de Winnicott, aposta também na saúde dessa porção reivindicadora dos jovens, defendendo a transformação da rebeldia em protesto. O autor nos aponta:

Uma das questões centrais com que temos de lidar é a promoção de posturas rebeldes em posturas revolucionárias que nos engajam no processo radical de transformação do mundo. A rebeldia é o ponto de partida indispensável, é deflagração da justa ira, mas não é suficiente. A rebeldia enquanto denúncia precisa se alongar até uma posição mais radical e crítica, a revolucionária, fundamentalmente anunciadora. A mudança do mundo implica na dialetização entre a denuncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho (Freire, 2014, pp. 76 e 77) .

Para Freire (2014) uma autoridade democrática valoriza a liberdade e jamais a minimiza ou vê em sua linda essência qualquer nuance de deterioração de algum tipo de ordem, pelo contrário, a autoridade democrática e sua real coerência perante uma disciplina almejada denotaria que a “A disciplina verdadeira não existe na estagnação, no silêncio dos silenciados, mas no alvoroço dos inquietos, na dúvida que instiga, na esperança que desperta” (p. 91).

Kehl (2004) aponta o movimento um tanto perverso da sociedade em aproveitar a crise da adolescência, sendo essa última entendida como necessária, porém aproveitada pelo capitalismo dos tempos atuais.

Matheus (2010) indo na mesma perspectiva de Psicanálise Inglesa de Winnicott e da pedagogia de Freire, aponta que a crise na adolescência denotaria uma oposição ao movimento social que ofertaria com esse movimento opositor uma crítica saudável como mola propulsora para mudanças entre as classes que compõe a sociedade. Dessa forma a crise juvenil anunciaria o motor transformador na ordem social.

Segundo Matheus (2010) a crise na adolescência seria fundamental para o desenvolvimento do indivíduo:

A ideia de crise na adolescência como crise subjetiva, necessária a conquista de uma de uma interioridade que permite a inserção no mundo adulto – seja pela cumplicidade num ideário que preconiza a liberdade e a autodeterminação como sua principal bandeira, seja como

provação singular a ser vivida – encontra-se diretamente atrelada à ideologia do indivíduo, como condição mesma de sua realização (Matheus, 2010, p.141).

Indo ao encontro do pensamento de Winnicott, encontramos exemplos de pesquisadoras atuais que a partir de suas vivências no campo com o fenômeno da adolescência em conflito com a lei, denotam:

Se pensarmos no exemplo de um adolescente que pratica o delito de roubo, por exemplo, o senso comum diria que ele estava tentando por meio de sua ação o acesso facilitado a bens materiais. Entretanto, percebemos que, na verdade, o adolescente não valoriza aquilo que ele adquiriu, passando a diante com facilidade os objetos de que se apropriou porque, na realidade, ele está em busca da satisfação de alguma necessidade sua que não está sendo atendida e não consegue reivindicá-la de outra forma. O delito se constituiu, então como a única estratégia vislumbrada por ele de alcançar o que almejava (Brusius & Gonçalves, 2012, p. 189).

Em complemento, a partir do olhar de Junqueira e Deslandes (2003) citados por Emilio et al. (2012), os jovens apresentariam a capacidade de darem outro significado ao que lhes é faltante, principalmente através do conceito de resiliência, porém tal capacidade não lhes ofertaria a garantia de conseguiriam eliminar por completo o foco do problema, ou seja, mesmo buscando através outros elementos aquilo que é faltante, essa falta permaneceria, tendo o grupo de apoio papel fundamental em tal contexto vivido, vejamos:

Indivíduos resilientes podem dar um novo significado ao problema, mas não podem eliminá-lo; são capazes de superar as adversidades quando se lhe agregam o suporte social efetivo das relações micro e macrosociais, mas resiliência é um fenômeno que pode ser construído, treinado, melhorado. Seu conceito portanto, ultrapassou a visão do fenômeno restrito ao nível individual e de suas relações, avançando para incluir o claro papel dos grupos de apoio em sua promoção. (Emílio et al., 2012, p. 142).

Garbarino e Barry (1997) apontam para fatores propulsores de resiliência em relação a proteção dos adolescentes: O primeiro fator seria o *Fortalecimento de vínculos, Autonomia e Projeto de Vida*. *Fortalecimento dos Vínculos* é entendido como relacionamentos emocionais relevantes que são vistas como primeiro fator de promoção da resiliência. O Segundo fator seria *Autonomia*, que seria a introjeção de normas como condição primeira para o desenvolvimento da autonomia moral. Já o terceiro fato seria o Projeto de Vida, que seria o fato dos jovens possuírem um desenho próprio e singular sobre sua própria vida, bem como boas perspectivas do futuro.

A partir dos fatores de resiliência acima citados, podemos recorrer ao pensamento Fromm (1970) acerca do conceito de independência em que o mesmo nos diz:

Na verdade a independência completa é uma das realizações mais difíceis; mesmo que o homem supere sua fixação ao sangue e solo, à mãe e ao clã, apegue-se ainda a outras forças que lhe proporcionem segurança e certeza: sua nação, seu grupo social, sua família, ou suas realizações, seu poder, seu dinheiro. A independência não é conseguida simplesmente deixando de obedecer à mãe, pai, Estado, etc. A independência não é o mesmo de desobediência. Ela só é possível se o homem compreender ativamente o mundo, relacionar-se com ele e tornar-se uno com ele. A independência se fará no grau em que isso for conseguido. Não há independência e liberdade a menos que o homem chegue à fase de uma plena atividade e produtividade interior (Fromm, 1970, p.65).

Freire (2014) afirma que nas relações com o mundo o maior segredo seria o de pertencer e não se adaptar, situação essa por vezes indigesta principalmente em se tratando de adolescentes, que comumente, em conflito com a lei ou não, buscam um firmamento no mundo, uma possibilidade de serem inseridos e não de serem adaptados, vejamos:

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história (Freire, 2014, p. 53)

Bauman (2001) nesse sentido aponta para a necessidade do ser humano, em específico os jovens, em estabelecerem encontros relevantes e significativos. Podemos pensar que na ausência de certos encontros, a busca por novas filiações, sejam elas criminosas ou não, seriam necessárias.

Quando as velhas histórias de filiação (comunitária) já não soam verdadeiras ao grupo, cresce a demanda por histórias de identidade, em que dizemos a nós mesmos de onde viemos, quem somos e para onde vamos; tais histórias são urgentemente necessárias para restaurar a segurança, construir a confiança e tornar possível a interação significativa com os outros. A medida em que as velhas certezas são varridas para longe, as pessoas procuram novas filiações (Bauman, 2001, p. 90).

Dessa forma nos questionamos de como se dará a perspectiva de vida presente e futura de jovens envolvidos com o crime? Será o crime um lugar de sentido? A partir do pensamento de Winnicott (2005) poderíamos pensar que enquanto há luta, há esperança.

*Viver na Fundação não é bom  
Bom é ser livre em toda situação  
Mas tenho minha opinião  
Sobre esse período de transição  
Que muitos dizem ser prisão.  
Nesse lugar, maldade...  
Que ao mesmo tempo é saudade  
Por estar privado de liberdade  
Mas tem um lado positivo, Nessa realidade  
Estou me reabilitando para a sociedade.  
Acordo e vejo grades  
Meu peito dói de verdade  
Só quem passou, Por isso sabe  
De todas as realidades e crueldades...  
A maior necessidade  
É a Liberdade!*

(Poema de um adolescente em privação de liberdade,  
interno da Fundação CASA – SP, 2014).

### **3. O regime socioeducativo e a violência institucional.**

Segundo um levantamento em 2006 feito pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA) e pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) acerca dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas no país, tal pesquisa aponta que das 366 instituições, divididas em unidades de internação, internação provisória e semiliberdade, o número total de jovens internados na época era de 15.426 jovens. Os resultados apontam para uma aumento de 28% em comparação aos dados de 2002. (Brasil, 2006).

Acredita-se que infelizmente o judiciário vem priorizando a aplicação de medidas socioeducativas mais severas, como por exemplo, regime de semiliberdade, internação provisória (45 dias) ou internação (até 3 anos), em detrimento as que são executadas em meio aberto, como a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e a Liberdade Assistida (LA). Vejamos o quadro 1 abaixo:

Taxa de Crescimento da Restrição e Privação de Liberdade / Relação 2010 e 2011

	Estado	Internação			Internação Provisória			Semiliberdade			Total		
		2010	2011	TAXA	2010	2011	TAXA	2010	2011	TAXA	2010	2011	TAXA
NORTE	AM	33	106	221,21	25	48	92	9	26	188,89	67	180	168,66
	AC	122	258	11,46	42	78	85,71	27	61	125,93	191	397	107,85
	PA	161	235	45,96	94	92	-2,13	34	34	0	289	361	24,91
	TO	80	42	-47,50	20	76	260,00	23	52	126,09	123	170	38,21
NORDESTE	PB	151	208	37,75	49	96	95,92	12	5	-58,33	212	309	45,75
	MA	43	49	13,95	46	44	-4,35	17	13	23,53	106	106	0
	BA	278	332	19,42	123	83	-32,52	64	31	-51,56	165	446	-4,09
	PE	1.023	1.058	3,42	264	240	-9,09	169	202	19,53	1456	1500	3,02
	CE	646	270	-58,20	323	160	-50,46	106	140	33,33	1074	570	-46,93
CENTRO OESTE	DF	500	521	4,20	173	195	12,72	81	79	-2,47	754	795	5,44
	GO	159	202	27,04	69	73	5,80	11	9	-18,18	239	284	18,83
	MT	143	127	-11,19	72	48	-33,33	0	0	0	215	175	-18,60
	MS	164	154	-6,10	27	26	-3,70	2	24	1100,00	193	204	5,70
SUDESTE	ES	279	342	22,58	166	200	20,48	14	9	-35,71	459	551	20,04
	MG	652	892	36,81	284	273	3,87	105	102	-2,86	1041	1267	21,71
	RJ	344	361	4,94	259	302	16,60	230	251	9,13	833	914	9,72
	SP	5.107	6.011	17,70	1168	1585	35,70	539	581	7,79	6814	8177	20,00
SUL	PR	778	705	-9,38	253	180	-28,85	52	50	-3,85	1083	935	-13,67
	SC	168	180	7,14	193	99	-48,70	79	67	-8,22	434	346	-20,28
	RS	669	737	10,16	106	146	37,74	85	69	-18,82	860	952	10,70
Total*		11.500	12.790	-	3.756	4.044	-	1.659	1.805	-	16.608	18.639	-

Fonte: Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei / SDH 2011

De acordo com a pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas - ONU (2010) sobre homicídios de jovens no Brasil, foi comprovado que o jovem de 15 a 24 anos é a

população que mais prática e também aquela que mais sofre homicídios. É provável que estes dados reflitam uma característica peculiar a essa fase da vida: a vulnerabilidade a que estão submetidos às influências sociais, sofrendo e participando das consequências de uma sociedade onde a violência é de âmbito estrutural, que possui cor e classe social.

### **3.1 A cor da pele como marca social nos jovens em medida socioeducativa**

Tal tópico se faz pertinente nesse trabalho em razão da realidade brasileira das medidas socioeducativas tanto em meio aberto como em regime fechado. Na presente pesquisa a maioria dos jovens, mais de 60% são negros. Não iremos aqui aprofundar as questões vinculadas ao racismo, mas não podemos esquecer da herança brasileira em relação ao período de escravidão e não podemos deixar de levantar alguns pontos relevantes para auxiliar a compor o cenário atual das medidas socioeducativas no país.

Conforme dados oficiais da United Nations Children's Fund - UNICEF (2015), 28 crianças e adolescentes são assassinados diariamente no Brasil, na sua maioria, do sexo masculino, negros, pobres e moradores das periferias. Ainda segundo tal órgão, um adolescente negro tem 4 vezes mais chance de morrer assassinado do que um adolescente branco.

Ao se falar de Adolescente em Conflito com a lei, vemos que infelizmente ainda há uma relação com o passado, que marginalizava e excluía esse jovem em razão de seu meio social. Sartório (2007) e Sartório e Rosa (2010) apontam que os estereótipos definem o modo de tratamento. Características como etnia, classe econômica e nível de escolaridade ainda são levados em conta tanto na hora da abordagem policial como também na hora de se cumprir a lei.

Podemos então a princípio sustentar a ideia de que o quadro da violência no Brasil possuiria classe social, gênero e raça.<sup>17</sup> De forma bem superficial, cruel e preconceituosa, o senso comum poderia nos levar ao gravíssimo erro de pensar no crime como sendo algo que pertence aos meninos, negros, pobres e moradores da comunidade. Sendo assim erroneamente teríamos mapeado a população que devemos encarcerar, afastar da sociedade e punir.

Contudo o desafio aqui seria tentarmos entender quais os motivos, históricos, sociais e políticos que levam a tal cenário? Por que será que ser menino, negro, pobre e morador da periferia no Brasil os colocaria em uma maior situação de risco e vulnerabilidade, a ponto de, segundo os dados apontados, ter 4 vezes mais chance de ser assassinado dos que os demais?

---

<sup>17</sup> Na presente pesquisa 61% dos jovens são negros. Contudo o que mais unifica tais jovens a princípio seria o tipo de ato infracional, furto, roubo de carro e tráfico e também o local em que residem, nesse caso a comunidade de Heliópolis, localizada na região sudeste da cidade de São Paulo. Tais características da amostra estudada serão melhor detalhadas nos capítulos seguintes.

Segundo Endo (2005) ser negro e denominar-se negro no Brasil é correr o risco de assumir uma posição de conflito. Ser negro é ser determinado, tocável como diria o autor. Tal posição daria mais acesso do outro ao seu próprio corpo. O autor ainda aponta que o ato de tortura por exemplo é uma espécie de posse do corpo do outro, que permite ao praticante da tortura ganhar de todos os lados, ou seja, poder através da ação arbitrária, reconhecimento através da confissão e dinheiro quando há pagamento de propina, tudo isso sobre o aval da ilegalidade. Tal liberdade arbitrária sobre o corpo do outro segue o modelo escravocrata, onde a violência era vista como uma medida natural e até mesmo como uma obrigação, ao que entra em cena a cruel e falsa justificativa “pedagógica” do proprietário em disciplinar seu escravo.

De acordo com Barreto, Medrado e Quadros (2013) baseados na dissertação de mestrado intitulada "Gênero, Corpo, Emoção e Medidas Socioeducativas: Uma aproximação da violência urbana" (Barreto, 2007), os autores apontam para dados relevantes acerca do perfil dos jovens envolvidos em atos infracionais. Segundo eles, pesquisas apontam (Assis, 1999; Barros, 2003; Brito, 2000; Rocha, 2002 & Ribeiro, 2006) que há uma grande incidência de homens jovens, pobres e negros, tanto na ocorrência do ato infracional como também são os que mais tornam-se vítimas de homicídios.

Pensando ainda em crueldade, a cor da pele promoveria uma espécie de crachá para a promoção da violência, Fanon (1952/2008) em sua relevante obra chamada: *Peau Noire, masques Blancs*, na tradução: *Pele Negra, Máscaras Brancas*, aponta para a violência perante o negro construída sobre um discurso racista e colonialista. O autor a partir de uma base na filosofia de Hegel, aponta uma certa invisibilidade no sentido do não ter direito de ser um sujeito desejante, cidadão e humano, e nas falas de um negro ele grita:

Peço que me considerem a partir do meu Desejo. Eu não sou apenas aqui-agora, enclausurado na minha coisidade. Sou para além e para outra coisa. Exijo que levem em consideração minha atividade negadora, na medida em que persigo algo além da vida imediata; na medida em que luto pelo nascimento de um mundo humano, isto é, um mundo de reconhecimentos recíprocos. Aquele que hesita em me reconhecer se opõe a mim. (Fanon, 2008, pp. 181 e 182).

Segundo Guimarães (2008) a obra do Pedagogo Paulo Freire chamada e aqui utilizada *Pedagogia do Oprimido* é influenciada pelas ideias de Fanon, escrito entre 1965 e 1968 durante seu exílio no Chile.

É nesse olhar para além da coisidade que repousa nosso questionamento, ao nos lançar para o cenário das medidas socioeducativas, sendo o jovem negro ou não, será ele coisificado?

### **3.2 Realidades e funcionamento socioeducativo em privação de liberdade**

Em relação aos aspectos legais atuais, no Brasil quando se trata de homicídios ou outros atos infracionais mais graves, geralmente o jovem é internado em uma instituição fechada, privado de sua liberdade por um tempo máximo de 3 anos (Brasil, 1990). Contudo o que vemos é um enorme número de adolescentes internados em instituições sem pertencerem a esse perfil mais violento.

A instituição responsável no Estado de São Paulo pela internação e acompanhamento desses jovens em conflito com a lei, como apresentada acima, é a intitulada Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA, conhecida como a antiga Fundação do Bem Estar do Menor – FEBEM.

Guirado (1980) ainda aponta outras características relevantes acerca da FEBEM, como por exemplo, o olhar extremamente pejorativo perante as famílias dos internos, ao lançar para essa parte da população uma conotação altamente punitiva, responsabilizando-os por todas as mazelas sofridas.

Ainda nesse mesmo viés, a criança e o adolescente eram vistos como algo a ser reformado, adaptado, modificado de acordo com os valores sócias, morais, legais e religiosos da época. A FEBEM traçava assim um padrão a ser seguido e nas palavras de Guirado (1980) *“Pode-se extrair a mensagem de que o menor é objeto de normatização e assim deve ser tratado, para que não se torne um peso incomodo e perigoso... as crianças lá ficam como que detidas”* (Guirado, 1980, p. 162 e 163).

Situações de violências institucionais ocorriam diariamente, desde as mais graves como abusos sexuais, agressões físicas e psicológicas até as mais veladas e sutis, mas nem por isso menos violentas, como por exemplo o tratamento nada individualizado. Não possuíam e nem poderiam ter nada que os representasse; usavam as mesmas roupas, o mesmo corte de cabelo, tudo igual. Outro dado representativo dessa violência era o costume da instituição em identificar a todos através de etiquetas presas em seus uniformes, ou ainda quando eram acordados aos gritos e apitos sem qualquer explicação ou necessidade. Não esclareciam nada para essas crianças e adolescentes, não havia espaço para dúvidas e questionamentos. Quando funcionários da FEBEM se dirigiam para dizer algo, era comum condutas que envolviam mentiras, enganações e ameaças. Acerca de tal violência *“Essas ações dão, ao lado da ideia*

*de coisificação, desindividualização e impessoalidade, a ideia de arbitrariedade, casualidade e ambiguidade do ambiente novo no qual a criança é introduzida”* (Guirado, 1980 p. 166).

Após a FEBEM ganhar uma visibilidade negativa a nível internacional em função de inúmeras rebeliões, denúncias de maus tratos aos adolescentes envolvendo todo tipo de violência, sem contar os altos índices de reincidência, bem como superlotação e precariedade das unidades, a imagem que se tinha desse tipo de instituição no Brasil piorou muito. Somente no ano de 2003, uma média de 80 rebeliões foram registradas e contabilizadas.

Diante desses fatos, o governo foi obrigado a responder a tal situação, ao que estavam sob uma pressão constante do ministério público, dos órgãos de luta e garantia pelos direitos humanos, entre outras organizações pertinentes, que exigiam mudanças urgentes perante tal cenário. Em 2005, os fenômenos de horror e violência se repetem de forma novamente expressiva. Tal fato auxiliou para culminar na aprovação do projeto de lei em que se propunha uma mudança na gestão dos serviços e da a responsabilidade pelos jovens em conflito com lei. Com isso, o que antes era FEBEM, agora tornar-se-ia Fundação do Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA)<sup>18</sup>, com a proposta de assistir jovens de 12 a 21 anos incompletos inseridos nas medidas socioeducativas de privação de liberdade e semiliberdade.

Historicamente esses tipos de instituições acima citadas são marcadas no cenário brasileiro por sentimentos de fracasso, violência e conhecida popularmente como uma escola para o crime. Um local que deveria combater a violência é conhecido por promover a violência, onde o indivíduo em sua singularidade e historia de vida deixam de ser considerados e reconhecidos. Já é amplamente sabido das consequências catastróficas que uma instituição total pode acarretar na vida dos sujeitos que são submetidos a ela. Mesmo assim, a uma persistência do poder público em manter esse tipo de instituição na ativa, seja por qual interesse for. Outro autor clássico, referência sobre o tema, trouxe décadas atrás opiniões e afirmações infelizmente tão atuais. Segundo Goffman (1992) o mesmo aponta:

Há mutilações do “eu” nas instituições totais; uma delas é a barreira entre o mundo externo e o mundo vivido na instituição; os ritos de passagem, para serem “enquadrados” na cultura organizacional, podem também ser uma outra mutilação; “a perda do nosso nome é uma grande mutilação do eu”. (Goffman, 1992, p. 27)

---

<sup>18</sup> As características da Fundação CASA, instituição atualmente responsável pelas medidas socioeducativas de em caráter de privação de liberdade serão melhor descritas e abordadas no capítulo seguinte.

A partir desse ponto surge o nosso questionamento em relação a rotina dentro das Instituições Totais, Marin (2010) também aponta:

(...) pela rotina de atendimento, sem nome, sem objetos próprios, sem cama, sem roupa, sem sexo, sem história. Seu passado, muitas vezes incógnito; companheiros de toda hora: o abandono e a rejeição. O presente, ditado pela organização rígida de horários e tarefas a cumprir, de acordo com a função das pessoas que delas se ocupam. Seu futuro, o de provável delinquente, o de marginal sem dúvida (Marin, 2010, p. 66).

A rotina narrada nos dá a noção da realidade desses tipos de instituições, nas quais tudo é dividido, padronizado, imposto, nada é personalizado, discutido e construído, nada é “meu”, nada é por mim construído, nada ou quase nada passa a fazer sentido, perdendo-se assim a ideia do “ser” individual a partir de uma rotina e estrutura coletiva, não no sentido de grupo mas sim de dispersão de si mesmo, é um estar ao mesmo tempo junto de todos e separado de si.

Ainda seguindo o pensamento de Goffman (1992), o mesmo aponta:

Um conjunto de bens individuais tem uma relação muito grande com o eu. A pessoa geralmente espera ter certo controle da maneira de apresentar-se diante dos outros. Para isso precisa de cosméticos e roupas, instrumentos para usá-los, ou consertá-los, bem como de um local seguro para guardar esses objetos e instrumentos – em resumo, o indivíduo precisa de um “estojo de identidade” para o controle de sua aparência pessoal. (Goffman, 1992, p. 28).

Supomos que para se entender e respeitar o lugar do outro é preciso se reconhecer em seu próprio lugar primeiro. Será que instituições como a Fundação CASA ofertam o que é minimamente necessário para o cumprimento da medida socioeducativa no que defende o ECA (1990)?

De acordo com a tese de doutorado de Sales (2007) alguns episódios marcam a história da infância e juventude no Brasil. Às vésperas do Natal do ano de 1998, houve um incêndio, numa das unidades da FEBEM, unidade Tatuapé, na zona leste da cidade de São Paulo. De saldo, 22 adolescentes ficaram feridos e um acabou morrendo. Após sindicância e investigações, concluiu-se que o incêndio foi causado pelos próprios funcionários (monitores) da instituição.

Sales (2007) relata também que no ano de 1999, mais de 1400 adolescentes evadiram das unidades paulistas, ano marcado por inúmeros relatos de violência institucional, envolvendo agressões, maus-tratos, entre outras denúncias.

Tal tipo de violência, muito característica da época da FEBEM, hoje ainda infelizmente se faz presente. Vejamos abaixo o relato de repúdio a esse tipo de violência datado em novembro de 2016, denotando a realidade de uma unidade feminina da Fundação CASA, vejamos:

Em novembro de 2016, adolescentes em Medida Socioeducativa de Internação na Fundação Casa - SP / Parada de Taipas, denunciaram terem sofrido violência física e psicológica praticadas por funcionários da própria instituição. Embora a Defensoria e o Ministério Público de São Paulo tenham encontrado indícios de práticas de violência contra as adolescentes, a apuração realizada pela Corregedoria Geral da Fundação CASA concluiu que não houve agressão. Em entrevista a *Ponte - Direitos humanos, justiça e segurança pública*, o corregedor Jadir Pires de Borba disse: “Se as meninas falassem sempre a verdade, não deveriam nem estar aqui” (sic). (Revista Pathos, 2016, v.4 p. 55).

Em repúdio ao expressado pelo Corregedor Jadir Pires de Borba, a equipe da revista se manifesta publicamente ao que dizem em um dos trechos:

Manifestamos nosso repúdio a essa fala que percebe o discurso das adolescentes como ilegítimo, favorecendo o processo de reevitimização / estigmatização ao colocá-las exclusivamente no lugar de infratoras mentirosas, desconsiderando suas histórias de vida e vulnerabilidades sociais que as levaram ao lugar da internação, visão essa que distancia o ideal socioeducativo preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) das práticas de trabalho. (Revista Pathos, 2016, v.4 p. 55).

Não faltam dados estatísticos e empíricos, para comprovar o fracasso da instituição Fundação CASA, que termina por estimular a identidade infratora e a ampliação do conhecimento e desenvolvimento de práticas criminosas, ou seja, podemos pensar que uma escola do crime de fato existe.

Segundo a matéria de reportagem especial da Revista Psi, (Conselho Regional de Psicologia, nº180, nov/2014), intitulada *Contradições e SP*, consta que no mês de Agosto de 2014, o Ministério Público entrou com uma ação contra a Fundação CASA em função da superlotação e da inadequação segundo os princípios legais (ECA,1990) e SINASE (2012) de 106 unidades de internação das 116 existentes no Estado São Paulo, sendo esse último o que mais possui unidades de internação no Brasil. O Ministério Público chegou a conclusão que existia um déficit de mais de 1400 vagas só em São Paulo. Segundo o promotor Tiago de Toledo Rodrigues, responsável pela ação contra a fundação CASA, tal situação corrói de maneira quase definitiva qualquer trabalho socioeducativo destinado aos jovens. A reportagem ainda aponta para a negligência da Fundação CASA em relação a realização de

um trabalho preventivo do ato infracional e também da ausência de ações interventivas para o combate da reincidência. Diante disso, mais uma vez vemos um cenário típico da época FEBEM novamente se instaurando na vida de tais adolescentes.

Sposato e Andrade (2013) promovem uma reflexão importante acerca da superlotação das unidades de medida socioeducativa de internação no Estado de São Paulo e da banalização do judiciário ao se indicar um número elevado de internações em regime de privação de liberdade dentro do cenário das medidas socioeducativas. Segundo os mesmos autores, baseados no trabalho de Ost e Kerchov (2001) e Maretti (2013), levantam o questionamento sobre o que efetivamente dizem os números elevados de internação, provocando os leitores a pensar se de fato o princípio da excepcionalidade na aplicação da medida de internação está sendo respeitado e sobre quem de fato ganha com essas internações e qual seria o interesse do Supremo Tribunal Federal em legitimar a superlotação de uma unidade de internação. Questionam também a qualidade dos serviços prestados dentro das unidades da Fundação CASA e quais as possíveis consequências da privação de liberdade nessas condições.

Atualmente possuímos em nossa lei medidas socioeducativas para os jovens que descumprem ou violam alguma regra social. Teoricamente já existe então medidas e parâmetros legais que façam com que esse jovem responda pelo que ele fez de forma ética e humana. A questão que trazemos aqui é se de fato funcionam e dão conta em seu caráter educativo.

Talvez essa também seria outra boa justificativa para a sociedade Brasileira solicitar a redução da maioria penal como vem acontecendo, pois afinal de contas a justificativa inicial poderia ser de que o que existe atualmente não funciona. Diante disso, outras perguntas relevantes devem surgir: 1) Por que não funciona? 2) Será que o tempo máximo de internação é pouco ou muito mal aproveitado? 3) Será que de fato as atividades propostas pela lei ECA (1990) e SINASE (2012) são psico-socio-pedagógicas e realizadas em sua integralidade, ou pelo menos de forma minimamente adequada? 4) Será que as pessoas que são responsáveis hoje pelo processo socioeducativo desses jovens estão de fato preparadas, adequadas e qualificadas? Vale ressaltar que os mesmos funcionários da antiga FEBEM, conhecida pelo seu despreparo e violência, são os mesmos funcionários da atual Fundação CASA. Com isso surgem outros questionamentos, por exemplo, como se contrata esses recursos humanos, como se escolhe quem vai estar responsável por essa difícil tarefa de educar esses jovens e ofertar a eles uma nova oportunidade de Ser no mundo? Será que nós enquanto sociedade

estamos preocupados com isso, ou nosso intuito é simplesmente afastar de nós o Mal representado por esses jovens?

Segundo Foucault (1987) as leis, sua criação e a maneira de aplicá-las vão ao encontro dos interesses de uma classe e o domínio das ilegalidades ocorre e se propaga por intermédio do sistema penal/prisional, entendido aqui e em nossa realidade como mecanismos de dominação e tortura. Em relação a esse encarceramento e as penalidades, o autor aponta:

A penalidade seria então uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles. Em resumo, a penalidade não reprimiria pura e simplesmente as ilegalidades; ela as diferenciaria, faria sua economia geral. (Foucault, 1987, p. 240)

Recentemente, no ano de 2013, um outro grande episódio de violência por parte de alguns funcionários frente aos adolescentes internos ocorreu dentro de uma das unidades da Fundação CASA. Tal unidade é vista e entendida como tranquila em função do comportamento dos jovens, ao que sua maioria são primários e não reincidentes e também em razão da natureza leve dos atos infracionais cometidos por esses jovens. O que mais chama atenção nesse episódio foi a manifestação da atual Presidente da Fundação CASA, a ilustríssima Sr.<sup>a</sup> Berenice Gianella, que diante das imagens gravadas das agressões contra os adolescentes, afirma que tal situação seria de fato um absurdo, que não poderia ocorrer de forma alguma, que tal situação era cenário da antiga FEBEM. Contudo ainda na mesma entrevista, na sequência a presidente traz em sua fala a palavra **“Punir”** (sic), ao invés de Educar e cita que: *“ A Fundação CASA possui outros métodos de **punir** os jovens, como por exemplo, permanecer 5 dias trancados dentro do quarto ”* (sic). (Programa Jornalístico Fantástico – Rede Globo, 2013).

Aqui nos perguntamos: Será apenas uma questão de nomenclatura equivocada? Apenas um emprego errôneo de palavras, ou talvez uma forma equivocada de entender o próprio ECA (1990) que em nenhum momento entende e associa punição a medida socioeducativa.

Não conseguimos entender, e talvez seja uma limitação de nossa parte, mas o que pode ter de socioeducativo em manter um adolescente 5 dias trancado dentro do quarto, e sabe-se lá em quais reais condições de confinamento.

Aqui nos deparamos novamente com um fator importante e real, será que o tempo máximo de internação de 3 anos é pouco ou o que deveria e poderia ser feito nesses 3 anos

não está sendo feito, ou pior, sendo feito de forma a propagar ainda mais a violência e a criminalidade, gerando através de um sistema punitivo o sentimento de vingança nesses jovens? Se usarmos de empatia talvez conseguiremos responder minimamente tais questionamentos.

Brusius e Gonçalves (2012) referem que a condição de encarceramento vai na direção oposta da possibilidade de conexão com o jovem, ensejando sua total exclusão. Segundo as autoras a pura punição promovida por certos tipos de privação de liberdade geraria no jovem o sentimento de vingança ou submissão, promovido pelo olhar e conduta de uma espécie de monopólio estatal promovedor de violência as pessoas.

De acordo com Sartorio (2010) esse último aponta:

Essa ideologia da repressão e controle por meio do endurecimento das leis acaba agravando e não resolvendo a situação dos adolescentes, tendo como consequência o ingresso cada vez mais cedo deles no sistema penal falido dos adultos. Legitima-se a punição e repressão por intermédio de um Estado penal em vez de um Estado social, reforçando a ideia de que o sistema penal é de fato a solução para os problemas sociais e negligenciando-se, assim, os princípios educativos e socializadores esperados das medidas socioeducativas (Satorio, 2010, p. 558).

Ainda sobre a mesma reportagem, na suposta tentativa de mostrar as benfeitorias da Fundação CASA, a atual presidente da instituição enfatiza de forma aparentemente orgulhosa, o fato da instituição, ofertar, comida, escola, segurança, entre outros “benefícios”. Vale ressaltar que tais elementos são óbvios e ainda direitos garantidos e não deveriam ser usados pela presidente para apresentar as possíveis “qualidades” do serviço institucional, uma vez que tais questões básicas não passam de uma obrigação do Estado e de um direito garantido pelos jovens. Conseguimos compreender que não necessariamente a expressão de um pode ser representativa do todo. Contudo não podemos deixar de observar que tais afirmações foram proferidas trata-se pela presidente da Fundação CASA.

Mediante a isso, podemos citar a criação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006), que defende:

O fato de terem direitos significa que são beneficiários de obrigações por parte de terceiros: a família, a sociedade e o Estado. Proteger a criança e o adolescente, propiciar-lhes as condições para o seu pleno desenvolvimento, no seio de uma família e de uma comunidade, ou prestar-lhes cuidados alternativos e temporários, quando afastados do convívio com a família de origem, são antes de tudo e na sua essência, para além de meros atos de generosidade, beneficência, caridade ou piedade, o cumprimento de deveres para com a criança e o adolescente e o exercício da

responsabilidade da família, da sociedade e do Estado. Essa noção traz importantes implicações, especialmente no que se refere a exigibilidade dos direitos. (Brasil, 2006)

Essa violência conseguiu através das imagens ser dita de alguma forma. Os gritos em silêncio dos meninos que apanharam dos funcionários foram ouvidos e o fato tornou-se público. Mas e as outras violências, aquelas consideradas não ditas e vistas, onde estariam?

Quinet (2006) citado por Brusius e Gonçalves (2012), aponta que o não dito por vezes promove a violência, colocando em ato o que não alcançou a fala. Contudo a comunicação concreta e violenta está posta e não sendo da ordem do verbal, cria um fato. Diante disso podemos pensar que espaços de escuta se fazem necessários para que a fala surja e a chance de menos fatos ocorrem se faça presente. A questão é saber se as pessoas envolvidas estariam dispostas a falar, nesse caso os agentes produtores das violências institucionais.

A partir de uma pesquisa de campo, segundo o relato dos 18 profissionais pesquisados em serviços de medida socioeducativa nos anos de 2012 a 2015, Rentes (2015) aponta que o relato é unânime, em todas as falas dos jovens atendidos por esses técnicos em medida socioeducativa, com uma média de 200 adolescentes assistidos, em todos os egressos da Fundação CASA, sem exceção, há em seus relatos indícios de violências sofridas dentro das instalações da Fundação CASA em suas diversas unidades. As violências mais frequentes encontradas nos discursos são: situações vexatórias e humilhantes, tortura psicológica, ameaças, agressões físicas, e em alguns casos outras mais graves como abuso sexual, entre outras.

Segundo Coutinho, Estevam, Araújo e Araújo (2011) dentro de instituições de internação destinadas a adolescentes em conflito com a lei, possuem em seu cotidiano a violência presente e disseminada:

Nas interlocuções citadas pelos adolescentes em conflito com a lei, pode-se inferir que a prática das instituições pesquisadas não se assenta nos pressupostos da reeducação e da ressocialização. Estas são vistas como um lugar de expiação e castigo, retratando uma cultura institucional que encobre ainda a violência primária que o próprio ECA já condenou, tendendo a justificar a manutenção de práticas referenciadas em um paradigma correccional repressor. (Coutinho et al. 2011, p. 6).

Vemos claramente que aquilo que foi construído para combater acaba promovendo. Bleger (1984) aponta que o funcionamento das instituições possui a tendência e correm o risco de reproduzir a mesma lógica que visavam combater, ou seja, acabam por criar as mesmas dificuldades, sofrimentos dores e abandonos já vividos.

Vale lembrar também que em 26 de junho de 2014 um artigo foi incluído no ECA (1990), Lei 13.010 de 2014, que ficou conhecida como Lei da palmada, fato esse que nos chama a atenção, ou seja, a necessidade de se especificar na lei tamanha obviedade. Nos questionamos: Será que precisaremos ainda ser mais explícitos para que ações violentas com justificativas pedagógicas deixem de existir? Vejamos:

A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.” (Brasil, 2014).

Nesse momento lembramos das palavras de Silva (2004) citado por Oliveira (2006) ao que infere que o Brasil viveria uma contradição, pois por um lado adota posturas avançadas em sua legislação, indo ao encontro dos principais avanços consagrados e defendidos nos tratados e convenções internacionais, contudo por outro lado máscara e camufla uma prática por vezes arcaica e discriminatória.

Em relação ao que pode ser entendido aqui como práticas educativas, pensado na relação de espelho onde os mais jovens, a principio, teriam a tendência de aprenderem com os mais velhos, nos perguntamos qual será o aprendizado de nossos jovens diante de tanta violência? Para tanto utilizamos o olhar de Szymanski (2010) que nos diz:

Práticas educativas são aqui entendidas como ações contínuas e habituais realizadas pelas agências socializadoras, como a escola e a família, nas trocas intersubjetivas, adotadas pelos membros mais velhos a fim de possibilitar a construção e a apropriação de saberes, práticas e hábitos sociais pelos mais jovens, trazendo no seu bojo uma compreensão e uma proposta de ser-no-mundo com o outro, além de uma concepção de criança e adolescente (Szymanski, 2010, p. 56).

No quesito profissionalização dos jovens envolvidos em conflitos com a lei, os relatos são bem homogêneos quando se referem ao processo de ensino-aprendizagem profissional ofertado pela Fundação CASA.

Segundo os jovens, a maioria deles relatam cursos profissionalizantes desarticulados do cotidiano e sem sentido, ao que uma pequena parcela de jovens acaba fazendo uso após sua saída da Fundação CASA. Outro dado relevante é que mesmo devendo haver continuidade dos estudos dentro das unidades em regime fechado, a maioria dos jovens apresentam dificuldades básicas em relação a questão do ensino-aprendizagem, apresentando altos índices de analfabetismo, semianalfabetíssimo ou ainda analfabetismo funcional, o que dificulta

também sua reinserção escolar após sua saída, bem como oportunidades no mercado de trabalho e desenvolvimento de empregabilidade. Isso por si só poderia aqui ser entendido como uma espécie de violência (Rentes, 2015).

Nesse sentido há uma grande preocupação, pois inúmeros fatores se apresentam como complicadores no sucesso da reinserção escolar dos jovens em conflito com a lei, como por exemplo, o fato da maioria das escolas públicas serem conteudistas, situação essa que reflete em uma não preocupação efetiva com o ensino aprendido desses jovens, muito menos com o processo socioeducativo, pelo contrario, o objetivo é somente ministrar e passar o conteúdo exigido sem uma real preocupação com o processo de aprendizagem, educação e inclusão. (Rentes, 2015).

Dessa forma, em paralelo a outros fatores como a dificuldade de assimilar e respeitar regras e limites por parte dos jovens, o preconceito, o estigma, e a falta de preparo da maioria dos profissionais de boa parte das escolas, a pouca articulação da rede, são índices relevantes e presentes no dia a dia dessa realidade, contribuindo para uma baixa frequência escolar e uma evasão muito precoce da instituição de ensino. (Rentes, 2015).

Segundo Cella e Camargo (2009)

Reconhece-se que, na maior parte das vezes, o adolescente se desinteressou pela escola e que parte desse desinteresse foi motivada pela própria escola, pela tendência à generalização, homogeneização dos sujeitos pela despreocupação com as diferenças e a atitude de muitos educadores de ignorar os sinais de desinteresse pelo aprendizado e de preferência por um estilo de vida não saudável (Cella & Camargo, 2009, s/p).

A importância da oferta de oportunidades, de maneira digna como defende nossa Constituição Federal de 1988, vai no sentido de ofertar escolhas, ou seja, uma vez possuidor de oportunidades, o jovem poderá de fato escolher o que deseja, e ai sim também poderá ser responsabilizado por suas escolhas ou não escolhas. Tal obrigação e responsabilidade caberia também as instituições responsáveis pelo processo de acompanhamento da medida socioeducativa em privação de liberdade, instituição essa que também necessitaria de apoio do Governo do Estado e da sociedade como um todo.

### **3.3 O cotidiano das práticas socioeducativas atuais no cenário Brasileiro**

Segundo o trabalho de Barreto et al (2013), podemos perceber ganhos positivos em relação a mudança de conduta de jovens em conflito com a lei que cumprem medida socioeducativa em meio aberto, ao que denotaram relevante alteração em seus

comportamentos frente as intervenções dos centros de acompanhamento em Liberdade Assistida (L.A.) e de Prestação de serviço a comunidade (P.S.C.). O estudo mostrou que a mudança positiva se deve também ao fato de as unidades acolhedoras investirem na confiança e nos laços afetivos como principais ferramentas de trabalho. Os jovens envolvidos na pesquisa denotaram esperança e perspectiva de futuro. O estilo de música RAP para alguns adolescentes também foi um recurso importante, utilizado para resignificar seus cotidianos e suas trajetórias de vida, promovendo por vezes reconhecimento, reflexão e valorização social.

Tal estudo acima citado, assim como outros, defendem a possibilidade do jovem em conflito com a lei ser acompanhado em meio aberto e dentro do seu convívio social, vejamos:

A hipótese central comungada por inúmeros autores da crítica criminológica é a de que a política dos substitutivos penais não rompe com a lógica carcerocêntrica. Ao contrário, os substitutivos atuam como elementos de reprodução e de relegitimação das políticas de encarceramento (...). É necessário afirmar as alternativas à prisão e à internação como efetivas *alternativas* e não como sistemas adicionais, apêndices ou válvulas de escape do insolvente modelo de privação de liberdade. Devem constituir-se, portanto, como possibilidades reais de minimizar a dor do encarceramento, estabelecendo radical ruptura com a lógica carcerocêntrica. (...) O debate responsável sobre os níveis de prisionalização e sobre os efeitos amplificadores dos substitutivos penais deve, necessariamente, enfrentar tais questões, sobretudo se o objetivo é efetivamente diminuir os enormes danos que o encarceramento em massa de adolescentes, jovens e adultos tem produzido em termos de custos de vidas humanas no Brasil. (Carvalho & Weigert, 2012 p. 14).

De acordo com Jimenez e Fasseto (2015), simplesmente ofertar uma liberdade, um serviço em meio aberto, não garante que esses adolescentes estejam caminhando em direção às suas reais potencialidades. As formas violentas e coercitivas podem estar presentes nos diferentes meios, aberto, semiaberto ou fechado.

Passamani e Rosa (2009) apresentam que o trabalho da equipe em meio aberto com os jovens foi facilitado e teve melhores resultados em função dos mesmos profissionais terem tido a oportunidade de os visitarem quando estes jovens se encontravam reclusos no serviço de medida em regime fechado. Os profissionais enfatizam que ao chegarem no serviço de medida em meio aberto e reconhecer os profissionais facilitou o acompanhamento e cumprimento da medida socioeducativa.

Segundo Carrion e Steiner (2000), Rydelius (2001), Davis et al., (2004), Branco et al. (2008) e Brank et al., (2008), todos citados por Passamani e Rosa (2009) referem também a importância da formação e do fortalecimento da rede de apoio social dos adolescentes, em

especial os executores do acompanhamento desses jovens visando maior confiança e abertura para o fortalecimento de vínculos.

Em um estudo no estado do Rio Grande do Sul, os adolescentes quase não citaram como fatores protetivos do programa de medida socioeducativa os seus educadores ou técnicos responsáveis como uma figura relevante em sua rede de apoio social. As pesquisas apontam também a necessidade de uma especial atenção e investimento na educação por pares<sup>19</sup> (Passamani & Rosa, 2009).

Branco e Wagner (2008) e Gonçalves e Garcia (2007) citados por Passamani e Rosa (2009) constataram que adolescentes em privação de liberdade tiveram de forma significativa uma redução de sua rede de apoio logo após o segundo mês de internação. Tais dados reforçam a ideia de que as medidas socioeducativas poderiam ser cumpridas em meio aberto e com a participação da comunidade, indo ao encontro do que preconiza o ECA (1990) conforme determinação expressa no art. 121 e no art. 35 do SINASE, de que as medidas de privação de liberdade devem ser aplicadas somente em última instância e em casos de excepcionalidade.

Brusius e Gonçalves (2012) defendem que a ação socioeducativa perante os jovens em conflito com a lei não virá por meio de um projeto padrão, específico e pontual, mas sim que todo o ser e fazer perante esse jovem deverá ser socioeducativo, isto é, o que estendemos que as autoras defendem é que todos os momentos deverão ser pedagógicos no trato com o jovem, não devendo o profissional responsável esperar um momento ou instrumento específico para desenvolver seu trabalho. Deverá esse profissional aproveitar todas as oportunidades e fazer de seu dia a dia uma vivência pedagógica que alcance tais jovens. Isso vem desmistificar que existe alguma receita pronta, mágica ou técnica específica, bem como instituição modeladora de perfis, mas sim entendimento da situação, desejo de alcançar tal público, conhecimento teórico e articulação para uma práxis efetiva.

Passamani e Rosa (2009) chegaram ao resultado de que a identificação com a causa do adolescente em vulnerabilidade aparece como um fator significativo na qualificação do trabalho. Como fator complicador a pesquisa aponta o preconceito sofrido pelos adolescentes como um dos principais dificultadores de reinserção social e execução da medida socioeducativa, principalmente no âmbito escolar e nos locais que recebem os jovens para prestação de serviço na comunidade (PSC). Apontam também que o preconceito se manifesta

---

<sup>19</sup> Quando trazemos o significante “pares” estamos nos referindo a outros adolescentes com as mesmas características dos adolescentes que encontram-se em acompanhamento em medida socioeducativa. Acredita-se que o investimento e a educação por pares surta um ótimo efeito sobre o processo educativo, pois entende-se que talvez alguém com mais afinidades, da mesma idade, passando por situações parecidas tenha mais acesso e mais espaço de escuta. Isso não elimina o trabalho técnico e profissional, apenas faz do ambiente do jovem e de seus pares elementos facilitadores no processo emancipatório e socioeducativo.

na luta e dificuldade por um espaço no mercado de trabalho. Dessa forma, Freire (1987), nos ensina que ninguém educa ninguém, mas sim que o processo educativo se dá no encontro humano, onde educador e educando participam do processo educativo como pares, mediatizados pelo mundo no qual estão inseridos.

Lyra (2013) afirma que não existem políticas públicas diferenciadas no cenário brasileiro ao se pensar na tipologia do ato infracional, nem mesmo levando em consideração os jovens primários e reincidentes, ficando a vida desses meninos a mercê da sorte. Dentro dessa realidade brasileira no contexto socioeducativo, não havendo diferenciação e efetiva em relação aos atos infracionais, vale a pena como ilustrativo citar um fato marcante. No relato de Sposato e Andrade (2013) os mesmos contam um episódio absurdo envolvendo uma adolescente de 15 anos e uma juíza, ambas mulheres, ambas brasileiras, vejamos:

Entre os meses de outubro e novembro de 2007, a mandado da juíza Clarice Maria de Andrade Rocha, a adolescente L. A. B. A., de 15 (quinze) anos de idade, que cometeu ato infracional equiparado a tentativa de furto, foi presa por 26 (vinte e seis) dias em uma cela, dentro da Delegacia de Polícia da Cidade de Abaetetuba (PA), na presença de 20 (vinte) homens. Durante os dias em que lá passou, a adolescente sofreu tortura e abuso sexual. O caso foi denunciado pelo Conselho Tutelar do Município de Abaetetuba, e o CNJ abriu processo administrativo contra a magistrada. No julgamento administrativo, que ocorreu no ano de 2010, o Conselho entendeu, por unanimidade, que a juíza tinha conhecimento da situação da vítima e que havia adulterado data de ofício para a Corregedoria Geral do Estado, em que pedia a transferência da menor de idade quando já era tarde demais. o CNJ determinou a aposentadoria compulsória à magistrada. A Associação de Magistrados do Pará (Amepa) entrou então com recurso no Supremo Tribunal Federal contra a decisão proferida, em que a suprema Corte entendeu que a punição estipulada pelo Conselho fora exagerada, anulando portanto a aposentadoria da juíza Clarice Maria de Andrade Rocha. No último dia 2 de outubro de 2013, o Tribunal de Justiça do Pará promoveu a juíza por meio do critério de "merecimento". (Sposato e Andrade, 2013, pp. 8 e 9).

Segundo Vieira (2007), tanto a classe dos advogados e dos juízes não podem fazer muito para mudar a nossa sociedade. Contudo, na verdade, segundo o autor, eles estariam normalmente mais interessados em reforçar o *status quo* do qual atualmente somos reféns. Nesse caso acima citado envolvendo a adolescente de 15 anos, a perpetuação de um Estado preconceituoso, xenofóbico, machista, violento e cruel imperaria, onde uma mulher empodeirada na figura de uma juíza comete tamanha calamidade contra uma outra mulher, ou melhor, contra uma menina, tendo ao final de toda historia promoções por mérito. Que mérito seria esse? Poderíamos pensar de início que a violência possui o poder de ofertar mérito.

*Há uma pequena árvore na porta de um bar,  
todos passam e dão uma beliscada na desprotegida árvore.  
Alguns arrancam folhas, alguns só puxam e outros as vezes,  
até arrancam um galho. O homem que vive na periferia  
é igual a essa pequena árvore,  
todos passam por ele e arrancam-lhe algo de valor.  
A pequena árvore é protegida pelo dono do bar,  
que põe em sua volta uma armação de madeira,  
assim, ela fica segura, mas sua beleza é escondida.  
O homem que vive na periferia,  
quando resolve buscar o que lhe roubaram,  
é posto atrás das grades pelo sistema.  
Tentam proteger a sociedade dele,  
mas também escondem sua beleza.  
(Ferréz, Capão Pecado, 2013)*

#### **4. O Ser e Fazer dos adolescentes em conflito com a lei.**

Nesse capítulo, optamos por trazer um olhar mais direcionado a parte empírica das pesquisas vinculadas ao universo infracional envolvendo adolescentes e jovens.

Pelo presente trabalho se tratar de uma pesquisa de campo realizada em território brasileiro, especificamente na cidade de São Paulo, a maior parte das referências utilizadas nesse capítulo contextualizam realidades do Brasil. Contudo reconhecemos a importância de iniciarmos o assunto trazendo alguns aspectos do cenário mundial acerca do tema, entendendo o fenômeno do adolecer e a prática infracional como algo multifatorial, dinâmico e em constante processo de desenvolvimento e mudança de manifestações e sintomas.

Diante disso, dessa forma pontual traremos certas experiências empíricas de outros países como estratégia de ampliação do olhar, a riqueza de vivências distintas, mas sem o intuito de promover um estudo profundo e comparativo entre tais realidades, uma vez que o presente trabalho não se propõe a realizar uma pesquisa empírica comparativa em relação a amostra participante.

Enfatizamos que pela diversidade existente no Brasil enquanto cultura, poder aquisitivo e geografia, e por se tratar de um país continente, a presente pesquisa abraçou a ideia de tentar focalizar mais a pluralidade de experiências distintas em território nacional, o

ser e fazer de jovens brasileiros, nos deparando ao mesmo tempo com a singularidade de cada relato, de cada comunidade, de cada território. Entendemos que tal postura aqui escolhida vai ao encontro também de um olhar mais qualitativo e focal, pontos esses melhor relatados e desenvolvidos nos capítulos seguintes, no momento em que abordaremos o método de pesquisa utilizado e a escolha dos instrumentos e procedimentos de coleta de dados.

#### **4.1 Aspectos do cenário internacional acerca dos jovens em conflito com a lei**

Como dito anteriormente, citaremos algumas realidades mundiais acerca do fenômeno da adolescência em conflito com a lei com o intuito de uma aplicação do olhar para o assunto em questão.

Geneyro (2013), em sua pesquisa realizada na Espanha com adolescentes em conflito com a lei acompanhados em Liberdade Assistida, chega a conclusão de que o significado de tal relação para o jovens e para os profissionais responsáveis é bem distinta. Se por um lado os técnicos envolvidos vem a prática do trabalho como uma espécie de controle, potência, agenciamento e a partir daí, a conquista de liberdade, os jovens tendem a se sentir violados, oprimidos e dominados dentro de uma relação de poder e violência. Diante de tal cenário, mesmo com essa discrepância, a autora ainda reconhece e defende a Liberdade Assistida como uma estratégia eficiente de controle o que dispensaria, dessa forma, o regime fechado perante inúmeros casos. A autora afirma: "El diagrama de lógicas de control postdisciplinario, más que buscar normalizar individuos, se propone la gestión de los sujetos en sus propios lugares" ( p. 369).

Por outro lado, segundo pesquisa de Faria e Castro (2011):

Em uma leitura nas mudanças ocorridas na legislação espanhola, pode-se perceber que, desde a entrada em vigor da Lei 5/2000, o Estado Espanhol vem endurecendo o tratamento penal de menores de idade. A justificativa, de acordo com a exposição de motivos da Lei 8/2006, é o crescente aumento de delitos cometidos por menores, o que tem causado grande preocupação social e contribuído para o desgaste da credibilidade da lei pela sensação de impunidade. Assim, em resposta a esse aumento da criminalidade entre menores de idade, o Estado impõe medidas mais severas aos menores infratores. Neste sentido, houve um aumento do tempo de internamento em regime fechado, pois, inicialmente, esse tempo não passava de cinco anos e, atualmente, pode chegar a oito anos. Outra medida de impacto é a possibilidade de o jovem, ao completar dezoito anos durante o período de cumprimento da pena, ser transferido para um centro penitenciário comum (Faria & Castro, 2011, p. 67 e 68).

Já em Portugal, os métodos de intervenção na em relação ao fenômeno infracional são caracterizados pela adoção de medidas centradas no próprio adolescente em conflito com a lei, visando a uma modificação do comportamento mediante a possibilidade de adaptação e retorno ao social (Negreiros, 2001).

Segundo Porta, Senh e Siqueira (2015)

Em Portugal, a legislação fixa em 16 anos a maioridade penal, sendo os adolescentes, autores de atos infracionais, amparados pela Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, Portugal, 1999), bem como pela Lei Tutelar Educativa (Lei nº 166/99, Portugal, 1999) (Porta, Senh & Siqueira, 2015, p. 270)

De acordo com Azevedo (2013) pensando a partir da realidade brasileira e portuguesa, defende que a função da medida socioeducativa deveria ser o de cumprir de fato uma função socializadora. No entanto, segundo o autor, ainda faltam estudos empíricos no campo científico que possibilite verificar e investigar as instituições responsáveis pelos adolescentes que cumprem as medidas socioeducativas.

De acordo com Porta, et al (2015)

Na realidade portuguesa também se salienta o Projeto Educativo Pessoal (PEP), o qual é construído 30 dias após a entrada do jovem na instituição e descreve a intervenção planejada para o período de internamento. O adolescente pode participar da elaboração desse documento, assim como pode haver alteração ao longo do período da medida, conforme o comportamento do interno. Ressalta-se que não foram encontrados projetos e/ou programas que preveem o acompanhamento dos adolescentes após o término da medida socioeducativa. (Porta, et al 2015, p. 269).

Segundo Manso e Almeida (2009) citados por Porta, et al (2015), alguns estudos portugueses envolvendo jovens em conflito com a lei que cumpriram medida socioeducativa, apontaram que a houve uma ressignificação da inserção social e familiar. Segundo tais pesquisas os jovens manifestaram o entendimento de que a internação cumpriu uma função educadora e sancionadora em suas vidas.

Gaspar (2013), após a investigação realizada com jovens adultos que viveram em instituições em Portugal conclui existe a importância primordial no que ele chamou de “distribuição de poderes”. O autor refere que tal poder deve ser socializado por parte da direção, equipe técnica e pedagógica da instituição em relação aos jovens. Tal fato teria como intuito o processo de amadurecimento e o desenvolvimento de competência dos jovens visando uma melhor socialização futura. O mesmo autor defende que havendo tal

empoderamento dos jovens, a instituição conseguiria minimamente ofertar um ambiente ecológico, no qual os adolescentes poderiam resignificar suas vivências e, a partir disso, estabelecer maiores possibilidades de relações que favorecessem seu o desenvolvimento.

De acordo com Porta, et al (2015), alguns jovens, tanto portugueses como brasileiros, referem que a medida socioeducativa em regime fechado, em privação de liberdade não ofertaria possibilidade de reflexão em relação a prática infracional.

Dentro de uma perspectiva empírica anglo-saxônica, Gallo (2008b) a partir de uma experiência no Canadá com adolescentes em conflito com a lei, aponta inúmeras fatores relevantes entre a legislação Canadense e Brasileira, enfatizando que o índice de violência envolvendo jovens infratores no Canada é extremamente menor do que no Brasil. O autor aponta que no Canadá, os juízes denotam uma preocupação maior com a exatidão da medida a ser aplicada, ao que não assumem, em sua maioria, uma posição de suposto saber e coronelismo, buscando em outras áreas de conhecimentos, outros saberes para compor o olhar acerca do fenômeno criminal cometido pelo jovem e suas questões mais subjetivas, o que destoa, infelizmente, da realidade Brasileira de uma maneira geral.

Gallo (2008b) refere:

É muito comum o juiz solicitar uma avaliação psicológica do adolescente no Canadá. Embora essa avaliação esteja prevista para os casos que não se encaixem no padrão, essa norma é subjetiva e depende do ponto de vista das pessoas envolvidas no julgamento. Ela pode ser solicitada pela promotoria ou pela defesa, mas requer a concordância do juiz. Por se tratar de uma regra subjetiva, cada vez mais os juízes têm solicitado uma avaliação, com o objetivo de serem mais precisos na aplicação da medida. Esse tipo de avaliação permite que o tribunal tenha informações não só do ato infracional praticado, mas também do adolescente enquanto pessoa em desenvolvimento, com suas particularidades pessoais, familiares e acadêmicas. Sendo assim, aquele determinado adolescente, na frente do juiz na audiência de aplicação da medida, deixa de ser um adolescente qualquer que praticou um ato infracional e passa a ser um adolescente específico, com problemas específicos. Adicionalmente, não mais se trata de um crime praticado por um adolescente, mas de um adolescente que praticou um ato infracional; isto é, o foco é desviado do crime para a pessoa, deixando-se de ver somente o crime e a punição e passando-se a olhar para o adolescente que porventura praticou aquele crime. (Gallo, 2008b, p. 5)

De acordo com Gallo (2008b) a instituição responsável pelo acompanhamento do processo realiza inicialmente com o adolescente e com os pais e/ou responsáveis uma anamnese bem completa. A equipe possui uma formação interdisciplinar: psicólogos clínicos, psicólogos jurídicos (criminalistas), assistentes sociais, educadores e psiquiatras. Nessa avaliação buscam-se os fatores de risco e de proteção envolvidos. O Jovem é submetido a um

termo de consentimento ao que autoriza a instituição a obter informações de outros órgãos, atores sociais, por exemplo, escola, médicos e outras fontes de informações pertinentes.

Sobre a prática da psicologia diante de tal demanda, em território canadense, o psicólogo aplica um protocolo de avaliação, envolvendo uma bateria de testes e entrevistas clínicas. Adicionalmente, leva-se em consideração e como parte integrante ao relatório a ser enviado para o Juiz, as informações prestadas pela escola, centros médicos, Conselhos Tutelares, entre outros atores sociais envolvidos com o intuito de alcançar um olhar mais amplo e global do adolescente, com o intuito de se alcançar de forma mais genuína seu ser e fazer psicossocial. Com isso o Juiz terá a oportunidade de entender com mais propriedade técnica alguns dos motivos que levaram o jovem a infracionar, sendo esse o principal objetivo do relatório de avaliação em questão. (Gallo, 2008b).

No Canadá, segundo informações de Gallo (2008b), a equipe responsável pelo acompanhamento do caso e pela confecção do relatório de avaliação possuem um lugar respeitoso, dando mais voz a quem de fato acompanha o adolescente. Tal prática é vista quando se vê a própria equipe sugerindo ao judiciário e a intervenção mais adequada ao caso, situação essa bem rara no Brasil.

Cunningham (2002) afirma que o psicólogo é muito mais que um avaliador. O profissional utiliza de uma abordagem de intervenção denominada "terapia multissistêmica" (*Multisystemic Therapy*). O trabalho no Canadá envolveria o atendimento a toda a família do jovem por um período de um a três meses, *in loccu*, na residência do jovem, envolvendo todos os membros da família. A intervenção leva em consideração as necessidades e realidade familiar, assim como seus valores, crenças e cultura.

Segundo Gallo (2008b) O objetivo desse tipo de intervenção seria identificar o fenômeno apresentado a partir de um olhar mais amplo e real, levando em consideração a relação do adolescente com sua família, com sua comunidade e com os atores da rede envolvidos no processo, como escola, serviços de saúde e entre outros. Com isso o profissional psicólogo estaria mais apto a mapear de forma mais precisa as características positivas e protetivas de cada área e usá-las como ferramenta de trabalho para melhorar as relações envolvendo o jovem e com vista ao empoderamento da família.

De acordo com Gallo (2006) há uma diferença em relação a prática infracional entre os adolescentes canadenses e brasileiros. Enquanto no Canadá a maioria dos jovens apresentou enquadre socioeducativo por ofensas sexuais e descumprimento da medida socioeducativa, no Brasil os jovens denotaram maior envolvimento com furto e tráfico de drogas. O autor chega a afirmar inicialmente que poderíamos notar que os atos infracionais

cometidos no cenário canadense seriam mais graves. Contudo, o autor percebeu que no Canadá o enquadre dos jovens por ofensas sexuais se restringia em sua grande maioria por passar a mão por cima da roupa nas nádegas de outras pessoas, diferente do Brasil que envolveria outro tipo de enquadre mais grave, envolvendo: atentado ao pudor, atentado violento ao pudor ou estupro. Dessa forma, a constatação é de que os atos cometidos por jovens no Canadá são bem mais leves do que no Brasil.

Devido ao fato de um maior número de adolescentes canadenses frequentarem a escola e a existência de vários programas de apoio educacional, a escolaridade dos adolescentes em conflito com a lei de London foi expressamente maior do que a encontrada na amostra brasileira (...) Somente 10,7% dos adolescentes Brasileiros pesquisados estavam cursando o ensino médio, enquanto na amostra canadense esse número aumentou para 34%. Considerando que o alto grau de escolaridade foi um fator de proteção para o uso de armas na amostra brasileira, o mesmo pode ser observado na amostra canadense. Os jovens canadenses tinham um grau de escolaridade maior e nenhum deles fez uso de armas para praticar a infração (Gallo, 2006, p. 136 e 137).

De acordo Maruschi, Estevão e Bazon (2012) alguns países denotariam maior preocupação com o jovem em conflito com a lei. As autoras citam como exemplo o Canadá, a Inglaterra, o País de Gales, a Nova Zelândia, em parte dos Estados Unidos e regiões da Austrália, em que se observou um movimento denotando preocupação na implantação de sistemas em que a coleta de dados e a interpretação de tais informações sobre os adolescentes obedecem a determinados padrões rígidos com o intuito de permitir uma aplicação da medida judicial socioeducativa de forma mais assertiva e adequada às dificuldades e às necessidades de cada jovem.

Em relação a uma faceta da realidade africana e o cenário da adolescência em conflito com a lei, em específico na região de Cabo Verde, denota-se índices relevantes e alarmantes. Segundo Dias (2015) a sociedade do país denota preocupação com os índices crescentes de violência envolvendo jovens. Os resultados apontam que são os rapazes, muito mais do que as moças denotam envolvimento com o mundo do crime. Tal fato, segundo autor, poderia ser explicado à luz das abordagens que preconizam os papéis de gênero na explicação da antissocialidade. Esses mesmo jovens compreendem idades entre os 16 e os 21 anos são os que mais estão envolvidos com a prática infracional, envolvendo alguns tipos de específicos de contravenção.

Segundo dados oficiais da Polícia Nacional de Cabo Verde recolhidos em 2013, o ano de 2012 foi o ano com o maior número de ocorrências de crimes: 24.444 casos registados, sendo 11.288 (46,18%) contra o patrimônio e 13.156 (53,82%) contra as pessoas (ainda que estes números reflitam uma grande diversidade de situações, podendo abranger desde crime de injúrias a

homicídio desconhecidos e ainda o fenômeno *thug*). Estes dois casos são as tipologias de crime consideradas de maior relevância e que mais preocupam a sociedade cabo-verdiana. Os jovens representam mais de 50% de toda a criminalidade praticada na capital do país, cidade da Praia (...) Três principais grupos de fatores parecem determinar fortemente o envolvimento dos jovens cabo-verdianos em práticas de comportamentos antissociais e delinquentes: (1) a precariedade socioeconômica, (2) o aprofundamento das desigualdades sociais, (3) a desestruturação familiar. (Dias, 2015, p. 145 e 146).<sup>20</sup>

Segundo Fernandes (2009) citado por Dias (2015), os fatores de risco mais observadas no cenário da juventude cabo-verdiana estão associados geralmente as condições estruturais e relacionados a pobreza. Destacam-se segundo o autor a expressividade das desigualdades sociais, o baixo poder de consumo da grande maioria dos jovens, a baixa ou pouca escolaridade dos adolescentes, o processo desigual de urbanização e de transformação social adequada, levando ao aumento de bairros e territórios periféricos, clandestinos, e marginais, com condições de saneamento básico precárias, maior índice de desemprego, o consumo de álcool e outras drogas, entre outros.

Dias (2015) aponta também que até o momento as intervenções frente a violência juvenil em Cabo Verde tem sido, predominantemente, uma atuação punitiva, restrita à repressão policial e judicial, sem contar o contexto do sistema prisional considerado pouco reintegrador e socioeducativo no sentido profilático e da reabilitação. O sistema judicial cabo-verdiano não possui meios que permitam ações e estratégias para uma aplicação do direito dentro de uma perspectiva socioeducativa.

De acordo com Negreiros (2001) citado por Dias (2015), no quesito prevenção, os programas mais eficazes seriam aqueles que focariam nos diferentes fatores de risco. Dessa forma as intervenções mais eficazes deveriam passar por programas de gestão de sala de aulas e de comportamento, currículos que valorizassem a promoção de competências sociais, prevenção da violência e resolução/mediação de conflitos; prevenção do bullying; programas recreativos após as aulas, intervenções comunitárias, entre outros.

Já em território europeu, de acordo com Adorno, Bordini e Lima (1999), Na Inglaterra, os jovens em conflito com a lei denotavam uma maior prática infracional relacionadas a crimes contra a propriedade, tendo como maior incidência, furto, roubo com arrombamento e os casos de maior gravidade nessa época eram de menor frequência.

Já em relação a realidade francesa, Adorno, Bordini e Lima (1999) apontam que:

---

<sup>20</sup> Vale ressaltar que o termo usado por Dias (2015) ao final da citação “*Desestruturação familiar*” (sic), não é compartilhada pelo autor da presente pesquisa, por conter, no contexto brasileiro, um tom pejorativo em relação a instituição família, como já explicado em notas de rodapé anteriores.

Na França, enquanto a criminalidade em geral diminuiu cerca de 3% em 1996, o crescimento da delinquência juvenil foi da ordem de 14%. Entre 1974 e 1995, as infrações contra o patrimônio foram as de maior incidência, mantendo-se estáveis ao longo do período. No entanto, destacam-se algumas significativas mudanças: cresceram substantivamente as infrações referentes a destruições com o emprego de meios perigosos (como incêndios), que passaram de 23,3% para 40,7% do total, entre 1974 e 1995; aumentaram também o roubo praticado com emprego de violência (de 19,8% para 30,9%), o porte de armas (de 8,3% para 14,2%), agressões e ferimentos (de 7,2% para 12,2%) e os homicídios (de 5,5% para 7,1%) (Adorno, Bordini & Lima, 1999, s/p).

Diante dos cenários apresentados, podemos citar a partir do olhar de Dias (2015) alguns pontos relevantes no quesito intervenção, fatores protetivos e profiláticos, envolvendo 3 aspectos primordiais: Tempo da intervenção individual e no coletivo, atuação não somente no momento de crise investindo não somente na assistência mas também na prevenção e por fim incluir os elementos potenciais e intervenientes ao longo do processo, vejamos:

Torna-se importante realçar três aspetos que se destacam nestas diretivas: em primeiro lugar, evidencia-se a necessidade de uma intervenção preventiva precoce, dado que o facto de a criança e o jovem estarem em processo de desenvolvimento da sua personalidade torna-os alvos ideais de programas de prevenção a serem implementados em contextos vocacionados para a promoção do desenvolvimento do indivíduo, nomeadamente o contexto familiar e escolar; em segundo lugar, releva-se a noção de que qualquer intervenção integrada num âmbito preventivo não se deve limitar aos momentos de crise ou de prevenir crises; e em terceiro lugar, enfatiza-se a importância de incluir os principais contextos de vida e os seus intervenientes nestes processos, dado que estes constituem uma das principais influências na vida dos adolescentes (Dias, 2015, p. 154).

#### **4.2 Características dos jovens brasileiros envolvidos com a prática infracional**

Iniciamos nosso levantamento a partir do olhar de Barreto et al. (2013), que apontam que de acordo com o último levantamento estatístico de 2009 acerca dos adolescentes em conflito com a lei privados de liberdade, 96% da população era composta pelo sexo masculino. Havia cerca de 14.732 do sexo masculino e 640 do sexo feminino privados/as de sua liberdade dentro do território nacional, informações essas passadas pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Segundo Jost (2010), os dados referem que tais jovens possuem vivências marcadas por violências domésticas desde a infância, abandono, negligência, perdas de entes queridos, vivência de rua e envolvimento com drogas. Encontrou como um dos resultados de seu trabalho que os adolescentes forjam, nesse contexto, a necessidade do desapego, do

isolamento e da violência, referindo que os jovens agiam de forma reativa ao mundo por não se sentirem vistos e reconhecidos pelo social, o que levaria a uma ação reativa, tendo como resultado a indiferença de tais jovens em reconhecer o social.

Dias, Santos e Zappe (2012), realizaram uma pesquisa acerca da psicodinâmica dos jovens em conflito com a lei em privação de liberdade. Os resultados a que chegaram a partir das falas dos jovens evidenciou, trajetórias de vida marcadas por episódios violentos, fragilidade e vulnerabilidade no contexto familiar e envolvimento com drogas, baixa renda envolvendo privações socioeconômicas, carência de amparo sócioassistencial, entre outros pontos. Concluíram que tais jovens pesquisados denotavam uma busca de referências para a continuação da construção de suas identidades, fator esse contribuinte para uma maior vulnerabilidade de influências negativas.

Lefreve (2014) em seu trabalho realizado com adolescentes em regime de privação da liberdade, internados na Fundação CASA no Estado de São Paulo, apontam que dentro da amostra por eles pesquisada de 195 jovens, 44% estavam fora da escola no momento da internação. Os dados apontam que esse jovens em sua maioria estudaram somente até a 6ª / 7ª série do ensino fundamental e que 69% dos pesquisados referem que não moravam com a figura paterna.

Foi percebido também que o núcleo familiar, por vezes é trazido pelos jovens tanto como justificativa de adesão ao mundo do crime, ao que alegam necessidade de sustento, auxílio no lar, tomada das rédeas, como também motivos pelos quais deveriam romper com a criminalidade, seja o nascimento de um filho, o sofrimento de uma mãe e assim por diante (Lyra, 2013).

Coelho e Rosa (2013) apontam que:

Os adolescentes entrevistados, majoritariamente, caracterizaram-se por possuírem renda familiar baixa (60,9% daqueles que souberam informar a renda), grau de escolaridade não adequado às suas idades (60,9%), locais de residência marcados por vulnerabilidades (todos os adolescentes residiam em regiões que possuíam aspectos de vulnerabilidade e risco social, como subcondições de habitação, saneamento, escolarização e renda familiar), ausência do seguimento de uma religião (67,4%) e etnia afro-descendente (82,6%) (Coelho & Rosa, 2013, s/ p).

Segundo Passamani e Rosa (2009) chegam a conclusão de que todas as pesquisas por eles levantadas destacaram que os adolescentes em conflito com a lei, em boa parte das características, são adolescentes iguais aos demais jovens que não possuem envolvimento com a prática infracional. Afirmam também que assim como os demais adolescentes, os adolescentes em conflito com a lei possuem conflitos, inseguranças e medos. Relatam que um

fator que pode ser apontado como um diferencial entre ambos seguimentos de jovens, é que esses adolescentes em conflito com a lei tiveram menos oportunidades, não tiveram seus direitos básicos garantidos em função da escassez ou precariedade das políticas públicas. Os estudos apontam ainda que os fatores como situação social, financeira e familiar desfavorável, seriam as bases para a ocorrência do ato infracional.

Outro trabalho que aponta para mesma direção foi realizado por Lefreve et al, (2014), que chegou ao resultado de que os jovens em conflito com a lei denotam características próprias a adolescência, como necessidade de momentos de lazer, namoros, inclusão no mundo digital e redes sociais. Contudo em relação a ocupação e trabalho, suas possibilidades maiores estão dentro do mercado informal, de empregos sem um caráter de profissionalização ou ainda em condições precárias em subempregos.

Brusius e Gonçalves (2012), apontam que os jovens vivenciam geralmente as duas facetas, ora autor de um crime, ora vítima de um. Enfatizam que somente quando o jovem é reconhecido dentro dessa fusão autor/vítima que ele conseguira produzir um encontro significativo que o possibilite produzir um novo sentido para sua vida.

Sales (2007) defende que a realidade vivida por inúmeras famílias em situação de vulnerabilidade e risco são produtos de um Estado falido de suas principais funções perante a população, de um neoliberalismo econômico cruel e de um cenário de profundas desigualdades, principalmente a infância e a juventude, por serem parcelas da população mais vulneráveis, haja vista a sua condição peculiar de desenvolvimento e sua maior exposição às diversas formas de violência.

Sales (2007) aponta que o adolescente em conflito com a lei teria uma pseudo escolha, ou seja, uma não escolha. A verdade, segundo a autora, passaria por um imperativo de mais ou menos dois caminhos, ou o primeiro da invisibilidade, o de não poder Ser no mundo, o de estar submisso as inúmeras injustiças sociais, a violência cotidiana, a oferta do subemprego e a privação da garantia de direitos, ou então como segundo caminho, nessa cruel realidade binária, o de se individualizar pelo aparecimento, pelo crime, parafraseando o psicanalista Winnicott, "Sou visto, logo existo".

Sales (2007) refere que esse último recurso, o de se fazer visto para existir, utilizando muitas vezes do ato infracional para surgir e existir perante os olhos do outro, deve ser compreendido tanto pelos aspectos individuais, tanto quanto em sua dimensão coletiva, cultural, política e social. Segundo a autora a necessidade de visibilidade é condição primordial, não só para os adolescentes em conflito com a lei, mas para a existência de qualquer ser humano.

Segundo o trabalho de Maruschi, et al (2012) apoiada em uma pesquisa exploratória utilizou o instrumento canadense de investigação de risco chamado: Youth Level of Service/Case Management Inventory (YLS/CMI) (Inventário de Nível de Serviço para Jovens/Gestão de Caso - Hoge & Andrews, 2002; 2005). Tal instrumento possui um check list minucioso e detalhado e mensura níveis de risco de reincidência infracional de adolescentes de 12 a 18 anos. Possui como perspectiva orientar com mais base as ações de intervenção psicossocial junto aos jovens, tendo como consequência uma prevenção secundária.

(Andrews & Bonta, 2006; Bonta & Andrews, 2007) citado por Maruschi, et al (2012) aponta que o instrumento YLS/CMI está ancorado no princípio de que os jovens diferem em relação a inúmeras variáveis, o que implica também em diferenças em relação as condições necessárias para reduzir ou abandonar a atividade prática infracional. Dessa forma as autoras apontam que o objetivo principal de seu estudo foi a avaliação de combinar as possíveis intervenções com os níveis de risco. A partir de tal estudo Maruschi, et al (2012) chegam ao resultado de que se não houver mudanças no cotidiano dos jovens, o índice de permanência na prática infracional permaneceria:

A verificação do percentual de adolescentes da amostra segundo o escore global de nível de risco mostrou que 75% deles encontrar-se-iam nos níveis de risco "muito alto", "alto" e "moderado", ou seja, segundo a avaliação, trinta adolescentes apresentariam maior probabilidade de continuar infringindo as leis se as condições avaliadas se mantivessem inalteradas (Maruschi, et al., 2012, p. 5).

No trabalho desenvolvido por Lyra (2013) o autor se deparou com dados estatísticos que demonstraram que a reincidência aparece em maior expressividade na faixa etária de 16 e 17 anos. O autor refere que tal fato não é de se estranhar, uma vez que é nessa faixa etária que se localizam de forma mais expressiva fatores como independência e o imperativo para alcançar a satisfação de suas necessidades, assim como aquilo que qualquer jovem geralmente nessa fase da vida deseja, intitulado aqui pelo autor como superficialidades, vejamos:

Como todo jovem, os garotos não sabem exatamente o que querem, ou melhor, sabem o que querem, mas não como fazê-lo e o que eles querem é viver suas vidas de forma tranquila, namorar, curtir o baile de sábado, estar bem apresentado e chegar mais perto de uma vida ardente, ainda que isso lhes chamusque a pele. Eles querem honrar os pais, liberta-los de uma rede de submissão histórica, da qual também fazem parte. É o impulso pela vida, ainda que marcado pela morte precoce, a razão fundamental da condição desses garotos (Lyra, 2013, p. 57).

Segundo Carrion e Steiner (2000), Rydelius (2001), Davis et al., (2004), Branco et al. (2008) e Brank et al., (2008), todos citados por Passamani e Rosa (2009) relatam uma pesquisa que de 64 adolescentes que cumpriam medida socioeducativa, 96,8% referem ter sofrido eventos traumáticos na sua vida.

Em relação ao abandono escolar existente dentro do cenário da juventude infratora,, ocorre geralmente na entrada do ciclo ginasial, na 6ª série do ensino fundamental, quando o jovem, em média, apresenta cerca de 12 anos de idade, quando não há atraso escolar, caracterizando o início da adolescência. Segundo os dados coletados, o abandono maior nessa etapa do ensino se daria em função do distanciamento ocasionado entre jovens e professores, maior subjetividade das disciplinas ministradas, questões vinculadas a heterogeneidade social mesmo se tratando de escolas públicas e o início dentro de uma jornada de dedicação de horas no mundo crime (Lyra, 2013).

Dias et al. (2012), referem também assim como outros pesquisadores, que de forma unanime na fala dos jovens, a figura materna é bastante valorizada, apontando de uma maneira geral maior dificuldade de relação perante a figura paterna. Contudo, as autoras questionam se essa valorização da figura da mãe, em parte não estaria associada a uma idealização, ao que apontam a relação com a figura do pai como algo mais próximo da realidade. Mesmo o pai assumindo um lugar na fala dos jovens mais pejorativo, alguns adolescentes apontaram indícios de identificação com tal figura e certa proximidade, principalmente no que se refere a prática infracional e/ou violenta, seja dentro do ambiente familiar como também no social.

Com relação a forma de expressão através da linguagem da vestimenta, a maioria dos jovens referem que estariam vestidos de maneira informal, ao que citam marcas de roupas, acessórios e corte de cabelo (Lefreve, 2014). Isso nos faz pensar que mesmo sendo adolescentes em conflito com a lei, moradores da periferia, são também consumidores no sentido identitário, desejosos por serem parte da sociedade em que vivem.

#### **4.3 O sentido, a vivência e a manifestação dos jovens em conflito com a lei**

O que será que sentem esses jovens, como vivem e como se manifestam? Na tentativa de ilustrar um pouco tal cenário, traremos alguns aportes de alguns recortes de tal fenômeno.

Quando pensamos na maneira como esses adolescentes entendem e vivem a medida socioeducativa, nos questionamos se de alguma forma, por também serem, querendo ou não, afetados pelo olhar da sociedade sobre o movimento infracional juvenil, nos deparamos com a

possibilidade de entender que provavelmente a forma que os jovens entendem tal fenômeno está ligada diretamente com a visão que se ventila sobre eles.

Coelho e Rosa (2013) apontam:

No que se refere às palavras cadeia e crime, observa-se que tais palavras são carregadas de um valor jurídico que não se refere a adolescentes em conflito com a lei e sim aos delitos cometidos por adultos. Nesse sentido, acredita-se que essa representação de ato infracional, relacionada à cadeia e crime, pode significar que esses adolescentes pertencem ao mundo do adulto, no qual são cooptados e agenciados para o mundo do crime. Além disso, constata-se e é veiculado pela mídia de forma frequente que esses adolescentes em conflito com a lei não estão sendo tratados como adolescentes em condição peculiar de desenvolvimento como orienta o ECA (Lei n. 8.069, 2005). Então, considera-se plausível que esses adolescentes assimilam a maneira como são tratados, seja por policiais, pela justiça, pelo sistema socioeducativo, à representação social de ato infracional como referente a termos judiciais relacionados a adultos que transgridem as normas e valores sociais, uma vez que seus direitos não estão sendo respeitados (Coelho & Rosa, 2013, s/p).

Já Lyra (2013), cita que dentro da realidade desses jovens, surge um significante, designado como *Sujeito-Homem*. Uma expressão particular e singular do universo criminal. Tal expressão, mesmo que por vezes adultecida, poderia representar também um menino de apenas 13 anos, que já possui reconhecimento, respeito e talvez, em alguns casos, medo por parte de sua comunidade. Seus rendimentos, dependendo de sua prática criminal podem ser superiores ao de seus pais, isso quando esses últimos encontram-se empregados. Esses meninos geralmente possuem uma destreza e um conhecimento empírico acerca das diversas drogas que ali circulam, sejam elas enquanto alguma espécie de consumo ou como produto de venda, sem necessariamente desenvolverem uma dependência química. Já possuem em sua maioria uma vida sexual iniciada, tendo como resultado por vezes uma paternidade antecipada. Sua curta vida está repleta e permeada de fatos inteligíveis mediante as pessoas ao seu redor.

Notamos como a rua é o palco simbólico dessa relação social específica do sujeito homem no morro. É na rua, sob os olhares de todos, que ele conquista sua fama e com isso eleva sua ambição; e é nessa troca pública por natureza que seu sistema de status é construído e sua reputação, alimentada. Essa dinâmica social conserva em si o principal foco da esfera existencial do morro, na qual meninos recém-evadidos da escola seguem sua carreira de sujeito-homem. São essas relações passadas no seio da favela – e não sua projeção, temor ou fama no asfalto – o fator mais importante para o garoto que se torna sujeito-homem. (Lyra, 2013, p.103).

De acordo com Jost (2010) um dado que chamou atenção em sua pesquisa foi o fato dos adolescentes se considerarem pessoas piores que as outras, chegando até a referir uma proximidade maior com um símbolo religioso representante do mal universal, nesse caso o Diabo. Esse paralelo com Diabo serviria de justificativa para os jovens ao tentarem explicar uma “ruindade” que possuíam e também ao fato de estarem sozinhos no mundo. Já em se tratando da precariedade das escolhas e do sentido do ato infracional para esses jovens, a autora aponta:

Dizem, redizem, contradizem-se. Não gostam de si mesmos, mas não conseguem se pensar de outro modo. Querem ser outros; contudo, não sabem se sobreviverão a isso. A estrutura de sua subjetividade vai se fragmentando nessa busca desesperada de um dia ser gente. Dentro da *categoria do sentido do ato infracional*, esses meninos ressaltam a necessidade de defender a honra, pois precisam mostrar-se como pessoas fortes e decididas para serem valorizadas e admiradas. (Jost, 2010, p. 5)

Nesse contexto, esses meninos, julgando-se incapazes de confiar no outro e de serem confiáveis para alguém, carregam em seus corpos as marcas das agressões sofridas e impostas pelo cotidiano criminal, marcas geradoras de revoltas, raivas e humilhações. De forma mais implícita, denotam em seu mundo o vazio e a dor de uma vida vivida sem significado e sentido (Jost, 2010).

Por outro lado essa dor vivida não teria muito espaço consciente na vida dos jovens. Segundo (Spink & Medrado, 1999) citado por Barreto et al. (2013), é que o significante “dor” quase não aparece no discurso dos jovens em conflito com a lei, sendo associado a isso "conceitos normativos" de gênero, dimensões de classe, raça/etnia e geração, que atuam diretamente sobre os homens jovens para que tal vocábulo não faça parte de seus discursos, e neste caso oferte a falsa impressão de que não sentem tal sentimento e sensação. Segundo os autores tal fenômeno poderia resultar em "dores" sociais ainda mais representativas e relevantes, uma vez que não ofertaria a esses meninos o direito de sofrer, de sentir dor, como se isso não fosse coisa de homem.

Jost (2010), encontra no relato dos jovens, falas que expressam uma identificação com o crime vinculada a possibilidade de se destacarem como corajosos, e audaciosos, buscando nesses adjetivos formas protetivas, de segurança e ao mesmo tempo de prestígio dentro da comunidade. Nesse sentido, a preocupação em impressionar o sexo oposto, nesse caso as meninas, ganha destaque. A autora enfatiza também que foi percebido que para esses jovens a vida do crime seria uma ilusão, pois a possibilidade de morte a princípio não existiria, porém, denota-se presente, ao que afirmam que se enganaria quem não a levasse em consideração.

Afirma que tais jovens se reconheceriam de forma defensiva como incapazes de amar, mas ao mesmo tempo que sentem falta de tal possibilidade.

Barreto et al (2013) apoiam as ideias acima fazendo referência as experiências que estudam a masculinidade como construção de gênero e expressão social (Almeida, 1995; Connell, 1995; Figueroa-Perea, 1998; Medrado & Lyra, 2008; Quadros & Lewis, 2011a).

Dessa forma, o que podemos pensar que possa significar para esses meninos ser homem dentro de suas realidades?

Os homens jovens pesquisados relatavam que, quando crianças, eram frágeis, adoeciam e eram cuidados por suas mães, tinham medo de máscaras, fantasias e de ficarem sozinhos. Ao serem considerados adultos, espera-se que sejam fortes e destemidos, sendo que ingressam na vida de "gente grande", por volta dos 8 a 10 anos de idade, em função da inserção socioeconômica que possuem. Mas, quando passam a falar sobre o início de sua adolescência, seus relatos não têm mais espaço para a fragilidade ou dor, mesmo ao relatar suas prisões e suas experiências nos centros de internação socioeducativo, quando passaram por episódios contínuos de brigas entre pares, com sérias agressões físicas marcadas a ferro e fogo pelas cicatrizes deixadas em seus corpos, fazendo questão de evidenciarem suas superações perante as situações de violência, de serem "caba homem", coroando a sua "regeneração", minimizando o sofrimento e maximizando a superação. Nessas situações, parece haver uma afirmação dos valores de virilidade e honra, mas também a necessidade da supressão da dor. A minimização da dor ou a não publicização direta, vivida em suas trajetórias, comunica-nos, ainda que de forma negada, o ônus dessas práticas. (Barreto, et al. 2013, pp. 5 e 6).

Segundo Barreto et al. (2013) apontam que nos discursos autobiográficos dos jovens, a dor, além de pouco nomeada, quando aparece está diretamente ligada a ordem da moralidade que modela experiências. Os autores referem que os jovens pesquisados denotam indiretamente essa dor marcada pela relação entre moralidade e controle que permeiam suas vidas. Tal sentimento aparece, segundo os resultados, dentro das falas que apontam vivências de rua e sua violência cotidiana; a presença em situações de assassinatos e/ou mortes prematuras de membros da própria família (pais e figuras de referência); bem como a morte de pares; o sofrimento causado às figuras maternas perante a entrada no mundo do crime, as violências policiais sofridas; as humilhações e desconfianças do qual foram vítimas; a discriminação racial; a experiência da pobreza e a falta de dinheiro para satisfazer as necessidades; entre outros.

Barreto et al. (2013) afirmam que mesmo tal sentimento estando tão presente em seus cotidianos, o não uso do vocábulo "dor" pelos meninos provocam várias indagações, como por exemplo, Se existe um significante e um significado que possa expressar esse sentimento?

Se existe alguma palavra que poderia substituir a palavra "dor"? e Seriam assim considerados "algozes" desprovidos da capacidade de nomear tal sentimento? Segundo os autores, durante a coleta de dados no campo, os adolescentes apresentavam narrativas embotadas, contudo, por outro lado a comunicação e a expressão se davam por expressões corporais, bem como choros, silêncios e a recusa em falar sobre algum determinado tema.

Gregori (1989), Almeida (1996) e Connell (1995) citados por Barreto et al. (2013) referem que a prática de superação do sentimento e da sensação de dor constituem as formas culturais que normatizam as socializações e o masculino, produzindo alguns tipos de violências entendidas como legítimas sustentadas sob os alicerces de uma dor que seria inominável. Diante disso, teríamos como resultado, por um lado homens reprimidos, impossibilitados de sentirem sua dor, mas por outro, como uma espécie de recompensa, tornam-se homens fortes que não sofrem e que possuem uma espécie de autorização de produzir a dor no outro, seja nas relações domésticas, seja nas relações sociais.

Dessa forma se a dor não pode ser vivida, ganha lugar a revolta como expressão possível da dor. Barreto et al (2013) a partir dos dados coletados e analisados concluem que:

A revolta seria talvez uma forma de expressão da dor que não se permite sentir, frente à defesa da exigida condição de ser forte, nas fronteiras do intolerável. Dentro desse panorama, a infração se apresenta como uma manifestação expressiva da revolta. Os homens jovens fazem uso desse "poder" para conquistarem outras inscrições sociais e visibilidade. Semeia-se o vazio da dor invisível em outras formas expressivas de seus sofrimentos - por meio da revolta inscrita em furtos, roubos, estupros, assassinatos. O poder que lhes confere a emoção da revolta é um componente importante na compreensão de suas expressões. Parece-nos, inclusive, que o exercício do poder é o que resiste à subordinação de sua condição psicossocial e sustenta a possibilidade da revolta. Assim, emoções (dor e revolta) e valores (fraqueza e poder) vão sendo tecidos conjuntamente. (Barreto et al. 2013, p. 7)

No quesito significado do Crime, Jost (2010) avalia que para tais adolescentes, o crime seria inicialmente, a possibilidade de alcançar desejos essencialmente humanos, como por exemplo, desejo de reconhecimento e valorização, de independência, de realização e de autoafirmação. Que a passagem por internações em locais violentos e desumanos favorece um sentimento de revolta e vingança, ao que alguns jovens afirmam em suas falas que eram tratados como animais dentre desse tipo de instituição, perdendo assim a possibilidade de qualquer ação socioeducativa e de rompimento com a prática infracional, por se sentirem desmoralizados, humilhados, despersonalizados. Referem também valor a família, em especial a figura da mãe como a representante do amor incondicional, impossíveis de

abandona-los, bem como o desejo de constituir sua própria família, contudo referem culpa e certo arrependimento pelos caminhos percorridos e ao mesmo tempo, por vezes, uma ausência se esperança, como se tivessem pego um caminho, muitas vezes, sem volta.

Jost (2010), ainda pontua que no público alvo de sua pesquisa, as questões materiais, status, dinheiro e relações de poder se fazem presentes, porém logo perdem o sentido, permanecendo como algo negativo. A autora revela toda dureza e crueldade do cotidiano desses jovens, apontando que esses meninos refere necessitar da arma não só para a prática do crime, mas também para se defenderem do mundo, como também precisam de dinheiro para subornar a polícia; e que mesmo assim ainda ficam devendo, havendo novamente a necessidade de se roubar e traficar mais e mais. Esses adolescentes viveriam então em um estado de corriqueiro alerta e de tensão permanente, levando alguns jovens até a desenvolver episódios de insônia e esgotamento mental, permanecendo com a ideia fixa de que a morte este próxima e os acompanha.

Pensando em como combater a revolta sentida pelos jovens, Brusius e Gonçalves (2012) perceberam em seus estudos com os jovens que para haver a mudança no comportamento e conduta do adolescente em conflito com a lei, é necessário que esse último seja respeitado em sua humanidade para dessa forma ter coragem de passar pelo processo de desconstrução do até então construído. Tal ausência de tal experiência traria sensações ao jovem como insegurança, instabilidade, falta de base, entre outras. O processo de desconstrução criminal só seria aceito pelo adolescente se este não fosse vítima de processos humilhantes, desumanos e violentos. Dessa forma teria maior chance de vislumbrar motivos para deixar de ser o que é e a partir dessa dura tarefa, encontrar novas possibilidades de existência.

Dias et al. (2012), perceberam que de maneira geral os jovens não se sentiam muito livres para falar de seus sentimentos, que necessitavam ser estimulados e incentivados a falar. Tal dificuldade percebida e vivenciada durante a pesquisa foi associada a uma dificuldade de simbolização e a um possível medo, mediante a violência e repressão por parte direta ou indireta da unidade de internação. Alguns ainda denotaram certa desconfiança em relação ao destino de sua falas e se essas poderiam de alguma forma chegar aos ouvidos do juiz, interferindo em sua situação jurídica.

Lyra (2013) aponta que um dos fatos que mais lhe chamou a atenção foi a que mesmo sendo uma vida permeada por sofrimentos e privações, a alegria estava presente no discurso desses adolescentes, apresentando supostamente na fase da adolescência a vivencia de uma infância que não tiveram. Os dados demonstram também, diferentes de outros estudos na área,

que esses jovens não apresentam desprezo pela escola ou pelo trabalho formal, mas sim que apenas substituem os mecanismos sociais de ascensão compatíveis com a realidade vivida nas comunidades. Tal troca ofertaria ao jovens uma oportunidade de visibilidade social, que fora da comunidade, provavelmente deixariam de ter .

Lyra (2013) de forma didática, a partir de sua pesquisa, difere o movimento criminal dos jovens em três grandes momentos. O primeiro momento seria a *Dimensão Causal*, situação na qual o adolescente passa pela experiência infracional não denotando necessariamente uma continuidade de tal prática. Nessa caso, a adesão ao crime seria circunstancial, levando alguns jovens a entender tal fenômeno como algo natural em seu percurso de vida, fator esse que vai ao encontro das vivências dentro das comunidades onde residem. De acordo com o autor, a permanência no mundo do crime seria algo vinculado aos demais momentos descritos a seguir.

O segundo momento seria a *Dimensão do Interesse* onde a adesão ao crime estaria vinculada a uma autonomia pessoal e a uma busca por alcançar algo concreto. Mesmo que haja algum simbolismo nessa busca, o movimento do interesse está associado a uma relação particular entre um indivíduo e um objeto. Com isso a visibilidade e o reconhecimento como um *sujeito-homem*, enquanto um sujeito bem sucedido se faz presente. Segundo os meninos, uma boa posição dentro do organograma do tráfico ou a boa fama de ladrão atrairia o olhar e o desejo do sexo oposto, as denominadas *novinhas* ou *maria-pistola*, além dessas últimas referirem maior sentimento de proteção ao estarem ao lado de um jovem armado (Lyra, 2013).

Em um trecho interessante, Korczak (1986), relata a construção de um revólver de madeira por um menino e seus significados, vejamos:

Miguel fez um revólver de madeira, pintou-o com tinta negra, encheu de pregos. Onde será que arranjou pregos com cabeças douradas – é claro que não podem ser de ouro – vistosos, brilhantes? Miguel denominou-o Revólver Vencedor. Diz que o recebeu no campo de batalha, como um prêmio pela sua coragem. O próprio general entregou-lhe a arma, ressaltando seus feitos heroicos (Korczak, 1986, p. 59).

Nesse trecho acima, fazendo um paralelo com a vida dos jovens das comunidades envolvidos no crime, conseguimos perceber que a construção do revólver envolve a participação do garoto, do seu imaginário como em uma brincadeira. O autor refere que os pregos dourados não poderiam ser de ouro, o que pode denotar a precariedade de recursos, ou a ausência de riquezas materiais. Podemos perceber que o revólver, no trecho acima citado,

recebe o nome de vencedor, tem uma importância e agrega alguma vitória. Ele surge dentro do imaginário do personagem de Miguel em um campo de batalha, assim como os meninos do morro se encontram em constante guerra. De qual batalha Miguel estaria se referindo? Talvez a batalha por ser reconhecido, validado, assim como em sua história, onde o general lhe presenteia como um prêmio por sua coragem. Uma coragem de existir, de ser no mundo, mesmo que dentro de uma batalha, colocando-se cotidianamente em risco. Se viver muito bem, se morrer, tudo bem também, morre-se como um herói.

Para esses jovens moradores, cujas comunidades estariam ameaçadas por todos os lados, sua presença armada assume um significado para além do mero controle de mercado, pois são esses mesmos garotos que irão garantir a própria estabilidade do morro contra as forças externas que se organizam para tomá-lo. Nesse sentido o ato de traficar é associado ao ato de lutar pela comunidade, a paixão de defendê-la (Lyra, 2013, p.167).

Lyra (2013) aponta dentro desse momento da *Dimensão do Interesse* que os jovens vivenciam momentos ambivalentes e antagônicos, se por um lado já são homens para sustentar uma casa, serem pais de família, empunhar uma arma, traficar e roubar, por outro o autor percebeu a partir do relato de tais jovens que os gastos financeiros executados pelos adolescentes envolviam aquisições muito próximas da infância, como doces, videogame, bicicletas e passarinhos. Essa ambivalência fica nítida em suas brincadeiras e na forma de se expressarem.

O terceiro momento segundo Lyra (2013) seria a *Dimensão da Vontade*, que estaria vinculada a uma projeção do jovem sobre determinada ação ou condição. Nessa dimensão o ciclo social parece ganhar mais destaque, ao que o aspecto da independência diferente da dimensão anterior, parece alcançar outros tipos de vínculos e expressões que lançam o jovem de fato para a vida adulta. A busca, através do crime, deixa de ser somente por uma independência financeira, mas sim ganha por respeito e por uma possibilidade maior de formação e sustentação da identidade.

Parece que agora o importante não é somente sustentar ou ajudar sua família, comprar seus doces, seu tênis de marca ou seu videogame. Agora o menino deseja sobreviver além de suas necessidades básicas, agora como qualquer ser humano, necessita ser respeitado, reconhecido, e por que não, ser famoso, ser admirado, ser alguém.

A adesão pela vontade só se conclui com uma transação pública que renegocia o status do jovem na favela e é somente pelo olhar exterior que ela se mostra plena de sentidos. Tal característica fornece algumas “pistas” sobre o caráter cênico que a violência assume nas dinâmicas do crime organizado dentro das comunidades. É sobre o ponto de vista de uma relação

teatral, que necessariamente exige uma audiência para se consumir, que podemos compreender o “espetáculo do terror” (Lyra, 2013, p. 114).

Com relação ao tráfico de drogas, Lyra (2013) aponta que em sua pesquisa, os jovens em boa parte identificam tal prática como uma espécie de trabalho. Ao serem questionados se já haviam trabalhado na vida, muitos referiam que sim, que trabalhavam na boca, no tráfico. Isso também ocorria, mas em menor frequência, com relação a furtos e roubos.

Dessa forma, Lyra (2013) subdivide tal mundo do trabalho dos meninos em duas categorias, *os Autônomos do 157 e os Assalariados do 12*.<sup>21</sup> Uma das características que diferem uma atividade da outra encontra-se no significativo liberdade. Os meninos que praticam assalto, os *Autônomos do 157* denotariam tal sentimento de se sentirem minimamente livres, diferentes dos jovens que atuam no tráfico, os chamados *Assalariados do 12*. Tal liberdade daria a esses meninos do 157 a sensação de maior proteção e independência em comparação a rotina do trabalho no tráfico, que exige, na maioria das vezes, uma rotina fixa quanto a dedicação de horas e um ponto fixo de trabalho, como por exemplo, registrar presença na boca de fumo. Tais características trariam aos jovens do 157 uma sensação de menor chance de enquadramento policial, uma vez que não estariam fixos em algum lugar ou em alguma rotina como os meninos do 12.

Na rotina de trabalho dos meninos do 157, geralmente ocorre um processo de aprendizagem e de desenvolvimento de tal prática criminal, em que envolve uma espécie de mentor, um pessoa, geralmente do gênero masculino, mais velho, que irá ensinar o ofício e os macetes de roubar. O sentimento de desafio, falta de rotina, curiosidade, aventura e transgressão, fatores esses típicos da adolescência, estariam muito presentes em tal prática. Existe uma certa ética, ou uma tentativa dessa dentro do roubo e assalto, distante provavelmente do nosso entendimento de ética. O mesmo autor aponta que seria uma inverdade afirmar que esses meninos estão preocupados somente com a realização de seus desejos particulares e que as escolhas por quem assaltar se dariam somente por quem possui mais dinheiro. Uma situação que representa bem isso é quando se determina que roubar dentro da comunidade é proibido, ou que assaltar um ônibus seria uma prática por eles condenável. Existem, por vezes, certos critérios nessas escolhas que conversam com uma certa moral vigente no dia a dia desses meninos. (Lyra, 2013).

---

<sup>21</sup> 157 e 12 são os números correspondentes a alguns crimes descritos no Código Penal Brasileiro (1940). Art. 157 – Roubo e Art. 12 – Tráfico de Drogas

Já com relação aos meninos do 12, os envolvidos com o tráfico de drogas, Lyra (2013), aponta que as características da rotina do tráfico se assemelham muito com a de qualquer outro trabalho convencional, dentro de qualquer empresa. Os meninos possuem uma rotina que envolve acordar cedo, chegar pontualmente no local de trabalho, executar suas funções pré-determinadas, seguir um protocolo, respeitar uma hierarquia, parar para almoçar, trabalhar até tarde, fazer hora extra, as vezes em dupla jornada. Em relação a rendimentos, recebem em média de até 3 salários mínimos, variando de acordo com a facção/boca e o cargo ocupado dentro do organograma do tráfico. Com esse dinheiro, ajudam em casa, por vezes, sustentam seus próprios filhos e adquirem bens de consumo, nem sempre sendo objetos de valor material, mas sim simbólico.

Por apresentar um funcionamento e lógica empresarial, o tráfico denota ainda outras características do mercado de trabalho, como por exemplo, *franchising* ao que alguns pontos de droga oferecem sua reputação e “marca” para outros novos negócios, como uma espécie de franquia do ponto de venda de drogas. Nos morros da cidade do Rio de Janeiro encontramos com muita força e desenvolvimento da marca do *Comando Vermelho*<sup>22</sup>. Além disso, possuem divisão do trabalho, definição de cargos, avaliação de perfil, definição de organograma, escalonamento, plano de carreira e meritocracia (Lyra, 2013).

Com relação ao plano de carreira e meritocracia, existem várias formas de crescimento dentro do tráfico, inicialmente o jovem geralmente entra com a função de olheiro (os que olham e observam o movimento de policia e afins) e fogueteiro (os que anunciam a chegada através de fogos de artifício, seja de drogas, armas ou ação policial) para depois se desenvolverem em outras funções, chegando aos postos de subgerentes e gerentes da boca do tráfico.

De modo geral, o fator de maior probabilidade de crescimento é o fator confiança. Quanto mais lealdade o jovem denotar dentro do tráfico, maior serão suas chances de crescimento, além de outras características como pontualidade, compromisso, respeito, não usar o produto que será vendido, ser corajoso, vestir a camisa da empresa, respirar sua filosofia, entre outras. Tudo isso levará o adolescente a ter maior credibilidade para assumir um novo cargo dentro do tráfico de drogas, e assim ser reconhecido com uma promoção, envolvendo maiores salários, admiração, medo e/ou respeito em sua comunidade. Essas

---

<sup>22</sup> Comando Vermelho é uma importante e conhecida facção do tráfico de Drogas no Rio de Janeiro, uma das maiores facções da América Latina. Juntamente com o Comando Vermelho encontramos na cidade de São Paulo o Primeiro Comando da Capital conhecido popularmente como PCC, outra grande e representativa facção do Brasil, criada por alguns detentos em Agosto/1993 inicialmente para vingar o maior massacre da história em presídios do Brasil ocorrido no ano de 1992 na penitenciária do Carandiru em São Paulo.

oportunidades de crescimento, como em qualquer outro emprego, geralmente surgem mediante o crescimento da empresa, expansão do negócio, pela morte ou prisão de seu superior imediato. Nesse último caso, em razão de toda violência e risco envolvendo tal prática, a rotatividade torna-se expressiva (Lyra, 2013).

Assim como existe promoções, reconhecimento, bonificações e progressão de carreira, existe também, faltas, multas e punições para aqueles que desrespeitarem as regras da empresa, do tráfico, desde um não pagamento, agressões físicas, expulsão da facção até mesmo chegando a pagar pelos seus erros com sua própria vida. Entendemos que uma espécie de lei de Moisés torna-se presente, olho por olho, dente por dente. Mesmo havendo tal violência, os jovens também experienciam a possibilidade de se sentirem protegidos e pertencentes aquele grupo, em uma unidade singular enquanto Ser e coletiva enquanto grupo, situação essa que, dificilmente seria vivida por esses jovens em outros contextos extra-muros da comunidade (Lyra, 2013).

Nesse momento nos remetemos ao pensamento de Bauman (2011):

Uma presença de estranhos milagrosamente transformados em companheiros de jornada. Uma presença que emana confiança, não ansiedade. Quando você afundou no vazio do grande desconhecido que congela a mente e os sentidos, a humanidade que comungamos é seu bote salva-vidas; o calor da camaradagem humana é sua salvação (Bauman, 2011, p. 92).

O fator da camaradagem parece ofertar ao jovem um sentimento de companhia para seu ser e fazer no mundo. Alguém o assiste, o acompanha, o pune quando necessário, ofertando regras e limites, o valoriza, o reconhece e lhe oferta uma identidade. Com isso Lyra (2013) nos diz:

O sentido oculto do tráfico enfim se revela. Ele subscreve uma necessidade de identidade coletiva, uma avidez por relações sociais pautadas na confiança, na solidariedade, no reconhecimento de um projeto comum, de uma luta que não remete necessariamente às balas e fuzis, mas ao bom combate da construção de redes sociais consistentes e eficazes, nas quais uma existência individual possa de fato ser significativa para o todo (Lyra, 2013, pp. 145 e 146).

#### **4.4 Alguns Sonhos, Planos e Perspectivas Futuras**

Segundo Meneghel (1998) a face repressiva do Estado é quase a única que esses jovens conhecem, sendo que a violência organizada dos grupos de narcotráfico lhes possibilitaria realizar seus sonhos de afirmação, heroísmo e consumo.

Dessa forma, mesmo diante de tal realidade, tais meninos ainda sonham:

Sabem que querem ser alguém do bem, querem ter uma namorada em quem possam confiar e viver uma vida simples, sem furto e sem drogas. Sonham? Sim. Querem poder viver o dia de amanhã, vivos, com dignidade e reconhecidos como gente. E poder dormir em paz, livres para ter a coragem de criar aquilo que eles intuem que devem ser. (Jost, 2010, p. 6)

Segundo Coutinho et al., (2011) As narrativas sobre a perspectiva de mudança de vida vinculada ao futuro, revelam o desejo de mudança no estilo de vida, planos e sonhos de uma vida diferente da atual, incluindo trabalho, lazer, paz e liberdade. Os mesmos autores apontam dentro dos resultados alcançados sete fatores fundamentais a serem alcançados, denominados categorias empíricas, vejamos:

Os resultados evidenciaram a emergência de sete categorias empíricas, a saber: concepção da prática socioeducativa de privação de liberdade, descrição da instituição socioeducativa, imagem dos profissionais, percepção da imagem, experiência de vida, manifestações biopsicocognitivas e projeto de vida. De modo subjacente, as categorias referidas mostraram-se como fatores denunciadores de alguns embates que permeiam a práxis, ainda incipiente, das medidas socioeducativas nas instituições investigadas; ou seja, o discurso dos adolescentes indicou que a prática não socializadora sobrepujou a prática socializadora, designando uma concepção da prática institucional composta por elementos de insegurança, medo e violência, os quais são opostos à essência ressocializadora preconizada pelo ECA (Coutinho et al., 2011 p. 10).

Dias et al. (2012), concluem ainda que diante da fala dos jovens, a ausência de perspectivas de reais mudanças estão muito atreladas ao sistema de justiça atual que enfatiza um olhar muito mais punitivo do que de fato reparador ou de resolução dos conflitos. Mais uma vez, do modo deles, os jovens estariam solicitando auxílio, porém sem muita oportunidade de receberem uma escuta inclusiva e humanizada por parte do próprio judiciário.

Lefreve (2014) utilizou em sua pesquisa o procedimento do Discurso do Sujeito Coletivo (D.S.C.)<sup>23</sup>. Nesse procedimento, os pesquisadores apresentaram algumas histórias e realizaram algumas perguntas para os jovens. Em uma das situações das histórias, se hipotetizava que os jovens receberiam uma visita de si mesmos. Nesse momento, os pesquisadores realizaram algumas perguntas ao que os meninos apontaram algumas características que foram depois organizadas pelos pesquisadores em categorias.

Na pergunta *Como é essa pessoa que veio te visitar?* Lefreve (2014) chegaram aos resultados de que, no imaginário dos meninos, ao visitarem a eles mesmos, os jovens apontam

---

<sup>23</sup> Tal procedimento, o D.S.C., foi também um dos escolhidos no presente trabalho. O Discurso do Sujeito coletivo (DSC) será explicado dentro do capítulo método.

que, os visitantes, seriam jovens que possuem clareza sobre seu ato infracional ou alguém que deu azar na vida. Outros ainda se reconhecem como loucos e drogados, contudo preocupados com o bem estar de suas famílias e por vezes invisíveis aos olhos do outro e do mundo. Alguns apontam também para a visita de um ser Divino como uma companhia. Outros referem características culturais, de personalidade como habilidades e competências, características positivas como inteligência, humildade, companheirismo, dispostos a mudança, porém ao mesmo tempo, denotam características mais melancólicas envolvendo tristeza e falta de esperança.

Já no momento em que foi perguntando ao jovens: *Quem eles encontrariam no meio do caminho?* 47% dos adolescentes responderam que encontrariam seus amigos e colegas, 16% responderam que encontrariam alguém da família e 13% referem que encontrariam algum parceiro que se encontra no mundo do crime e que poderia levá-los novamente para esse universo (Lefreve, 2014). O interessante nesse ponto é que os jovens, em sua maioria, referem o encontro com o amigo, o que poderia denotar um índice expressivo dentro de uma possibilidade de atuação e intervenção no que entendemos como educação por pares. Contudo cerca de 13% ao se projetarem nesse futuro, referem encontros que os manteriam ligados a prática criminal. A questão é, uma vez mapeado essa possibilidade, haveria algo a ser feito para mudar tal destino? O que poderia influenciar para que tal encontro ocorresse? O que poderia ser feito diante de tal demanda? Percebemos que de qualquer forma os pares, sejam eles pertencentes ao universo do crime ou não, promovem encontros e influências.

Na questão que aborda: *No mundão para onde você está indo, como estará seis meses depois de sair da Fundação CASA?* Os dados mais relevantes apontam que 25% da amostra de 195 jovens, apontam que estariam se divertindo em momentos de lazer. Na sequência, 19% dos adolescentes referem que estariam trabalhando, 18% dos jovens relataram que estariam dentro de uma escola ou curso, 10% que estariam junto da namorada e 9% que estariam em suas casas. Contudo na questão envolvendo a vestimenta, apenas 2 jovens dos 195 responderam que estariam com o uniforme da escola. (Lefreve, 2014).

Parece que a idealização é algo presente, seja pela resposta politicamente correta, seja pelo real desejo de um dia concluírem os estudos, porém quando os pesquisadores aproximam a realidade aos jovens trazendo o aspecto mais concreto envolvendo a vestimenta, os jovens parecem denotar uma realidade em que a escola não parece tão disponível, representadas aqui pelo uniforme escolar.

Lefreve, (2014), ao questionarem os jovens sobre o que eles estariam fazendo dentro desse “Mundão”, os jovens em sua maioria, 27% referem que estariam estudando ou

realizando algum tipo de bico (trabalho informal), outros 22% referem que estariam com a família e a comunidade, e 21% estariam envolvidos em alguma atividade de lazer. Percebemos que o fator lazer foi novamente citado de forma relevante, denotando ser algo primordial para se alcançar dentro desse universo juvenil, e porque não dizer, universo humano, independente da idade, classe social e situação jurídica.

É oportuno trazer que os jovens principalmente dentro de contextos violentos pedem por socorro de alguma forma, direta ou indiretamente. Será que estaríamos prontos para ouvir e acolher tal pedido. De que forma saudável e interventiva nós enquanto sociedade poderíamos receber tal fato? Bauman (2013), aponta que tal pedido de ajuda, principalmente feito pelos jovens em vulnerabilidade geralmente é feito olhando para o lado e nunca para cima, isto é, é quem está ao seu redor que será mais acionado, e não do Estado, por exemplo, que na pirâmide social, estaria acima de nós. Segundo o autor, o jovem não possui expectativas que que tais instancias o acolham e o vejam, restando os que estão ao seu lado tal tarefa de ouvir tal pedido de ajuda e socorro.

*“O conhecimento não acontece a partir do vislumbrar o mundo apartado de nós, mas no estar atento aos efeitos que nele provocamos e que ele nos provoca decorrentes das relações mantidas entre nós e ele”*  
(Costa e Viegas, 2010)

*“Teoria sem prática é estéril e prática sem fundamentação teórica pode ser superficial e até inconsequente”*  
(Tardivo, 2004).

## **IV - MÉTODO**

### **1. Objetivos**

#### **1.1 Objetivo Geral**

Compreender a visão dos adolescentes em conflito com a lei perante o fenômeno da criminalidade e levantar qual a ideia que esses jovens possuem sobre os porquês de ingresso na vida do crime e quais suas perspectivas de futuro vinculadas a prática infracional.

#### **1.2 Objetivos Específicos**

- 1.2.1 - Levantar características sociodemográficas para montar o perfil da amostra estudada;
- 1.2.2 - Cruzar algumas variáveis no intuito de levantar diferenças ou similaridades;
- 1.2.3 - Apresentar uma proposta em pesquisa-ação vinculada a prática das medidas socioeducativas na comunidade de Heliópolis,
- 1.2.4 - Observar através do relato dos adolescentes suas principais identificações com a prática criminal e a formação da identidade;
- 1.2.5 - Identificar os principais elementos de envolvimento, permanência, busca, desejo e perspectiva de vida e de futuro no universo da prática infracional;
- 1.2.6 - Formular algumas possibilidades de ação junto ao público alvo a partir do material coletado e analisado.

## **2. Caracterização do Território**

A proposta de pesquisa se limitará a coletar dados acerca dos adolescentes em conflito com a lei que deram entrada no serviço de medida-socioeducativa em meio aberto no ano de 2013 a 2017.

O enquadre territorial foi a Comunidade de Heliópolis e região, uma das maiores da América Latina, localizada dentro do bairro do Ipiranga – Zona Sudeste do município de São Paulo – SP – Brasil. Foram utilizados como campo de investigação os dois serviços de medida-socioeducativa da região, que atendem uma média de 200 adolescentes no território,

## **3. Participantes**

A partir de alguns critérios territoriais já propostos acima, os participantes selecionados para a pesquisa foram 70 adolescentes e jovens, do sexo masculino, entre 12 e 19 anos, moradores do bairro Heliópolis e região (Zona Sudeste - Ipiranga) do município de São Paulo – SP/ Brasil. Um dos critérios de seleção foi que o adolescente já tivesse cometido algum tipo de ato infracional entre os anos de 2013 á 2017 e que estivesse no momento da coleta de dados cumprindo e sendo acompanhado em algum tipo de medida socioeducativa em meio aberto, ou em Prestação de Serviço a Comunidade (PSC), Liberdade Assistida (LA), ou ambas designada por Medida Acumulada/Ressocialização.

O rigor para a seleção da amostra segue os princípios apontados dentro do método de análise de conteúdo onde “A análise pode efetuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial” (Bardin, 2009, p.123).

## **4. Tipo de Pesquisa**

A ideia do projeto de pesquisa está embasada dentro da proposta de pesquisa mista, tanto quantitativa em função da expressividade da amostra em questões numéricas (70 adolescentes) e qualitativa mediante os instrumentos de coleta de dados e do tipo de análise escolhida, nesse caso a análise de conteúdo.

Na construção dos capítulos, foi utilizada a revisão bibliográfica que entrou como a base teórica reflexiva dessa pesquisa. Tentou-se fazer presente a vivência de uma práxis em execução, com o intuito de estabelecer um encontro entre teoria e saber empírico.

Em relação ao levantamento bibliográfico, foram utilizados autores clássicos, releituras contemporâneas, bem como pesquisas em artigos científicos, em sua maioria, das duas últimas décadas, visando a coleta vivencial na área específica de interesse. Para essa última tarefa de busca bibliográfica de artigos, foram utilizadas bases de dados confiáveis sendo escolhidas as seguintes palavras-chaves: *violência, adolescente infrator, adolescente em conflito com a lei, ato infracional, comunidade e crime juvenil*.

Mesmo a pesquisa possuindo também uma expressividade quantitativa, o desenho metodológico do presente trabalho se deu pela riqueza que tais técnicas ofertam em relação ao olhar mais singular e menos generalizado. O foco desse trabalho em relação à escolha do método está diretamente ligado ao reconhecimento de parte das subjetividades envolvidas. (Tardivo, 2007).

Tal escolha por uma pesquisa que contemple minimamente um olhar qualitativo repousa sobre o desejo de uma provocação política, para que de alguma forma o Estado e a sociedade possam ter ao menos uma ideia mais ampla sobre o que pensam o público alvo em questão.

Entende-se aqui a importância das pesquisas quantitativas e suas respectivas estatísticas para o surgimento de novas políticas públicas, o que justifica a escolha também por uma pesquisa que contemple um número de participantes consideráveis.

Como dito acima o trabalho se preocupou em possuir uma relevância expressiva em relação ao tamanho da amostra, mas deseja principalmente trazer vidas, relatos e humanidade em essência.

De acordo com Turato (2005), o método qualitativo tem sua base na fenomenologia, uma vez que visa a experiência do saber coletivo a partir do vivido, podendo utilizar também a psicanálise como pressuposto teórico básico. Segundo a autora, a função do pesquisador dentro do método qualitativo seria o de compreender o sentido e o significado do fenômeno estudado a partir da relação humano e sociedade. Nesse tipo de pesquisa os instrumentos de coleta de dados mais adequados seriam as entrevistas semi-dirigidas, observações livres, consultas em prontuários, testes psicológicos, entre outros. O tratamento dos dados contempla a análise de conteúdo.

A pesquisa qualitativa se preocupa com aquilo que não pode ser somente quantificado. Ela foca o universo dos significados, motivações, desejos, valores e ações, tudo relacionado ao campo das relações, dos fenômenos impossíveis de serem tratados ou enquadrados somente como simples variáveis (Minayo, 1996).

Segundo Tardivo (2007) a teoria e clínica são inseparáveis e o material clínico não está a serviço somente da pesquisa e de seus benefícios, ao que a mesma afirma:

Quero deixar expresso meu empenho em discutir esses temas, e não em propor de antemão o que vou encontrar depois num modelo de ciência tautológica, em que se busca na prática o que já está escrito na teoria, e volta a se fazer isso num círculo vicioso, que a meu ver não traz contribuições. Penso numa aproximação crítica, numa reflexão a partir de ideias fecundas (...) (Tardivo, 2007, p. 25).

Trata-se também de uma pesquisa de caráter exploratório, pois estabelece critérios, métodos e técnicas na tentativa de elaboração de um trabalho que visa oferecer informações sobre um determinado objeto ou fenômeno e através disso orientar na formulação e construção de hipóteses (Cervo, Bervian & Silva, 2007). Por ser uma pesquisa bastante específica, podemos levantar que ela necessita ter como fonte e estabelecer certa consonância com outras fontes bibliográficas e empíricas que darão base ao assunto pesquisado.

Foi utilizado também bases do Método Dialético. De acordo com Gil (2008) tal método empregado em pesquisa qualitativa foi desenvolvido por Hegel e revisado por Marx. Consiste em entender os fatos a partir de um contexto social, político e econômico. Tal universo se apresentaria a partir de suas contradições e manifestações.

Lakatos e Marconi (2007) apontam que dentro do método dialético o olhar para o fenômeno deve ser dinâmico, ou seja, o mundo está sempre em processo de transformação, nada é fixo ou estático. Defendem também que o processo não é isolado e que há sempre alguma conexão entre os fatos, ao que “ o fim de um processo é sempre o começo de outro” (p. 101).

Tal escolha se deu em função de uma prática dialética já desenvolvida dentro das Instituição de Medida Socioeducativa do território de Heliópolis e Região, frente ao público alvo pesquisado como foi exemplificado e relatado no capítulo II desse trabalho.

Em complemento a essa escolha, Lyra (2013) diria:

Mais que uma simples elucidação técnica, a metodologia de uma pesquisa empírica constitui um ato de comunhão, uma forma de partilhar experiências, erros e acertos que ajudam na compreensão das opções individuais do investigador e do produto de seu trabalho (Lyra, 2013, p. 39).

## 5. Tipo de Análise de Dados

Antes de adentrarmos nas especificidades metodológicas em relação ao tratamento dos dados, vale ressaltar que a psicologia sempre fez parte do Ser e Fazer dessa pesquisa e mediante a atuação do psicólogo no campo pesquisado. Segundo Bleger (1984) uma instituição não é só um local de trabalho para o psicólogo, mas sim seu primeiro cliente e nesse início talvez o mais importante, pois sem ele não há trabalho possível a ser realizado dentro do território. Segundo o autor o psicólogo na instituição teria a necessidade de promover alguns olhares e possibilidades de intervenção a partir de algumas posturas assumidas, 1) mudança da relação doente-cura para população-promoção de saúde, 2) passagem do individual para o social 3) a passagem da psicologia clínica para a psicologia social e institucional.

Bleger (1984) aponta que o papel do psicólogo institucional seria:

O psicólogo institucional pode se definir, neste sentido, como um técnico da relação interpessoal ou como um técnico dos veículos humanos e - pelo que veremos depois - pode se dizer também que é o técnico da explicitação do implícito. Ajuda a compreender os problemas e todas as variáveis dos mesmos, mas ele próprio não decide, não resolve, nem executa. O papel de assessor e consultor deve ser rigorosamente mantido, deixando a solução e execução em mãos dos organismos próprios da instituição: o psicólogo não deve ser em nenhum caso nem um administrador nem um diretor nem um executivo, nem deve sobrepor-se na instituição como um novo organismo. O psicólogo não é o profissional da alienação nem da exploração, nem da submissão ou coerção, nem da desumanização. O ser humano, sua saúde, sua integração e plenitude constituem o objetivo de seu trabalho profissional, aos quais não deve renunciar em nenhum caso. (Bleger, 1984, p. 43).

Já com relação ao psicólogo que acompanha a medida socioeducativa, temos que tomar cuidado para não se tornar um vigia ao invés de uma figura de apoio. A questão da periculosidade e do poder atribuído a psicologia de diagnosticar se há periculosidade ou não no dito jovem infrator, não cabe aqui nesse trabalho. Entendemos que essa é de longe a principal função da psicologia. Dessa forma o método utilizado nesse trabalho não se preocupou em diagnosticar os jovens em conflito com a lei e sim entender suas manifestações dentro do fenômeno criminal/social.

Dentro dessa manifestação trazida pelos jovens pesquisados, alguns símbolos ou representações sociais podem surgir. Desse modo recorreremos ao que Spink (1993) aponta em relação a representação social. A autora afirma que a representação é uma construção do sujeito enquanto Ser sujeito social. Um sujeito que não seria apenas um produto de

determinações singulares, um produtor independente nem de representações sociais, pois a representação será sempre uma construção contextualizada. É, ainda, uma expressão da realidade interindividual, uma maneira do sujeito exteriorizar seu afeto.

Jodelet (1989) citado por Spink (1993) aponta que nas representações sociais devemos levar em conta, estudar e articular os elementos afetivos, mentais, sociais, integrando a cognição, a linguagem e a comunicação que afetam as representações sociais levando em consideração à realidade material, social e ideativa relacionadas.

Dessa forma Spink (1993) aponta que as representações seriam interpretações da realidade, ou seja, a relação com o real nunca é direta; é sempre mediada por categorias históricas e subjetivamente constituídas.

Spink (1993) aponta também que o imaginário social seria o conjunto cumulativo das produções culturais que circulam numa sociedade sob as formas e maneiras mais variadas como por exemplo, a iconografia, a literatura, as músicas, as imagens, os mitos, entre outros. As representações podem também surgir pelos produtos que circulam publicamente através das mídias e das inúmeras versões populares.

Spink (1993) aponta ainda para o fenômeno da objetivação, que seria resumidamente uma operação formadora de imagens, o processo através do qual noções abstratas são transformadas em algo concreto. Moscovici (1988) citado por Spink (1993) refere que a imagem do conteúdo interno assume um caráter capaz de reproduzir e nomear uma realidade externa.

Já Morin (1984) aponta mediante tal construção simbólica que:

o que me interessa não é uma síntese, mas um pensamento transdisciplinar, um pensamento que não se quebre nas fronteiras entre as disciplinas. O que me interessa é o fenômeno multidimensional, e não a disciplina que recorta uma dimensão nesse fenômeno. Tudo o que é humano é ao mesmo tempo psíquico, sociológico, econômico, histórico, demográfico. É importante que estes aspectos não sejam separados, mas sim que concorram para uma visão poliocular. O que me estimula é a preocupação de ocultar o menos possível a complexidade do real (Morin, 1984, s/p).

Com isso, vislumbrando um mundo simbólico trazido pelos jovens em seus conteúdos, utilizamos na análise dos dados coletados, a análise de conteúdo temática de Bardin (2009). Este tipo de análise aplica-se a textos escritos, comunicações orais, imagéticos, projetivas ou mesmo gestuais, nos permitindo uma maior compreensão do fenômeno e atribuindo-lhes sentidos e significados.

Segundo Bardin (2009) a função primordial da análise do conteúdo é o desvendar crítico. Seria correto afirmar que uma análise de conteúdo não deixa de ser uma análise de significados, permitindo dessa forma sua posterior interpretação acerca dos dados coletados.

De acordo com Coutinho (2005), a técnica de análise do conteúdo tem por objetivo compreender criticamente o sentido das manifestações e comunicações dos atores sociais, seu conteúdo manifesto ou latente, conscientes ou inconscientes. Neste estudo, a discussão da Análise de Conteúdo foi desenvolvida à luz da psicanálise, dos movimentos projetivos e também das representações sociais dos indivíduos pertencentes na amostra.

Segundo Bardin (2009), a análise de conteúdo, seria um tipo de metodologia de pesquisa que engloba um conjunto de técnicas de análise das comunicações do sujeito. Para tanto esse tipo de técnica utiliza procedimentos, criteriosos e sistemáticos, na descrição do conteúdo das mensagens coletadas. Pode ser utilizada tanto em pesquisas, qualitativas ou quantitativas.

Esse tipo de metodologia, muito usada em pesquisas de cunho social, ajuda a captar e interpretar os conteúdos coletados e permiti alcançar uma compreensão mais ampla e profunda acerca do fenômeno estudado, indo muita além de uma simples leitura ou descrição (Moraes, 1999).

Segundo Moraes (1999), a análise de conteúdo pode ser adaptável a um campo de aplicação e investigação muito variado, em diversas formas de comunicação, verbal ou não-verbal, como cartas, jornais, histórias, revistas, informes, livros, gravações, entrevistas, diários pessoais, filmes, fotografias, vídeos, entre outros.

Olabuenaga e Ispizúa (1989) citado por Moraes (1999), aponta em relação a análise do conteúdo, que tal técnica permite uma leitura e interpretação que abre portas ao novo conhecimento acerca dos fenômenos da vida social, muitas vezes, inacessíveis.

A análise de conteúdo, em sua vertente qualitativa, parte de uma série de pressupostos, os quais, no exame de um texto, servem de suporte para captar seu sentido simbólico. Este sentido nem sempre é manifesto e o seu significado não é único. Poderá ser enfocado em função de diferentes perspectivas (Moraes, 1999, p. 2).

De acordo com Olabuenaga e Ispizúa (1989) citado por Moraes (1999), o material coletado pode conter inúmeros significados e sentidos, como por exemplo, o sentido que o autor pretende expressar pode coincidir com o sentido percebido pelo leitor; o sentido do texto poderá ser diferente de acordo com cada um; um mesmo autor poderá emitir um significado, sendo que diferentes leitores poderão interpreta-lo com sentidos opostos, entre

tantos outros.

Krippendorff (1990) citado por Moraes (1999) aponta que sempre será possível investigar os dados coletados a partir de múltiplas perspectivas, como por exemplo, verificar as associações, denotações, conotações apresentadas bem como formular interpretações psiquiátricas, sociológicas e/ou políticas.

Segundo Moraes (1999) a análise de conteúdo não é neutra, ou seja, em relação à percepção dos dados, passa inevitavelmente pelo olhar do pesquisador. O autor ainda aponta que dentro de uma pesquisa de abordagem qualitativa, construtiva ou heurística, a construção desse olhar, ao menos em parte, pode ocorrer ao longo do processo. Outros pontos que podem emergir, ou mesmo se modificar com o caminhar do estudo são as categorias representativas, a orientação do trabalho e os objetivos no seu sentido mais preciso, todos esses pontos também poderão se delinear à medida em que a investigação avança.

Moraes (1999) aponta cinco etapas como as mais usuais dentro de uma análise de conteúdo:

*1 - Preparação das informações*, que consiste em selecionar inicialmente as informações a serem utilizadas, preestabelecer os materiais de base da pesquisa;

*2 - Unitarização ou Transformação do Conteúdo em Unidades*; consiste em reler cuidadosamente os materiais com a finalidade de definir a unidade de análise, a ideia central da fala. É importante salientar que neste processo de releitura de um texto, necessariamente se perderá parte da informação do material analisado, em função também do processo de seleção por arte do pesquisador.

*3 - Categorização ou Classificação das Unidades em Categorias*; consiste em agrupar os dados considerando a parte comum existente entre eles. As categorias representam o resultado de um esforço de síntese, destacando neste processo seus aspectos mais importantes e relevantes em ressonância aos objetivos da pesquisa.

*4 - Descrição*; essa etapa consiste em uma vez definidas as categorias e identificado o material constituinte de cada uma delas, comunica-se os resultados. Quando a pesquisa for quantitativa geralmente se utiliza gráficos e tabelas para apresentação dos dados, já na abordagem qualitativa geralmente se elabora um texto para cada categoria utilizando citações diretas e as sentenças mais relevantes das falas comunicadas. No caso da presente pesquisa ambos foram utilizados.

*5 - Interpretação*; consiste em não limitar-se somente à descrição. É importante que procure ir além, atingir uma compreensão mais aprofundada do conteúdo dos dados coletados. O termo interpretação está mais associado à pesquisa qualitativa, ainda que não ausente na

abordagem quantitativa. Liga-se ao movimento de busca por significados e compreensão do fenômeno estudado. A interpretação não deve focar somente sobre conteúdos manifestos, também sobre os latentes, sejam eles ocultados consciente ou inconscientemente pelos autores. Dessa forma o pesquisador procura captar os sentidos implícitos das sentenças.

Os níveis manifesto e latente estão relacionados às ênfases na *objetividade ou na subjetividade*, entre as quais oscila a análise de conteúdo. Isto corresponde a uma leitura que capta não só o concreto e palpável, mas também o que encontra-se nas entrelinhas, fatores inconscientes e/ou indizíveis (Moraes, 1999, p. 11).

Moraes (1999) enfatiza que os fatores subjetivos não são inconciliáveis com o rigor científico. Dentro da análise de conteúdo, a partir de uma abordagem qualitativa, o olhar do pesquisador deve ultrapassar o nível manifesto, buscando no latente os significados do sujeito sem deixar de levar em conta o contexto psicossocial e cultural dos participantes do estudo.

Dessa forma teríamos uma espécie de bipolarização que faria parte do fenômeno, ou seja, o manifesto e o latente.

Talvez o maior “nó” em relação à abordagem dos conteúdos está em como visualizá-lo no campo objetivo, a princípio mais palpável; e no campo simbólico, ou seja, naquilo que não está aparente na mensagem. Isto nos remete a uma breve discussão sobre os limites dos “conteúdos manifestos” e dos “conteúdos latentes” de uma mensagem (Campos, 2004, p. 612).

No conteúdo manifesto, caracterizado pelo concreto e palpável, poderia ser interpretado a partir do movimento dedutivo ao que procura mais explicações e generalizações probabilísticas. Já o conteúdo latente, geralmente inconsciente, poderia ser interpretado a partir do movimento indutivo, ao que visaria a compreensão dos fenômenos investigados. A abordagem dedutiva na maior parte das vezes parte de uma teoria prévia, enquanto a indutiva visa chegar à uma teoria, ao que sua finalidade não seria de generalizar ou testar hipóteses, mas construir uma compreensão mais ampla e profunda dos fenômenos investigados (Moraes, 1999).

A abordagem indutiva-constitutiva também persegue um rigor científico, ainda que não definido do mesmo modo que o faz a abordagem dedutiva-verificatória. O rigor e cientificidade na perspectiva indutiva necessita ser construído ao longo de todo o processo. Entendemos que a análise de conteúdo se constitui num instrumento versátil, podendo ser adaptado a uma grande diversidade de pesquisas, especialmente em estudos na área social. Cada pesquisador é desafiado a tentar encontrar a forma de utilização nas áreas específicas de seu trabalho (Moraes, 1999, p. 12).

Em relação aos conteúdos manifestos, ele é o ponto de partida, ou seja, o início da análise se dá a partir da forma como os conteúdos se manifestam. É válido frisar que os resultados da análise de conteúdo devem refletir os objetivos propostos na pesquisa em questão (Campos, 2004). Mas será que o que é dito e coletado de fato sempre representa o real sentido que se deseja expressar?

Muitas vezes, ouvimos dizer que nem sempre aquilo que se está escrito é o que verdadeiramente o locutor queria dizer, ou mesmo, que existe uma mensagem nas entrelinhas que não está muito clara, pois bem, chegamos a encruzilhada, onde nem sempre os significados são expressos com clareza absoluta, ou onde acaba a objetividade e começa o simbólico (...) Para o investigador qualitativo, tal momento, reveste-se de suma importância, pois a desconsideração de um em detrimento do outro, pode colocá-lo frente à situação de negação completa da subjetividade humana ou por outro lado, a imposição de seus próprios valores em desconsideração a um pressuposto básico da pesquisa qualitativa, ou seja, os dados são analisados levando-se em consideração os significados atribuídos pelo seu sujeito de pesquisa. De qualquer forma acreditamos que esses extremismos devam ser evitados, não reeditando o falso conflito entre os métodos quantitativos e qualitativos, mas sim os considerando como complementares. (...) Em geral, o pesquisador segue seu próprio caminho baseado nos seus conhecimentos teóricos, norteado pela sua competência, sensibilidade, intuição e experiência. (Campos, 2004, pp. 613 e 614).

## **6. Instrumentos de Coleta de Dados**

**6.1** A vivência ao longo desses anos (2012 – 2017) serviu como norte para a busca de materiais. Um escuta livre, a princípio fenomenológica e não focada, ou seja, não havia inicialmente filtro e seleção do que seria visto e vivido. Dentro de um olhar de pesquisa-ação, (intervenções explanadas no cap. II) intervindo no cotidiano das instituições, juntos as equipes, jovens e famílias os dados eram coletados a partir de tal experiência. Utilizamos como um dos métodos a *pesquisa-ação crítica*, que visa a construção a partir da vivência da realidade coletiva, vejamos:

Essa transformação é percebida como necessária a partir dos trabalhos iniciais do pesquisador com o grupo, decorrente de um processo que valoriza a construção cognitiva da experiência, sustentada por reflexão crítica coletiva, com vistas à emancipação dos sujeitos e das condições que o coletivo considera opressivas, essa pesquisa vai assumindo o caráter de criticidade e, então, tem se utilizado a conceituação de pesquisa-ação crítica (Franco, 2005, p. 485).

Kincheloe (1997) citado por Franco (2005), afirma que a Pesquisa-Ação crítica, não trabalha a partir do positivismo, da objetividade e da verdade e que não devem pressupor

jamais os valores pessoais e práticos. A pesquisa-ação crítica não pretende somente compreender ou descrever o mundo da prática, mas sim transformá-lo no ato da ação.

Segundo Franco (2005) a pesquisa-ação parte de mergulho na práxis do grupo social estudado, sendo as intervenções, mudanças e transformações acordadas e definidas no coletivo, assumindo uma postura colaborativa, construtiva e crítica. A pesquisa-ação crítica então levaria em consideração a voz do sujeito, sua realidade, perspectiva e sentido no mundo, mas não apenas como um simples registro e posterior avaliação do pesquisador, mas sim a metodologia da pesquisa.

Segundo Franco (2005), a metodologia em pesquisa-ação não se faz por meio de um método rígido, engessado e pré-determinado, mas se organiza pelas situações relevantes que emergem durante o trabalho. A ideia é que os participantes ao longo do processo passem a tomar consciência das transformações que vão ocorrendo em si próprio e no processo. A mesma autora enfatiza que por possuir um caráter emancipatório, a pesquisa-ação promove no sujeito a oportunidade de se libertar dos fantasmas, mitos e preconceitos, fatores esses atrapalham o caminhar do desenvolvimento local.

Há um trânsito que o pesquisador precisa promover em sua ação/intervenção, o de caminhar entre dois papéis, o pesquisador e o participante, para dessa forma conseguir vivenciar empaticamente o que ocorre no território inserido. Vale lembrar que o pesquisador deve ser prioritariamente pesquisador, mesmo circulando entre ambos papéis (Franco, 2005).

Segundo Franco (2005) A pesquisa-ação, para bem se realizar, necessita de um longo tempo para sua realização, ou seja, não pode ser um processo, curto, aligeirado, raso, superficial e com tempo marcado. A imprevisibilidade seria o componente fundamental à prática da pesquisa-ação. A pressa é um pressuposto que não funciona com esse tipo de método, pois na pesquisa-ação se a pressa estiver presente a mesma conduzira, provavelmente a atropelamentos no trato com o coletivo, passando a priorizar o produto e não a causa.

Vejamos:

No entanto, quero neste artigo realçar a flexibilidade metodológica da pesquisa-ação como um de seus componentes essenciais, que implica, como todo trabalho sobre a prática, um rigor científico que se vincula mais à coerência epistemológica em processo do que ao cumprimento de um ritual de ações que se sucedem. Por isso, realço a questão em torno de uma pedagogia da pesquisa-ação que implica em considerar a complexidade, a imprevisibilidade, a oportunidade gerada por alguns acontecimentos inesperados, a fecundidade potencial de alguns momentos que emergem da práxis, indicando que o pesquisador precisa muitas vezes “agir na urgência e decidir na incerteza (Franco, 2005, p. 497).

Tal vivência em pesquisa-ação foi utilizada também no auxílio e construção das demais escolhas dos procedimentos de coleta de dados demonstrados a seguir.

Após isso, foram utilizados outros dois procedimentos de coleta de dados mais focados e direcionados, mantendo um olhar qualitativo, o Desenho Estória (DE) e o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

**6.2** Houve inicialmente através de um olhar mais quantitativo uma consulta aos prontuários (PIAs) dos adolescentes, previamente já autorizados pela Instituição de MSE (medida socioeducativa) com o intuito de levantar as informações sociodemográficas e principais características relacionadas aos adolescentes participantes.

Através de uma ficha, foram levantados por exemplo, idade, escolaridade, se o jovem é reincidente ou não com relação ao ato infracional, tipo de ato infracional cometido, entre outros dados relevantes. Posteriormente foram lançados em uma tabela o que permitiu a construção de gráficos demonstrativos para melhor visualização do perfil da amostra participante do presente trabalho. Alguns dados foram cruzados e demonstrados graficamente no capítulo seguinte com o intuito de observar similaridades e discrepâncias entre algumas variáveis coletadas.

**6.3** Aplicou-se então o procedimento do Desenho Estória com Tema apresentado e introduzido por (Aiello-Vainsberg, 1997), técnica essa derivada do procedimento (D.E. – Desenho Estória) de Walter Trinca (Trinca, 1972).

A escolha de tal técnica está baseada também em sua validação e reconhecimento no meio acadêmico: “Essa técnica vem desenvolvendo, o que propiciou sua validação para uso na clínica, em muitas pesquisas; nos mais variados campos da psicologia; em distintos grupos de pessoas em diferentes condições”. (Tardivo, 2011).

Segundo Tardivo (2011) o D-E proposto por Walter Trinca em 1972 vem sendo utilizado desde então até os dias atuais no meio acadêmico e científico de forma relevante e expressiva. Tal procedimento é considerado como um dos principais legados enquanto inovação dentro do Departamento e do Instituto de Psicologia da USP, principalmente no Laboratório de Saúde Mental e Psicologia Clínica Social da USP em seus mais de 40 anos.

O Procedimento D.E.T. destina-se a sujeitos de ambos os sexos e de todas as idades, sendo para isso somente necessário a capacidade de desenhar e verbalizar ou escrever, contemplando todas as classes econômicas, religiosas, culturais e mentais (Trinca, 2013).

O D-E com Tema é um procedimento muito simples, consiste basicamente em escolher um tema a ser investigado. Vejamos o procedimento de aplicação:

**6.3.1** Em um ambiente adequado e protegido é oferecido ao participante uma folha de papel sulfite A4 em branco,

**6.3.2** É disponibilizado lápis preto e lápis de cor.

**6.3.3** É ofertado o tema do desenho ao participante e lhe foi solicitado a fazer um desenho acerca desse tema, o desenho que a pessoa quiser.

**6.3.4** Após a realização do desenho é solicitado que o participante conte uma estória sobre seu desenho.

**6.3.5** Ao final pode-se pedir que o participante também dê um título para sua estória.

Trinca (2013) aponta para algumas razões em se utilizar tal procedimento, vejamos:

1) rapidez e facilidade na aplicação, 2) amplitude e abrangência de utilização clínica e não-clínica, 3) adaptabilidade às necessidades de comunicação inconsciente do examinando, 4) possibilidade de penetração e desvendamento de conteúdos psíquicos relevantes, 5) concisão na focalização e no destaque de material clínico significativo, 6) oportunidade de atendimento de populações carentes, para os quais os métodos tradicionais se tornam pouco realistas. (Trinca, 2013 p. 13).

Tal procedimento destina-se a conhecer em especial as experiências subjetivas do sujeito e está teoricamente baseado na comunicação do inconsciente e nos pressupostos da teoria psicanalítica, bem como no conceito de projeção, uma forma de expressar aspectos de seu mundo interno (Trinca, 2013).

Segundo Freud (1911/1996), no processo de projeção “uma percepção interna é reprimida e como sua substituição, seu próprio conteúdo, depois de sofrer uma deformação, vai surgir na consciência como percepção vinda do exterior” (p.686).

Freud também aponta que o movimento projetivo não deve ser olhado e enviesado somente dentro de uma percepção de conflito, vejamos:

A projeção não é unicamente um meio de defesa. Podemos observá-la também em casos onde não existe conflito. A projeção para o exterior de percepções interiores é um mecanismo primitivo, ao qual nossas percepções sensoriais se acham também submetidas, e que desempenham um papel essencial em nossa representação do mundo exterior (Freud, 1913/1996, p.454).

Para Freud (1915-1926/1996), o mecanismo de projeção envolve procurar no exterior a origem de um desprazer, de um conflito, de uma situação na qual o sujeito terá a chance estabelecer e realizar um encontro com ele mesmo. Ao mesmo tempo que se reconhece dentro

desse processo, conscientemente provavelmente se defenderia de tais sentimentos, desejos, e emoções, pois inicialmente não suportaria percebê-los como pertencentes a si próprio, esse seria um dos muitos mecanismos de defesa.

Gavião (2013) enfatiza que tal procedimento D.E. permite operar o método psicanalítico de forma viva, uma vez que diante de tal experiência, o contexto promove um visibilidade das questões afetivas que tanto clamam por uma expressão simbólica e contorno emocional.

Segundo Trinca (2013), quanto menor estruturado for o estímulo, menor a defesa e maior a chance de emergir com liberdade os conteúdos emocionais significativos. Essa liberdade garantirá ao sujeito submetido ao processo uma circulação maior de si mesmo, erigida sobre a ideia de um mínimo de interferências possíveis.

A principal finalidade dessa técnica não é o de mensurar, avaliar ou diagnosticar como alguns instrumentos ou técnicas existentes; mas sim o de compreender como uma pessoa, nesse caso o adolescente, dentro do seu grupo significa determinada conduta ou situação. A partir de tais resultados focais, a técnica nos permite uma maior assertividade na intervenção a ser realizada, uma vez que a investigação torna-se focal em razão da delimitação do tema. (Tardivo, Gil, 2008 & Tardivo, 2011).

Trinca (2013), idealizador e criador do procedimento de Desenho Estória nos mostra que tal procedimento é bem distinto em sua essência em comparação aos testes psicológicos, instrumentos de avaliação e assim por diante. Vejamos:

A interpretação psicanalítica afasta toda intenção nosográfica e nosológica, assim como qualquer classificação, perfil ou avaliação nos moldes dos testes psicológicos objetivos. Também não se limita ao exame dos conteúdos recalcados, mas sim a verificação dos conteúdos inconscientes de todo o tipo. (Trinca, 2013, p. 97).

Segundo Trinca (2013) a maneira de interpretação do D-E se dá através do método de livre inspeção, fugindo dos rótulos, Cids, DSMs, transtornos, QIs, entre outras classificações, pelo contrário, a ideia é valorizar o material subjetivo projetado através do desenho e da estória, alcançando assim a singularidade do Ser a partir da vivência do indivíduo.

Considerando que a produção do D-E é uma comunicação que retrata o universo subjetivo e o modo particular de a pessoa ser e de se manifestar, porque cada produção é única, a interpretação dos dados deve se nortear pelos mesmos princípios de liberdade que os da aplicação. Dessa forma, o objetivo da interpretação é compreender os sentidos expressos de cada indivíduo. (Martão, 2013, p. 128).

A derivação do procedimento original de Trinca (1972) proposto por (Aiello-Vaisberg, 1997) considera muito interessante o procedimento de Desenhos Estórias para o estudo das representações sociais do público alvo a ser pesquisado. (Tardivo, Gil, 2008 & Tardivo, 2011).

Martão, Prestes e Souza (2013), citam como por exemplo de diversidade e amplitude do procedimento D-E as diversas pesquisas realizadas por uma gama de autores nas mais distintas áreas, a saber: no campo judiciário com adolescentes em conflito com a lei em privação de liberdade a partir dos trabalhos de Alves (2001, 2005), na área de violência contra crianças e adolescentes em trabalhos desenvolvidos por Vecina e colaboradores (2002), em situação de acolhimento institucional – Abrigos, com os trabalhos de Leôncio (2003; 2004<sup>a</sup>; 2004b; 2005<sup>a</sup>; 2005b) e Careta e Motta (2007), na área da saúde, no contexto hospitalar com publicações de Flores (1984), Mercadante (1993), Coutinho (1999), Pereria (1999), Valle (2003), Costa e colaboradores (2005), Costa, Mombelli e Marcon (2009), em contextos sociais e comunitários como Arcano (1999), Affonso (2003), Custódio e colaboradores (2005), Franco e Mazorra (2007), Conti (2011), Tardivo (2004, 2007), no campo psicopedagógico com Paiva (1992), Cruz (2006), na área de drogadição através das pesquisas de Farias e Furegato (2005), Martão, Leoncio e Tardivo (2006), e na psiquiatria com Gonçalves (1997) e Souza e Tardivo (2001), entre outros.

Vale a pena ressaltar que Tardivo (2013) cita que o procedimento D.E. e sua interpretação se aproxima da análise do conteúdo proposta por autores que se dedicam a esse método como Bardin (1977), Campos (2004) e Campos e Turatto (2009).

Mesmo havendo a possibilidade do D.E. ser aplicado no coletivo, isso não foi feito, privilegiando uma menor interferência entre os próprios adolescentes. Com isso optamos por aplicar individualmente, um a um, com o intuito de promover um ambiente mais protegido, com menos interferências ou influências externas, na tentativa de ofertar maior imparcialidade e neutralidade na hora de cada sujeito confeccionar seu desenho e construir sua história.

Vale ressaltar que já era sabido, segundo dados coletados, que alguns dos adolescentes podiam apresentar dificuldades escolares quanto a leitura e escrita, o que optamos também por ser o pesquisador o responsável por escrever as Estórias dos desenhos, seguindo fielmente as palavras e termos utilizados pelos jovens, bem como as expressões, pausas de silêncio e erros de concordância e gramática. Caso o Adolescente manifestasse desejo dele mesmo escrever a sua história, tal situação seria permitida, com o cuidado do pesquisador na sequência conferir se conseguiria compreender o que estava escrito.

Não foi optado por gravação ou filmagem das aplicações dos procedimentos, vislumbrando uma menor persecutoriedade, exposição e sentimento de ameaça, uma vez que

o público alvo (adolescentes em conflito com a lei) mantem uma relação próxima com o sistema judiciário. Outro fator que levamos em conta como justificativa da não utilização de gravações ou filmagem era a probabilidade de respostas politicamente corretas caso se sentissem invadidos, avaliados ou mesmo julgados. Sendo assim, visando uma maior fidedignidade na produção dos desenhos e nos relatos, foi escolhido um ambiente mais protegido e acolhedor. Dessa forma o uso do gravador ou da filmadora foram nesse trabalho abolidos, tanto na aplicação do D-E como também no segundo procedimento de coleta de dados, o DSC, a seguir explanado.

**6.4** Em complemento, o outro procedimento de coleta de dados utilizado foi o Discurso do Sujeito Coletivo - DSC, do pedagogo Drº Fernando Lefèvre, Profº da Faculdade de Saúde Pública da USP-SP (Lefreve, F. & Lefevre, A. M. C., 2000).

O método se pauta em opiniões que representam o contexto social, ou seja, por mais que seja no início um discurso individual, após a análise dos diversos discursos, chegamos ao representante de um todo social. Assim, o DSC é um discurso de um sujeito formado pelas opiniões de vários sujeitos sintetizadas e que representam o discurso típico de uma determinada amostra, podendo ser facilmente reconhecido como o discurso de um indivíduo real do campo pesquisado (Lefreve, 2010).

A técnica , é a de resgatar os discursos e expressões coletivas através de questões abertas, o que faz com que o a opinião de um determinado tema possa se expressar. No presente trabalho pressupõe-se que vários discursos individuais comuns aos adolescentes em conflito com a lei, são compartilhados por esse determinado grupo.

A aposta foi que elementos do discurso são e estão presentes em boa parte dos envolvidos na pesquisa, bem como encontros e desencontros de ideias e opiniões. A reunião dessas falas e a na sequência a condensação dessas é que formarão, assim, um discurso coletivo, ou seja, a representação social que o grupo tem sobre o tema abordado. Tais dados após a coleta, serão inseridos em um software específico para esse determinado instrumento, visando nesse momento o olhar tanto qualitativo como quantitativo para a amostra estudada.

Essa metodologia do DSC já foi utilizada em diversos contextos, como por exemplo na área da saúde na Argentina (Lefreve, 2002; 2007), na área de promoção de saúde vigilância sanitária (Lefreve, 2005), no trabalho com sexualidade, prevenção e assistência com adolescentes (Lefreve, 2010), e em específico com jovens em conflito com a lei Lefreve, (2014), entre outros. Lefreve (2014), afirmam que trabalhos como esse são necessários para ofertar aos jovens o direito de serem protagonistas de suas próprias vidas,

uma espécie de provocação e crítica frente a sociedade e ao modelo socioeducativo vigente. Tal técnica resumidamente se apresenta da seguinte forma:

- 6.4.1** A amostra a ser pesquisada é selecionada;
- 6.4.2** Ao invés de se fazer uma pergunta e solicitar uma resposta, cria-se as situações caso mediante o contexto a ser pesquisado (nesse caso, adolescentes em conflito com a lei). Monta-se uma história com base no contexto e vivência do público-alvo. A história possui o intuito de fazer com que o jovem se identifique com os personagens criados e partir daí possa opinar no desfecho do conto, projetando seus conteúdos em suas respostas. Tal método possui o intuito de acessar os conteúdos internos, opiniões e visões do público alvo através da história e assim se evitar respostas tidas como prontas e politicamente corretas;
- 6.4.3** A técnica do DSC foi aplicada individualmente com os adolescentes;
- 6.4.4** Sendo assim, apresenta-se a história ao adolescente e pede-se para que ele imprima uma opinião acerca do exposto;
- 6.4.5** Inserimos depois as respostas das histórias em uma plataforma de um software específico que tem por finalidade agrupar em categorias, quantificar e qualificar as respostas.
- 6.4.6** Depois se extrai de cada resposta a ideia central de cada sentença, o que tem de mais relevante e expressivo.
- 6.4.7** Na sequência se atribui uma categoria para a ideia central, algo que possa marcar e representar o discurso do sujeito.
- 6.4.8** Após isso, o software agrupa as falas, os discursos por categoria e se monta um discurso representativo da amostra estudada.
- 6.4.9** Com isso, chega-se ao Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), a representação social dos sujeitos.
- 6.4.10** Vale ressaltar que geralmente o número de categorias elegidas são limitadas, em torno de 5 ou 6, com o intuito de unificar e não singularizar os discursos. Para cada categoria monta-se um discurso representativo da amostra pesquisada.

A partir das vivências com os adolescentes em conflito com a lei, suas respectivas famílias e a equipe profissional responsável pelo acompanhamento da medida socioeducativa

dos jovens, foi construído um conto/historia e duas perguntas correlacionadas.

O intuito foi e de tentar aproximar ao máximo a história criada da realidade vivenciada dentro de Heliópolis. Dessa forma, o intuito foi o facilitar que os conteúdos dos adolescentes emergissem de forma mais genuína ao se identificarem com a historia, facilitando o processo projetivo do procedimento.

Esse cuidado que foi desenvolvido durante a preparação e construção da historia, levando em consideração os elementos vivenciados pelos meninos de Heliópolis, vai ao encontro do que Costa e Viegas (2010) defendem enquanto pesquisa de campo, vejamos:

Defendemos que o investigador não faça, simplesmente, o mundo do outro caminhar em sua direção, pois nesse caso, o pesquisar pode, confortavelmente, continuar centrado em sua posição (em sua tolerância). A exigência é bem maior: é utilizar as palavras do pesquisador para descrever o mundo do outro, tal como este o vivencia, o que requer que o pesquisador transite no território alheio. Nele não cabem todas as perguntas que circulam no mundo do pesquisador, mas sim aquelas que fazem sentido no mundo do outro. (Costa & Viegas, 2010, p. 250 e 251).

Costa e Viegas (2010) ainda apontam que esse tipo de pesquisa impede que ocorra uma narrativa repetitiva, ofertando uma possibilidade maior do surgimento de uma nova historia.

Despret (2001) citado por Costa e Viegas (2010), nos oferta uma experiência extremamente válida em que o pesquisador tem a chance de se confrontar com algo estranho e nada familiar, se deparando com a riqueza de um novo saber, empírico, vivo e real. Para tanto o elemento necessário para qualquer pesquisador seria a capacidade diária de ser surpreendido a cada dado coletado.

Esse cuidado metodológico, utilizando os dois procedimentos projetivos, o Desenho-Estória (DE) e o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) também foi utilizado no trabalho de Medeiros (2014) em sua tese de doutorado, ao que realizou um estudo comparativo entre Brasil e Espanha, acerca das representações sociais de futuras equipes de saúde e o tabagismo, ao que foi muito bem enfatizado o rigor metodológico envolvendo esses dois procedimentos de coleta de dados.

Por outro lado, entendemos também que o método aqui utilizado poderia gerar mais incertezas e dúvidas do que conclusões extremamente fechadas e definidas, o que por um lado pode gerar angústia, mas que por outro lado pode ofertar a beleza humana deflagrada em inúmeras possibilidades de existência e de olhares acerca do mesmo fenômeno. Sendo assim, o DSC não necessariamente apresentará um discurso único para todos os adolescentes em

conflito com a lei do Brasil, mas sim a possibilidade de entendermos o discurso coletivo dos meninos de Heliópolis envolvidos com a prática infracional, podendo haver mais de um discurso por jovem ou por grupo.

A beleza do procedimento estaria associada a construção do fenômeno e do surgimento de saberes construídos e observados dentro da comunidade local, enfatizando saberes empíricos, características territoriais, entre outras particularidades.

O roteiro que o pesquisador irá percorrer pode levá-lo a ultrapassar os limites de sua área de conhecimento (...) Assim, se o que justifica a pesquisa no campo é o contato com o fenômeno tal como ele se dá, (e não como ele é produzido em condições artificiais), o investigador ao realizar o seu trabalho, deve se deixar levar pelo processo, o que significa muitas vezes, o encontro com histórias que se cruzam, mas, necessariamente, que não tem relações causais, que complexificam o entendimento. Por conseguinte, o pesquisar de campo não é aquele que, ao final, demonstra alguma coisa, mas é aquele que, ao apontar novos indícios, cria incertezas. (Costa & Viegas, 2010, p. 242).

## **7. Procedimentos e princípios éticos**

O primeiro passo realizado foi a obtenção do parecer do Comitê de Ética da UFP validando o pré-projeto em sua continuidade. Após a aprovação (Anexo 4), demos seguimento a formalização do desenho da formatação e relato da pesquisa-ação no território de Heliópolis, com visitas a coleta de relatos da prática, observações de campo, participações em reuniões, atendimentos psicossociais, entre outras atividades locais, todas elas desenvolvidas em conjunto com as equipes de profissionais dos serviços, os jovens e suas respectivas famílias. Após essa coleta inicial, um plano de ação é desenvolvido dentro da comunidade em parceria esses mesmos atores sociais.

Dentro desse enfoque enquanto pesquisa-ação, foram utilizadas as vivências de campo ao longo do período de 5 anos (janeiro de 2012 a janeiro de 2017) como base em dados empíricos sociais dos Serviços de Medida Socioeducativa dentro da Comunidade de Heliópolis. Nos capítulo seguinte uma síntese interventiva será narrada na tentativa de demonstrar o contexto social vivido pelos jovens em questão, características comunitárias, dados históricos, bem como as principais intervenções enquanto resultados ao longo desse trabalho.

Após isso, foi solicitada autorização para a execução da pesquisa dentro da instituição de MSE – Medida Socioeducativa, especificamente com os adolescentes acompanhados pelos

serviços. Aplicou-se carta de apresentação e autorização para realização da pesquisa dentro da Instituição de MSE (anexo 1). Pela questão do sigilo e visando a proteção ética das informações o Serviço de MSE foi designado somente como Instituição ou Entidade, omitindo dessa forma nome e razão social vislumbrando uma maior proteção dos participantes.

Na sequência, foi feita uma seleção de 10% da amostra. De uma amostra de 70 jovens, 7 adolescentes foram selecionados para a realização do pré-teste, com o intuito de validação dos Procedimentos, Instrumentos e Técnicas escolhidas para a presente pesquisa. O único critério de seleção do pré-teste foi a escolha de jovens com idades de distintas, visando uma maior amostragem do impacto da pesquisa.

Após a validação dos procedimentos escolhidos como coleta de dados no pré-teste, foi realizado o convite para a participação da pesquisa a mais 63 (sessenta e três) adolescentes que já fazem acompanhamento em medida Socioeducativa desde 2013, dando um total de 70 jovens na amostra final. Por serem menores de idade, os pais ou responsáveis legais foram submetidos ao Termo Consentimento de Livre Esclarecido (anexo 2) visando a proteção dos envolvidos e a autorização para a participação da pesquisa, ao que foram prontamente esclarecidos todos os trâmites e características do trabalho em questão.

Após autorização dos pais ou responsáveis, o convite foi realizado também aos adolescentes, ao que foram submetidos a uma carta de intenção de participação voluntária na pesquisa (anexo 3), ao que o adolescente, mesmo com o consentimento de seus pais ou responsáveis, pôde também expressar seu desejo ou não de participação do presente trabalho, ao que afirmaram seu aceite em tal documento. Tanto para os pais e/ou responsáveis como para os adolescentes, de forma escrita (termos de consentimento e termo de participação voluntária) como também de forma verbal logo no início, foram informados de que a presente pesquisa não possui caráter laborativa e remunerada, não havendo em nenhum momento da pesquisa qualquer tipo de pagamento. Foi informado também que a pesquisa não envolve riscos relevantes aos participantes, uma vez que são acompanhados pelo serviço de medida socioeducativa e por não haver em nenhum momento qualquer divulgação dos dados de identificação por se tratar de uma pesquisa somente com fins acadêmicos ao que serão somente utilizados dentro do meio científico, preservando o sigilo quanto a identificação.

Foi informado também o caráter voluntário da pesquisa, podendo o jovem, bem como seus pais ou responsáveis deixarem de participar a qualquer momento, mesmo depois de assinados os termos de consentimento, sem nenhum prejuízo pessoal de qualquer ordem. Foi

informado que nenhum dos dados coletados durante a pesquisa serão vinculados ao Plano Individual de Atendimento - PIA (*nota de rodapé n° 2*) e não serão repassados ao judiciário.

Visando o sigilo, a aplicação foi realizada em sala separada, de forma individual, ao que estiveram presentes no momento da coleta dos dados somente o adolescente e o aplicador. Tais precauções e cuidados fazem parte dos procedimentos éticos dessa pesquisa, uma vez que trata-se de uma pesquisa envolvendo seres humanos, que sujeita-se a padrões éticos regidos pelo respeito, pela proteção e aos direitos fundamentais trazidos em nossa Constituição Federal, bem como pelo comitê de ética envolvido. Por serem tais jovens, considerados uma população mais vulnerável, receberam ao longo da pesquisa especial cuidado e atenção mediante qualquer alteração significativa;

Foram passados aos participantes que é presente ao pesquisador a ciência de que os grupos vulneráveis só deverão ser incluídos em pesquisas científicas se isto se demonstrar absolutamente necessário e se a mesma não puder ser realizada de outra forma. A justificativa para a escolha do público alvo é também a precariedade de pesquisas que coletam no campo a opinião de jovens em conflito com a lei, fator esse refletido em políticas públicas desarticuladas com a demanda a ser assistida;

Como a pesquisa envolveu a relação dos papéis sociais desse grupo, sua formação de identidade e sua relação com a prática criminal, entende-se como fundamental a contribuição com um viés mais prático, de campo e empírico de tal amostra, visando maior visibilidade e direito de voz ao público-alvo, fator esse que talvez somente uma revisão bibliográfica ou mesmo a substituição por outro tipo de amostra, talvez não alcançasse os objetivos da pesquisa e seu desejo de relevância social futura para a demanda aqui estudada. Foi levado em consideração que o benefício fosse maior do que um possível prejuízo, visando que a saúde, a segurança e o bem-estar das pessoas deve ter sempre precedência sobre os interesses da ciência. Sendo assim diante de qualquer situação desagradável que pudesse aparecer, tais princípios seriam levados em conta acima de tudo.

Após o primeiro encontro, no qual foram explanados as características da pesquisa, após o aceite, se delimitou a amostra e nos encontros seguintes, foram aplicadas as técnicas e procedimentos, primeiro o Desenho Estória com Tema (D.E.T.) e depois o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), sempre individualmente e em ambiente reservado. A partir das vivências com os adolescentes em conflito com a lei, suas respectivas famílias e a equipe profissional responsável pelo acompanhamento da medida socioeducativa dos jovens, foi construído um conto/história e duas perguntas correlacionadas (Anexo 8).

O objetivo foi e de tentar aproximar ao máximo a história criada da realidade vivenciada dentro de Heliópolis. Dessa forma, o intuito foi o facilitar que os conteúdos dos adolescentes emergissem de forma mais genuína ao se identificarem com a história, facilitando o processo projetivo do procedimento. Houve o cuidado de escolher dois nomes fictícios para a história do DSC, não havendo no momento da aplicação nenhum adolescente com o mesmo nome dos protagonistas da história construída.

De Janeiro de 2012 a Julho de 2017 foram levantadas informações dentro das instituições de Medida Socioeducativa durante entrevistas, intervenções, atendimentos individuais e coletivos com os jovens, grupos de pais, grupos operativos e terapêuticos, oficinas educativas, reuniões de equipe, reuniões de rede, entre outros encontros. Um dos objetivos de cada atividade proposta era o de levantar dados que apontariam características da comunidade de Heliópolis e do cotidiano dos jovens envolvidos na pesquisa. Com isso, mediante a tais dados, baseados em tal realidade, uma história fictícia, com personagens imaginários, porém construída e baseada sobre fatos e dados reais, foi confeccionada com o intuito de ser apresentada aos jovens dentro da perspectiva do procedimento do DSC.

Vale ressaltar que não foi optado por gravação ou filmagem das aplicações dos procedimentos, vislumbrando uma menor persecutoriedade, exposição e sentimento de ameaça, uma vez que o público alvo (adolescentes em conflito com a lei) mantem uma relação próxima com o sistema judiciário. Outro fator que levamos em conta como justificativa da não utilização de gravações ou filmagem era a probabilidade de respostas politicamente corretas caso se sentissem invadidos, avaliados ou mesmo julgados. Tais hipóteses foram validadas no pré-teste, e dessa forma o uso do gravador ou da filmadora foram nesse trabalho abolidos, tanto na aplicação do D-E como também no procedimento de coleta de dados, o DSC, ao que optamos por coletar as histórias e respostas manualmente. Sendo assim, visando uma maior fidedignidade na produção dos desenhos e nos relatos, foi escolhido um ambiente mais protegido e acolhedor.

Para a organização e sistematização dessa coleta de dados, foram desenvolvidos os seguintes instrumentais: Através de uma ficha (anexo nº5), foram levantados dados como a idade, escolaridade, se o jovem é reincidente ou não com relação ao ato infracional, tipo de ato infracional cometido, entre outros dados relevantes. Posteriormente foram lançados em uma tabela o que permitiu a construção de gráficos demonstrativos para melhor visualização do perfil da amostra participante do presente trabalho. Alguns dados foram cruzados e demonstrados graficamente no capítulo seguinte com o intuito de observar similaridades e discrepâncias entres algumas variáveis coletadas. Uma folha para confecção do desenho

(Anexo 6), folha para construção da estória do desenho (Anexo 7), folha contendo a História do DSC (Anexo 8), folha para a coleta da resposta da primeira pergunta do DSC (Anexo 9) e folha para a coleta da resposta da segunda pergunta do DSC (Anexo 10).

O rendimento do encontro respeitou a vontade e a disponibilidade do jovem participante. Por serem dois procedimentos de coleta, mesmo que relativamente simples e rápidos, em alguns casos poderia haver a necessidade de novos encontros para terminar a coleta do material inicialmente proposto, o que não foi necessário na presente amostra.

O tema do desenho proposto para os adolescentes foi: ***O Crime***. Após a construção do desenho, foi pedido para que o jovem contasse uma estória sobre o seu desenho e que ofertasse um título. Na sequência, foi apresentado ao adolescente uma situação/problema, (um pequeno conto/história generalista envolvendo o cotidiano dos meninos acerca do tema crime). Foi solicitado na sequência que adolescente emitisse sua opinião diante do que foi exposto no conto/história, respondendo a duas perguntas relacionadas. Mesmo havendo a possibilidade do DET e do DSC serem aplicados no coletivo, isso não foi feito, privilegiando uma menor interferência entre os próprios adolescentes. Com isso optamos por aplicar individualmente, um a um, com o intuito de promover um ambiente mais protegido, com menos interferências ou influências externas, na tentativa de ofertar maior imparcialidade e neutralidade na hora de cada sujeito confeccionar seu desenho e construir sua história, bem como responder as questões que envolviam o DSC.

Vale ressaltar que já era sabido, segundo dados coletados, que alguns dos adolescentes podiam apresentar dificuldades escolares quanto a leitura e escrita, o que optamos também por ser o pesquisador o responsável por escrever as Estórias dos desenhos, seguindo fielmente as palavras e termos utilizados pelos jovens, bem como as expressões, pausas de silêncio e erros de concordância e gramática. Caso o adolescente manifestasse desejo dele mesmo escrever a sua estória, tal situação seria permitida, com o cuidado do pesquisador na sequência conferir se conseguiria compreender o que estava escrito. Outro ponto levado em consideração foi a sequência dos procedimentos adotados. O desenho-estória foi realizado primeiro no intuito do jovem não ser influenciado pela história do DSC em sua construção gráfica e verbal/escrita. A ideia é que se a história do DSC fosse apresentada primeiro, o desenho-estória sobre o Crime poderia sofrer influências o que talvez inibiria a pesquisa ou limitaria a pureza na produção do desenho. Dessa forma todos os jovens primeiro realizaram o desenho, contaram uma história sobre o desenho e só depois tiveram acesso a história do procedimento do DSC que

serviria de base para responderem as duas perguntas envolvidas no procedimento do discurso do sujeito coletivo.

Após o fim da coleta de dados e dos ajustes do levantamento bibliográfico, a análise foi realizada, bem como as considerações finais e avaliação posterior para possível publicação e devolutiva da pesquisa aos jovens participantes, familiares e equipe dos serviços de MSE. Posteriormente, se pretende averiguar a possibilidade de apresentar os resultados dessa pesquisa dentro da rede sociojurídica, desde que preservadas as identidades dos jovens, visando uma maior possibilidade de ação, um fortalecimento ou o surgimento de uma rede protetiva mais eficaz e de acordo com a realidade do público-alvo em questão.

## V - RESULTADOS - DADOS QUANTITATIVOS

### 1. Características Sociodemográficas dos Participantes da Pesquisa

Inicialmente apresentaremos os dados quantitativos da pesquisa e suas características sociodemográficas. Para tanto foi utilizado o formato de gráficos com o intuito de proporcionar uma maior facilidade da visualização do perfil de jovens participantes e relaciona-los ao dia a dia dos jovens em acompanhamento em medida socioeducativa.

Na sequência serão enfatizados alguns cruzamentos de dados nos permitindo refletir acerca de algumas hipóteses alcançadas acerca dos meninos de Heliópolis.

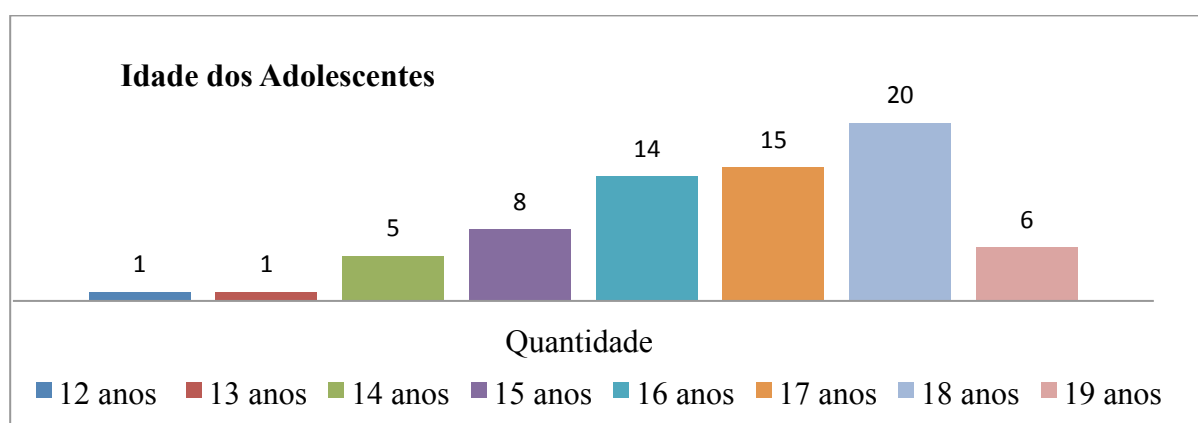


Figura 10

Podemos perceber que dentro da variável idade, há um aumento da prática infracional a partir dos 14 e 15 anos, indo ao encontro dos dados trazidos por Gallo (2008) em relação ao início da prática infracional.

Percebemos também que a partir dos 18 anos o número de jovens fica reduzido. Tal situação poderia levar inicialmente a dois tipos de pensamento: De que a os jovens nessa idade deixariam de infracionar tanto ou em função da maioridade penal já teriam recebido outro tipo de sanção, enquadramento legal, agora de acordo com o código penal.

Se observarmos os fatores protetivos de Heliópolis (política pública vigente) podemos perceber que tais equipamentos sociais existentes na comunidade atendem e dão maior assistência até justamente a idade dos 14 e 15 anos, como é o exemplo dos Centro da Criança e do Adolescente (CCA).

Foi observado uma maior carência de serviços voltados a adolescência. Essa realidade não seria exclusiva de Heliópolis, mas sim um cenário brasileiro enquanto políticas públicas voltadas para a adolescência. Isso não quer dizer que o fato de existir um equipamento social

voltado para os jovens seria impeditivo total de seu início no mundo do crime. Contudo boa parte dos pais e responsáveis referiam dificuldades e preocupações aos técnicos de referência durante os atendimentos individuais e também durante algumas reuniões que realizamos, ao que afirmavam não havia equipamentos sociais para incluírem os seus filhos quando esses chegassem a idade de 14, 15 anos.

Em conversas os pais e responsáveis e observações dentro de Heliópolis, foi percebido que alguns adolescentes envolvidos hoje com a prática infracional fizeram parte de alguns equipamentos sociais até os 14 anos. Isso nos remete a pelos menos dois questionamentos: o primeiro qual o tipo de trabalho preventivo dessas instituições no sentido de proteger o jovem de tal início em uma prática criminal e o segundo se o fato saírem dos equipamentos aos 14 anos e não serem incluídos em outros programas sociais e educativos também trariam a esse jovem uma vulnerabilidade maior. Acreditamos inicialmente que ambos os fatores podem contribuir para tal cenário infracional.

Com relação aos jovens da comunidade, os mesmo afirmavam, em sua maioria, que depois dos 14 anos eles desejavam também outras coisas, típicas da adolescência e do desenvolvimento humano. Não identificavam equipamentos sociais para sua idade, referiam que depois dos 14 anos gostariam de fazer tudo o que os jovens geralmente fazem. Afirmaram que até possuíam algumas opções de lazer dentro e perto de Heliópolis, porém que para tanto necessitariam ter condições financeiras para consumi-las, ou seja, desde as coisas mais simples até as mais complexas, mas para isso necessitariam de condições para acessá-las. Falas do tipo:

*“Tio se você quiser pagar um sorvete para a sua namorada tem que ter dinheiro... não pode ser mané... se você não pagar alguém paga...”* (sic).

*“Aqui na comunidade mesmo tem o fluxo, não precisa ir longe, funk, bebida, e as mina... mas você vai como? Não tem que pagar para entrar, é de graça, mas você quer ir nos panos, com roupa da hora, tênis legal, as mina vê isso tio, querem sair com um mano da hora... Como é que eu vou? De chinelo não dá né...”* (sic).

*“É tio, que adiante ter shopping perto, Mc'donalds, comprar umas roupas da hora, levar as mina no cinema, se não tem dinheiro para pagar... não rola né... o que adianta”* (sic).

No quesito do sexo masculino como único sexo da amostra aqui selecionada, se dá pelo fato de serem expressivamente a maioria enquanto adolescentes em conflito com a lei e pela necessidade de se escolher um recorte para análise. Isso não significa, de forma alguma, que o feminino, que a mulher não possua expressividade dentro do universo da prática infracional.

Contudo essa pesquisa não possuía o objetivo de olhar para questões do ato infracional envolvendo fatores de gênero e a criminalidade, ficando como sugestão para pesquisas futuras. Tal fenômeno masculino ganha destaque também nas demais pesquisas aqui utilizadas como base de referencial teórico.

Em relação a cor da pele dos jovens, conseguimos perceber uma maioria negra, 61% dos jovens, o que vem ao encontro dos dados estáticos em relação a maior número de adolescentes negros envolvidos com a prática infracional. Existem indícios empíricos de tal índice poder refletir injustiças sócias quanto a desigualdades e provável falta de equidade. Tais marcas da história podem surgir, principalmente sendo o Brasil um país filho e herdeiro de um período longo escravidão. Como diria Endo (2005) e Fanon (2008) a cor da pele traria e definiria o grau de maior vulnerabilidade, contudo a presente pesquisa não se objetivou em demonstrar ou analisar as questões de ordem racial e/ou preconceito de forma profunda, o que inviabiliza afirmações mais solidas, ficando aqui apenas uma provocação e sugestão para trabalhos futuros.

Durante esses anos de acompanhamento, de 2012 até os dias atuais, presenciamos a dor e a violência vivida dentro da comunidade, principalmente em relação a alguns jovens em acompanhamento de medida socioeducativa e suas famílias. Por vezes ouvia das famílias e dos jovens coisas do tipo:

*“Fizeram isso comigo porque sou da comunidade, se eu fosse o playboy da cidade a polícia não teria me parado, só porque sou de Heliópolis me trataram assim... se eu fosse neguinho então... nem sei se eu estaria vivo agora tio” (sic)*

*“Ser negro não é fácil meu senhor, meu filho é negro e por isso as pessoas acham que ele é bandido, que vai ser bandido e que não tem mais jeito... fico pensando se todos nos fossemos brancos, se todos nós morássemos em outro lugar, se a favela não fosse a nossa casa se tratariam a gente assim, se pensariam isso da gente...” (sic).*

Nesse sentido, a pesquisa infelizmente não conseguiu abarcar de fato o que seria considerado exatamente frequência ao ambiente escolar e seu real aproveitamento. O que podemos afirmar é que 63% dos meninos estão matriculados e ainda não foram retidos por falta ou desempenho e que de fato 37% já abandonaram os estudos ou não deram continuidade. Tais dados vão ao encontro por exemplo da pesquisa realizada por Lefreve (2014) com jovens internos da Fundação CASA, ao que também encontrou uma porcentagem equivalente em relação ao abandono escolar.

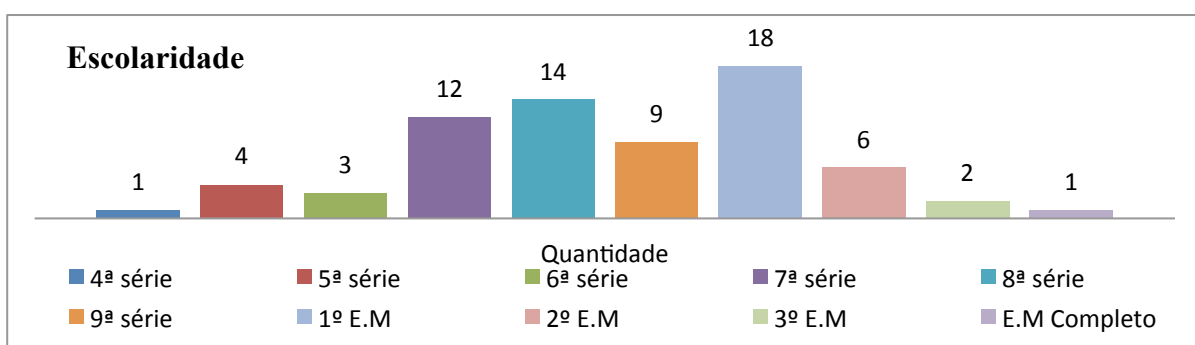


Figura 11

Em relação a escolaridade, em comparação a idade dos meninos, podemos perceber certa defasagem escolar, ao que vemos que apenas 1 jovem concluiu o ensino médio, o que pela idade x escola, mais da metade da amostra já deveria ter concluído os estudos do ensino médio.

Contudo encontramos uma maior concentração de jovens entre a 7ª série do 1º grau e o 1º ano do segundo grau, o que nos faz pensar e supor que quanto mais próximos da maioridade penal maior a dificuldade de se manter estudando.

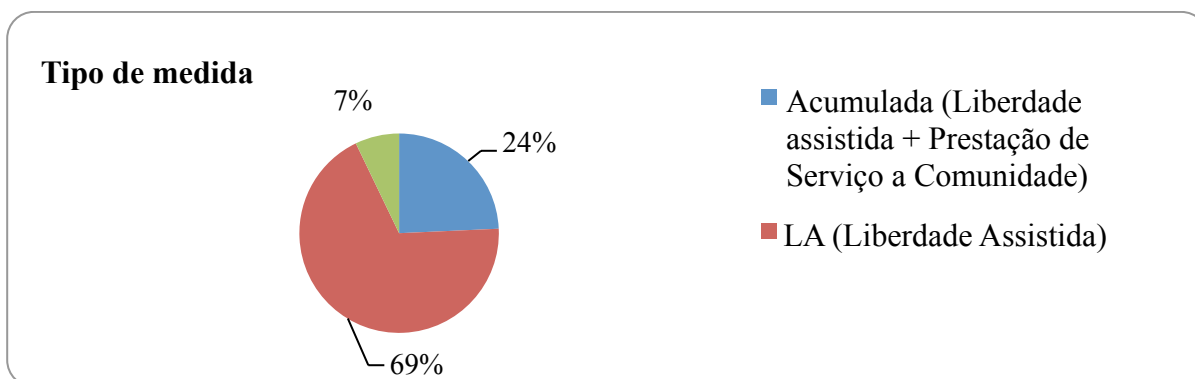


Figura 12

Podemos perceber que o maior índice do tipo de medida socioeducativa atribuída pelo juiz ao jovem é a Liberdade Assistida (L.A.) que consiste no jovem ser acompanhado por um técnico especializado em Medida Socioeducativa.

Tal fato ocorre quando o jovem encontra-se em meio aberto, sem ser privado de sua liberdade. Contudo vale a pena lembrar que todos os jovens participantes da pesquisa no momento da coleta de dados encontravam-se em liberdade, ou porque não chegaram a ser privados de sua liberdade ou por que já saíram do regime fechado e estavam dando continuidade em sua medida em meio aberto.

Outro ponto relevante para ser lembrado, é que os números de internações em instituições fechadas vem crescendo ao longo tempo, destoando do que preconiza a lei ECA (1990) e SINASE (2012), que defende a medida em regime de privação de liberdade como a última medida a ser tomada. Um fenômeno que vem ocorrendo é que os meninos estão chegando menos ao serviço em meio aberto.

Esse fato não significa que tal público está infracionando menos. Conseguimos afirmar isso com base no número de mortes de jovens em ações policiais e brigas de facções e também pela superlotação das instituições da Fundação Casa.

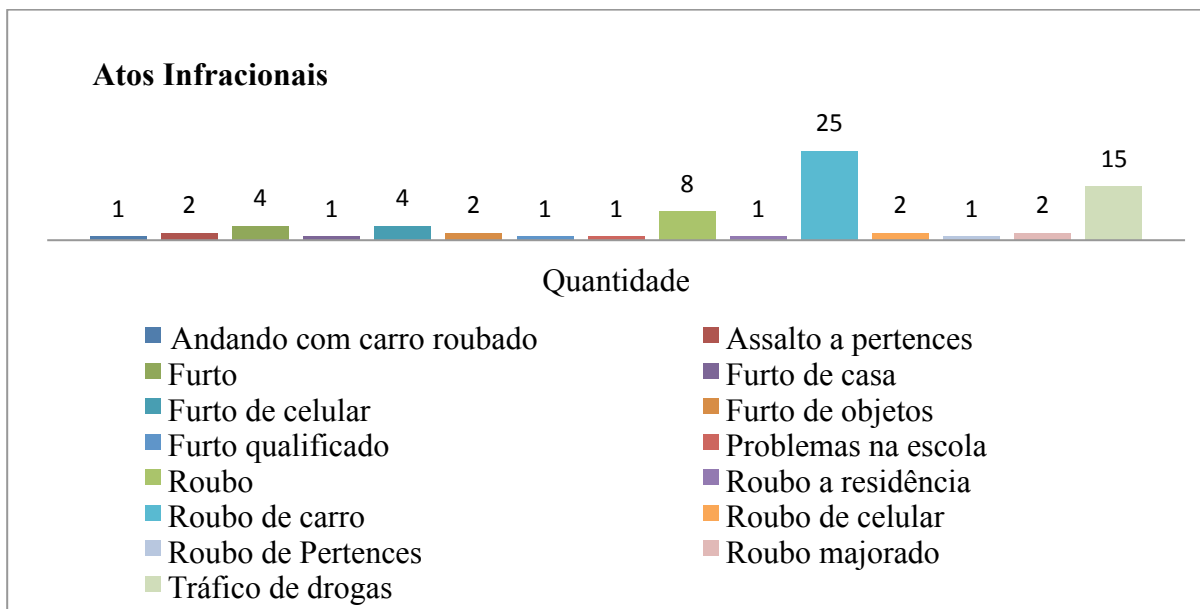


Figura 13

De acordo com índices nacionais, a população de meninos aqui pesquisada reflete bem o cenário Brasileiro em relação a “escolha” da prática infracional, ao que também apontam como os principais atos infracionais cometidos, o furto, o roubo e o tráfico de drogas, validando as estáticas do país em relação ao perfil do adolescente em conflito com a lei no

que tange o tipo de ato infracional cometido. Tal situação nos faz pensar que os meninos de Heliópolis, podem representar a população aqui estuda, levando em consideração obviamente suas particularidades, sejam elas coletivas, territoriais, culturais e subjetivas.

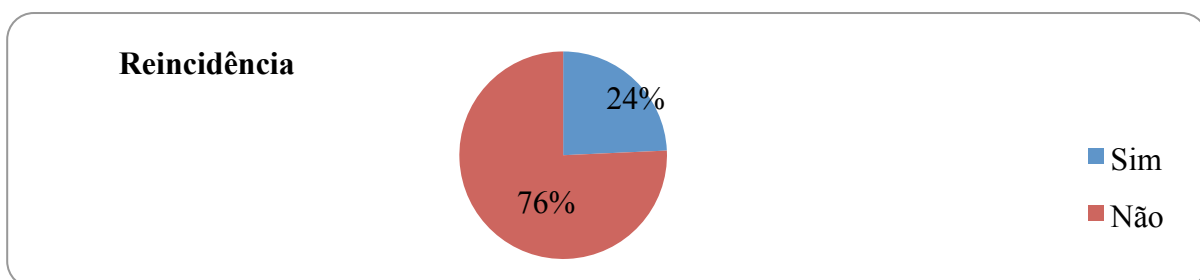


Figura 14

Como podemos observar, a maioria dos adolescentes da pesquisa são primários, a priori, juridicamente não cometeram anteriormente outro tipo de infração. Contudo, considerando as cifras negras, pode ser que uma parcela desses jovens já tenham cometido outros atos infracionais e não foram pegos em flagrante, enquadrados e julgados pelo judiciário. Durante os atendimentos, alguns jovens, mesmo primários, referiram que já haviam cometido outros tipos de atos infracionais, da mesma forma, outros referiam que ainda continuavam a infracionar mesmo cumprindo a medida socioeducativa. Suas práticas eram as mesmas, roubo ou tráfico.

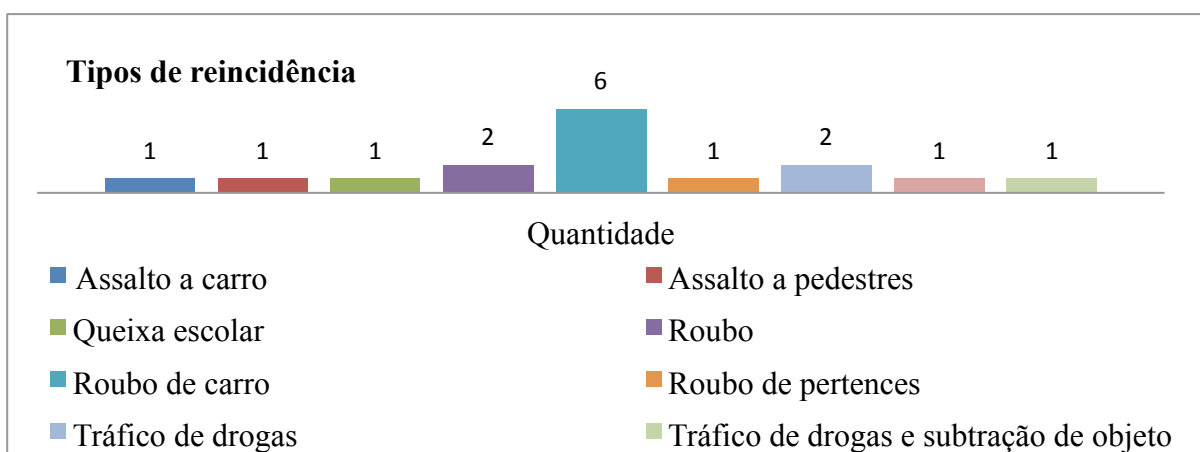


Figura 15

Com relação aos tipos de atos infracionais relacionados a reincidência observamos que os índices se mantem, neste caso, tanto roubo como envolvimento com o tráfico de drogas são os mais presentes na prática infracional. Podemos supor uma continuidade, uma falta de

oportunidade ou mesmo uma identidade constituída em relação ao tipo de ato infracional, fatores esses que tentaremos melhor observar a partir da análise dos dados qualitativos.

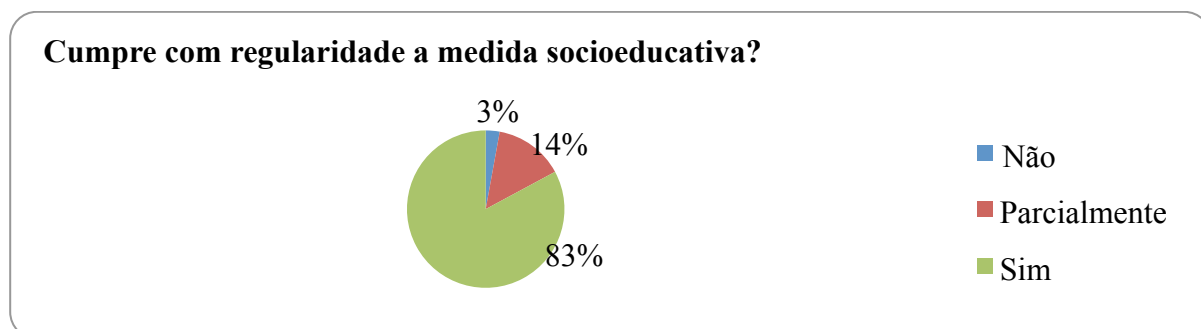


Figura 16

Com relação a frequência na medida socioeducativa, vemos que a grande maioria frequenta o serviço com regularidade, o que nos faz pensar que no quesito frequência, tal tipo de serviço oferta uma boa oportunidade e proximidade de se trabalhar com os jovens em questão. Foi percebido ao longo desses anos de acompanhamento aos serviços de medida socioeducativa de Heliópolis e região (desde 2012) que a participação dos jovens ao projeto denota confiança, e que com o passar dos tempos o respeito pelo serviço foi se desenvolvendo. Uma sensação de pertencimento ao local, com pinturas de grafite nas paredes, construção de espaços de escuta e discussão, acolhida aos familiares, participação em eventos, entre outras atividades. Boa parte dos jovens ao chegarem para o atendimento traziam consigo colegas da comunidade, mesmo que esses não estivessem em cumprimento de medida. Alguns jovens, mesmo não havendo uma necessidade concreta, frequentavam o serviço várias vezes por semana. Os motivos dessa procura e busca variavam bastante.

Alguns jovens solicitavam para conversar com seu técnico de referência, outros simplesmente passavam para tomar um café e comer biscoitos, ou os deliciosos bolos da “tia da cozinha”, outros traziam seus irmãos menores para que os profissionais do serviço conversassem e orientassem com relação aos malefícios do crime, outros ainda utilizam do espaço para usarem o computador, tirar uma xerox ou simplesmente passavam para dar um oi.

Diante disso, na tentativa de aproveitar a busca do jovem pelo serviço, seja por qual motivo for, nesse momento, juntamente com a equipe foi desenvolvido o princípio de se todos somos educadores, independente de nossas funções, e que em todos os momentos são momentos potenciais para o educar.

O atendimento se configuraria na mesa da cozinha, no corredor, na frente do computador, sentados na calçada e não necessariamente somente dentro da sala de

atendimento com horário marcado. Todo o espaço do serviço e da comunidade (durante visitas externas e passeios) e todos os momentos são momentos pedagógicos, podendo o colaborador e técnico, gestor, cozinheiro, seja ele quem for, desenvolver um trabalho socioeducativo com aquele jovem em questão. Vale ressaltar que entendemos que a frequência ao serviço é apenas um índice dos inúmeros que devem ser avaliados em relação ao cumprimento da medida. Durante o levantamento bibliográfico encontramos uma maior identificação dos jovens com os serviços de medida socioeducativa em meio aberto do que os de caráter de internação. Podemos citar nesse sentido os trabalhos de Gallo (2008b), Brusios e Gonçalves (2012), Barreto et al. (2013), entre outros.

## 2. Cruzamento de alguns dados sociodemográficos

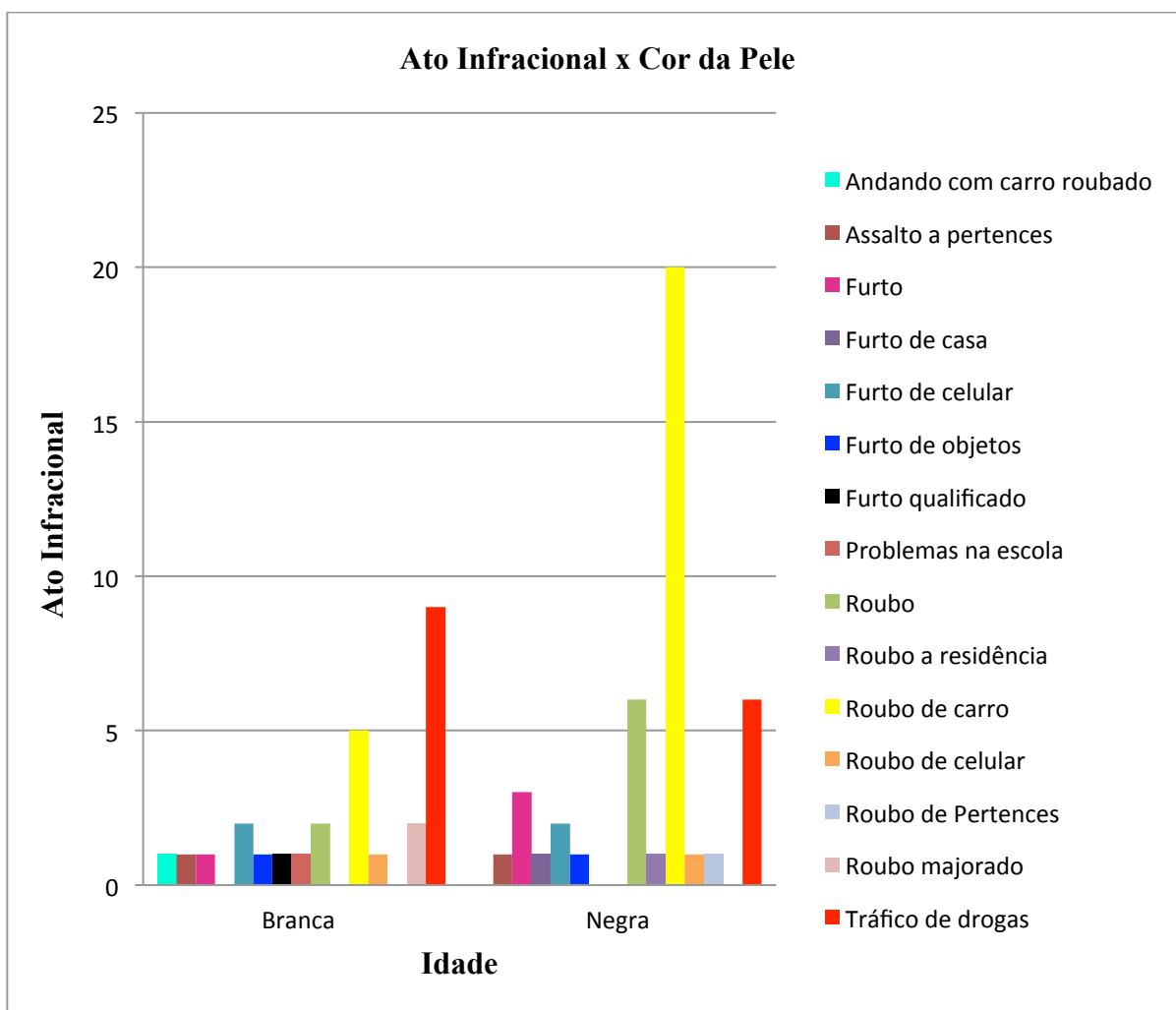


Figura 17

Podemos perceber no gráfico acima que de modo geral os atos infracionais ligados a roubo, roubo de carro e tráfico de drogas se apresentam como os mais cometidos, tanto nos

meninos brancos como nos negros. Contudo percebermos na população estudada que a prática infracional do tráfico de drogas ganha maior destaque nos meninos brancos e o roubo de carro nos meninos negros. Será que de alguma forma tais dados podem representar algum índice?

Vale ressaltar que a denominação e mapeamento da raça (cor da pele) dos jovens foi baseada em três fatores: documentos, percepção do pesquisador e auto-percepção dos jovens. Podemos supor inicialmente que tais dados não representam necessariamente que o tráfico seja menos popular entre os jovens negros. Tais índices podem representar que os meninos negros envolvidos com o tráfico estejam cumprindo medida socioeducativa em regime de privação de liberdade, indo ao encontro de dados estatísticos de que dentro de tais instituições de privação de liberdade encontram-se em maior número jovens negros do que brancos.

A partir de tal hipótese, poderíamos supor que da parte do sistema judiciário poderia ocorrer, consciente ou inconscientemente, uma influência na deliberação do tipo de medida de acordo também com a cor da pele do jovem, ao que os brancos por um lado poderiam receber mais medidas em meio aberto e os negros mais medidas em privação de liberdade. Independente de qualquer coisa, é sabido que os negros carregam ainda infelizmente a marca de nossa história, herdada do período de escravidão e infelizmente, por vezes ainda perpetuada. Da parte da instituição polícia, talvez o número de meninos brancos em maior quantidade no tráfico também se justificaria em razão de sofrerem menos violência e perseguição policial, contudo, esse fato se apresenta aqui de forma somente hipotética e nada conclusiva em função de não ser esse, questões de raça/etnia o foco específico dessa pesquisa.

O tráfico de drogas, como apontou muito bem Lyra (2013) colocaria o jovem em maior situação de risco, e o jovem sendo negro, tal vulnerabilidade e exposição ao risco e a violência se multiplicaria como vimos diante de alguns estudos e pesquisas, como por exemplo Coelho e Rosa (2013) em que mais de 80% dos meninos eram negros.

Dessa forma, a hipótese seria de que existem hoje menos meninos negros vinculados a medida socioeducativa em meio aberto envolvidos com o tráfico de drogas em decorrência de, ou já estarem reclusos em instituições de medida socioeducativa em regime de privação de liberdade ou de já estarem mortos, principalmente pelo fato de serem negros, pobres e moradores da comunidade.

Assim como Fanon (2008) e Endo (2005) apontaram, o corpo do negro autorizaria o outro a fazer uso dele da forma com bem lhe quiser, tornando mais vulnerável as violências do cotidiano, como bem representou as pesquisas aqui utilizadas como base.

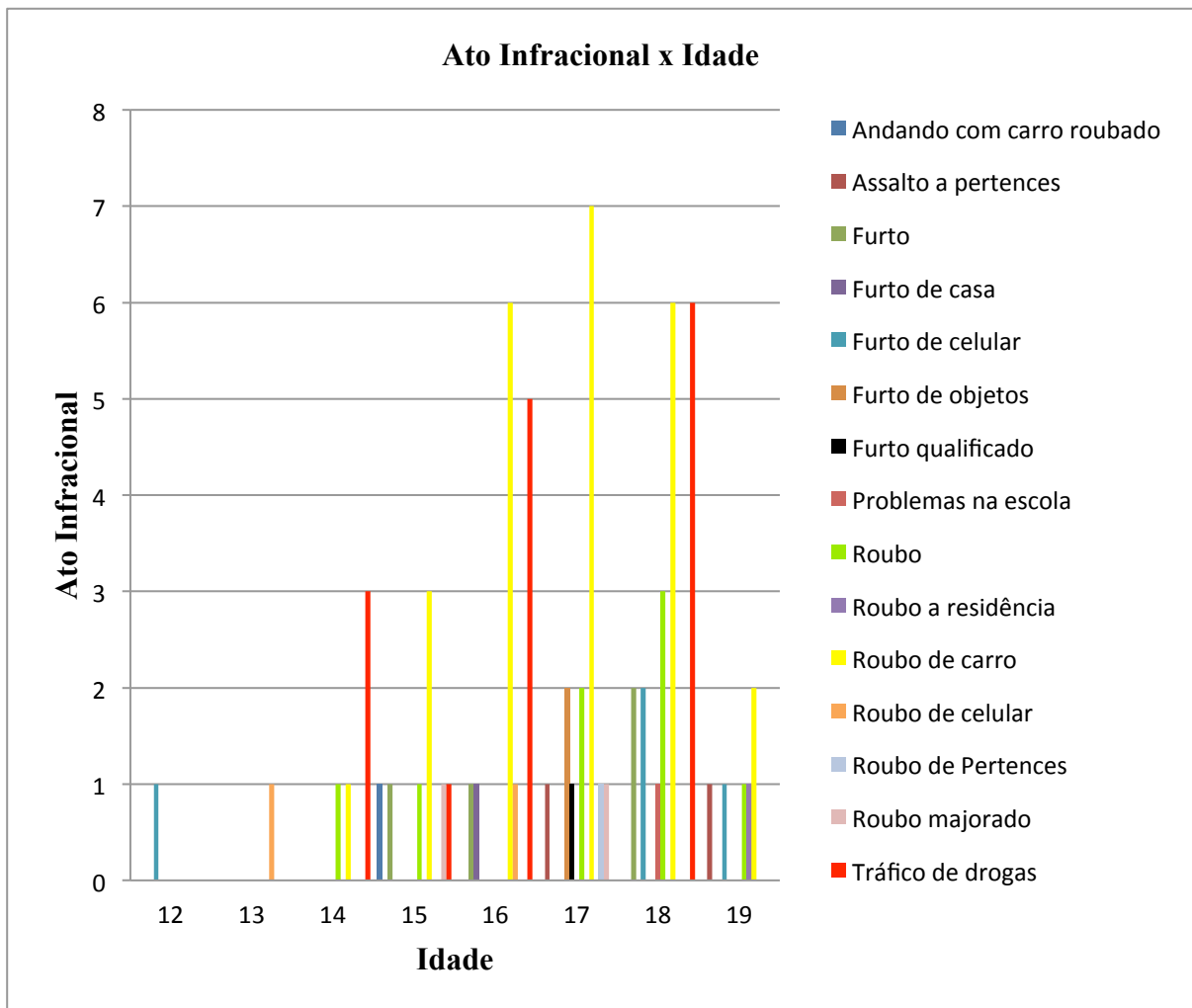


Figura 18

Conseguimos perceber pelo gráfico acima, uma progressão do crime com o passar da idade nos adolescentes de Heliópolis, ou seja, os meninos mais novos, com 12 e 13 anos apresentam um tipo mais específico de ato infracional, tendo como objeto de desejo coisas mais simples, como por exemplo, furto ou roubo de um relógio, carteira ou celular. Com o caminhar da idade, vemos uma progressão envolvendo algo maior, como o caso do furto ou roubo de bens materiais mais expressivos, como por exemplo, a aquisição de um carro. Já mais velhos, com seus 15 anos em diante, vemos uma prática dentro do tráfico de drogas e uma consolidação do roubo de forma mais robusta e expressiva. Se pensarmos que para esses meninos talvez o crime seria uma forma de trabalho, o início de tal prática enquanto algo mais firmado e com enquadres mais sólidos ocorreria no tempo exato, a partir dos 15 anos, idade essa de início dentro do mercado formal. Tais aspectos vão muito ao encontro das estatísticas nacionais enquanto principais práticas infracionais e também do que Lyra (2013) apontou

quando se referiu aos meninos do 12 (tráfico) e do 157 (roubo), podendo denotar um encontro com o processo de sobrevivência financeira, firmamento da identidade, reconhecimento na comunidade e ofertas enquanto oportunidade de existência.

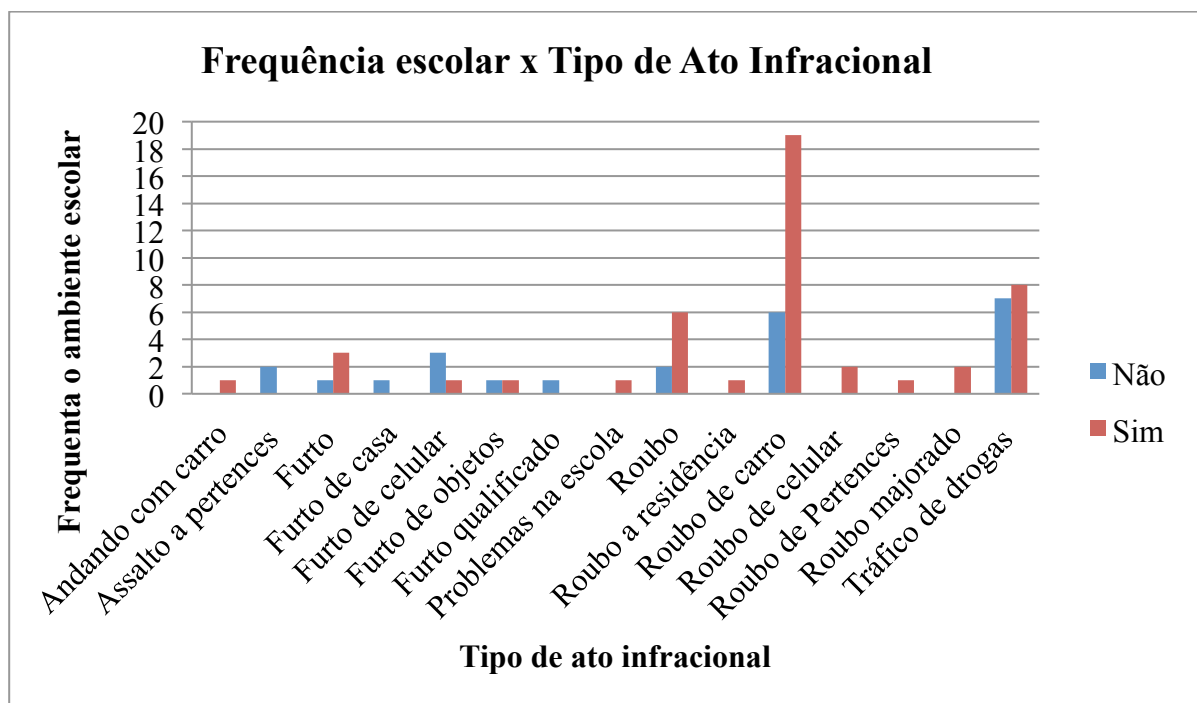


Figura 19

No cruzamento de dados acima, o intuito foi averiguar se o tipo de ato infracional influenciaria a permanência e a frequência do jovem na escola. Os dados apontam que de forma geral não há um tipo de ato infracional específico que faria com que o jovem abandonasse a o ambiente escolar. De acordo com o gráfico podemos perceber que de forma mais homogênea todos os tipos de atos infracionais apresentam frequência e não frequência escolar. Isso nos levaria a pensar e a supor que a escola de maneira geral, independente do ato infracional não seria, em sua maioria, um ambiente muito acolhedor para esses jovens. Os dados apontam que não seria o crime o único responsável pela defasagem e abandono escolar, mas talvez o contrario, a defasagem escolar que também levaria ao crime. Relacionado aos adolescentes podemos supor que de forma geral a entrada no mundo do crime, independente do tipo de prática, prejudicaria o desempenho escolar. A questão do roubo e do roubo de carro apresentam um índice maior de frequência escolar. Se pensarmos nas características do ato infracional, a prática do roubo talvez traria aos jovens uma possibilidade maior de serem donos do seu próprio tempo, agindo de forma mais livre e de acordo com sua organização.

Como diria Lyra (2013) seriam os autônomos do 157 (roubo) que estariam mais livres até mesmo para estudar, diferente dos assalariados do 12 (tráfico) que teriam horas a cumprir, postos a ocupar, o que talvez atrapalhasse um pouco mais os horários da escola. Cella e Camargo (2009) e Rentes (2015) apontam falhas na escola quanto a práticas generalistas, conteudistas e pouco inclusivas, fatores esses que não serão explorados na presente pesquisa.

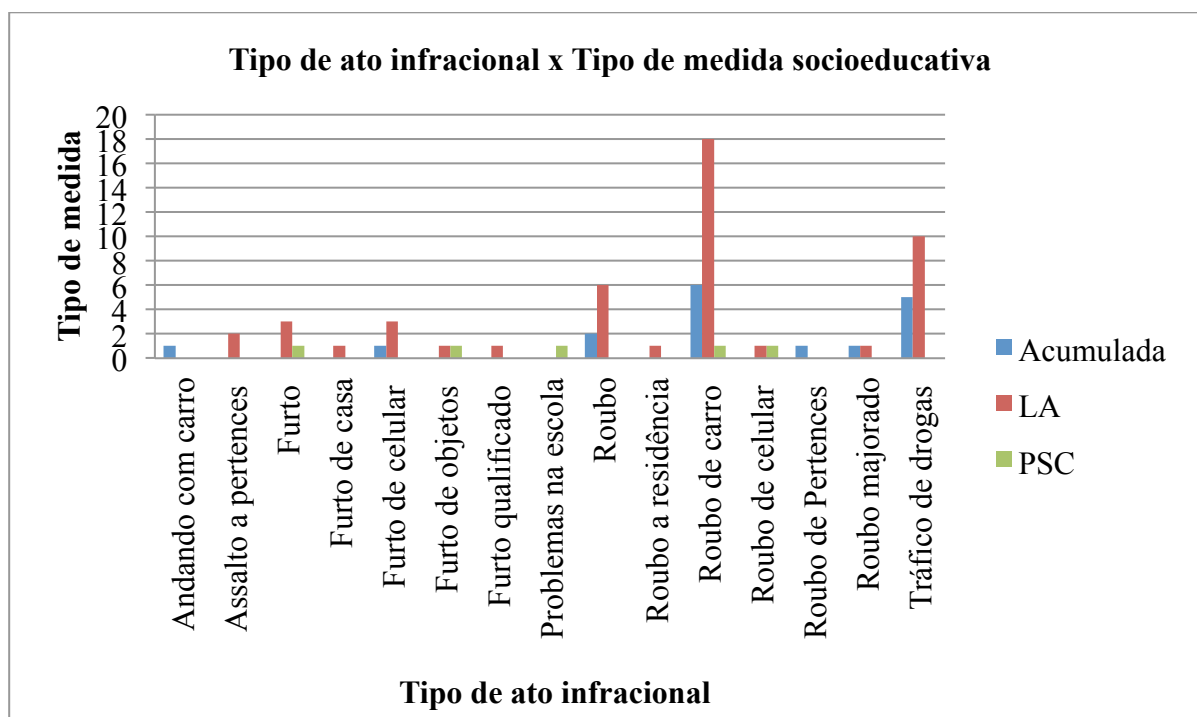


Figura 20

Diante dos dados acima cruzados conseguimos perceber o olhar do judiciário acerca das infrações cometidas pelos jovens no que se refere ao tipo de medida socioeducativa aplicada. Podemos perceber que mediante aos atos infracionais mais leves, o judiciário teria a tendência de aplicar a medida de Prestação de Serviços a Comunidade (PSC) e para os atos infracionais como roubo, roubo de carro e tráfico de drogas a medida em meio aberto mais aplicada seria a de Liberdade Assistida (LA), bem como a medida socioeducativa designada como Acumulada = (PSC + LA), que também seria aplicada em sua maioria para os mesmos tipos de ato. Caberia aqui uma pergunta? Qual seria a lógica do judiciário para tal escolha das medidas? Entender essa lógica seria extremamente pertinente para se avaliar se olhar lançado a esses meninos no que tange a escolha da medida a ser cumprida, se de fato estaria de acordo com os preceitos, visão e entendimento dos âmbitos legais, nesse caso ECA (1990) e SINASE (2012), fator esse de avaliação que infelizmente o presente trabalho não se propôs a abarcar.

## VI - RESULTADOS – DADOS QUALITATIVOS

### 1. Análise do Desenho-Estória com Tema (DET)

Nesse capítulo serão apresentados os principais pontos levantados a partir da construção dos adolescentes (Desenhos) e da construção projetiva de seus relatos (Estórias). A forma utilizada e escolhida para agrupar e apresentar os resultados como já melhor explicitada no capítulo do método, foi a Análise do Conteúdo (Bardin, 2009).

Todos os 70 desenhos e as 70 estórias foram categorizados visando a organização dos conteúdos. De acordo com os dados coletados (desenhos e estórias), obtivemos 10 categorias representativas da amostra pesquisada, da Categoria A até a J. Os trechos na íntegra citados nesse capítulo são identificados através de códigos, visando a questão ética de preservação da identidade dos jovens.

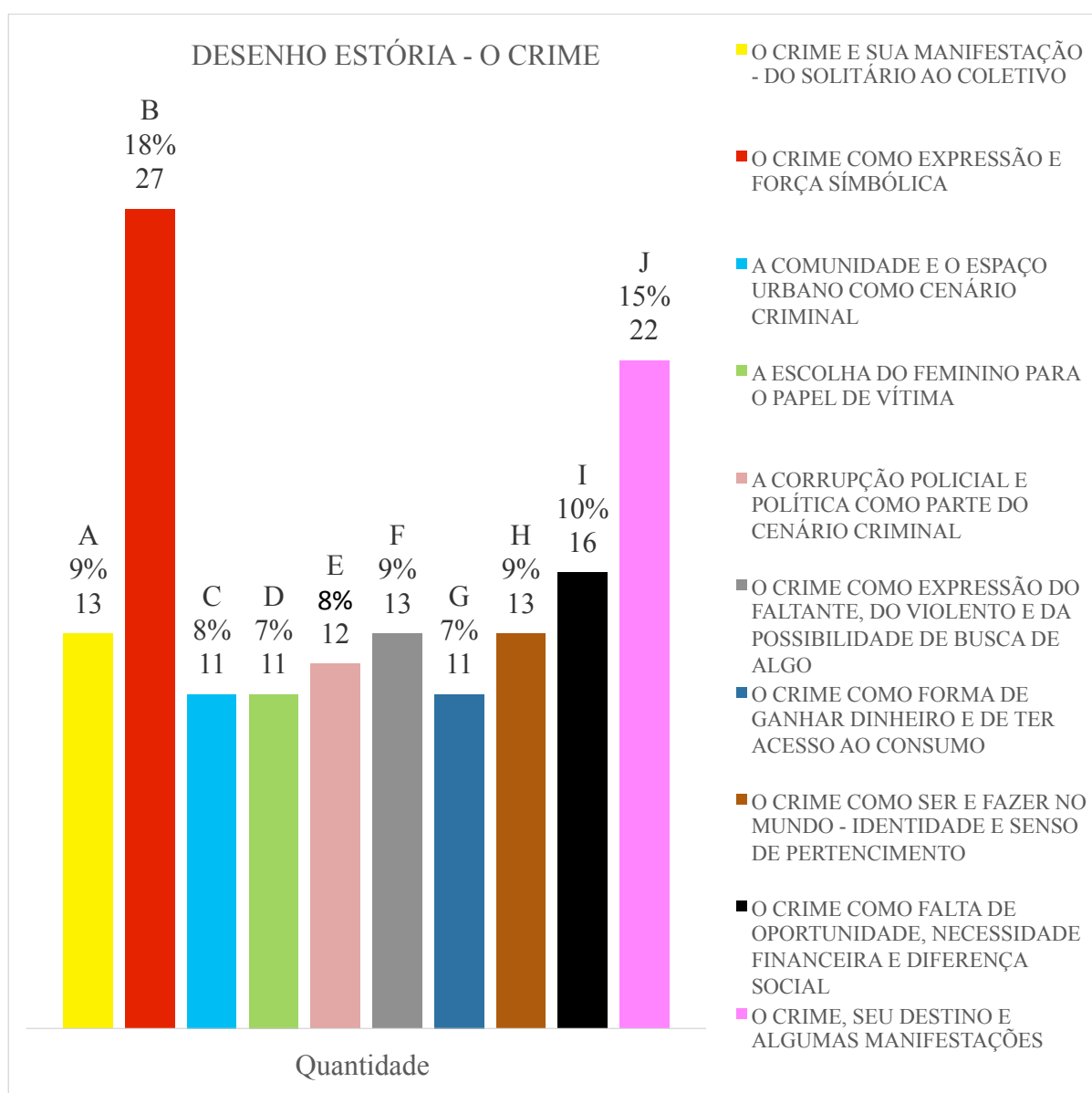
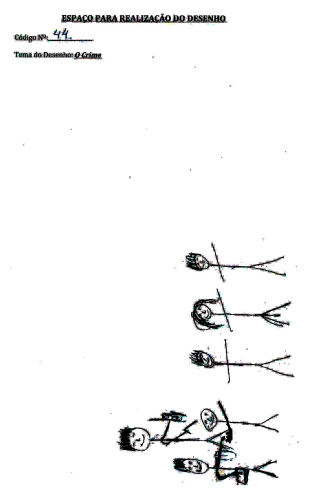
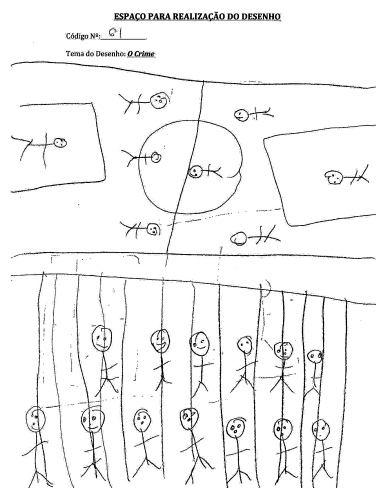
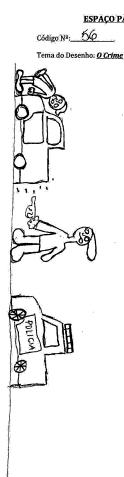


Figura 21

## Categoria A : “O crime e sua manifestação - do solitário ao coletivo”

A escolha por essa categoria se deu em função de perceber que a manifestação dos meninos em relação ao fenômeno do crime se apresentava através de um movimento que ia do singular ao coletivo, bem como em ordem inversa, do coletivo para o singular. Vejamos alguns desenhos e trechos de histórias:



“Dois meninos indo pro local do assalto, chegando lá desce um carro importado. Um menino para na frente dando voz de assalto, enquanto o segundo jovem vai na porta recolhendo e tirando o refém de dentro do carro. O menino que tá na frente entra dentro do carro, depois do comparsa recolher tudo, vai os dois dentro do carro e leva o carro embora. E só lamento, já era” (sic), (Jovem nº 17).

“São uma quadrilha. Desde pequeno andam juntos e onde eles moram é uma comunidade bem tranquila.. Desde pequenos eles sonham em crescer na vida” (sic), (Jovem nº 18).

“Eu e um parceiro amigo meu, fomos roubar um carro” (sic), (Jovem nº 56).

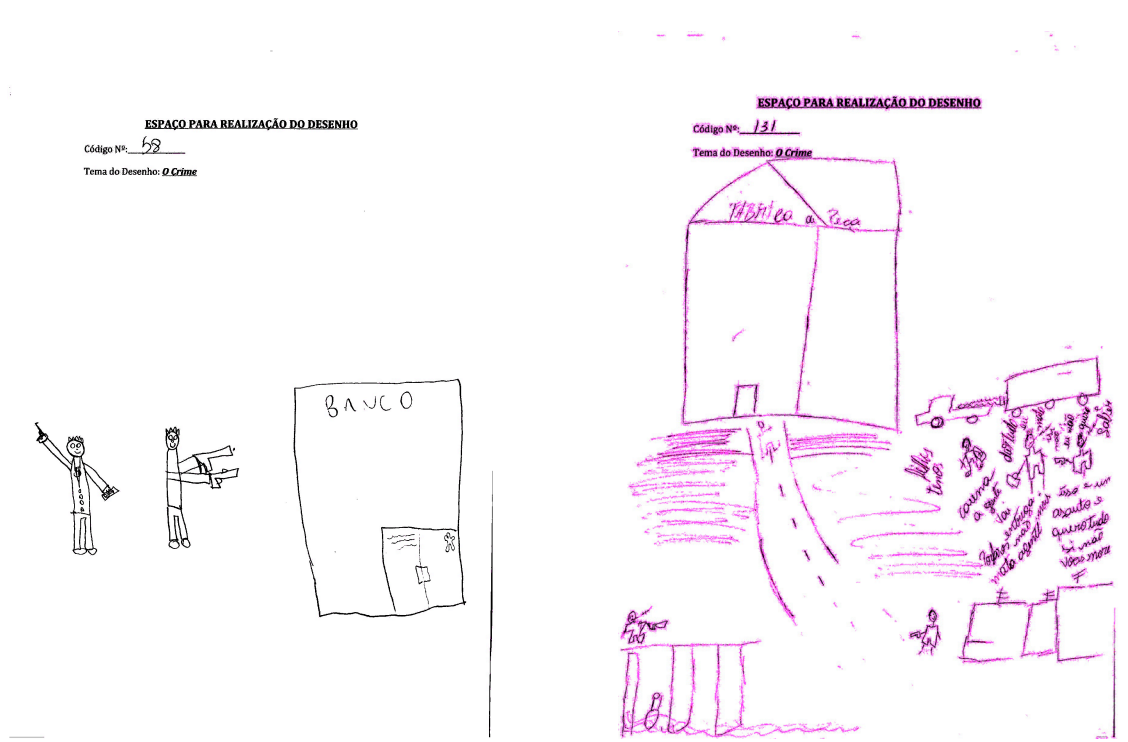
De alguma forma podemos perceber nos trechos citados acima, que o coletivo ganha forma e força em sua expressão. Parece que para esses meninos o crime se dá no coletivo. Essa falas representam o que boa parte dos participantes denunciavam em seu relato e sua construção gráfica. É notório perceber que para o acontecer criminal a participação de um ou mais pares se faz necessária. O crime como expressão do coletivo ganha identidade para esses jovens. Podemos hipotetizar que se a manifestação infracional ocorre no coletivo, talvez para

esses jovens a intervenção enquanto medida socioeducativa também deveria ocorrer principalmente no coletivo e não no singular. Se o grupo expressa força e potencial criminal, é no grupo que talvez encontremos força e potencial socioeducativo.

Nesse momento podemos retomar a diferença enquanto expressão do coletivo no social entre as bases psicanalíticas de Freud e Winnicott. Enquanto que para Freud (1930) o mesmo defende que a crise do coletivo geradora da parcela destrutiva e antissocial seria existente no ser humano refletindo no campo social, Winnicott (1950) entenderia essa expressão do coletivo como uma integração a uma força vital capaz de harmonizar-se com uma determinada resistência e tensão, colocadas pelos parceiros sociais. Bauman (2011) aponta para a necessidade daquilo que ele denominou Camaradagem Humana.

Dessa forma os meninos estariam organizados no coletivo não como uma parcela inata de destrutividade baseada no conceito de pulsão de morte como defendido por Freud, mas sim, a partir de Winnicott, pela necessidade vital de existência exigida pelos parceiros sociais. De acordo com Spink (1993) podemos supor que a representação dos meninos acerca do crime como algo coletivo seria uma construção do sujeito enquanto sujeito social, uma vez que não haveria sujeito que fosse apenas um produto de determinações singulares e particulares.

O crime no coletivo também ganha destaque através da força promovida pelos pares e a aquisição de algumas experiências de conquista, vejamos:

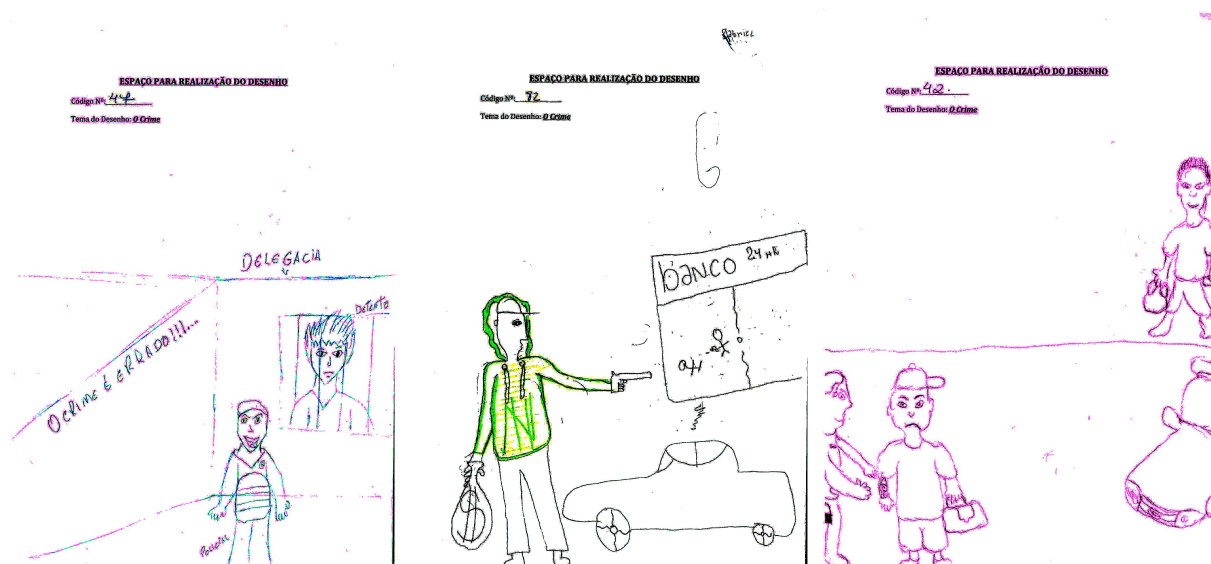


“Dois homens do lado de fora de um banco apontando um revólver em direção da instituição financeira” (sic), (Jovem nº 58).

“Um dos adolescentes foi para frente da empresa armado e fez a abordagem e falou da seguinte forma: “É um assalto, eu sei que você é o chefe e ela gerente, se vocês não passarem tudo vocês vão morrer” e as vítimas assustadas falaram: “Calma não precisam nos matar, vamos passar tudo, temos filhas para criar” e no final eles disseram: “não quero saber vamos matar todos” (sic), (Jovem nº 131).

Se por um lado a prática infracional desses meninos poderia nos levar a pensar em um desejo de serem independentes indo ao encontro do que Lyra (2013) afirma, por outro lado, segundo Fromm (1970), a independência completa seria uma das realizações mais difíceis e como diria Winnicott, impossível. Dessa forma baseados no olhar de Fromm (1970) os jovens ainda buscariam outras forças que lhes proporcionassem segurança e dessa forma, os meninos estariam então marcados no coletivo, pois ainda não possuiriam a capacidade de compreender ativamente o mundo e dessa forma de relacionar-se com ele de maneira mais autônoma, e independente.

Para Lyra (2013) essa experiência do coletivo por vezes só seria possível dentro da comunidade bem como a partir de Bauman (2011) essa humanidade vivida pelos jovens no coletivo seria uma espécie bote salva-vidas; ao que o calor da camaradagem entre os pares seria uma espécie sua salvação e existência no social. Por vezes, os meninos em sua maioria, ou pelo desenho ou pelo conteúdo de sua estória, denotavam como vimos acima um coletivo na prática infracional, mas em alguns momentos denotavam também que mesmo dentro de um coletivo o desfecho era protagonizado por um Ser solitário. Vejamos:



*“Um menino, um belo dia saiu de casa para ir a escola, chegando lá tinha uns que se dizia amigo dele então eles saíram e foram roubar. Chegando no local do roubo os amigos dele roubaram o carro e fugiram e ele ficou lá, pouco tempo depois a polícia o encontrou e como não tinha pistas dos amigos dele só ele ficou preso” (sic), (Jovem 47).*

*“Um jovem empinando um pipa cercado por diversos jovens, alguns com armas de fogo nas mãos, outros dentro de um carro. Ai eles foram e quando parou o carro o menino não viu que era policial ai os outros 2 correu e o menino ficou e foi preso” (sic), (Jovem nº 65).*

*“Esse parceiro aqui com a arma na mão segurando um saco de dinheiro foi junto com outro parça assaltar o banco, era madrugada na troca de segurança, seu parceiro foi morto, esse com o saco conseguiu fugir no carro, depois da fuga, bateu o carro e morreu, é isso, o crime não vale a pena” (sic), (Jovem nº 82).*

Nos trechos acima, vemos o crime como início em um coletivo e o término como solitário. Fica nítido na fala dos jovens aqui representados, que o mundo infracional ofertaria a possibilidade de encontros, parcerias, contudo incertezas de sua permanência ou existência. De alguma forma, como tudo na vida, a incerteza estaria posta. Podemos supor que o sentimento de abandono e falta de perspectivas povoa o universo desses jovens, ao que no movimento projetivo se colocam na estória através de um destino e um desfecho marcado pela solidão, abandono e tragédia. Se pensarmos nos inúmeros personagens relatados, em alguns momentos a faceta de sucesso surge, como por exemplo na hora em que conseguem escapar da polícia. Com isso, os jovens viveriam uma dualidade, reféns da sorte, das habilidades pessoais, estariam divididos entre uma vida de fuga como representante do sucesso ou uma vida de morte ou prisão representantes da solidão. Os trechos parecem denotar que talvez, se estivessem acompanhados o destino seria outro.

Vemos também alguns aspectos desses sentimentos nos trechos abaixo:

*“Um campo de futebol com meninos jogando bola... Na parte inferior a cela de uma cadeia com os presidiários. O crime é poder, várias amizades falsas, que só é amigo quando tá com dinheiro, porque na pior poucos te ajudam” (sic), (Jovem nº 61)*

*“Ele tá andando na rua sozinho, melhor sozinho do que mal acompanhado né?” (sic), (Jovem nº 81).*

Nesse momento nos lembramos do trecho de Ferrez (2012) onde aponta para uma solidão vivida, na qual refere que: “Alguém leva toda a culpa para outro inocentar. Alguém

descobre que tudo que tem é nada. É dia, alguém atravessa uma linha tênue. Estou sozinho agora” (p. 7). De acordo com Jost (2013) podemos pensar que mediante algumas associações, como o paralelo, crime, poder e amizades falsas, os jovens poderiam em algum momento se culpabilizar por tal solidão, agregando a si justificativas pelo mal vivido ou ainda apresentar a lógica criminal através dessa construção temporal, ou seja, em um momento estou no campo de futebol jogando bola com meus amigos e num segundo momento estou sozinho e acompanhado de outros elementos em uma cela de penitenciária.

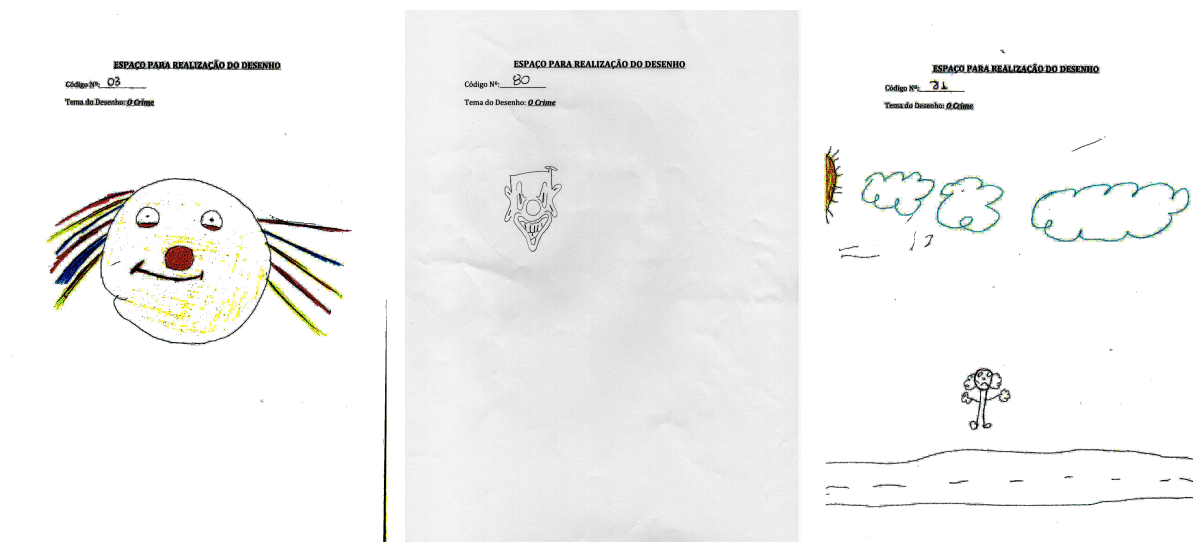
### **Categoria B – “O crime como expressão e força simbólica”**

Nessa categoria apresentamos alguns símbolos trazidos pelo jovens como elementos representantes do Crime. Cada figura possui um significado dentro do universo criminal e de alguma maneira pode representar a conexão e a prática infracional dos adolescentes.

A expressão simbólica fica aqui referenciada como uma forma de manifestação dos jovens através de suas identificações com os símbolos escolhidos como representantes e ao mesmo tempo uma tentativa de pertencer a algo, faz parte de um contexto que os represente, que os simbolize e os identifique.

Vejamos alguns exemplos:

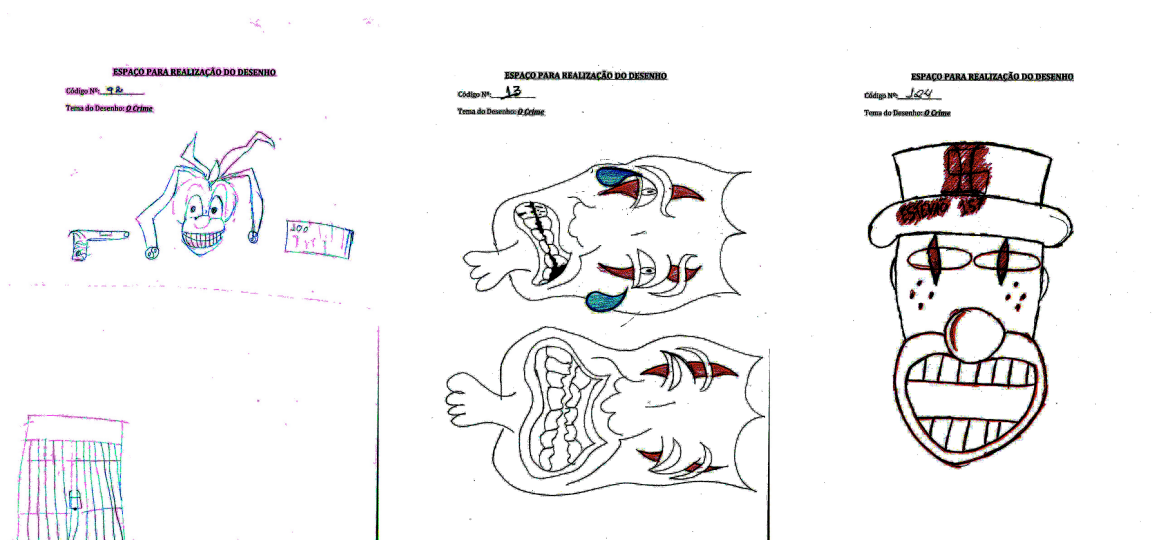
#### **Palhaços:**



“Tinha um menino que adorava tatuagem e o desenho dele preferido era um palhaço, mais pra sociedade e pros policia o palhaço significa que é ladrão, matador de policia. E o menino resolveu fazer uma tatuagem do palhaço” (sic), (Jovem nº 3).

“Porque todo mundo que rouba assim gosta de fazer palhaço? por isso quando os outros chamam assim a pessoa, aí vai fazer um palhaço” (sic), (Jovem nº 80).

“Um dia bonito de sol, ah dia não, sei lá, esse desenho fiz esse palhacinho aqui, mas não vou pintar. Eu quero ele preto e branco, a boca vou deixar com raiva” (sic), (Jovem nº 81).



No desenho da esquerda encontramos uma espécie de linha do tempo, o acesso ao crime pela arma, a identidade pelo palhaço, a sobrevivência e consumo pelo dinheiro e o a cadeia como destino. Já no desenho do meio duas faces do mesmo palhaço, uma triste com lágrimas e o outra alegre podem sugerir a ambivalência do mundo crime. No desenho da direita há um grande palhaço com os escritos em seu chapéu: \$ = (dinheiro) e 157 = (roubo).

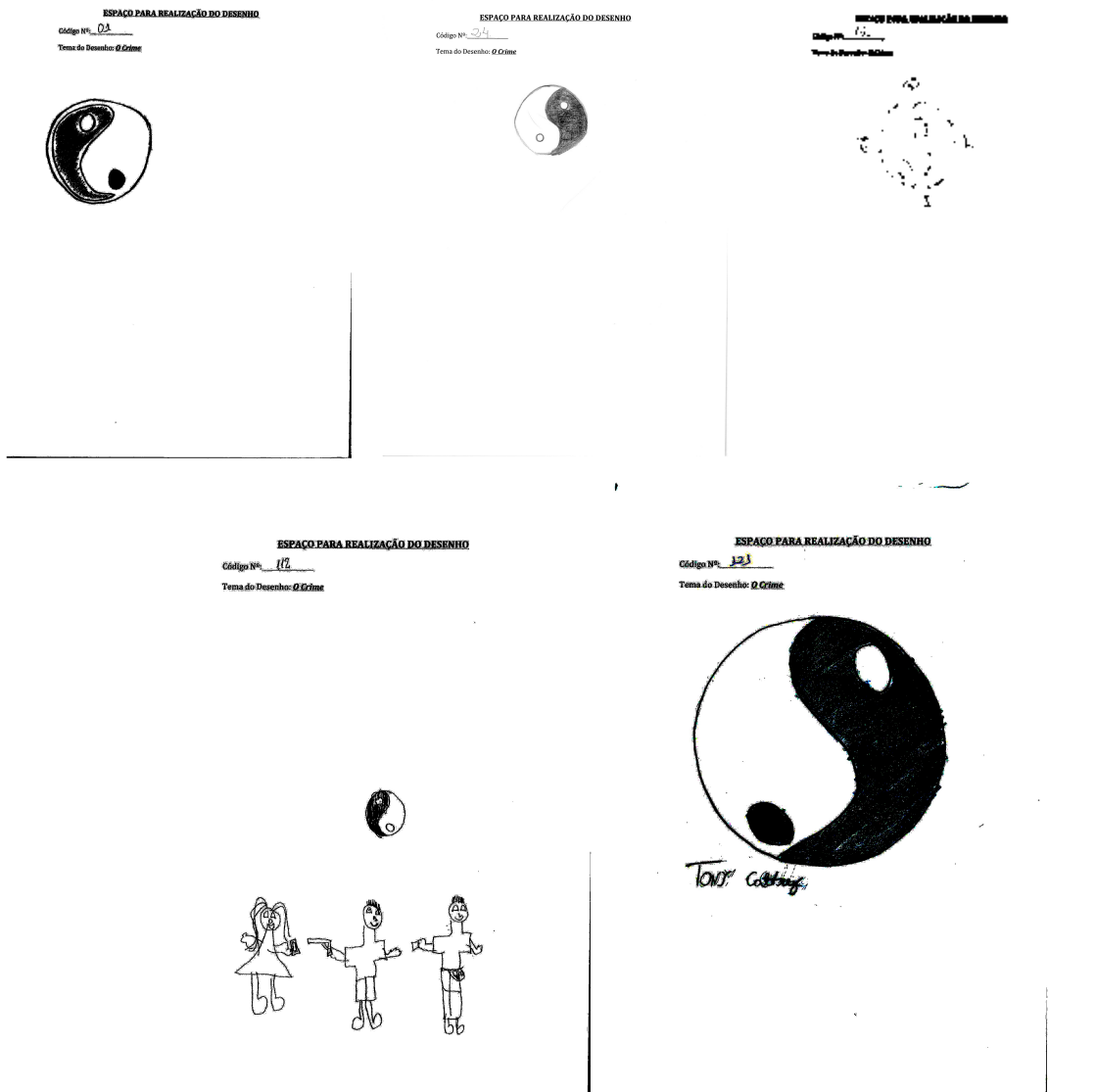
Podemos associar as escolhas simbólicas manifestadas pelos jovens com o que Ferreira (2009) citado por Faria e Winggers (2015) traz sobre o papel estruturante dos simbolos enquanto representantes sociais de diferentes grupos e tribos, bem como refere uma forte atmosfera de afirmação identitária e um vasto repertório de representações. A figura do palhaço, como já dito anteriormente, poderia ser um dos elementos contituíntes do imaginário de violência, que transversaliza o cotidiano e a realidade das crianças e dos jovens, ou seja, partem de significados construídos não isoladamente, mas sim socialmente concebidos.

O que é interessante perceber nos desenhos é a diversidade de elementos referentes a mesma figura, o palhaço. Conseguimos perceber que em alguns desenhos a inocência da

infância fica marcada, como podemos perceber nos desenhos dos jovens com código n° 3 e n° 81. Por outro lado, nos demais desenhos, conseguimos ver a marca simbólica da figura do palhaço vinculada ao crime.

Contudo as estórias contadas não necessariamente refletem os desenhos produzidos somente no sentido enquanto identidade criminal e senso de pertencimento. Mais uma vez podemos entender que muitas vezes os jovens podem reproduzir o vivem, o que possuem, o que acessam, mas não necessariamente sabem o que porque de tal vivência, de tal escolha e de tal permanência, indo ao encontro do que Koçaka e Costa (2015) apontam.

### *Ying e Yang:*



*“Sua Mente é seu guia, você sabe o que faz. Town e Country, é o bem e o mal” (sic), (Jovem nº 1).*

*“Tony Country. Você percebe que não vale a pena se eu tivesse ainda no crime, iria me tatuar com esse símbolo. Ainda bem que não me tatuei, a polícia pega e já era” (sic), (Jovem nº 24).*

É relevante lembrar que todas as aplicações dos procedimentos de coleta de dados foram feitas de forma individual e em local protegido, o que descarta a possibilidade de influência direta de um adolescente para o outro. Nos chamou a atenção o fato de tal símbolo, assim como a figura do palhaço, em aparecer com certa recorrência, revelando para os jovens significados iguais ou muito similares.

Os jovens que utilizaram esse símbolo como representante do crime o denominam com o nome de uma marca de roupa jovem chamada Tony Country, que utiliza o símbolo Ying e Yang em suas estampas. Para os jovens Tony Country (Ying e Yang) significa o bem e mau reunidos em um só corpo, em um só fenômeno, nesse caso o lado bom e o lado ruim do crime.

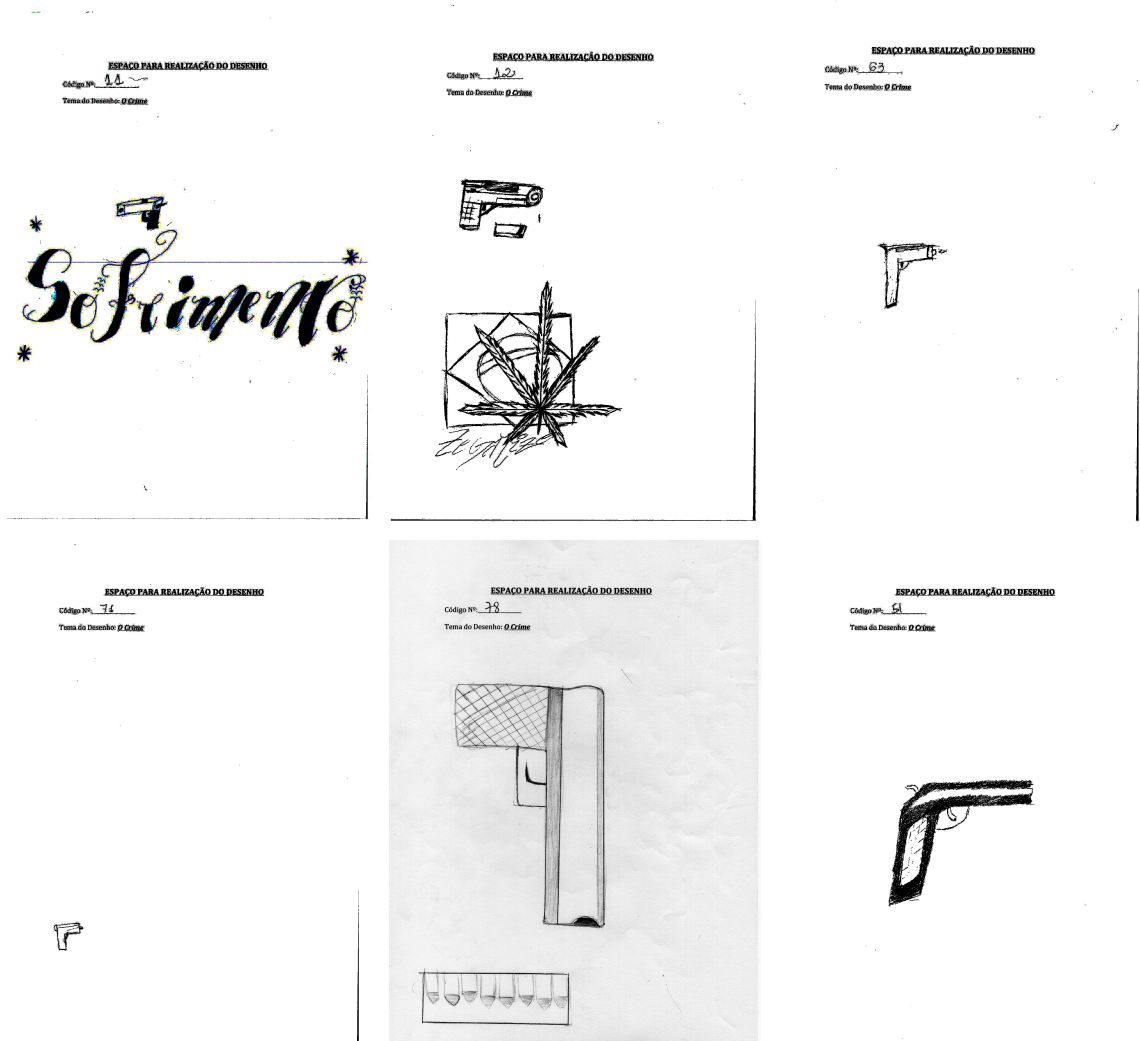
O lado bom poderia ser o senso de pertencimento, a tatuagem do símbolo que refere fazer parte do grupo, ganhar força egóica e existência social, o símbolo diria quem o adolescente seria. O lado mau, a violência policial marcaria o peso de carregar no corpo algo que autoriza a violência sofrida na pele.

Se olharmos para o fenômeno do ponto de vista das representações sociais, podemos observar o quanto tal símbolo unifica e representa o público aqui pesquisado. Indo ao encontro do que Coelho e Rosa (2013) apontam, os adolescentes assimilam a maneira como são tratados, seja por policiais, pela justiça, pelo sistema socioeducativo, à representação social do ato infracional, ou seja, serão aquilo que lhe ofertarem para ser, seja o lado bom, seja o lado mau.

Ao mesmo tempo, os jovens humanizam a partir dessa manifestação o mundo do crime, trazendo ambos os lados vividos, se aproximando do cotidiano de muitos de nós, isto é, como em tudo na vida existiram pelo menos dois lados a serem considerados.

Tal fato nos oferta a possibilidade de refletirmos sobre o fenômeno criminal de modo não maniqueísta e sim integrador, o que nos facilitaria a entender talvez um dos motivos pela entrada e/ou permanência no mundo do Crime.

## Revolver/Arma de fogo:



*“Vou falar quem tem uma arma simboliza o crime, é uma palavra! É somente um detalhe, a palavra significa: sofrimento. Essa é a palavra que define o crime” (sic), (Jovem nº 11).*

*“A arma é um modo de proteção, bandido e o traficante usam para roubar, caso apareça algum policial poderão se defender. Só tem o lado ruim que as vezes acontecem a morte, já perdi amigos assim” (sic), (Jovem nº 63).*

*“Eu como prova viva falo a respeito do desenho que mostro uma arma, uma ferramenta usada por muitas pessoas e em muitas ocasiões geralmente usada para fazer assaltos” (sic), (Jovem nº 71).*

*“Imagina se não existisse armas? As armas veio desde o tempo antigo, espadas, facas, se não existisse armas não teria violência ou seria bem pior, se não existisse armas o mundo seria bem pior, todo mundo ia fazer o que quer” (sic), (Jovem nº 78).*

Outro símbolo muito presente na produção dos jovens, foi a arma de fogo, o revólver como podemos ver em alguns desenhos acima. O que nos chama a atenção é a diferente forma de expressão em relação ao tamanho do desenho. Encontramos desenho extremamente pequenos e também o oposto, desenhos extremamente grandes. Se entendemos que o tamanho do desenho poderia representar um dos aspectos e a forma de se apresentar no mundo, podemos supor que o símbolo revólver e seus significados variam de acordo com a intensidade a partir de cada singularidade. De qualquer forma, o elemento da arma de fogo parece denotar uma representatividade significativa em relação a expressão do mundo do Crime para muitos jovens.

De acordo com os relatos dos jovens, vemos de maneira geral o revólver como uma possibilidade e veículo para o ato infracional, uma espécie de ferramenta de trabalho que ofertaria possibilidades e consequências, como podemos ver no relato do adolescente nº 71. Nas palavras do participante nº 11 o jovem refere que a arma seria o veículo do sofrimento. Parece entender que o símbolo revólver traria consigo no mundo criminal a dor de um sofrimento. Como uma espécie de alerta o adolescente reduz o manifesto infracional mediante a palavra sofrimento. Se o observarmos o desenho, em relação a proporções gráficas, mesmo que a arma possa ofertar algo ao jovem relacionado a poder e conquista, o que sobressai e ganha destaque é sofrer.

Já no relato do participante nº 63 vemos a arma com multifunção, horas de ataque, horas de defesa. Assim como em outros relatos, a arma parece ofertar consequências envolvendo sofrimento, como a nesse caso, a morte de conhecidos. Dessa forma, o mesmo instrumento que oferta o meu ser e fazer no crime, também me ofertaria sofrimentos e perdas. A ambivalência aqui presente é vivida pelos jovens.

Um dos jovens nos oferta a partir de sua estória um dado interessante. O adolescente faz uma relação entre aspectos históricos e o fenômeno criminal atual. De alguma forma, o jovem parece tentar explicar o nosso a violência de nosso dia a dia fazendo referências a outros tipos de crimes e armas do passado, nos levando a olhar que somos herdeiros e perpetuadores daquilo que combatemos, nesse caso, o fenômeno do crime. Mais uma vez aspectos ambivalentes relacionados ao símbolo revólver/crime ficam evidentes, pois aquilo que promove violência, também possui intuito de proteger. A arma como manifesto da

violência e ao mesmo tempo manifesto de proteção e limite social. A partir do relato do jovem, podemos refletir então que é possível que tanto bandidos como policiais utilizam as armas com esses dois intuitos, bandidos cometendo crimes, mas ao mesmo tempo mantendo o direito de consumo do capital e de existência no social e policiais protegendo a população e fazendo valer a lei, por vezes uma lei pessoal e inadequada, como presenciamos e ouvimos diante de tantos relatos.

Korczak (1986), em sua obra ao tratar da infância, nos relata um menino construindo um revólver de brinquedo. Nesse relato o autor aponta que a construção do objeto é algo que possui extrema participação do universo imaginário da criança.

Vemos isso em nosso jovens, ao trazerem pontos filosóficos para tal símbolo, assim como uma criança que brinca com suas fantasias. O autor ainda refere para o símbolo revólver alguns significantes antagônicos mas ao mesmo tempo relacionados, como por exemplo: *Vencedor, Coragem e Campo de Batalha*.

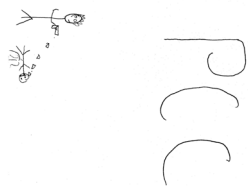
Os meninos de Heliópolis assim como a criança da obra de Korczak vivenciam tal ambivalência e por que não, um campo de batalha, na tentativa de serem, em algum momento, vencedores e reconhecidos como corajosos.

Uma coragem de existir, de ser no mundo, mesmo que dentro de uma batalha, colocando-se cotidianamente em risco, em constante dualidade, vencedor e perdedor, corajoso e medroso, campo de batalha e caminhada da paz, viver ou morrer.

Diversos estudos envolvendo índices de morte e uso por armas de fogo já foram constados e citados nesse presente trabalho como, Soares (2004), que apontou assustadores índices de mortalidade de adolescentes envolvendo armas de fogo, Waiselfisz (2010) na qual constatou que das 550 mil mortes por armas de fogo ocorridas no Brasil no ano de 1979 e 2003, 44,1% das vítimas foram de adolescentes e jovens de 15 a 24 anos, bem como em realidades canadenses envolvendo fatores de proteção e risco em relação ao uso de armas (Gallo, 2006) e realidades francesas vinculadas prática infracional envolvendo arma de fogo (Adorno, Bordini & Lima, 1999).

## **Outros Símbolos**

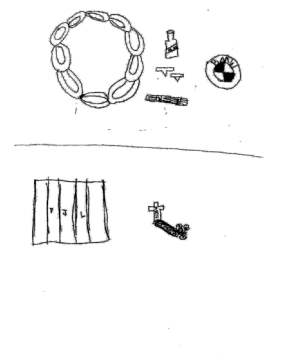
ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DO DESENHO  
Código Nº: 10  
Tema do Desenho: O Crime



ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DO DESENHO  
Código Nº: 11  
Tema do Desenho: O Crime



ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DO DESENHO  
Código Nº: 12  
Tema do Desenho: O Crime



Segue acima alguns símbolos trazidos pelos jovens, por exemplo, a esquerda a sigla do PCC, umas das maiores facções e tráfico de drogas da cidade de São Paulo. Podemos perceber que no desenho, a figura humana em proporções ganha pouco destaque em relação a sigla da facção.

Ao centro encontramos o desenho de um peixe, uma carpa subindo, com a cabeça para o alto, que significa no dentro do universo do crime a ascensão, o destaque e o crescimento principalmente no tráfico de drogas.

Já a direita o desenho denota inicialmente elementos de consumo como correntes de ouro e emblemas de carros importados e na sequência a possibilidade de destino dentro do universo do crime, representados através de uma cela de penitenciária como significado da reclusão e também por um túmulo com uma cruz com escrito a palavra “Paz” (sic).

Podemos supor aqui que o caminho percorrido seria o acesso ao consumo através do crime e o pagamento desse consumo seria a privação de liberdade, a morte e talvez a possibilidade de se alcançar a paz.

### **Categoria C – “A comunidade e o espaço urbano como cenário criminal”**

Iniciamos a referida categoria com uma das manifestações mais representativas, rica em detalhes e quase auto explicativa:



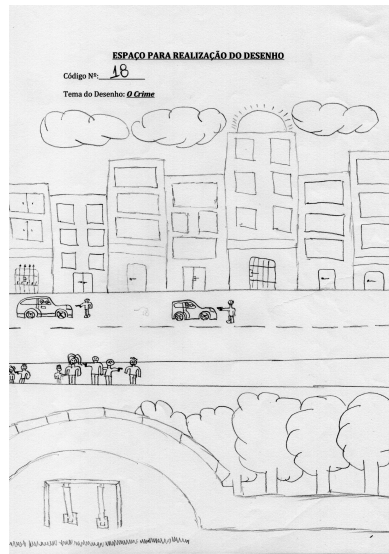
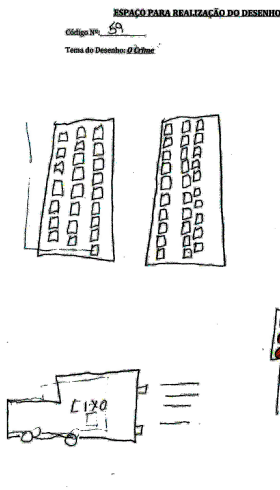
*“É minha história, é eu e minha mãe, meus irmãozinhos e meu irmão, é que eu tinha acabado de nascer, eu e meu irmão. Ai aqui nois cresceu, nois veio morar pra dentro da favela. Ai eu comecei estudar aqui... Aqui eu e meu irmão começou a vida errada, ai tava eu e ele com a arma na mão. Ai eu e ele entrou pra vida errada, a minha mãe avisava todo dia pá nois sair da vida errada e sempre que ela falava nois mandava ela seguir a vida dela. Ai ela foi lá e seguiu a vida dela, foi embora e deixou nois. Eu choro porque essa vida é foda, eu estou trabalhando na biqueira de novo, porque eu não consigo parar, é dinheiro fácil, eu compro o que eu quero. Eu ajudo minha mãe na casa, mas ela não tem nada a ver com isso não. Eu ganho 1000,00 reais por semana e eu não vou sair, nem adianta, quero comprar uma moto, só vou parar de trabalhar na biqueira quando comprar essa moto. Aonde eu trabalho tio, os policiais são todos corruptos, eles me pegaram umas 5 vezes, ontem mesmo (06/11/16), eles me pegaram, os caras(campanas) os meus parça pagaram 4000,00 reais para os policiais, eles me livraram, fazem acordo com os policiais. A princípio perguntam para os policiais se vai ter ideia? Eles dizem que sim. E o meu irmão está também na vida do crime, rouba loja. Continuo no crime pelo vício do dinheiro, por tudo” (sic), (Jovem nº 20).*

Ao observarmos o desenho e a estória acima, percebemos que a construção gráfica denota características de um período anterior ao da adolescência, remetendo ao período da infância, da convivência em família e do momento de seu nascimento. Podemos supor que para esse jovem o crime está vinculada a sua história de vida, desde os primórdios. Existe uma dualidade, ao que o adolescente na construção gráfica já passa um recado: *“Pare e pense – O crime não compensa”* (sic), porém ao longo de sua história se defende de tal pensamento,

afirmando que não sairá do mundo do crime antes de adquirir uma moto. A construção do desenho e da estória para esse jovem ofertou uma espécie de espelho, ao qual prontamente se identificou. O jovem faz questão de demonstrar que no início de história vivia em família, dentro da comunidade e frequentando a escola. Contudo, parece que algo ocorre e o leva para a vida “*errada*” (sic), do crime. Refere o início da prática infracional após empunhar um revolver, como se a arma fosse a porta de entrada para o crime. O aspecto coletivo também fica evidente, tendo o irmão como parceiro. Frisa o movimento inicial materno de represália por suas escolhas, contudo num segundo momento refere o abandono materno como consequência de seus atos. O choro surge na sequência de seu relato ao se deparar com a dura realidade de não conseguir se desvencilhar da prática infracional. Aponta o ganho “fácil” de dinheiro e a possibilidade de estar incluído no sistema capitalista de consumo como os fatores que dificultam seu rompimento com a prática infracional. Aponta também como consequência de suas escolhas a chance de ajudar a mãe com as despesas de casa. O tráfico de drogas oferta a esse jovem uma remuneração que o permite Ser e Fazer dentro da comunidade, seja no âmbito individual, familiar ou coletivo, o que de certo modo o sustenta como sujeito, mas ao mesmo tempo o aprisiona em tal prática. De fato, dificilmente conseguiria hoje, na realidade atual brasileira, uma remuneração em outra atividade que fosse minimamente competitiva no sentido de oferta de oportunidade. O jovem de fato encara o tráfico como uma espécie de trabalho, onde possui regras e salário mediante o serviço prestado. Mesmo assim não deixa de refletir a corrupção policial ao cobrar pedágio e um provável sentimento de pertença, unidade familiar e proteção por parte do tráfico, ao que esse último o salva das mãos da polícia pagando por sua liberdade. Tal gesto poderia ser visto como uma espécie de amor e investimento em sua pessoa, mas ao mesmo tempo poderia também levar o jovem a uma relação de dívida, dificultando ainda mais sua saída do mundo do crime. Podemos supor pela construção do discurso do jovem, que se o policial não fosse corrupto, tudo poderia ser diferente.

Indo ao encontro de vários autores aqui utilizados, como Bauman (2001, 2011, 2012) e Endo (2005), afirmam que as diversas formas de violência, por vezes não visíveis, mas sentidas ocorrem no dia a dia da cidade, do espaço urbano e que essa violência recairia mais intensamente sobre o corpo do mais vulnerável e menos assistidos.

Vejamos mais alguns desenhos e trechos de outras as estórias:



Podemos perceber nos desenhos acima que o cenário escolhido para representar o crime foi o contexto urbano bem como e a divisão e diferença entre cidade e comunidade. Podemos perceber que os cenários estão divididos, na maioria das vezes separados pelo asfalto. A diferença das construções e da geografia ficam marcadas, mas além de tudo, parece que pertencer a favela, para os jovens parece marcar um lugar social vinculado ao crime. O sentimento de exclusão e segregação fica evidente não só nas produções gráficas como também em alguns trechos das histórias, vejamos:

*“Comunidade, vida urbana, cidade repartida pelas avenidas, pessoas na rua, armas, carros. Os caras do apartamento acham que nois é ladrão e não é desse jeito. Os moradores é junto com nois, outros ligam para a polícia, achando que nois é traficante, fica desmerecendo.*

*Quando nois é pequeno todo mundo fala que vai ser bandido, porque mora em favela, todo mundo é falho, ninguém é perfeito” (sic), (Jovem n° 53).*

No trecho acima, a partir do olhar Goffiman (1982) acerca da marca, do estigma nos esclarece a dor do jovem a partir do olhar ofertado pelo outro. Nesse caso parece denotar ao jovem que ser morador ser favela lhe ofertaria o papel de ladrão ou traficante, isto é, o jovem refere para as duas maiores práticas enquanto índices estatísticos. Tal fato pode nos remeter ao entendimento de que o papel ofertado pelo social vai ao encontro dos índices estatísticos acerca do cenário criminal na adolescência. O adolescente ainda enfatiza que tal estigma o acompanharia antes de tornar-se adolescente, que o início se daria desde pequeno, enquanto criança. Dessa forma, se seguirmos esse caminho, poderíamos pensar que diante da organização social atual, segregadora e desigual, o fato de nascer dentro da comunidade, traria a partir do olhar social maiores índices de vulnerabilidades, ao que papéis, funções e identidade, desde o universo da infância já estariam impregnados e designados como caminhos a serem percorridos.

No trecho a seguir, outro jovem refere:

*“Vim do gueto passando o que já fiz. Uma comunidade separada por uma rua, ligada pelos fios da rede elétrica, com pipas grudados. Eu vim da periferia e também da comunidade e hoje estou passando pra vocês que o crime não é só traficar, nem roubar, mas sim uma arte nesse papel. Aprendemos na comunidade, respeitar um ao outro, assim como ladrão e trabalhador, se não tiver isso a nossa população tá bagunçado” (sic), (Jovem n° 57).*

O jovem de n°57 também aponta para as ações de roubar e traficar como a manifestação do crime, indo ao encontro dos dados estatísticos atuais. Contudo o adolescente nos faz pensar a partir de sua primeira frase *“Vim do gueto passando o que já fiz” (sic)*, que de alguma forma o vive hoje possui uma história, um começo, fato esse iniciado segundo ele no *Gueto*.

De acordo com Bauman (2001, 2011), o Gueto envolve lugares dos quais não se pode sair ou entrar. Vemos isso nos desenhos dos jovens, uma segregação. A guetificação estaria paralela e ao mesmo tempo seria complementar ao fenômeno da criminalização da pobreza. Dessa forma o papel de bandido atribuído aos jovens pobres da comunidade seria uma espécie de troca de população e de guetos, ora os guetos seriam as penitenciárias, ora as favelas. A formação do gueto assim como as prisões seriam dois tipos de estratégia de prender os tidos

como indesejáveis ao chão, de confinamento e a imobilização. A diferença entre ambos seria somente a forma cruel de impedi-los de fugir, preso pelas grades, preso pelo estigma.

*“O desenho representa uma favela. Uma comunidade ao fundo, com varias antenas de TV, um campo de futebol com pessoas jogando bola, e no desenho fiz um campinho com várias pessoas, tá representando ai nós mesmos, você, eu, os moradores” (sic), (Jovem n° 83).*

*“Tem uns prédios e uma avenida que passam muitos carros, a avenida é longa e as vezes os carros passam muito rápido e não respeitam o sinal, por isso colocaram radares, mais luzes e policiais para não ter mais assaltos, para todos saírem e voltarem para sua casa em segurança, ai depois de colocarem tudo isso na avenida parou de ter assalto porque agora não sei. Um caminhão de lixo está recolhendo lixo pela comunidade. Nos prédios moram pessoas que trabalham ou são aposentadas e elas só passam na avenida” (sic), (Jovem n° 59).*

Percebemos nos trechos acima, o crime novamente destaca-se pelo cenário urbano, prédios e rua ganham protagonismo nos desenhos, assim como traços e características da comunidade, e também serviços públicos e dispositivos de organização social, como um caminhão de coleta de lixo e um semáforo.

Durante a construção das histórias, em específico a do jovem n° 59, o mesmo refere que existe uma longa avenida movimentada por carros em alta velocidade. Que caminho seria esse percorrido com tanta rapidez? Será que a trajetória do crime caracterizaria tal fenômeno? O jovem refere também que para aqueles que abusam da velocidade existe uma consequência, o punir, situação essa hipoteticamente representada no radares que multam os motoristas que avançam o sinal vermelho.

O sinal vermelho poderia ser visto aqui como uma barreira, como uma espécie de impedimento de que algo não deveria ser feito, nesse caso reconhecido como impeditivo, mas por algum motivo não respeitado em sua simbologia. Refere que quanto maior a luz e o número de policiais maior seria a segurança pessoal, ao que podemos fazer uma leitura de um possível pedido de apoio e ajuda. Um dado que chama a atenção é o a inclusão de um caminhão de lixo tanto no desenho como na história.

O jovem atribui a esse elemento a função de limpar a comunidade. Nos questionamos de qual limpeza o adolescente estaria se referindo? o que precisa ser limpo? Qual lixo deveria ser retirado? De forma triste, podemos supor que talvez a referência utilizada “lixo” esteja relacionada projetivamente a eles mesmos. Diante disso podemos supor que tal limpeza estaria relacionada ao movimento social higienista em que se propaga o desejo de higienizar a

sociedade, banindo do convívio em comunidade aquilo que nos desagrade enquanto sociedade. Uma outra forma de olhar seria a necessidade de políticas públicas dentro da comunidade, representadas aqui pelo caminhão de lixo, que ofertaria uma maior possibilidade de organização do espaço, contudo independente do olhar que se lance, o lugar de lixo ainda permaneceria.

Assim como nesse caso, de acordo com Jost (2010) os adolescentes se considerarem pessoas piores que as outras, chegando a referir a si mesmos substantivos pejorativos, representantes do mal universal. Tal fato serviria para esses jovens como uma espécie de justificativa de estarem sozinhos no mundo.

Em acordo com o pensamento de Endo (2005) as regiões periféricas da cidade são representadas como terra de ninguém. Com isso, as entendemos que as violências cometidas pelos jovens não podem ser desarticuladas da violência que a própria cidade pratica contra a população por meio de seus dispositivos públicos. Uma cidade cindida e recortada em função da discriminação e da segregação, definiria linhas de corte que afetam, invariavelmente, sobre o corpo do cidadão, nesse caso, principalmente os menos favorecidos.

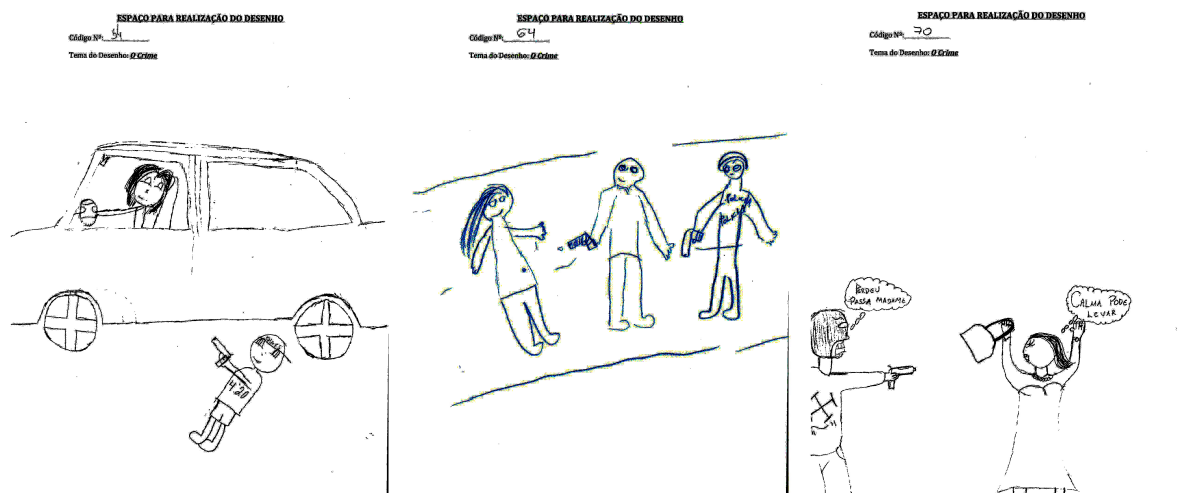
#### **Categoria D – “*A escolha do feminino para o papel da vítima*”**

Essa categoria foi construída mediante a manifestação de parte dos jovens em escolher a figura da mulher para ocupar o lugar de vítima na construção do desenho e da estória. Tal fato relacionado a questões de gênero ou mesmo violência de gênero, não foram nesse trabalho abordadas e aprofundadas.

Os únicos dados trazidos no presente trabalho vinculados a questões que envolvem gênero, foram através da United Nations Children’s Fund - UNICEF (2015), Barreto et al. (2013), Dias (2015), Lyra (2013), entre outras citações, referem-se ao fato de que a maioria dos jovens em conflito com a lei são adolescentes do sexo masculino, sendo essa uma das justificativas para a nossa delimitação da amostra, contudo não foi abordado no campo da vitimologia, os motivos que levaram o jovens a escolher o feminino, a mulher como principal alvo.

De qualquer forma, o fato de parte dos adolescentes vitimizar a figura da mulher, nos ofertou a possibilidade de vislumbrar e ampliar o possível foco da pesquisa em trabalhos futuros, bem como de possíveis intervenções junto aos meninos dentro dos serviços.

Diante disso, seguem alguns desenhos e trechos das estórias onde os adolescentes escolheram as mulheres como vítimas dos crimes em suas construções.



*“Dois menores de uma comunidade da zona sul de São Paulo foram vistos assaltando uma mulher que tinha acabado de sair do banco, os menores renderam a vítima que estava com a bolsa cheia de dinheiro” (sic), (Jovem nº 4).*

*“Ai eu vi um moleque pulando na frente do carro, a mulher não quis parar e acelerou, ai ela foi sentido a delegacia dar queixa” (sic), (Jovem nº 6).*

*“O moço foi assaltar a moça e acabou tirando a vida da moça. A família da moça ficou triste prejudicou a família dela. Se ele for preso, vai pagar um monte de coisa” (sic), (Jovem nº 16).*

*“Chegando lá viram um carro, se aproximaram e tinha uma mulher e estando com eles uma arma a apontaram para a vítima dizendo eles para ela sair do carro e deixaram os pertences dela junto ao carro” (sic), (Jovem nº 51).*

*“A madame parou no farol, eu atravessei para o outro lado da rua, e eu enquadrei ela, ela não quis entregar o carro e eu dei uma coronhada, poucas ideias” (sic), (Jovem nº 54).*

*“Uma vez uma mulher passando na rua, ela estava andando tranquila e chegou um cara e assaltou ela e só” (sic), (Jovem nº 55).*

*“Um homem com revolver nas mãos atirando em uma mulher” (sic), (Jovem nº 64).*

*“Avistou uma mulher bem vestida, saindo do restaurante mais caro do bairro. Ele decidiu agir. A mulher ao entrar numa rua, gueto, onde havia deixado o carro e foi abordada pelo ladrão que surgiu de trás do carro e anunciou o assalto. Pediu tudo que ela tinha, a mulher sem reagir entrega tudo pro ladrão deixando ele ir embora com tudo” (sic), (Jovem nº 70).*

*“Ai a mulher recusa entregar o carro e o adolescente atira no peito dela. No final ela vai pro hospital não resiste e morre no hospital” (sic), (Jovem nº 111).*

*“Uma mulher sendo roubada” (sic), (Jovem nº 112).*

*“Um menor roubando um carro que isso é um crime, roubando uma mulher. Ele pega o carro, o dinheiro e foge com o carro e a mulher fica na rua, pediu socorro” (sic), (Jovem nº 114).*

Podemos observar nos trechos acima que a figura da mulher ocupa o lugar vitimizado na cena do crime. Tal cenário envolve em algumas ações um teor maior de violência, envolvendo intimidação e até mesmo a morte. Relações de poder ficam enfatizadas, ao que há no relato dos jovens uma mistura de êxito na abordagem infracional mas ao mesmo tempo consequências mais trágicas, tanto para a suposta vítima como também para o suposto criminoso. Tais dados nos chamou a atenção pois em outras histórias a vítima por vezes não é identificada em relação a sexo e a gênero, diferente desses casos.

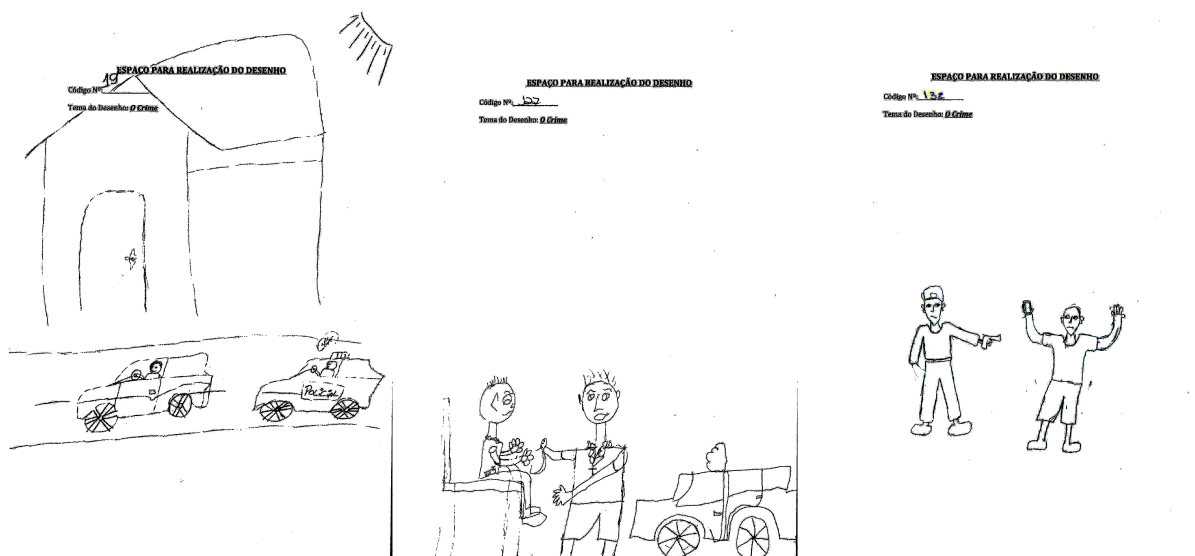
Nos questionamos o motivo de tal destaque. Já em relação a figura do masculino, evidenciamos que o que geralmente aparece nesse sentido gira em torno do confronto com policiais ou o cotidiano com os parceiros de ato infracional. Como dito acima, tal recorte foi observado e entendido como relevante, contudo não será aqui enfatizado e mais profundamente analisado.

### ***Categoria E – “A corrupção e a violência policial e política como parte do cenário criminal”***

Nessa categoria os jovens apresentam um cenário preocupante enquanto cotidiano de suas vidas e enquanto segurança pública. Os desenhos construídos e os relatos nas histórias vão ao encontro do foi coletado e vivido durante a realização da pesquisa-ação. Durante os encontros com os adolescentes, bem como com suas respectivas famílias, os relatos da violência policial, seja pela agressão, ameaça ou corrupção se fizeram bastante presentes.

Ao ler alguns trechos abaixo, revivemos também alguns episódios descritos pelos técnicos de medida socioeducativa, já relatados no campo de pesquisa-ação. De alguma forma, os relatos se completam e apontam para a urgência de se pensar em um plano eficaz enquanto segurança pública visando a redução de tais vivências e a contribuição profilática da prática infracional/criminal, seja pela parte dos adolescentes, seja pela prática da polícia.

Vejam os desenhos:



Nos desenhos acima, a simetria nos chama a atenção em relação ao jovem e ao policial. Podemos perceber isso nos três desenhos exemplificados. Tanto no desenho da esquerda como da direita, poucos elementos definem quem é o “bandido” e quem é a polícia. No desenho da esquerda apenas a palavra escrita no carro e a posição de busca define o lugar da polícia, e no outro desenho, o da direita, podemos supor que o personagem de mãos para cima é o adolescente. De alguma forma há na manifestação dos meninos uma similaridade entre os dois papéis desempenhados. No desenho do meio, fica ainda mais difícil a definição de papéis e ainda podemos perceber uma intimidade e proximidade entre ambos.

Segue alguns trechos das histórias:

*“No outro dia que ele fez a tatuagem ele voltava do trabalho quando foi abordado pela polícia. O policial perguntou o porque daquela tatuagem e o menino respondeu dizendo que gostava do desenho, então os polícia jogou droga no bolso do menino e falou que o menino estava fazendo apologia ao crime e o menino foi para na cadeia por causa de uma tatuagem” (sic), (Jovem nº 3).*

*“É porque uma pessoa passando na rua e o policial abordando, uma pessoa inocente por enquanto que outras pessoas estão roubando, cometendo outras coisas. E a pessoa não tinha outras coisas de ato infracional para ser preso e o policial foi e prendeu ele injustamente. O policial vai lá e coloca droga, pede dinheiro e armas para incriminar outras pessoas que não tem dinheiro para pagar a mesma quantidade que o policial quer” (sic), (Jovem nº 19).*

Nos trechos acima podemos perceber nas falas dos jovens uma mescla de sentimentos. É sabido, como já abordado anteriormente que, por exemplo, a tatuagem da imagem de um palhaço denuncia dentro do mundo do crime uma apologia a morte de policiais. Isso contudo, não poderia ser um motivo palpável para se aplicar uma medida ou intervenção ao jovem, o desenho por si só não poderia ser enquadrado como um crime. O sentimento de injustiça se torna presente nos trechos, bem como a tentativa dos adolescentes em se mostrarem inocentes e denunciarem uma falha ética na conduta policial. Podemos perceber que para o jovem nº 3, ao final do trecho, o mesmo se responsabiliza em relação ao seu próprio ato de tatuar um palhaço, entendendo tal fato como motivo de ser levado para a cadeia. Parece que de alguma forma tenta indiretamente atribuir tais consequências às suas escolhas. Contudo, dentro desse processo, enfatiza a atuação da polícia como incorreta e punitiva. Se entendermos o palhaço simbolicamente como uma forma de expressão e em alguns casos, como senso de pertencimento, podemos entender que para o jovem, o ato de se expressar ou de pertencer já o condena e o puni através da figura da polícia.

A violência policial aqui registrada vai ao encontro também do 8º Anuário de Segurança Pública (2014), onde enfatizam a ação violenta da polícia brasileira em um comparativo com a polícia dos EUA, ao que enquanto no Brasil o número de mortes cometidas por policiais chega do ano de 2009 a 2013 chega a mais de 11 mil mortos, nos Estados Unidos esse menor número compreende um período em anos, muito superior, de 1983 a 2012, ou seja, segundo tais dados a polícia Brasileira executa muito mais do que a americana. Vale ressaltar que as realidades são distintas, que possuímos dados em cifras negras, mas de qualquer forma a diferença é gritante.

A vivência dos meninos de Heliópolis em relação a possível violência policial vai ao encontro do que Sartorio (2007) e Sartório e Rosa (2010) defendem ao dizer que estereótipos definem a ação policial. Da mesma forma tal vivência reflete com o que Bauman (2013) aponta ao afirmar que expedições punitivas por parte da polícia só extinguem um foco de incêndio específico e pontual e que não são capazes de impedir que tal incêndio se propague dentro do que o autor nomeou como “socialmente inflamável”. Tal ação policial só reforçaria

e promoveria a necessidade de novas ações policiais, ou seja, a ação da polícia, teria por base reproduzir sua própria necessidade.

Nesse caso, quanto mais violentos os policiais forem, mais tatuagens de palhaço existirão, mais os policiais precisarão e justificarão suas ações de violência, com mais violência policial, mais revolta, sentimento de vingança surgirão e assim por diante. O ciclo não se fecha, e todos, jovens e policiais ganhariam de forma incessante papéis a cumprir nas relações e na sociedade.

Em outros trechos:

*“Aonde eu trabalho tio, os policiais são todos corruptos, eles me pegaram umas 5 vezes, ontem mesmo (06/11/16), eles me pegaram, os caras(campanas) os meus parça pagaram R\$ 4000,00 para os policiais, eles me livraram, fazem acordo com os policiais. A princípio perguntam para os policiais se vai ter ideia? Eles dizem que sim” (sic), (Jovem nº 22).*

*“Bandidos que podem usar armas, no caso os policiais, eles recebem o dinheiro pelo crime e isso não é certo” (sic), (Jovem nº 63).*

*“Do outro lado um policial atirando em direção dessas pessoas. Os policiais corruptos, quando abordam a gente parecemos lixos pra eles, acho que não precisariam fazer isso que fazem, muitas vezes usam fardas e em horários de trabalho fazem o crime, fazem acordos com os biqueiros, roubam também. Muitas vezes matam sem saber se são inocentes ou não, muito injusto isso, como eu coloquei aqui, escrevi são uns covardes” (sic), (Jovem nº 83).*

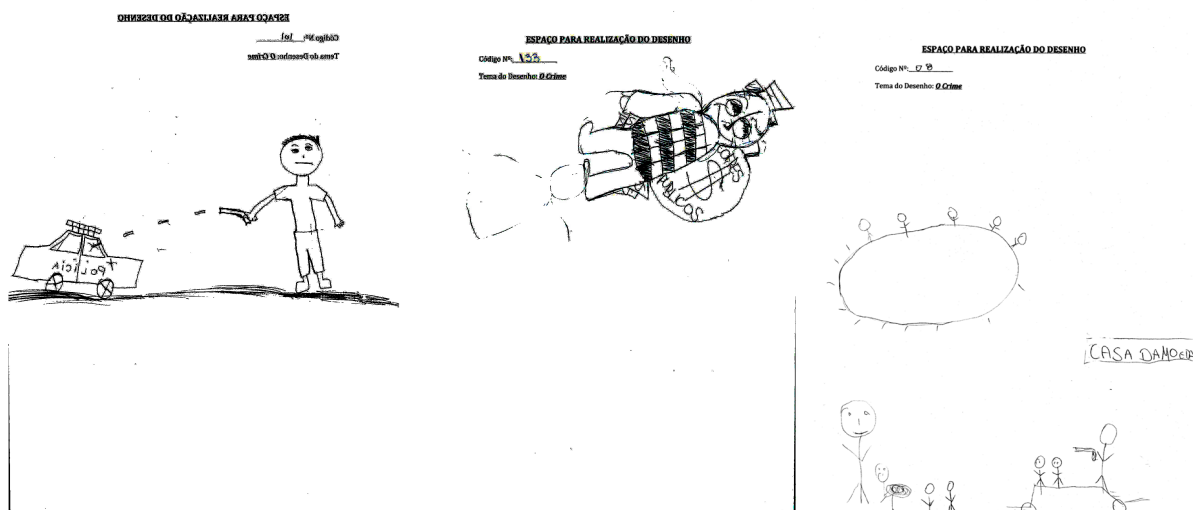
*“Aí a polícia chegou e falou que a loja iria ficar parada enquanto não chegasse a propina” (sic), (Jovem nº 127).*

*“Também não acho certo quando os policiais corruptos fazem a vítima confessar mediante ameaça” (sic), (Jovem nº 132).*

Vemos nas histórias acima que um outro tipo de violência policial ganha protagonismo, a Corrupção. Da mesma forma que no trabalho de Lyra (2013) o autor aponta que nas comunidades do Rio de Janeiro, muitas vezes a violência policial é sentida como uma das mais violentas, os meninos de Heliópolis também denotam vivências parecidas. Durante a coleta de dados e as intervenções no procedimento de pesquisa-ação em Heliópolis, violências como essas aqui descritas nas histórias foram também coletadas e de certo modo por nós vivenciadas. Um menino em específico só podia comparecer a instituição de MSE nos dias

impares do calendário, pois um policial em específico que trabalhava nos dias pares estava o ameaçando e exigindo pagamento de pedágio, pois do contrario implantaria um flagrante. Mesmo na presença da mãe o policial em específico não se intimidava continuado com sua ação intimidadora e violenta. Infelizmente tal menino foi enquadrado pela polícia por suspeita de tráfico, recebendo como medida judicial internação na Fundação Casa. Até o presente momento tal situação possui interrogações acerca de tal desfecho.

Nos desenhos e nos trechos das estórias abaixo encontramos outras manifestações envolvendo violência e corrupção:



*Ai o homem se rendeu, levantou a mão e do nada o policial pegou a arma e atirou no mano. (sic), (Jovem nº 2).*

*Só que tinha um policia atrás, pegou e atropelou meu amigo e pegou e jogou ele no rio e eu consegui escapar (sic), (Jovem nº 56).*

*Polícia mata inocente, atrasa o lado dos trabalhador com os enquadres. Ele tá dando tiro na polícia ou ele mata ou ele morre” (sic), (Jovem nº 101).*

Nesses casos acima, vemos uma atuação da violência policial envolvendo a morte dos jovens, o domínio do poder sobre o corpo do outro. Endo (2005) em seu trabalho relata inúmeras cenas violentas por parte de policiais envolvendo agressões e mortes. Dias (2015) no seu trabalho envolvendo a realidade dos jovens em conflito com a lei em Cabo Verde na

África, afirma também que a violência policial e judicial ganham destaque durante as intervenções com os jovens.

Um menino de Heliópolis que sobreviveu ao ser alvejado por policiais com diversos tiros, torna-se dentro da comunidade um caso de destaque, interesse e importância para os demais meninos de medida socioeducativa. Diante de algumas conversas com os jovens, esse adolescente em destaque torna-se uma espécie de herói e ao mesmo tempo, um caso que os intriga, e que foge a regra.

Parece que de alguma forma, para os meninos de Heliópolis, ou eles conseguiriam escapar da polícia e se darem “bem”, ou acabam presos ou ainda morrendo. Parece que esse jovem em questão, com possibilidades de perder a fala em função dos tiros que recebeu, referia outra possibilidade de destino, um destino talvez ainda não refletido pelos jovens.

Em relação a essa categoria, dois jovens em específico destoam dos demais em relação a manifestação do crime e da violência. Para eles o crime estaria representado em uma esfera maior, nesse caso, no poder político, também conhecidos no Brasil como crime do colarinho branco.

Mesmo o Brasil passando atualmente por questões políticas relevantes, isso tanto da parte da esquerda como da direita, envolvendo corrupção ativa e passiva, desvios de verbas, caixa 2, lavagem de dinheiro, enriquecimento ilícito, formação de quadrilha, entre outros, mesmo diante de tudo isso, apenas dois adolescentes apresentam o crime tendo como palco e cenário a realidade política. Seria ofensivo pensar em um analfabetismo político? Tal aspecto foi aqui percebido e ganhou destaque, o que mereceria um aprofundamento maior, vislumbrando junto aos jovens um desenvolvimento maior de cidadania, consciência política e inclusão em questões que bem ou mal, pertencem, direta ou indiretamente a realidade deles.

*“Quando tento pensar no crime, penso em pessoas roubando comércio, traficando, até pessoas roubando em Brasília” (sic), (Jovem nº 8).*

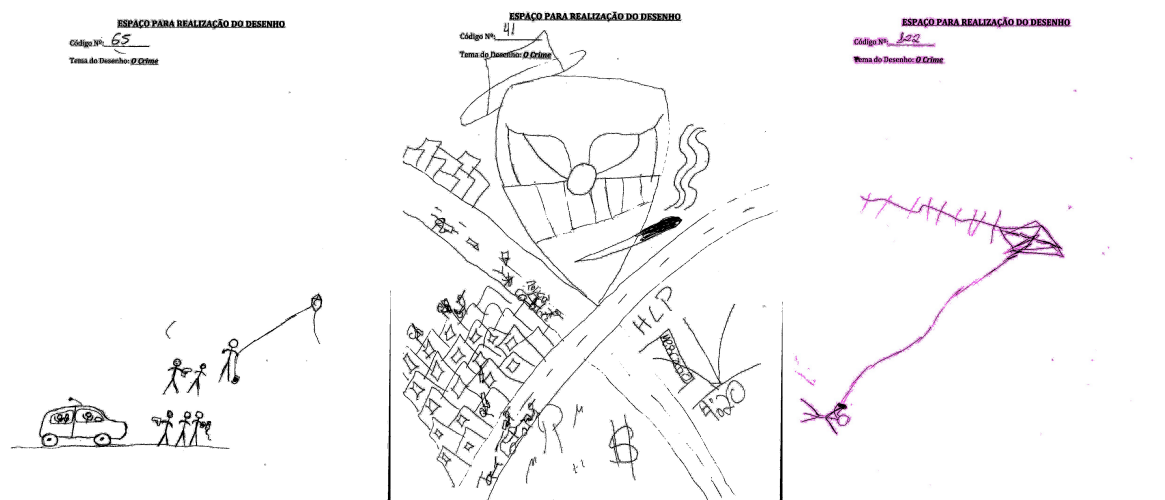
*“Uma figura de olhos bem grandes, com notas de dinheiro caindo dos bolsos, carregando também nas costas um saco de dinheiro, escrito “cofres públicos” Agora quem está roubando mais é os políticos” (sic), (Jovem nº 133).*

Diante dessa categoria podemos remeter ao pensamento de Foucault (1987) que afirma que infelizmente a lei não seria igual para todos. De acordo com Bauman (2001, 2009, 2010, 2011, 2013 e 2014) e Endo (2005), ambos enfatizam que a violência policial não estaria

sozinha e não poderia carregar todo o peso pelo cenário atual. Segundo os autores tanto o cenário político como a sociedade seriam também responsáveis por tal fenômeno criminal.

### **Categoria F – “O crime como expressão do faltante, do violento e da possibilidade de busca de algo”**

Nessa categoria identificamos que a manifestação do crime para esses jovens se daria como uma expressão de um movimento de busca por algo significativo, por vezes concreto, por vezes simbólico. Algo do qual necessitassem para a sua sobrevivência no mundo, não só do ponto de vista material, mas também subjetivo. Vejamos alguns desenhos:



Percebemos nos desenhos acima situações diversas, diferentes cenários, que a princípio, nada poderiam denotar como expressão do faltante, ou mesmo uma relação a um movimento de busca. Contudo encontramos dentro dos diversos cenários elementos similares e repetitivos. Vemos elementos vinculados ao cifrão, símbolo do dinheiro e poder aquisitivo e também a imagem de uma brincadeira, o empinar pipa.

Em relação ao dinheiro, a partir do senso comum, se imaginaria, por vezes erroneamente, como algo esperado, pois o crime poderia ser uma forma de alcançar valores monetários e o que mais pudesse proporcionar. Agora com relação ao ato de brincar, nos perguntamos como tal brincadeira poderia estar relacionada ao crime? Talvez para alguns leitores o empinar pipa não passaria de um disfarce, pois tal aspecto da infância certamente já estaria perdido na vida dos jovens. Tal pensamento destoaria do que foi observado. A

brincadeira representaria aqui um símbolo de suas vidas, símbolo esse por vezes interrompido. Vale lembrar que os dois adolescentes que desenharam o pipa estão próximos do período da infância, 13 e 14 anos.

Vejamos algumas estórias:

*“A cadeia, a família visita o pessoal. As pessoas pagando revista para entrar. Os muros altos, é a prisão. Preocupação da família, o arrependimento de alguns dos caras lá dentro. Violência dos policiais, condições ruins. Pensamento na família, falta de luz, não vê a luz do sol. Só de vez em quando liberdade de ir aonde quiser. Fazer o que quiser” (sic), (Jovem nº 15).*

*“Com toda vida que ele tirou ele ficou perturbado e pensou em ir na igreja e disse que nunca mais pegaria em uma arma e droga e começou a trabalhar, foi isso meu desenho” (sic), (Jovem nº 41).*

Nos dois trechos acima, os jovens parecem denotar uma certa culpa inicial, um pelo fato de expor a família a violência institucional e o outro de forma cristã tentando se redimir dos “pecados”. A busca de algo maior e simbólico como o encontro divino com o direito de ter acesso a luz, bem como o caminho para a igreja. Para o jovem de nº 15, nos questionamos de qual luz seria essa? O que de fato poderia iluminar seu caminho? Jost (2010) aponta que o sistema pode promover culpa e que tal sentimento deveria ser trabalhando no sentido de propiciar ao jovens novas perspectivas bem como em Carta Manifesto sobre o funcionamento da Fundação CASA (2016) refere que a ideia estigmatizante seria a de varrer das ruas os culpados, tratando-os com descaso, violência e discriminação.

Já para o jovem de nº 41, ao relacionarmos o desenho com a estória, a igreja e a figura de Deus, parecem não serem tão protagonistas assim, pelo contrario, o que ganha destaque é a comunidade e o desenho de um suposto palhaço com um cigarro na boca. Supomos que para esse jovem o encontro consigo mesmo através dos desenho, fez com que ele levantasse defesa frente a essa imagem projetada e tentasse na estória camuflar aquilo que havia manifestado. Parece ter ocorrido uma espécie de negação de sua realidade, caminhando dessa forma para o sentido oposto do que foi representado.

Em outros trechos das estórias dos demais meninos temos as seguintes construções:

*“O meu desenho é um garoto, fumando maconha olhando para um saco de dinheiro, um revolver guardado, em cima de um cimentado de gás, tipo um prédio, sabe tio? Ah sei lá, fiz o desenho do gás porque esse saco de dinheiro não ia ficar no nada né?” (sic), (Jovem nº 85).*

*“Crime pra mim é quando eu tenho um objetivo a ser conquistado e para outras pessoas é que se cresce no crime” (sic), (Jovem nº 91).*

*“Eu não acho que palhaço simboliza o crime, mais fiz este desenho porque é a mesma situação que a minha. Palhaço tem uma estória triste por isso que ele já faz palhaçada pra ver as pessoas rir e não sofrer. Como ele, pra mim isso é o crime, sentir vontade de ter e não ter, então tenta da maneira errada e mais fácil” (sic), (Jovem nº 124).*

Nos trechos acima encontramos jovens que expressam o crime como uma forma de ter as coisas, de conquista, de direito. No caso do jovem nº 85 parece que ao afirmar que o dinheiro não poderia está ali do nada, refere a ideia de criar uma forma de busca-lo. O movimento de busca poderia ser representado como algo positivo no sentido de ir em luta por algo que sente como sendo um direito. Sabemos que a escolha e a maneira pela qual o jovem opta por alcançar não seria a mais adequada socialmente, mas será que possuiria de fato outra forma em seu campo de vivência para alcançar o que desejava? Para os outros dois meninos o crime também denotaria a possibilidade de buscar e alcançar e conquistar algo desejado. O crime como ferramenta de acesso para o encontro simbólico e concreto mediante o objeto de desejo, seja ele material, ou ainda subjetivo.

*“Era um dia um menino empinando pipa e chega 2 amigos falando, vamos comprar pipa, ai o menino que estava empinando disse não, não preciso tenho o meu, ai os 2 que estavam com ele estava com a pipa dele, pegam a pipa dele e chamo ele de novo vamo lá, ai o menino foi com os outros 2 mais ninguém tinha dinheiro e os 2 que chamo disse vamos, rouba! Aí o menino com a lata de linha na mão e com a mente fraca disse: então vamos” (sic), (Jovem nº 65).*

Nesse desenho podemos perceber uma produção gráfica mais arraigada a infância, tanto pelo traçado como por umas das ações escolhidas, a brincadeira de empinar pipa. Na construção da estória, o adolescente monta um percurso que se inicia na infância, no brincar. Podemos perceber que inicialmente existe uma recusa do protagonista em executar a prática infracional mesmo sendo assediado pelos colegas. A recusa do jovem se dá pelo fato de já possuir o seu próprio objeto de desejo, nesse caso, a pipa. Dessa forma podemos pensar que o fato de já possuir seu próprio brinquedo o protegeria inicialmente de envolver-se com a prática infracional. Supomos aqui que a garantia estabelecida de poder possuir algumas coisas, as suas coisas, seriam entendidas como elementos protetivos para o jovem. No momento da estória onde lhe tomam de suas mãos tal símbolo protetivo (a pipa), o jovem aceita buscar outra como uma espécie de substituição daquilo que lhe foi tirado. Percebam

que até aqui não havia ideia delitativa, o intuito era reaver e a pipa que lhe foi tomada, algo que era seu por direito. Lá chegando se depara com a realidade de não possuir poder de consumo, dinheiro, para adquirir aquilo que desejava, aquilo que lhe foi tomado. Surge a “*mente fraca*” (*sic*), como explicação para ato infracional. Diante disso, outro fato nos chama a atenção, a referência do jovem em enfatizar que o protagonista da estória estava com a linha da pipa nas mãos. Podemos supor que algo relacionado ao objeto que lhe pertencia estava ali, marcado e representado, como uma espécie de busca daquilo que lhe era de direito.

*“Um menino soltando pipa e escureceu e foi embora, caiu se machucou todo, se esfolou, aí já estava tudo escuro e ele foi pra casa tomou banho e comeu e foi dormir” (sic), (Jovem nº 122).*

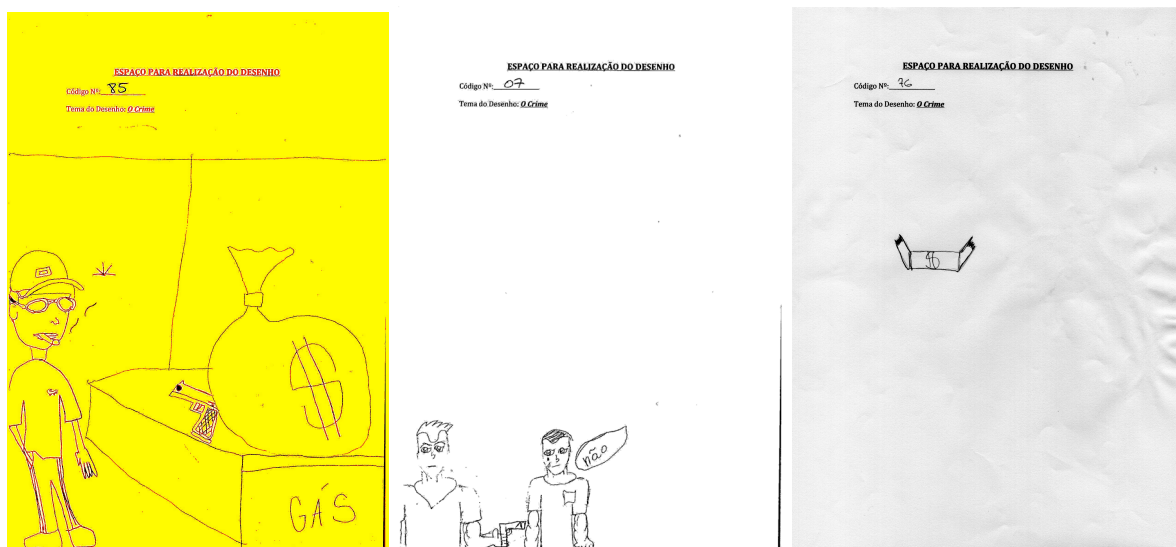
No trecho da estória acima nos deparamos com o desenho de um dos meninos mais jovens da amostra, 13 anos. Um desenho e uma estória minimamente intrigante. Um menino soltando pipa é o representante do crime para esse adolescente. Ao relatar sua estória vemos em sua construção uma lógica, com começo meio e fim. A sensação que nos passa é de que até então o jovem, bem ou mal, seguia seu caminho empinando seu pipa. Quando começa escurecer, o jovem ao retornar para sua casa enfrenta algumas adversidades. Que adversidades seriam essas que o impediriam de chegar em casa? Refere caiu, que se machucou todo. Percebam nesse momento o escuro toma conta, não há mais pipa, não há mais brincadeira, existe agora dor e machucados. Após esse episódio, não há cuidado, curativo ou remédio. O que lhe resta é somente seguir seu cotidiano, mesmo interrompido pela escuridão, pela dor do machucado. Dessa forma, segue tomando seu banho, comendo e dormindo. Podemos supor que esse jovem, pela tenra idade, simplesmente sofre das mazelas do crime, mas ainda impedido de refletir sobre seu cotidiano. Estaria esse jovem na dimensão causal do crime como apontaria Lyra (2013), ou seja, por algo pontual e ainda não específico. Denota certa vivência marcada pela experiência, mas distante do sentido que essa experiência possa ter em sua vida. O caminho que lhe resta é seguir por onde conhece, mesmo estando tudo escuro. Podemos supor ainda que talvez o ato infracional seja para esse jovem genuinamente uma forma de manter ou resgatar algo perdido, uma simples brincadeira, assim como o empinar uma pipa, indo ao encontro do que Brusius e Gonçalves (2012) apontaram do jovem no mundo do crime como busca de algo perdido.

Nessa categoria podemos também nos aproximar da teoria da tendência antissocial desenvolvida por Winnicott (1982, 1984, 1990, 1996, 1999, 2000 e 2005) e nesse trabalho já apresentada. Conseguimos observar o movimento de busca dos meninos em encontrar algo que lhes foi tirado, como uma espécie de resgate de um direito, como forma de reaver aquilo

que lhes pertence. Dessa forma, de maneira inconsciente, os adolescentes buscariam através do ato infracional uma forma de reestabelecer sua continuidade no desenvolvimento emocional através do Ser social no mundo. Com base na teoria do mesmo autor, os meninos carregariam o fator de saúde denominado por *Esperança* em seu cotidiano, representados pela manifestação infracional, por suas reivindicações e por seu desejo de busca, busca essa que iria muito mais além do que dinheiro, poder e status.

### **Categoria G – “O crime como forma de ganhar dinheiro e de ter acesso ao consumo”**

Nessa categoria o crime ganha destaque como o direito e o acesso ao consumo. A ideia errônea de aquisição “dinheiro fácil” por vezes ocupa o imaginário de muitos, tanto do social como também dos próprios meninos que entram para o mundo do crime. Seguem alguns desenhos e trechos das estórias:



*“Um jovem fumando, estampando roupas de grife, um saco grande de dinheiro, um revolver, tudo isso sobre um local escrito: “gás” (sic) Reparou aqui no estilo do garoto, um óculos, pá, o boné da hora, sei lá podia ter feito algo melhor não acha?” (sic), (Jovem nº 85).*

*“ O maluco foi roubar e um outro maluco chorou e falou que não, pra não roubar ele. Tipo assim, o criminoso, ele deveria pensar que do mesmo jeito que a mãe dele suou para dar as coisas para ele, a mãe do outro suou para dar para este. A vítima também. Se ele não gostaria que a vítima fizesse o mesmo. É melhor ele trabalhar e comprar com o suor dele e não dos outros” (sic), (Jovem nº 7).*

*“Um jovem sentado com corrente no pescoço vendendo droga para um homem com corrente com uma cruz no pescoço parado ao lado de um carro” (sic), (Jovem nº 127).*

*“O que veio na minha cabeça é que uma hora você está em cima ostentando dinheiro, mulher, ouro” (sic), (Jovem nº 7).*

*“Um dia de sol, dois caras sem dinheiro, só tinham duas armas e resolveram pensar em um plano. Viu o banco da esquina, não tinha policia nenhuma. Resolveram assaltar. Pegaram o malote e ficaram ricos e já era” (sic), (Jovem nº 58).*

*“Um traficante com drogas, armas, palhaço desenhado e 157, apologia de matar policia. Está nessa para ganhar dinheiro” (sic), (Jovem nº 115).*

*“Eu peguei o carro e sai na fuga, dei o corte nele. Para ganhar dinheiro” (sic), (Jovem nº 54).*

Nos trechos acima vemos um discurso envolvido pelo politicamente correto em relação a crítica ao ato de assaltar. Em todo caso, independente disso, as estórias dos jovens giram em torno de ter e não ter as coisas, os bens materiais. O poder de consumo encontra-se na figura sustentadora da mãe ou mesmo do ato de trabalhar para adquirir seus próprios pertences. Dessa forma, se o estímulo dado aos jovens durante a execução do desenho e construção da estória foi o tema *O Crime*, podemos supor que este último estaria a serviço e para sustentar a possibilidade da prática de consumir.

Podemos perceber que tais elementos adquiridos através da prática criminal inserem o jovem no contexto atual capitalista, necessário e primordial para a formação da identidade e sentimento de inclusão social. A roupa de grife, o óculos, o boné, a corrente de ouro, a marca do carro, tudo isso diz algo do jovem, o possibilita um determinado tipo de empoderamento em tal contexto. A famosa palavra ostentação, encontrada em algumas letras de Funk e Rap por exemplo, ganha destaque para esses adolescentes no sentido de existência, de ser e fazer no mundo. Tal fenômeno pode ser visto e percebido não somente entre os jovens em conflito com a lei, mas sim na sociedade como um todo, indo ao encontro da era do Ter para Ser.

Essa realidade vai ao encontro do que Lyra (2013) aponta em relação ao sustento da identidade nos meninos do morro, bem como a sobrevivência financeira e material. Como vimos em Meneghel (1998), o crime seria uma forma dos meninos alcançarem alguns sonhos de afirmação, heroísmo e consumo. Seriam eles, a partir do olhar de Kehl (2004), vítimas de um capitalismo que se aproveitaria da crise da adolescência.

Jost (2010) apontou uma perda de sentido após os jovens adquirirem bens de consumo e dinheiro através do crime, o que não foi possível verificar nos meninos da presente pesquisa. O que constatamos foi uma dualidade, por um lado encontramos uma manutenção, um estímulo de permanência com a prática infracional, estando essa vinculada tanto a uma realidade de baixa renda, indo ao encontro de dados de Dias et al. (2012) e Coelho e Rosa (2013), como também como um universo ilusório de facilidades, mas ao mesmo tempo um confronto com uma realidade dura e cruel:

*“É a vida do crime, um dinheiro que vem fácil e vai fácil, quanto mais você tem, mais você quer” (sic), (Jovem nº 76).*

*“Para mim o crime tem um lado bom e o lado mau. O branco é o lado bom do crime, é quando você ganha dinheiro. O preto é a parte ruim, onde você cai do outro lado do muro” (sic), (Jovem nº 24).*

*“Um homem ao lado de um carro, com uma arma em uma das mãos apontando para o caixa eletrônico 24 horas de um banco e na outra mão um saco de dinheiro. Dentro do banco uma cena de tiroteio, um outro homem atirando e um outro caído no chão” (sic), (Jovem nº 82).*

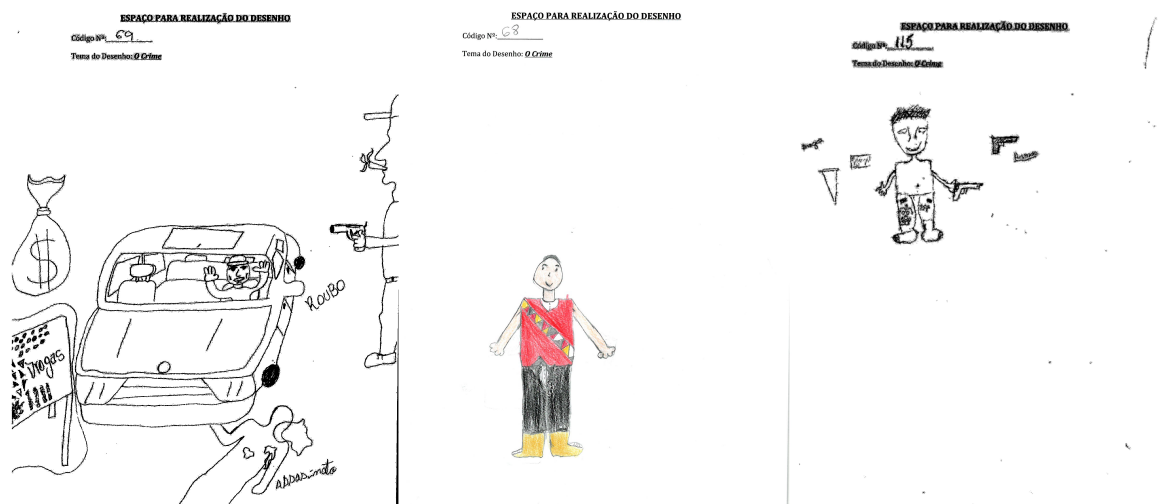
Acreditamos que o trecho a seguir é altamente didático e autoexplicativo em relação a realidade vivida por boa parte dos jovens, que segue:

*“Eu choro porque essa vida é foda, eu estou trabalhando na biqueira de novo, porque eu não consigo parar, é dinheiro fácil, eu compro o que eu quero. Eu ajudo minha mãe na casa, mas ela não tem nada a ver com isso não. Eu ganho 1000,00 reais por semana e eu não vou sair, nem adianta, quero comprar uma moto, só vou parar de trabalhar na biqueira quando comprar essa moto. E o meu irmão está também na vida do crime, rouba loja. Continuo no crime pelo vício do dinheiro, por tudo” (sic), (Jovem nº 20).*

### **Categoria H – “O crime como ser e fazer no mundo - identidade e senso de pertencimento”**

Nessa categoria percebemos os jovens e a relação com crime envolvendo aspectos da formação da identidade e do senso de pertencimento. Nesses casos entendemos que o crime ofertaria aos adolescentes possibilidades de existência e importância no mundo, força social,

realizações e identificações, bem como conflitos vinculados a pertencer a esse mundo, receios, medos e questionamentos. Vejamos alguns desenhos e trechos das estórias:



*“Encontrei sem querer, e entrei nessa vida. A arma também foi um jeito de eu sair do crime, quando falaram para mim matar uma pessoa. Eu não quis matar. Não quero mais ficar lembrando disso. Não gosto. Aqui foi quando conheci a maconha, a diversão, dar risadas. Foi quando nós foi pra marcha da maconha. Quando nós conheceu o prazer da erva” (sic), (Jovem nº 12).*

No trecho acima percebemos que o universo do crime se apresenta ao jovem de forma espontânea, o adolescente provavelmente não saberia dizer ao certo, com convicção, o porque de sua entrada em tal universo. Encontrar “sem querer” (sic) o crime poderia sinalizar que algo mais forte do que sua própria vontade e volição o convocaria para tal prática. Parece que a arma de fogo e a imposição de assassinar alguém leva o jovem a questionar o senso de pertencimento até então existente. Talvez abrir mão do crime e sustentar sua crítica o faça perder o sentimento de pertencer a algo, o que dificultaria seu poder de decisão e de escolha. Tal vivência vai ao encontro do que Knobel (1996) onde a eminência por não encontrar sua identidade poderia levar ao aceite de qualquer identidade ou ainda a partir de Dias et al. (2012) os jovens necessitam buscar elementos para dar continuidade a sua identidade, seja essa continuidade de Vir-a-Ser de jeito for. O que estaria em jogo seria a certeza de existir.

Sugere em seu relato que o esquecimento vivido entra como uma forma defensiva de evitar o contato com tal realidade. O preço cobrado pela identidade ofertada seria alto, nesse caso, permanecer existindo no mundo do crime exigiria matar alguém. A saída da angústia

vivida é o poder integrador da memória, lembranças essas de um tempo feliz, divertido, prazeroso, ofertado pelo contato com a maconha, com o coletivo e com a luta por direitos. Podemos supor uma tentativa da parte do jovem de cindir o fenômeno criminal, separando o que tem bom daquilo que julga como ruim. A questão que fica é de que forma o jovem realizará tal seleção e se de fato conseguiria alcançar tal resultado. Outro movimento de cisão e de tentativa de estabelecer um certo equilíbrio dentro do universo infracional fica evidente na fala de outro adolescente ao que refere a dificuldade de estabelecer parâmetros éticos em relação ao que pode e ao que deve fazer ou não. Denota que mesmo o equilíbrio sendo alcançado, o nomeado lado ruim parece, por vezes, mais forte. Vejamos no trecho abaixo:

*“Acho que representa meu coração, 50% bondade e 50% maldade, também. É um coração, o coração é uma mão filhada, o desenho representa as duas faces de tudo. É uma pessoa boa e ruim andando juntos, o mal puxa o bem e arrasta ai já era” (sic), (Jovem nº 121).*

Outra manifestação de senso de pertencimento e continuidade da existência vinculada a formação da identidade, pode ser percebida em situações na qual os jovens referem desenvolvimento, maior envolvimento e aquisição de certas características ao longo do percurso infracional. Encontramos marcas de um cotidiano, o crime como uma espécie de fuga, uma fuga para si mesmo, para a oportunidade de Ser no mundo, mas ao mesmo tempo uma sensação de ser enganado, de ser iludido. Segue alguns trechos das estórias:

*“Escolheu a vida do crime como rota de fuga. Começou com pequenos furtos, pedestres nas ruas, celulares, dinheiro, usando um cigarro aqui, maconha ali, e com o tempo começou com outras drogas” (sic), (Jovem nº 69).*

*“Saiu disposto a roubar, ele sabia que o que estava fazendo era um crime, mas não estava nem um pouco ligando, parou numa esquina próximo a um restaurante com medo da policia chegar” (sic), (Jovem nº 70).*

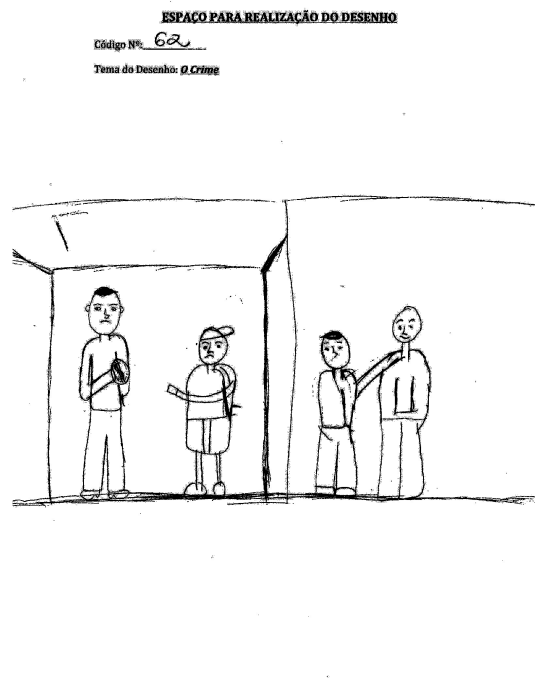
*“É arma né, algo que inventaram que muitos dizem que é para proteção, mas não é né! Isso aqui que hoje em dia que faz o crime ficar cada vez mais poderoso, influencia todo mundo não só o crime, é isso que tá tirando a vida de muitos né?” (sic), (Jovem nº 78).*

Podemos perceber que da mesma forma que por vezes o jovem denota reconhecer e ter ciência de seus atos, em outros momentos parece estar fugindo de algo, confuso e frustrado, como se aquilo que tinha almejado deixasse de existir. Que proteção seria essa ofertada ao

jovem pelo crime, que diante de algumas decepções passam a ser vivências de perda, de finitude e de morte. Como Costa e Assis (1999) enfatizam, os jovens necessitariam de rotinas de cuidado, proteção, temporalidade e desejo para fortalecerem sua própria identidade, bem como reflete o pensamento de Lyra (2013) quando o autor defende o crime pela dimensão da vontade, ou seja, indo muito além da necessidade básica de sobrevivência física, mas sim a necessidade de sobrevivência de sua identidade.

### **Categoria I – “O crime como falta de oportunidade, necessidade financeira e diferença social”**

No âmbito da **Necessidade Financeira** os jovens referem a entrada no mundo do crime e o fenômeno criminal como reflexo da falta de dinheiro, como segue:



*“A pessoa se envolve por necessidade. Ninguém esta no crime por emoção é por causa de necessidade” (sic), (Jovem nº 1).*

*“Humilhação aos familiares. As vezes às famílias não tem dinheiro” (sic), (Jovem nº 15).*

“O mano foi provido do crime e o outro também, o que tava no roubo foi preso, a família via que tava na vida errada, mas como tava ganhando dinheiro a família resolveu não se intrometer na vida dele” (sic), (Jovem nº 44).

“Um jovem estava com dificuldades na casa dele, tomou uma atitude de fazer um roubo” (sic), (Jovem nº 51).

“Era uma vez um jovem, talvez mal compreendido por sua família, criado em uma casa humilde, sem muitos recursos” (sic), (Jovem nº 69).

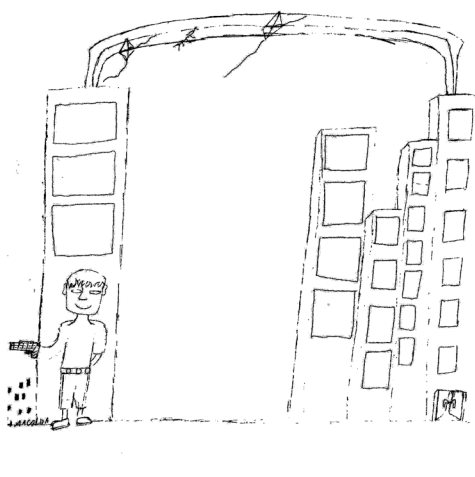
“A pessoa quando vai roubar ou deve estar passando necessidade ou para ser chamado de ladrão. Acho triste quando uma pessoa tira de quem não tem por exemplo: pessoa com o baixo salário e quando vai preso o governo trata da pior forma possível com condição desumana” (sic), (Jovem nº 132).

Com relação a **Falta de Oportunidade** fica evidente no discurso dos jovens que a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho marca profundamente tanto a entrada no mundo do crime como também a dificuldade de rompimento com a prática infracional, vejamos:

ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DO DESENHO  
Código Nº: 43  
Tema do Desenho: Crime



ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DO DESENHO  
Código Nº: 54  
Tema do Desenho: Crime



“Vim do gueto passando o que já fiz. Hoje com outro pensamento, tô vindo pra frente, só peço para Deus muito obrigado por me ajudar. Eu vim da periferia e também da comunidade e hoje estou passando pra vocês que o crime não é só traficar, nem roubar, mas sim uma arte nesse papel. Aprendemos na comunidade, respeitar um ao outro, assim como ladrão e trabalhador, se

não tiver isso a nossa população tá bagunçado, pedimos ajuda de toda população colocar o adolescente na escola e é importante o curso profissionalizante para esse adolescente aprender mais para quando o outro vir para esse curso o que tá mais tempo lá passar conhecimento para esse cidadão. É isso precisamos ajudar um ao outro. Eu desenhei o fio, a comunidade, o ladrão traficando numa favela, passando droga ao menor de idade, acabando com a vida da pessoa e isso nossa população não vai pra frente. Eu queria escrever mais uma pouco dessa história, mas não coube muito no desenho, porque eu não estava com a cabeça boa, mas se deu pra vocês perceberem pela palavra. Hoje em dia os políticos quer arrancar tudo de nois, mas que nois tenha essa união entre a gente mesmo, podemos vencer, é isso vim do gueto” (sic), (Jovem nº 57).

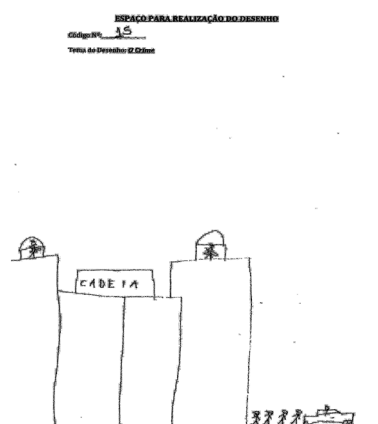
“Não precisava tirar a vida da moça, não tinha precisão disso. Era só ele arrumar um emprego, coisa boa para ajudar a família”).

“Um homem estava com problemas, não queria ficar sem dinheiro e não arrumava emprego, então deu ouvidos as coisas do mundo e esqueceu de Deus”(sic), (Jovem nº 70).

“Eles procuraram emprego, mas ninguém abriu portas para eles. Eles revoltados por não conseguirem emprego se revoltaram e foram roubar trabalhadores. Até que um dia uma dessas pessoas que eles roubaram resolveu ir atrás de suas famílias e mataram seus pais, irmãos e filhos. E fim” (sic), (Jovem nº 18).

“A vida dele é de muito sofrimento, passa dificuldade dentro de casa, passa fome. Precisava arrumar um serviço, mas tá difícil” (sic), (Jovem nº 103).

No âmbito da **Diferença Social** os jovens referem a entrada no mundo do crime e sua permanência dentro de tal situação ao fenômeno social. Associam a falta de garantia de direitos, a desigualdade social, o pouco acesso a políticas públicas, como a realidade que leva ao único produto acessível, nesse caso, as penitenciárias/cadeias e as instituições de medida socioeducativa em privação de liberdade, nesse caso a fundação CASA:



*“Um dia de sol, Fundação Casa, jovem de olhos vendados dentro da instituição, mãe do lado de fora chorando. Ah, o adolescente quando faz o crime sofre muito, a mãe não vê, a mãe sofre, no almoço a mãe não vê o filho, sofrimento, tristeza, e sofrimento na hora de tirar a roupa pra revista, o adolescente sofre lá dentro. Por um lado é bom pra ele, pois não está morto e sim preso, mas é ruim porque perde tempo, não faz cursos” (sic), (Jovem nº 23).*

Um dos pontos que nos chama a atenção nos desenhos é em um a proporção cadeia /pessoas e no outro uma espécie de venda sobre os olhos do jovem. Em um a Instituição muito maior que o indivíduo e no outro o que será que estaria encobrindo o seu olhar? O crime também foi representado pela relação materna e a relação com a instituição de internação, neste caso, a Fundação Casa. Ambos os personagens são separados pelos muros do regime de privação de liberdade. Contudo há a presença de um sol, talvez aqui como um sinal de esperança e luz, porém o mesmo encontra-se, assim como a figura da mãe, do lado de fora da instituição. O crime é trazido como a causa de sofrimento, tanto no jovem como na figura materna, essa última mais enfatizada. Ambos os personagens denotam imobilidade diante da situação, como uma espécie de inércia, sem recursos para agir ou impedidos de tomar alguma atitude.

Na história fica marcada a violência institucional, tanto para adolescente como para quem o visita, nesse caso, a mãe. Um dos pontos relevantes é o jovem destacar o lado “bom” da Fundação CASA ao referir o fato de não estar morto, ao mesmo tempo que aponta como lado ruim o perder de tempo. A privação de liberdade ofertaria ao jovem a chance de permanecer vivo, contudo uma vida de perda de tempo. A ausência de cursos referida pelo adolescente pode ser entendida como pouco ou nenhum investimento efetivo enquanto políticas públicas por parte da Fundação CASA aos jovens assistidos. Nesse sentido Guirado (1980) nos lembra que a antiga FEBEM, atual Fundação CASA, recebia crianças e jovens de forma voluntária, em condições de precariedade financeira, pobreza. Naquela época permanecer vivo seria o lucro, mesmo que para isso fosse necessário em função da desigualdade social ficar longe da família, comunidade, internado em uma instituição. Será que ainda hoje, de forma indireta, alguns jovens acabariam internados na Fundação CASA mediante a questões envolvendo pobreza e desigualdade social?

No s trechos a seguir fica evidente a indignação pela dificuldade de acesso ao que a constituição Federal de 1988 preconiza para a população brasileira, bem como próprio ECA (1990).

*“O crime é isso, hoje em dia as crianças, pessoas estão se jogando no crime por falta de materiais, de recurso, de falta de atenção, tá abrindo muito dinheiro com Fundação CASA.*

*Porque não entra nas comunidades e não colocam as crianças na escola? Muitas pessoas entram para o crime por necessidade. Não tem melhora para a criança, a criança só vê o crime, porque não mostra o lado bom? Assim a criança poderá escolher. Quanto mais oportunidades aparecer, vai até tirar as pessoas do crime” (sic), (Jovem nº 52).*

*“Hoje com outro pensamento, tô vindo pra frente, só peço para Deus muito obrigado por me ajudar. Pedimos ajuda de toda população colocar o adolescente na escola e é importante o curso profissionalizante para esse adolescente aprender mais para quando o outro vir para esse curso o que tá mais tempo lá passar conhecimento para esse cidadão. É isso precisamos ajudar um ao outro. Hoje em dia os políticos quer arrancar tudo de nois, mas que nois tenha essa união entre a gente mesmo, podemos vencer, é isso vim do gueto” (sic), (Jovem nº 57).*

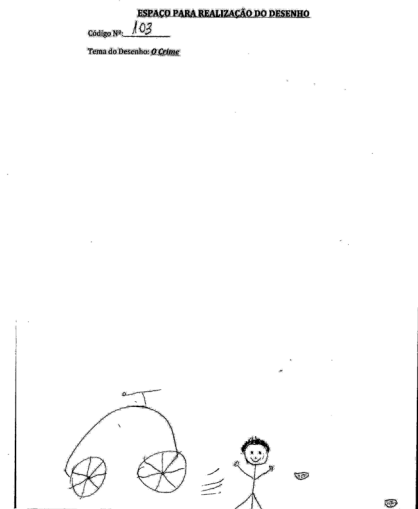
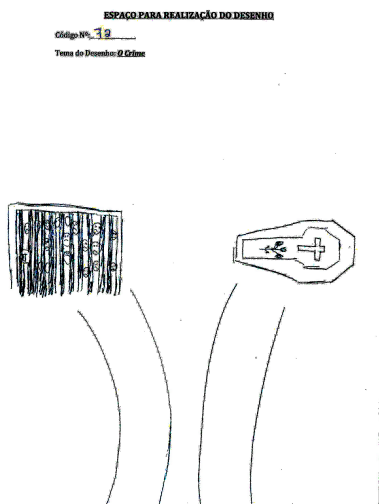
*“A gente pensa onde está o dinheiro das creches, das escolas, eles estão pensando que roubaram tanto que não tem mais o que roubarem, a ficha deles caíram e o Brasil caiu junto com eles” (sic), (Jovem nº 133).*

Em todos os discursos acima, encontramos nas falas jovens, de forma indireta, uma convocação do Estado e do Poder Público em relação ao cumprimento de obrigações legais, garantia de direitos e igualdade social dentro do cenário mais periférico e vulnerável, as comunidades. Encontramos falas onde os jovens questionam a existência e a qualidade de setores voltados para a assistência social, educação e políticas públicas.

Isso pode nos levar a pensar que para esses jovens o surgimento da prática infracional estaria ligada a ausência de tais direitos preconizados pela constituição de nosso país, ou seja, o não cumprimento e respeito a Constituição Federal (Brasil, 1988) juntamente com os marcos legais decorrentes, seriam fortes contribuintes para o cenário criminal do Brasil. Bauman (2013) apontaria tal situação como uma espécie de campo minado, pronto para ser detonado, como forma de protesto e reivindicação por igualdade de direitos.

### **Categoria J – “O crime, seu destino e algumas manifestações”**

Nos desenhos abaixo encontramos algumas manifestações envolvendo o crime e seu destino. A prisão ou a morte como destinos da vida do crime voltam a aparecer nos desenhos e discursos dos jovens, além de dor, tristeza e lágrimas. Em um outro desenho um adolescente fala de ser homem e de conquistar uma moto, e seu desenho, de forma infantilizada parece denotar mais um menino e sua bicicleta infantil:



*“Não sei o que eu falo não, a vida no crime, você arrisca sua vida pra crescer, só que você tá sendo um escravo e você não percebe, acaba perdendo família e todas as pessoas que você gosta se afastam de você. Ai você se ilude perante a vida do crime, acaba usando droga, matando, roubando e destruindo lares. E o seu fim ou é morte ou cadeia. Meu desenho é que uma pessoa matando a outra e no mundo do crime hoje você tá por cima e amanhã você está por baixo” (sic), (Jovem nº 10).*

No trecho acima encontramos um jovem que refere e aponta o crime como uma forma de crescimento, contudo denota que o preço de tal oportunidade seria uma espécie de escravidão. Nos questionamos quem seriam os capatazes e os senhores de tal senzala? A perda fica marcada em sua fala, especificamente perda de pessoas queridas, a perda de afeto. Denota que o mundo do crime oferta ao jovem uma ilusão, tendo como percurso o universos das drogas, a morte de pessoas e a destruição de alguns lares. Diante de tal cenário mais uma vez a prisão ou morte se apresentam como destino certo. Como uma espécie de montanha russa, o adolescente refere frustração, decepção e instabilidade, ao enfatizar que no mundo do crime hora estaremos por cima, hora estaremos por baixo. Conseguimos perceber uma lógica que talvez possa nos ajudar a entender o percurso juvenil no universo infracional, ou seja, 1) crime como oportunidade de crescimento, 2) após o início no mundo do crime, o mesmo passaria a ser uma espécie de escravidão, 3) Após se tornar escravo, preso nesse universo começa a vivenciar as perdas afetivas, 4) Novas ilusões ocorrem, drogas, poder, convocações para outros tipos de crimes, como roubos e assassinatos, 6) Constatação de seus atos, perdas, destruição de lares, 7) Tais ações levam a dois destinos, a prisão ou a morte, 8) A vivência imprime em seu Ser um estado de instabilidade e ausência de segurança ao constatar que o

crime seria uma forma social de estar por cima, mas que seu destino o levaria a ficar por baixo. Vejamos outras citações dos jovens:

*“Ai eu e ele entrou pra vida errada, a minha mãe avisava todo dia pá nois sair da vida errada e sempre que ela falava nois mandava ela seguir a vida dela. Ai ela foi lá e seguiu a vida dela, foi embora e deixou nois” (sic), (Jovem nº 20).*

*“Hoje em dia na periferia tinha dois adolescentes, começou traficando na boca de droga e ai aos 15 anos cometeu seu primeiro homicídio, os parça, matou 3 policia da polícia militar. Foi preso pagou a pena, e quando o parça foi solto inventou de roubar, e tomou um tiro nas costas daí em diante passou a ter na consciência dele que a vida do crime hoje você mata, hoje você trafica, mas amanhã você paga seus pecados” (sic), (Jovem nº 41).*

*“A vítima então gritou para os policiais que tinham roubado o carro dela. Então os policiais começaram a perseguição e os jovens como estavam com uma arma começaram a trocar tiros com a policia. Os policiais foram espertos e atiraram nos dois pneus traseiros do carro e os jovens perderam o controle, acabaram capotando e infelizmente o carro pegou fogo com os jovens dentro” (sic), (Jovem nº 55).*

*“Certo dia ele achou que não bastava e resolveu roubar um carro, sem muita experiência, achou que renderia mais dinheiro do que as outras vezes, mas pro seu azar havia uma viatura policial rondando o local e deram voz de prisão, ele resistiu e perdeu a vida com apenas 17 anos. Será que vale a pena?” (sic), (Jovem nº 69).*

Nos trechos acima encontramos como destino dentro do universo infracional 3 situações, o abandono materno, o ser baleado por arma de fogo e a morte precoce. Em todas essas situações mais uma vez aspectos vinculados a perda surgem.

Na estória do jovem nº 20 o mesmo relata o momento em que desobriga sua genitora de qualquer responsabilidade sobre ele, porém parece denotar uma certa surpresa ou decepção como se desejasse que sua mãe lutasse por ele, como num gesto adolescente de revolta e contrariedade manda a figura materna seguir seu caminho, porém desejando que a mesma permanecesse. Como diria Winnicott (1956), a vida como um sofisticado jogo de esconder, no qual seria uma alegria estar escondido, mas um completo desastre não ser encontrado.

Nas falas dos jovens nº 41 e 69 podemos perceber certa clareza em relação ao destino trágico da prática infracional. Para ambos dados da realidade povoam os relatos dos jovens, vítimas de tiroteios e mortes precoces. Mesmo possuindo tal conhecimento, não conseguimos afirmar que tais dados seriam o suficiente para o rompimentos com a prática infracional. Para um adolescente um espécie de juízo final ocorrera e terá que pagar seus pecados. Estaria ele

disposto a isso e saberia de qual forma isso se daria? Já para os outros adolescentes, mesmo diante da morte precoce, aos 17 anos ou como vítimas de um incêndio em carro durante uma perseguição policial, um deles ainda se questiona se o ato de infracionar “*valeira a pena*” (sic) e se a participação no mundo do crime compensaria. Provavelmente, para boa parte dos jovens, tal pergunta ainda ficaria em aberto e talvez não chegassem a uma resposta exata, fator esse que provavelmente auxiliaria na permanência da prática infracional.

Finalizamos essa categoria citando um trecho que aponta o crime enquanto um problema de ordem de saúde mental, vejamos:

*“O cara é louco, tem problema mental, chegou e atirou e tentou correr e a polícia capturou, prendeu, levando para um presídio de segurança máxima. O juiz deu 10 anos de cadeia para ele” (sic), (Jovem nº 64).*

Vale a pena ressaltar que tal visão relatada acima ocorreu de forma singular, isto é apenas 1 entre os 70 adolescentes aqui pesquisados referiram o crime enquanto um problema de saúde mental. Tal visão ainda é bem ventilada no senso comum, na sociedade e por vezes em linhas mais organicistas que entendem o fenômeno do crime como um distúrbio psiquiátrico e/ou de caráter, alegando por vezes quadros transtornos de personalidade e sociopatia, correndo o risco de executarem uma leitura enviesada e unilateral da prática infracional, patologizando assim a juventude infratora.

## **2. Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)**

Após a aplicação da História e das perguntas (Anexo 8), coletamos os discursos, criamos as categorias e definimos as ideias centrais de cada participante. A quantidade de ideias centrais variou de 1 (uma) a 3 (três) ideias por adolescente, de acordo com a produção de cada jovem. Na sequência iniciamos a montagem e organização dos discursos. A ideia foi alcançar um discurso coletivo dentro de uma respectiva categoria que possa representar a população aqui estudada frente a temática de investigação. Obtivemos dentro de nossa amostra de 70 adolescentes, 5 (cinco) discursos para a 1ª questão que trata dos motivos de entrada na vida do crime e 6 (seis) discursos para 2ª questão que trata das perspectivas de futuro dos jovens.

Vale ressaltar que o Discurso do Sujeito Coletivo - DSC foi aplicado depois do procedimento de Desenho-Estória para não influenciar os adolescentes na produção inicial. Os discursos do DSC foram montados somente com as falas dos jovens. As ideias similares

foram agrupadas dentro das categorias que foram criadas a partir da manifestação produtiva dos adolescentes, formando dessa forma as categorias e os Discursos do Sujeito Coletivo que seguem. Após essa construção, na sequência de cada discurso, apresentamos a análise a que chegamos do material coletado. Segue (Figura 22) as categorias da 1ª questão do DSC:

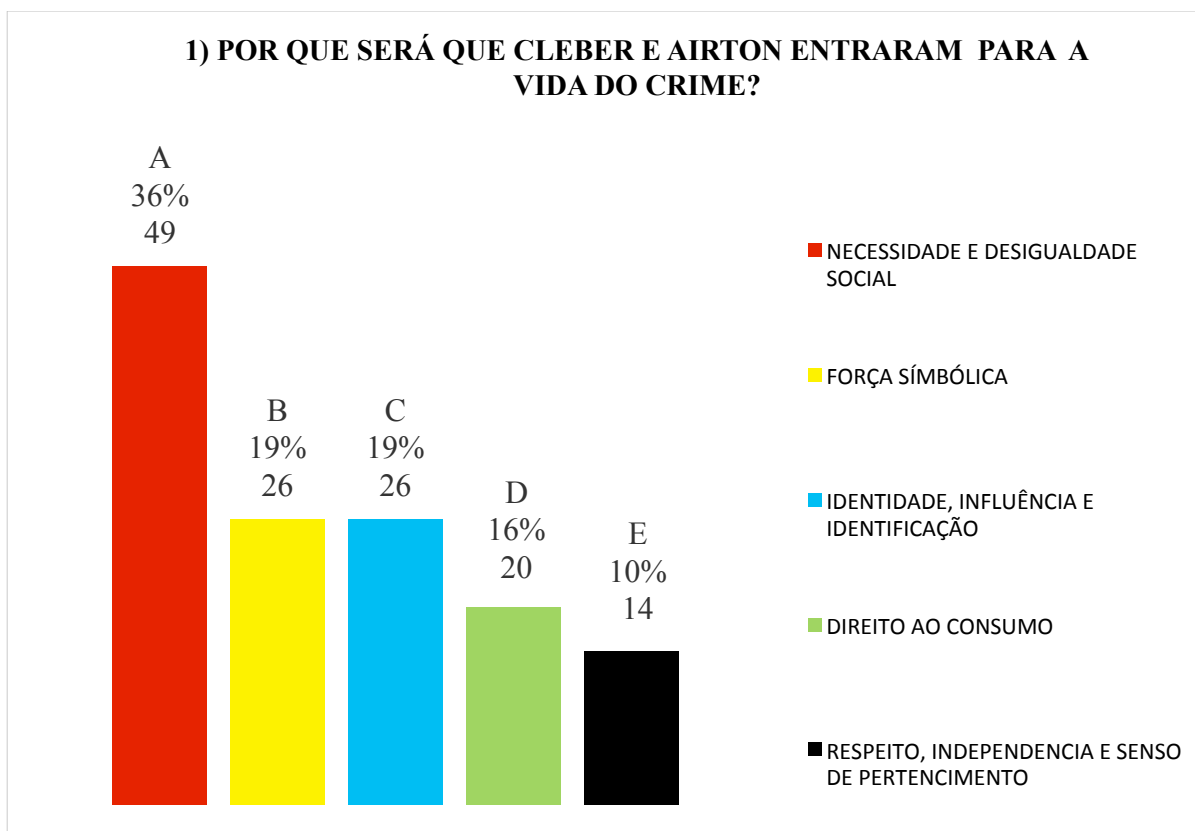


Figura 22

### **Categoria A - “NECESSIDADE E DESIGUALDADE SOCIAL”**

*“Entraram para o crime por várias necessidades, seja de comida ou roupa ou algo assim, porque eles eram pobres, passavam necessidade financeira. Ah, eu acho que é pelo fato de crescer e morar na comunidade, não moram em um lugar com boa estrutura, tem uns que passam fome, abrem o armário e não tem nada para comer, passam necessidade, daí vai para a vida do crime. Não estudaram e não trabalharam por falta de oportunidade, tentaram estudar, não conseguiram, abandonaram a escola, pois sem estudar muitos jovens não tem possibilidade de conseguir um trabalho e acabam desviando para a vida do crime. Não acharam emprego, pois está muito difícil, precisa de experiência para trabalhar, mas não dão oportunidade e nós não precisamos ter diploma para roubar. As crianças na rua roubam porque precisam. Se revoltaram com alguma coisa, não tiveram nenhuma oportunidade e se acharam no crime. Eles queriam dar uma vida melhor para a família deles e para eles mesmos, assaltavam para ajudar a mãe deles, queriam ter um estilo de vida melhor, eles queriam sair da miséria, pois a família dos dois adolescentes não tinham condições de dar o que eles queriam ou precisavam, não tinha nada na casa deles, acho*

*que vendo sua família assim foram roubar para ter as coisas. A família não tinha dinheiro para sustentar, e por isso talvez a família deles não quis se intrometer e eles decidiram sustentar a eles e as famílias deles com dinheiro sujo. Eles também precisavam de dinheiro, precisavam pagar as contas, entram no mundo do crime para ver se conseguem se levantar, para arrumar um dinheiro. Eles não tinham uma condição financeira boa, por isso eles entraram na vida do crime, cansaram de passar sufoco junto a família. Eles queriam progresso, mas não deu certo, a casa caiu e um deles foi internado, uma hora a casa cai, mas não é sempre. Eu comecei assim, queria ajudar minha família, comprar uma casinha, mas o dinheiro não estava vindo e precisei cometer esse ato criminal, entrar no crime é a única coisa que tem pra fazer e devido a essa situação achava que era o certo a fazer, ninguém rouba porque quer. Eles queriam ter uma casa, eles queriam ser alguma coisa no crime. Queriam dar uma moradia digna para os familiares, sair do aluguel, vestir bem. Se eles tem dinheiro o filho deles não vai precisar roubar, fazer nada, só estudar e ter um futuro bem diferente. É só isso, não tem outro motivo não”.*

Podemos perceber que logo no início do discurso os jovens apontam o fator necessidade como a causa da entrada no universo do Crime. Na fala de 49 adolescentes, ou seja, em mais de 2/3 da amostra total, percebemos aspectos que remetiam a diversas necessidades como motivos de forte impacto e contribuintes para o fenômeno do crime. Tais dados coletado com os meninos de Heliópolis vão ao encontro da pesquisa de Passamani e Rosa (2009) ao que apontam que mais de 90% dos jovens que pesquisaram haviam passado por algum tipo de privação ou trauma.

Nessa categoria vemos que os jovens referem inúmeras privações desde a falta de alimento, o vazio dos armários das cozinhas, desde a falta do que vestir. Apontam a desigualdade social, a pobreza, a privações sociais, a falta de dinheiro e de oportunidades de emprego como motivos para o início da vida infracional. Segundo esses jovens, crescer e morar em uma comunidade, privada de garantia de direitos e proteção social, os colocaria em maior vulnerabilidade e mais propensos ao universo do crime. Podemos perceber os dois significantes utilizados pelos jovens, *crescer e morar* (sic), como elementos de risco, ou seja, a marca social, o estigma estaria presente desde de sua origem e se perpetuaria ao longo de sua vida dentro da comunidade (Goffman, 1982).

Não basta crescer ou morar, mas a junção desses dois fatores pra esses jovens desempenharia um papel determinante na prática infracional. Contudo não é crescer e morar em qualquer comunidade que o aproximaria mais do crime, mas sim morar em um local desigual, sem oportunidades, e rico em privações.

Percebemos que na fala dos jovens há um reconhecimento de dois elementos significativos para o combate da criminalidade, o estudo e o trabalho. Porém os jovens

referem a impossibilidade de estudar e trabalhar, a não continuidade dos estudos e falta de oportunidades no mercado de trabalho como mais uma mola propulsora para a prática infracional, uma vez que estudo e trabalho seriam aqui fatores protetivos contra as necessidades vividas, principalmente necessidades materiais e de sobrevivência.

Nesse discurso o roubo ganha força, pois parece denotar para os jovens uma oportunidade de alcançarem aquilo em privação. Em um dado momento do discurso encontramos a afirmação:

*“Não acharam emprego, pois está muito difícil, precisa de experiência para trabalhar, mas não dão oportunidade e nós não precisamos ter diploma para roubar” (sic),*

O que denota que o ato de roubar estaria mais disponível e acessível ao universo do jovem privado do que o estudo e o trabalho. O roubo exigiria “menos” dos jovens, tornando-se a oportunidade outrora faltante, a porta que oferta a saída da miséria.

O peso de auxiliar suas famílias fica aqui também bem marcado, como uma espécie de responsabilidade e desejo de ofertar uma vida melhor para si e para os seus. Tal situação de privação poderia levar a revolta, isto é, a vivência do fator necessidade, promoveria revolta o que levaria a busca através do roubo daquilo que lhes é de direito (Winnicott, 2005).

Vemos também um reconhecimento da parte dos jovens de que, por vezes suas famílias não conseguem ofertar aquilo que eles necessitam. Nesse sentido o Roubo como elemento Winnicottiano de *Esperança* (2005), seria por vezes a única saída saudável, a forma de resgate e de encontro com aquilo que necessitam para sobreviver, seja do ponto de vista concreto ou ainda subjetivo. Podemos ver também no trecho em que falam:

*“A família não tinha dinheiro para sustentar, e por isso talvez a família deles não quis se intrometer e eles decidiram sustentar a eles e as famílias deles com dinheiro sujo” (sic).*

Parece que a ausência de recursos materiais poderia por vezes levar a família a um menor poder de intervenção junto aos jovens, cabendo aos adolescentes a decisão e a busca de meios para sustento e sobrevivência.

Referem ainda que o crime ofertaria a eles a possibilidade de se “levantarem” (sic) como uma espécie de alavanca pessoal e social. O roubo, o adquirir dinheiro para esses meninos ofertariam a chance de resgate de cidadania e responsabilidade social, aspectos esses representados aqui através do símbolo inclusivo e capitalista de alcançarem o direito e a possibilidade de serem no social, pagando suas contas ou possuírem o direito de terem uma casa

*“precisavam pagar as contas, entram no mundo do crime para ver se conseguem se levantar, para arrumar um dinheiro... Eu comecei assim, queria ajudar minha família, comprar uma casinha, mas o dinheiro não estava vindo e precisei cometer esse ato criminal”* (sic).

Lyra (2013) aponta o fenômeno do crime dividido em 3 dimensões, ao que a primeira e inicial seria a *dimensão causal*, que envolveria situação na qual o adolescente passa pela experiência infracional não denotando necessariamente uma continuidade de tal prática. Nesse caso, a adesão ao crime seria circunstancial, levando alguns jovens a entender tal fenômeno como algo natural em seu percurso de vida, fator esse que vai ao encontro das vivências dentro das comunidades onde residem.

De acordo com Lyra (2013), a permanência no mundo do crime seria algo vinculado aos demais momentos por ele descritos. O segundo momento seria a *Dimensão do Interesse* onde a adesão ao crime estaria vinculada a uma autonomia pessoal e a uma busca por alcançar algo concreto. Conseguimos perceber esse movimento nos jovens de Heliópolis também, um movimento em busca de autonomia, independência, mas acima de tudo evidencia sobrevivência e busca de oportunidades.

A partir disso, percebemos que nessa categoria o desejo pelo mundo do crime não aparece de forma tão relevante. O crime como busca do faltante, como remédio para a necessidade ganha destaque. Um fator nos chama a atenção, nessa categoria que os jovens abordam a entrada no crime como reflexo da necessidade e desigualdade social, somente o roubo torna-se protagonista:

*“Entrar no crime é a única coisa que tem pra fazer e devido a essa situação achava que era o certo a fazer, ninguém rouba porque quer”* (sic).

Outras práticas ilícitas não são aqui mencionadas. Isso torna o ato de roubar algo expressivo no sentido de futuras intervenções com jovens que cometeram tal prática. Talvez, se os resultados aqui encontrados forem validados em uma amostra mais larga, teríamos um caminho a percorrer em relação novas políticas públicas e intervenções que possam ir ao encontro do sentido do roubo para esses adolescentes.

Ao final, os jovens ainda apontam que o ciclo de violência e prática infracional pode ter um fim, uma espécie de reescrevem suas próprias histórias, que o dinheiro e as condições de vida alcançadas através do crime, em específico o roubo, ofertariam aos jovens um novo ser e fazer no mundo, podendo através de seus futuros filhos construir um novo desfecho:

*“Se eles tem dinheiro o filho deles não vai precisar roubar, fazer nada, só estudar e ter um futuro bem diferente. É só isso, não tem outro motivo não”* (sic).

## **Categoria B – “FORÇA SÍMBÓLICA”**

*“Eles começaram a se envolver desde pequenos, pois já tinha tatuagens, talvez por serem viciados e querer dinheiro. Eu acho que eles estavam querendo ganhar dinheiro fácil. Podem conquistar coisas mais rápido, mais fácil, muitos não querem trabalhar, querem apenas roupa e dinheiro fácil e aí estão no crime. Não sabemos como era a família deles, mas entraram por opção deles, porque ninguém é obrigado a fazer isso. As vezes os dois entraram no caminho errado e se acostumaram, por pensar ser mais fácil, viu que estava ganhando dinheiro fácil, tá na ilusão. Os adolescentes da comunidade vem, e as vezes se espelham naquele que anda com carro, moto do ano, mulher, dinheiro no bolso, eles as vezes vem um bandido na favela e acham que é uma vida boa, uma vida fácil, um jeito fácil de ter as coisas. O tráfico dá mais dinheiro porque o roubo é mais ostentação e mais perigoso. Na minha opinião se os dois estiverem pensando em dinheiro entrariam direto no tráfico e não precisariam ficar arriscando, mas quando se entra no tráfico a gente sabe dos riscos. Eles quiseram se jogar na vida louca e na vida louca acontecem muitas coisas. O Cleber foi pego pela polícia porque foi burro, ele não devia ter entrado nisso, quando se tá roubando tem que pensar no roubo e não nos polícia. Os polícia viram uma tatuagem do Coringa e não gostaram, pois o poliça deu uma pá de pancada nele e ele foi pra Fundação Casa. Porém Cleber tem coragem de colocar uma arma na mão e não quer ser funcionário de ninguém. Quanto ao Airton, o do tráfico tem como correr, ele não foi preso e tá com a vida boa, ele tem o respeito dos outros, não foi pego, porque fez acerto com a polícia. O Airton não tem família, viu que estava sozinho e começou a traficar. Para dar dinheiro tem que ser roubo grande, no tráfico ganhava dinheiro, viu que era dinheiro fácil e quis ficar nisso, achou bom traficar já que nunca foi preso aí ele prefere levar a vida na adrenalina. Ele já tinha sangue de bandido, não se sabe o motivo direito, mas mente de ladrão oficina do cão. Ele tem uma mente boa para o crime e depois de um tempo ele virou irmão, entrou para o PCC”.*

Nessa categoria intitulada como força simbólica, reunimos marcas sociais representantes do crime. Nessa categoria os jovens apontam que a entrada no mundo do crime se daria através do estereótipo e do representante social do criminoso. Podemos perceber que assim como a sociedade julga e condena o jovem em conflito com a lei como alguém que não quer nada com nada e que prefere a vida “fácil” do que a vida de trabalhador, parte dos jovens pesquisados denunciam uma visão parecida sobre seu próprio mundo.

Referem inicialmente na construção do discurso uma marca simbólica do universo criminal, nesse caso a imagem da tatuagem do palhaço como ponto de destaque. Trazem aspectos de certa autonomia ao afirmarem que a entrada no mundo do crime se dá por livre escolha, não havendo outros contribuintes. Essa visão vai muito ao encontro da visão só senso comum sobre o fenômeno infracional, ao que vemos a sociedade culpabilizar os jovens a

partir de suas “escolhas”. |Bauman (2001, 2009, 2010 e 2013) e Endo (2005) apontam como vimos nos capítulos anteriores o movimento social na construção desse estereótipo. Como aponta Silva et al. (2010), a manifestação nesse caso dos jovens não seria algo singularizado e subjetivo mas sim um sintoma social, ou seja, quando algo não anda bem na sociedade, aquilo que está em descompasso emerge, ou ainda como trazido por Kehl (2009) o mal-estar silenciado, antes deve ser decifrado.

Contudo, em dado momento do discurso os jovens se questionam se tal facilidade de adquirir o que desejam através do crime seria de fato real ou se não passava de uma ilusão

*“As vezes os dois entraram no caminho errado e se acostumaram, por pensar ser mais fácil, viu que estava ganhando dinheiro fácil, tá na ilusão” (sic).*

Essa ilusão se daria a partir da vivência no coletivo ao perceberem de forma desejada e espelhada que alguns jovens estampariam tal facilidade ao desfilarem bens de consumo como carros, motos, dinheiro, entre outras aquisições, dando aos jovens a vivencia da ilusão de tal facilidade no mundo do crime

*“Os adolescentes da comunidade vem, e as vezes se espelham naquele que anda com carro, moto do ano, mulher, dinheiro no bolso, eles as vezes vem um bandido na favela e acham que é uma vida boa, uma vida fácil, um jeito fácil de ter as coisas” (sic).*

Nessa categoria, diferente da anterior, o cenário do crime que ganha destaque é o Tráfico de Drogas como o detentor do poder de ofertar aos jovens a dita “facilidade” de ganhar dinheiro:

*“O tráfico dá mais dinheiro porque o roubo é mais ostentação e mais perigoso. Na minha opinião se os dois estiverem pensando em dinheiro entrariam direto no tráfico e não precisariam ficar arriscando” (sic).*

Dessa forma podemos supor que o Tráfico de Drogas para parte desses meninos representa a possibilidade de adquirirem algo dentro de uma certa proteção, segurança e garantia de sucesso na comunidade, principalmente através de bens materiais e de consumo.

Ainda no quesito “facilidade” mesmo o Roubo condenando um dos jovens a internação na Fundação CASA, tal ato trás aos jovens o sentido de autonomia e a possibilidade simbólica de não serem funcionários de ninguém, mas o preço é viver sob o risco da violência policial e condicionados a coragem de empunharem uma arma:

*“Os polícia viram uma tatuagem do Coringa e não gostaram, pois o polícia deu uma pá de pancada nele e ele foi pra Fundação Casa. Porém Cleber tem coragem de colocar uma arma na mão e não quer ser funcionário de ninguém.” (sic).*

Retomando o simbolismo do Tráfico de Drogas, para parte dos meninos de Heliópolis tal prática ofertaria aos jovens uma espécie de símbolo de ascensão, respeito e uma vida mais tranquila do que a prática do roubo, mas ao mesmo tempo com toques de adrenalina. Entendem o tráfico como algo mais protegido e com maiores possibilidades de se safar dos enquadres policiais, seja pelas formas de fuga ou mesmo através dos acordos e propinas, situação essa que difere da experiência de Lyra (2013) com os meninos do Rio de Janeiro ao que o tráfico seria a função mais arriscada. Para os jovens de Heliópolis a princípio a experiência seria um pouco contrária:

*“Quanto ao Airton, o do tráfico tem como correr, ele não foi preso e tá com a vida boa, ele tem o respeito dos outros, não foi pego, porque fez acerto com a polícia. O Airton não tem família, viu que estava sozinho e começou a traficar. Para dar dinheiro tem que ser roubo grande, no tráfico ganhava dinheiro, viu que era dinheiro fácil e quis ficar nisso, achou bom traficar já que nunca foi preso aí ele prefere levar a vida na adrenalina” (sic).*

Por fim, nessa categoria, ainda encontramos a marca do dito bandido como alguém que possui uma certa ruindade e ao mesmo tempo uma espécie de talento de aptidão para o crime, o que carregaria mais uma vez uma representação social do criminoso

*“Ele já tinha sangue de bandido, não se sabe o motivo direito, mas mente de ladrão oficina do cão. Ele tem uma mente boa para o crime e depois de um tempo ele virou irmão, entrou para o PCC” (sic).*

Ao encontro de tal vivência simbólica da categoria em questão, podemos retomar o pensamento de Spink (1999) e percebemos, que de acordo com o pensamento da autora, os meninos de Heliópolis apresentam como representação social de si mesmos uma construção do sujeito enquanto um ser que não seria apenas um produto de determinações singulares, mas sim uma representação derivada de uma construção contextualizada, símbolos, como por exemplo motos, carros, dinheiro, sucesso e poder; levando em consideração à realidade material, social e ideativa relacionadas.

Assim como na pesquisa de Jost (2010), encontramos no relato dos jovens, falas que expressam uma identificação com o crime vinculada a possibilidade de se destacarem como corajosos, e audaciosos, buscando nesses adjetivos formas protetivas, de segurança e ao mesmo tempo de prestígio dentro da comunidade.

## **Categoria C – “IDENTIDADE, INFLUÊNCIA E IDENTIFICAÇÃO”**

*“Acho que é porque eles viram os outros fazendo e queriam fazer, por más influências, foi no embalo, ele viu o amigo de infância, foi pro tráfico porque desde pequeno ele já viu alguma coisa na favela e quer ser alguma coisa na vida, ser o disciplina na comunidade. Ele passava na biqueira via os outros fazendo e quis fazer igual achando que ia dar lucro pra ele, iam muito pela cabeça dos outros, foi crescendo e foram falando pra ele sobre a vida do crime. Foi vendo as coisas erradas e quis se envolver. Começaram desde pequenos e se acostumaram, pois se conheciam desde pequenos, amigos desde a infância, um foi chamado pelo outro e na verdade, nenhum dos dois precisava, mas via que tinha uns negócios da hora e ai quiseram entrar para ser igual, eles viram alguém ganhando coisas e queriam algo também. Um se inspirou no outro, começaram a conhecer amigos que eram do crime. Vou falar de mim, do meu parceirinho que anda comigo na favela, as mulheres que colam junto. As vezes também algum familiar é infiltrado no crime né. Daí ele começa a ver esse familiar, daí ele se espelha nele né. Pode também ter se abalado e não conseguiu desabafar, ou ainda foi por emoção, por instinto, vontade de querer saber como é o mundo do crime. Eu não tenho cabeça, eu já escolhi a vida do crime.”*

Nessa categoria denominada Identidade, Influência e Identificação percebemos que para os jovens a justificativa da entrada no mundo do crime parte da influência do grupo. Os jovens enfatizam o poder de domínio do grupo sobre suas vidas. O senso de pertencimento, o desejo de ser igual e de existir dentro da comunidade ficam evidentes. Os adolescentes marcam início de tal influencia e busca da identidade ainda na infância, atribuindo ao local que convivem, as más influências e o que presenciaram em tal contexto como os responsáveis pelo inicio da prática infracional. O poder daquilo que é passado no universo infantil marca de forma significativa a vivência atual da adolescência,

*“Ele passava na biqueira via os outros fazendo e quis fazer igual achando que ia dar lucro pra ele, iam muito pela cabeça dos outros, foi crescendo e foram falando pra ele sobre a vida do crime. Foi crescendo, foi vendo as coisas erradas e quis se envolver. Começaram desde pequenos e se acostumaram, pois se conheciam desde pequenos, amigos desde a infância, um foi chamado pelo outro e na verdade, nenhum dos dois precisava” (sic).*

Podemos perceber que nessa categoria o fator necessidade material e desigualdade social não ganham destaque, imperando a influência vivida enquanto criança o poder do grupo sobre o indivíduo, bem como o desejo de pertencer, de ser igual

*“mas via que tinha uns negócios da hora e ai quiseram entrar para ser igual, eles viram alguém ganhando coisas e queriam algo também. Um se inspirou no outro, começaram a conhecer amigos que eram do crime” (sic).*

No discurso anterior a identificação aparece também, mas influenciada principalmente pelo fator simbólico e ilusório de que a vida do Crime ser entendida como uma vida “fácil”. Já nesse discurso a identificação e senso de pertencimento ocorrem não pelo mito da “facilidade” mas sim pela identidade, pela possibilidade de serem alguém.

Ainda em relação ao poder de influência, os jovens referem a família como espelho e como um complicador quando algum elemento do núcleo familiar encontra-se envolvido no universo do crime. Para alguns jovens tal fato levaria a uma maior chance de agirem de forma espelhada:

*“As vezes também algum familiar é infiltrado no crime né. Daí ele começa a ver esse familiar, daí ele se espelha nele né” (sic).*

Nessa categoria os adolescentes trazem ainda a entrada no mundo do crime como ausência de apoio para desabafar, possibilidade de viver emoções ou ainda instinto para o crime e ausência de crítica:

*“Pode também ter se abalado e não conseguiu desabafar, ou ainda foi por emoção, por instinto, vontade de querer saber como é o mundo do crime. Eu não tenho cabeça, eu já escolhi a vida do crime” (sic).*

Indo ao encontro do pensamento de Knobel (1996), podemos entender que para os jovens de Heliópolis na eminência de não encontrar uma identidade própria, pode preferir ter qualquer identidade, mesmo que socialmente reprovável.

Bauman (2001) aponta que quando as velhas histórias de filiação em comunidade já não soam como verdades ao grupo, surge a demanda por histórias de identidade. Entendemos que os meninos de Heliópolis, assim como todos nós, necessitam de histórias que ofertem verdades, espelhos, encontros e identidade.

A partir desse olhar percebemos que para os meninos de Heliópolis pertencer a esses grupos dirão a eles de onde vieram, quem são e para onde vão. Entendemos então que tais histórias surgem com algo urgente e necessário para restaurar uma segurança na comunidade, uma segurança no Ser pessoal mas também no coletivo, tornando possível a interação significativa com os outros, surgindo dessa forma a necessidade vital de novas filiações a pertencer para quem sabe um dia poder Ser.

## **Categoria D – “DIREITO AO CONSUMO”**

*“Porque eles queriam dinheiro, ter carro, moto. Ter dinheiro para ir para balada, sair com alguma menininha, tomar um sorvete, ir ao cinema. Eles não tem uma roupa bonita e ver as outras pessoas tramando, com roupa de marca, celular caro, ai eles queriam ter também. Ver que a mãe do amigo pode dar roupas novas e tênis, foram pedir para as mães e elas disseram que não iam dar. Eles queriam as coisas e não tinham condições de comprar. Estavam sem dinheiro e preferiram entrar na vida do crime, mas arriscando a própria vida. As vezes a ilusão também, de ver os donos da biqueira andando de carro, moto, com muitas mulheres, as vezes o sonho é ter também. Quem não quer andar de Tucson pela favela? Todo mundo quer ter um tênis de mil reais, uma moto, um carro, querendo ou não isso influencia muito as crianças. Não queriam passar vontade, sempre queriam mais, por isso foram roubar e traficar, para ganhar dinheiro, para terem as coisas, entraram no mundo do crime por isso, não tinha algumas coisas e resolveram conquistar o deles”.*

Nesse discurso o poder do consumo e a necessidade de ter para ser ganham destaque. O crime não estaria fora e isolado do universo capitalista, pelo contrario, faria parte de tal sistema e regime político. Assim como qualquer ser humano, os jovens em conflito com a lei necessitam consumir, Ter para Ser. Para esses jovens a entrada no mundo do crime estaria totalmente vinculada a capacidade e possibilidade de consumo. Dentro do seu universo esse consumo se manifestaria desde coisa mais simples como tomar um sorvete e ir ao cinema até usufruir de roupas de grife, carros do ano, aparelhos de celular caros entre outros objetos de ostentação com o intuito de serem reconhecidos e de vivenciarem uma experiência de existência dentro da comunidade, mediante seus pares ou ainda como forma de impressionar o sexo oposto:

*“Ter dinheiro para ir para balada, sair com alguma menininha, tomar um sorvete, ir ao cinema. Eles não tem uma roupa bonita e ver as outras pessoas tramando, com roupa de marca, celular caro, ai eles queriam ter também” (sic).*

Relações de poder estariam presentes a partir de objetos adquiridos através do crime, como roubo de pertences ou ainda financiados pelo dinheiro adquirido através do tráfico de drogas. O comparativo em relação aos outros jovens que possuem tais pertences também ganha destaque. Mesmo não enfatizando a diferença social e a desigualdade, os jovens apontam que o desejo inicial de adquirir bens de consumo é direcionado a figura materna e que diante da impossibilidade de receberem tais bens dessa fonte inicial (mãe) os jovens

buscariam no crime (roubo e tráfico) a possibilidade de alcançarem seus desejos, mesmo que isso os colocasse em risco:

*“Ver que a mãe do amigo pode dar roupas novas e tênis, foram pedir para as mães e elas disseram que não iam dar. Eles queriam as coisas e não tinham condições de comprar. Estavam sem dinheiro e preferiram entrar na vida do crime, mas arriscando a própria vida” (sic).*

Denota que a possibilidade de existência e de satisfação em alcançar o consumo seria maior do que o risco que correm de serem presos ou perderem a vida ao infracionarem. Contudo mais uma vez o fator “*ilusão*” (sic) ganha destaque também nessa categoria

*“As vezes a ilusão também, de ver os donos da biqueira andando de carro, moto, com muitas mulheres, as vezes o sonho é ter também. Quem não quer andar de Tucson pela favela? Todo mundo quer ter um tênis de mil reais, uma moto, um carro, querendo ou não isso influencia muito as crianças” (sic)*

Ou seja, mesmo sendo algo por vezes ilusório o desejo de viver essa ilusão ganha força e sentido. Podemos perceber no trecho do discurso acima que existe por parte dos jovens uma tendência real e com justificativa de normalizar o desejo de alcançar a possibilidade de consumo no momento em que os meninos de Heliópolis questionam quem não gostaria de possuir um carro do ano e um tênis de alto valor monetário.

O desejo de consumir e de possuir bens materiais valiosos na fala dos jovens se apresenta como algo cotidiano do ser humano e não como algo específico dos jovens em conflito com a lei, o que de fato demonstra sentido e coerência quando refletimos dentro de um sistema capitalista e como diria Bauman (2010), imediatista e líquido:

*“Não queriam passar vontade, sempre queriam mais, por isso foram roubar e traficar, para ganhar dinheiro, para terem as coisas, entraram no mundo do crime por isso, não tinha algumas coisas e resolveram conquistar o deles” (sic).*

Indo ao encontro da pesquisa de Lyra (2013) com os meninos do Rio de Janeiro, os meninos de Heliópolis também fariam uso do dinheiro que conseguem através das infrações para adquirirem bens de consumo, tanto objetos de valor material, como também simbólicos. Assim, como apontou Meneghel (1998), vemos também que para os meninos de Heliópolis a violência organizada dos grupos de narcotráfico ou quadrilhas de roubo lhes possibilitaria realizar seus sonhos de afirmação, heroísmo e consumo. Entendemos que os jovens aqui pesquisados também estariam vulneráveis ao que Kehl (2004) apontou como o movimento perverso da sociedade e do capitalismo em se aproveitar da crise da adolescência, ao que esta última, utilizaria do Ter para Ser. Percebemos que para os meninos de Heliópolis o estar

inserido dentro da sociedade de consumo também faria parte de seus cotidianos, ou seja, assim como apontou Passamani e Rosa (2009), os adolescentes em conflito com a lei seriam iguais aos demais adolescentes, porém teriam menos oportunidades. Leveve (2014) em sua pesquisa também enfatiza a importância por exemplo dos meninos se sentirem bem vestidos, com roupas de marcas reconhecidas, indo ao encontro da experiência em Heliópolis, sendo esse ponto da vestimenta e de seu significado algo importante para tais adolescentes.

### **Categoria E – “RESPEITO, INDEPENDÊNCIA E SENSO DE PERTENCIMENTO”**

*“Entraram no mundo do crime pois parece que já é uma doença, é um tipo um vírus, mas que oferta espelho. Começou a traficar para ostentar, ganhar respeito, dinheiro e admiração dentro da favela, além de ganhar conceito entre os irmãos. Gostava disso e se sentia mais seguro. Um deles começou como aviãozinho, ganhou mó conceito pela quebrada e ele era mais ligeiro e virou gerente da biqueira. Acho que ele queria mesmo ser reconhecido pelos donos da biqueira e por outros ladrões mais fortes. Eles dois entraram na vida do crime por emoção, por curiosidade. Eles entraram nessa vida do crime pois não tinham cabeça e nem tinham cabeça para parar e refletir sobre aceitar ou não a oferta que receberam para entrar no comando, pois se entrarem vai ser um caminho de escolha, primeiro o comando, depois a família, dentro da favela se precisar derrubar tem que fazer ou o comando faz. Se você escutar um bom rap você vai entender tudo”.*

Nessa categoria a busca por respeito e sentimento de pertença ganham destaque no discurso produzido pelos jovens. Podemos perceber que a força ofertada pelo crime e pelo cenário construído no tráfico de drogas valida a vivência dos adolescentes, dificultando sua saída e rompimento com tal prática. Como os jovens apontam, a ambivalência fica nítida, se por um lado o crime aprisiona, por outro oferta existência:

*“Entraram no mundo do crime pois parece que já é uma doença, é um tipo um vírus, mas que oferta espelho” (sic).*

Entendemos o significante “doença” (sic) como símbolo de algo mais forte do que a própria vontade do jovem. Embora reconhecemos uma tentativa de protagonismo por parte dos meninos, vemos também ao mesmo tempo que o crime para eles seria uma espécie de espelho, que lhes oferta um reflexo, uma imagem de si mesmo, algo que devolve uma existência na qual eles teriam a chance de se reconhecerem.

Vemos também que para os meninos de Heliópolis o crime, em específico o tráfico de drogas ofertaria a chance de adquirirem respeito na comunidade e a ideia de pertencerem a algo que lhes ofereça independência e segurança:

*“Começou a traficar para ostentar, ganhar respeito, dinheiro e admiração dentro da favela, além de ganhar conceito entre os irmãos. Gostava disso e se sentia mais seguro... Acho que ele queria mesmo ser reconhecido pelos donos da biqueira e por outros ladrões mais fortes”* (sic).

Ganhar conceito entre os irmãos seria viver no coletivo, fator esse fundamental ao ser humano em especial aos adolescentes. Tal vivência seria marcada pelo olhar de respeito do dito mais forte, donos da biqueira e grandes ladrões, ou seja, o reconhecimento mais expressivo partiria das figuras de poder aqui descritas, como uma espécie de validação, apoio e incentivo, como um menino que espera do pai o reconhecimento, a força e a concretude de seu papel no mundo.

Contudo, por outro lado a tida independência e respeito seriam sobrepostas pelas regras das facções a qual pertencem. Uma ausência de liberdade de escolha por vezes se faz presente, criando dilemas éticos e escolhas difíceis de serem tomadas. Quando se entra para uma facção, quadrilha ou instituição afim, temos que estar dispostos a abrir mão de algumas coisas, ao que fazer uma escolha envolve ao mesmo tempo uma renúncia, renúncias essas por vezes delicadas

*“Eles dois entraram na vida do crime por emoção, por curiosidade. Eles entraram nessa vida do crime pois não tinham cabeça e nem tinham cabeça para parar e refletir sobre aceitar ou não a oferta que receberam para entrar no comando, pois se entrarem vai ser um caminho de escolha, primeiro o comando, depois a família, dentro da favela se precisar derrubar tem que fazer ou o comando faz.”* (sic).

Como podemos ver acima, a oferta é feita, mas os jovens enfatizam a dureza de tais escolhas, a ausência de criticidade de avaliar os prós e contras. Parece que tal realidade denota um caminho sem volta, isto é, uma vez escolhido uma espécie de código de ética se instaura, uma fidelidade vivida a partir do caminho percorrido, tendo que por vezes escolher entre a família e o trabalho no tráfico. Parece que uma vez escolhido o caminho do tráfico de drogas, o jovem terá que abrir mão de certas coisas, por vezes, inclusive da sua família e dos laços afetivos, como um soldado que vai para uma guerra e opta em lutar por uma causa, sem ter a certeza de que irá conseguir retornar, situação essa muito semelhante a realidade dos meninos do morro na cidade do Rio Janeiro muito bem descritas por Lyra (2013).

O lado poético surge como uma oferta de compreensão e representante de tal realidade. O estilo de música RAP ofertaria essa imagem, esse entendimento, como se fossem

uma espécie de porta-voz, um encontro novamente espelhado, dessa vez com alguém que canta essa realidade “*Se você escutar um bom rap se vai entender tudo*” (sic).

Koçaka e Costa (2015) apontam que esse existe um ethos de “vilão” tem se reproduzido pelos adolescentes o que pode sugerir um senso de pertencimento, identificação e representatividade dentro do grupo social do qual convivem ou pretendem conviver. Podemos supor a partir de tal afirmação que esse fenômeno pode também ocorrer com os meninos de Heliópolis. Tal fato vai também ao encontro da experiência de Lyra (2013).

Segue abaixo as categorias (figura 23) da 2ª questão do DSC:

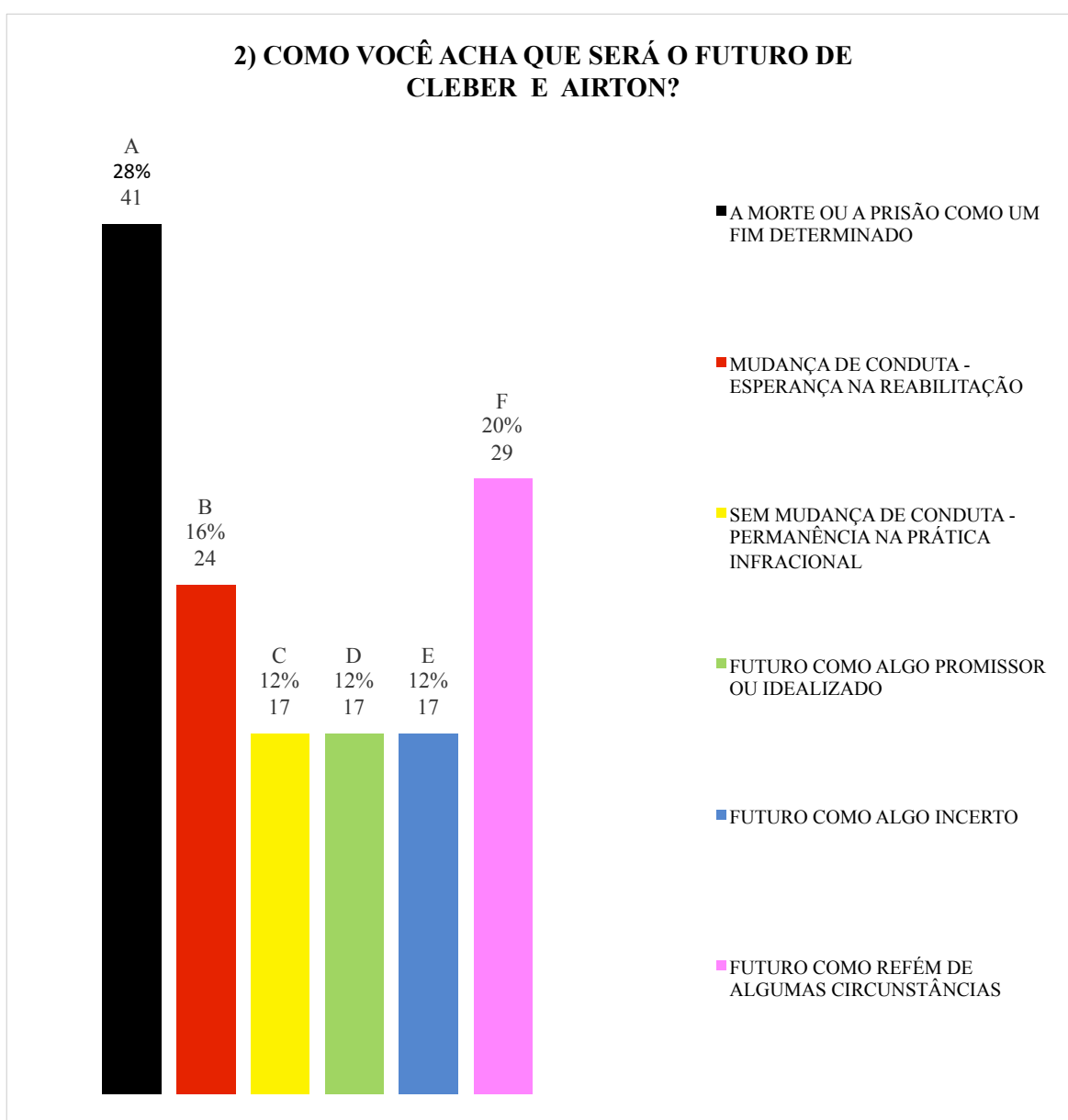


Figura 23

## **Categoria A – “A MORTE OU A PRISÃO COMO UM FIM DETERMINADO”**

*“Deve ser ruim né? Não vai ser ninguém na vida, os dois. Ah! Porque isso daí não é vida. Se continuar como está, raramente vão se dar bem. Eles não vão ter futuro nenhum, as famílias vão sofrer e eles também. Vão passar por muitas situações de risco, botando pessoas em risco e a eles também. Eles correndo até o risco de ficar paraplégico em uma cadeira de rodas. Os dois vão ter um fim triste se não estudar. O mesmo risco que o ladrão corre roubando o traficante também, pois as vezes entram policiais disfarçados na favela e um pode ter a mesma sentença que o outro. Os policiais entram na favela dando tiro e se continuarem nesse caminho vão estragar a vida. No mundo do crime muitos não vão longe, podem perder a vida, podem ser presos e ficar muitos anos. Para falar a verdade, de todos que roubam e traficam ou eles vão viver o resto da vida puxando cadeia ou usufruindo do crime, ou vão ser apenas mais uma estatística que não passa dos 20, 21 anos. Vão sofrer, isso é fato, se eles continuarem no crime ou ele é financiado, ou será preso ou tomará uns tiros. Você ganha no crime, mas quando você perde, perde mais do que ganha. O futuro deles é cadeia ou FEBEM, se der errado é caixão para os dois porque se eles continuarem nessa vida tem só três caminhos: a cadeia, tomar tiro ou a morte. O Cleber vai ficar preso e pode correr mais risco porque quando ele for roubar pode tomar um tiro e ser morto mais rápido. Ele vai acabar sendo morto ou voltando para a vida do crime. Se nois humano não matar, Deus mata, ou o Cleber voltará e matará o Airton. Já era, morre os dois, pois Cleber irá se matar depois. Todos que tá para a vida do crime tem um sentido só, morrer ou morrer. O Airton não sei direito, mas pela história não vai conseguir ir longe, por enquanto tá esperto. Eu acho que vai morrer porque ele tá numa péssima vida, ele está rico, mas uma hora ou outra ele pode ser preso ou cair. Ele faz coisas erradas, tudo que é errado cai. Ele só vai aprender se ele for preso e querer mudar, se não mudar vai ser morto. Porque na vida do crime não tem bandido que sempre se dá bem, uma hora ele cai. Pô, uma hora vai acontecer um desacerto, no tráfico ele pode morrer também no confronto com outras facções. Não irá durar muito tempo, essa é a realidade de hoje. Do ponto de vista dele pode estar com dinheiro, mulheres, mas no fim de tudo sempre terá uma tragédia se não for preso, vai ser morto”.*

O discurso acima apresentado nos chamou bastante a atenção. Na verdade, ao reunirmos as falas dos jovens nessa categoria, uma desagradável surpresa nos impactou. Mais da metade dos jovens pesquisados, jovens esses em sua grande maioria primários, ou seja, sem outras passagens por medidas socioeducativas, apontam como destino e perspectivas de futuro, o sofrimento, a cadeia ou a morte, bem como uma vida de risco constante, concreta e palpável como a possibilidade de acabarem em uma cadeira de rodas, preso ou morto:

*“Vão sofrer, isso é fato, se eles continuarem no crime ou ele é financiado, ou será preso ou tomará uns tiros. Você ganha no crime, mas quando você perde, perde mais do que ganha. O futuro deles é cadeia ou FEBEM, se der errado é caixão para os dois porque se eles continuarem nessa vida tem só três caminhos: a cadeia, tomar tiro ou a morte” (sic).*

Tal realidade nos levou a alguns questionamentos como por exemplo, se tal perspectiva de futuro se torna tão real para esses adolescentes, por que será que mesmo assim eles ainda permaneceriam no mundo do crime? Quais aspectos os levariam a continuar com tal prática infracional? Rolando (2001) aponta que quando o que está em jogo é a liberdade de existência, o ser humano estaria disposto a lutar, mesmo que para isso pudesse perder a vida. Roudinesco (2008) ainda apontaria para o supérfluo da vida humana, situação essa vivida no social. Será que de alguma forma, o adolescentes de Heliópolis estaria sujeito a morrer na tentativa de serem livres ao mesmo tempo que vivem a supérfluo da vida sentida de forma violenta no desprezo do social?

Ao mesmo tempo que a tal destino de dor, prisão e morte se faz presente, bem como a vivência violenta em seus cotidianos por parte da ação da polícia:

*“pois as vezes entram policiais disfarçados na favela e um pode ter a mesma sentença que o outro. Os policiais entram na favela dando tiro e se continuarem nesse caminho vão estragar a vida” (sic).*

Outras vivências parecem também ganham destaque, talvez em menos proporção mas suficientes para mantê-los com tal conduta, como o desejo de melhorar de vida, a busca e o ganho por identidade, respeito e senso de pertencimento, a esperança de encontrar aquilo que lhe é de direito.

Contudo nessa categoria vemos os jovens referirem que fins trágicos, regados a certeza de dor e sofrimento, embora não utilizem muito o significante dor, trazem situações pesadas, desfechos marcados por perdas. Nesse sentido, diferente da experiência de Barreto et al. (2013) em que os adolescentes pesquisado pouco referenciavam a questão da dor e sofrimento, como uma espécie de firmamento do masculino e do poderoso, os meninos de Heliópolis pelo contrário, apontaram com clareza quanto as possibilidades de sofrimento dentro do universo do crime.

No trecho do discurso em que dizem:

*“isso daí não é vida. Se continuar como está, raramente vão se dar bem. Eles não vão ter futuro nenhum, as famílias vão sofrer e eles também” (sic).*

Demonstram claramente dados de realidade, uma realidade dura e cruel quando afirmam que o futuro não existirá para esses jovens, como se a palavra futuro remetesse a algo bom, próspero, características essas supostamente raras dentro de suas realidades, inclusive referindo que o fator *“se dar bem” (sic)* dificilmente ocorreria.

Ainda quando pensamos no fator risco, de início, ambas as práticas, tanto o roubo e tráfico de drogas denotam para os jovens de Heliópolis índices significativos, vejamos:

*“Os dois vão ter um fim triste se não estudar. O mesmo risco que o ladrão corre roubando o traficante também, pois a vezes entram policiais disfarçados na favela e um pode ter a mesma sentença que o outro. Os policiais entram na favela dando tiro e se continuarem nesse caminho vão estragar a vida”* (sic).

Porém parece que o roubo, assim como diria Lyra (2013) os autônomos do 157, diferente do tráfico de drogas, os assalariados do 12, sofreriam mais risco de serem pegos, de tomarem um tiro ou de morrerem. Para esses jovens, nesse sentido, diferente da experiência de Lyra (2013) com os adolescentes das comunidades do Rio Janeiro que viam no tráfico uma prática mais arriscado do que o roubo, mais uma vez, para os meninos de Heliópolis o movimento do tráfico denotaria inicialmente certa proteção, respaldo e senso de pertencimento, isto é, o coletivo ofertaria mais força e faria a diferença no fator risco, ficando para eles, a prática do roubo como a vivência mais arriscada. Na história a apresentada o personagem intitulado por Cleber é o que pratica o roubo enquanto Airton trabalha no tráfico, vejamos os desfechos apresentados:

*“O Cleber vai ficar preso e pode correr mais risco porque quando ele for roubar pode tomar um tiro e ser morto mais rápido. Ele vai acabar sendo morto ou voltando para a vida do crime”* (sic).

Contudo tal característica de segurança, com o passar do tempo perderia o sentido, ou seja, a partir de um período, o fator protetivo do tráfico deixaria de existir, levando na visão dos jovens a duras consequências:

*“Já era, morre os dois, pois Cleber irá se matar depois. Todos que tá para a vida do crime tem um sentido só, morrer ou morrer. O Airton não sei direito, mas pela história não vai conseguir ir longe, por enquanto tá esperto. Eu acho que vai morrer porque ele tá numa péssima vida, ele está rico, mas uma hora ou outra ele pode ser preso ou cair. Ele faz coisas erradas, tudo que é errado cai. Ele só vai aprender se ele for preso e querer mudar, se não mudar vai ser morto. Porque na vida do crime não tem bandido que sempre se dá bem, uma hora ele cai. Pô, uma hora vai acontecer um desacerto, no tráfico ele pode morrer também no confronto com outras facções. Não irá durar muito tempo, essa é a realidade de hoje. Do ponto de vista dele pode estar com dinheiro, mulheres, mas no fim de tudo sempre terá uma tragédia se não for preso, vai ser morto”* (sic).

Ainda nessa categoria vemos a manifestação consciente dos jovens acerca dos dados estatísticos em relação a mortalidade de jovens envolvidos com práticas infracionais, Zaluar

(2004), Soares (2004), Waiselfisz (2010), Brusius e Gonçalves (2012) e Jimenez e Fasseto (2015) ao que os jovens fazem referência a uma vida curta, de maneira simplificada e menosprezada enquanto sujeitos representados por valores numéricos de índices de morte:

*“No mundo do crime muitos não vão longe, podem perder a vida, podem ser presos e ficar muitos anos. Para falar a verdade, de todos que roubam e traficam ou eles vão viver o resto da vida puxando cadeia ou usufruindo do crime, ou vão ser apenas mais uma estatística que não passa dos 20, 21 anos” (sic).*

### **Categoria B – “MUDANÇA DE CONDUTA - ESPERANÇA NA REABILITAÇÃO”**

*“O que foi preso talvez quando sair pode melhorar. Acredito eu que quando o Cleber sair da Fundação CASA sairá com outra mente, não vai querer mais assaltar, não vai fazer sua mãe sofrer, não deve mais dar desgosto para sua mãe, ele não vai querer fazer mais o que fez, ele viu todo o sofrimento que a família dele passou e ele não vai querer passar por isso novamente. Vai tentar dar um jeito parar sair do crime, vai sair com outro propósito, pode querer mudar de vida, pode querer um futuro melhor, procurar levar uma vida honesta e segura, vai querer trabalhar, arrumar uma companheira, construir uma família, assim até o final da vida dele, conseguir algo na vida de uma forma certa. Terá várias oportunidades, se ele quiser. Sua mãe vai apoiar e se ele voltar a estudar pode melhorar, acho que ele vai ter um futuro bem sucedido, se ele tiver o apoio da família e principalmente da mãe, aí ele pode até melhorar se tiver cabeça. Vai mudar somente se a família dele conversar com ele, se não ele pode ser preso e dar valor pra liberdade mais pra frente. Só quando ele passar por uma dificuldade ele vai perceber se vai querer ficar nessa vida ou estudar e fazer outra coisa. Aí irá fazer um curso, estudar e fazer cultura. Acredito que Cleber vai refletir dentro da Fundação Casa e depois que sair de lá terá uma oportunidade de mudar, aí quando ele sair ele vê né! Acho que irá se dar bem, porque vai estar trabalhando, estudando e porque a medida de L.A. ajudou ele a pensar. Eu acho que eles se arrependeram. Como eu me arrependi, porque esses atos não levam a nada só ao pior. Espero que o LA tenha dado futuro de melhora para os meninos. O futuro será prejudicado pelas perturbações do ato que eles cometeram e agora é tentar correr de forma diferente e ser trabalhador. O futuro de Cleber pode ser bom, ele que faz o futuro dele, pois pode sair da vida do crime e nunca mais querer voltar, as vezes até escapou da morte, acredito que ele possa mudar o rumo de sua vida, terminar os estudos e até conseguir um emprego. Quando o Cleber saiu do LA encontrou o amigo dele e disse que essa vida não compensa e voltou para a sociedade. Ainda dá tempo porque eles são jovens, se os dois amigos se ajudarem, mesmo passando sufoco, sairão dessa vida e ficarão livres dos olhos da polícia”.*

Nessa categoria, encontramos na fala dos jovens a manifestação de uma espécie de esperança em romper com a prática infracional. Vemos os adolescentes acreditando que tal

rompimento é possível. Percebemos que para essa expectativa que seja alcançada dependerá de alguns acontecimentos, hora de responsabilidade somente do jovem, denunciando certa solidão em tal empreitada, hora por auxílio do meio que o rodeia.

*“O que foi preso talvez quando sair pode melhorar. Acredito eu que quando o Cleber sair da Fundação CASA sairá com outra mente, não vai querer mais assaltar, não vai fazer sua mãe sofrer, não deve mais dar desgosto para sua mãe, ele não vai querer fazer mais o que fez, ele viu todo o sofrimento que a família dele passou e ele não vai querer passar por isso novamente Vai tentar dar um jeito parar sair do crime” (sic).*

Essa situação de envolver o figura mãe dando importância para e destaque para genitora também aparece em outros trabalhos envolvendo jovens em conflito com a lei, como por exemplo nas pesquisas de Dias et al. (2012), Barreto et al. (2013), Lyra (2013) e Lefreve (2014).

O sofrimento da figura da materna poderia aqui ser visto, a princípio, de duas formas, de que a mãe poderia ser um bom elemento protetivo a ser trabalhado na intervenção junto aos jovens, visando o auxílio na mudança de conduta do adolescente, porém ao mesmo tempo que tal possibilidade seria possivelmente benéfica dentro do trabalho, o fato do sofrimento da mãe ganhar destaque para esses jovens por vezes mais do que seu próprio sofrimento e dor nos chamou bastante a atenção, pois somente a dor da mãe é que contaria para o rompimento da prática infracional, depositando nessa figura um peso maior.

Nesse caso, podemos pensar que se uma mãe não demonstrar sofrimento pelo filho ter se envolvido com o ato infracional, tal situação seria um complicador e talvez um impeditivo para a mudança de conduta do jovem. O sofrimento da mãe só poderia ser evitado se esta última estivesse disposta a sofrer pelo seu filho. Uma mãe despossuída de tal característica, despossuída da capacidade de sofrer por seu filho não ofertaria ao jovem tal preocupação e tal condição de reflexão sobre seus atos.

Dessa forma, podemos nos deparar com mais uma variável, a qualidade do vínculo materno, ou seja, dependeríamos do tipo de relação que o jovem estabeleceu e estabelecerá com sua genitora e das reais possibilidades para pensarmos nas intervenções a serem tomadas fazendo ou não bom uso de tal relação, uma vez que o sofrimento materno pode ser algo real ou ainda idealizado/desejado, funcionando talvez como uma espécie de freio ou reparação.

Nesse sentido podemos recorrer ao conceito de “adoecimento” materno proposto e desenvolvido por Winnicott e citado por Lobo (2008), ao que em dado momento do desenvolvimento humano o bebe precisaria que sua mãe adoecesse para e por ele, indo ao

encontro de suas necessidades. Esse “adoecimento” seria algo necessário e extremamente saudável para o sujeito. Winnicott ainda enfatiza que só pode adoecer para o outro quem se encontra saudável, quem já esta doente não possuiria tal capacidade. De alguma forma podemos supor que os meninos em conflito com a lei de Heliópolis necessitariam, em certa medida, desse dito “adoecer” materno, referido aqui por eles como “sofrimento” (sic) tendo como significado as palavras amor e preocupação.

Encontramos também o jovem projetando para o futuro algumas possibilidades, alguns mais generalistas, como por exemplo afirmações de desejo de “*mudar de vida*” (sic) ou ter “*uma vida melhor*” (sic), ou questões e aspectos mais focados e direcionados como o sonho de constituírem uma família ou estudarem,

*“Vai sair com outro propósito, pode querer mudar de vida, pode querer um futuro melhor, procurar levar uma vida honesta e segura, vai querer trabalhar, arrumar uma companheira, construir uma família, assim até o final da vida dele, conseguir algo na vida de uma forma certa. Terá várias oportunidades, se ele quiser. Irá fazer um curso, estudar e fazer cultura”* (sic).

Como diria Jost (2010) sim, os meninos sonham em relação ao futuro, se projetam em situações distintas. No caso dos meninos de Heliópolis os sonhos parecem ao mesmo tempo reais e palpáveis como também subjetivos e idealizados. De forma brincalhona, poderíamos dizer que se estamos tratando de sonhos, esses não poderão de forma alguma, pelo menos a princípio, serem concretos e palpáveis. Nos questionamos o que seria então necessário enquanto auxílio externo, esses meninos receberem para concretizarem seus sonhos e ideais?

Se por um lado, durante toda a pesquisa, seja na parte da pesquisa-ação, como também durante a aplicação do D.E. e do D.S.C., os meninos não culpabilizaram suas respectivas famílias e nem os colocaram como responsáveis por sua entrada no universo do crime, citando de forma muito pontual uma influência ou outra, não sendo nada muito representativo, por outro lado, vemos nesse discurso, o poder da instituição família na transformação dos jovens, ao que inicialmente como citamos acima, apresentam a figura da mãe como alguém relevante para sua transformação e posteriormente a chance e o desejo de encontrarem na figura de uma companheira a chance de constituírem sua própria família, fatores esses fundantes de uma nova vida para os jovens.

Encontramos nesse discurso também esperança nas aplicação da medida socioeducativa, o alcance de reflexão, expectativas e o reconhecimento no acompanhamento da medida em meio aberto, na liberdade assistida ( L. A.). Essa esperança também foi reconhecida nos trabalhos de Passamani e Rosa (2009) e Barreto et al (2013) que apontam

melhores resultados na medida socioeducativa em meio aberto do que em privação de liberdade, no trabalho de Geneyro (2013) ao defender as práticas socioeducativas na Espanha que privilegiem a não internação, bem como o trabalho de Porta (2015) ao enfatizar que segundo pesquisa com internos, o trabalho realizado em instituições fechadas em caráter de privação de liberdade não ofertaria reflexão da prática infracional. Vejamos tal esperança no L. A. nos meninos de Heliópolis:

*“Acredito que Cleber vai refletir dentro da Fundação Casa e depois que sair de lá terá uma oportunidade de mudar, aí quando ele sair ele vê né! Acho que irá se dar bem, porque vai estar trabalhando, estudando e porque a medida de L.A. ajudou ele a pensar. Eu acho que eles se arrependeram. Como eu me arrependi, porque esses atos não levam a nada só ao pior. Espero que o LA tenha dado futuro de melhora para os meninos. Quando o Cleber saiu do L.A. encontrou o amigo dele e disse que essa vida não compensa e voltou para a sociedade. O futuro será prejudicado pelas perturbações do ato que eles cometeram e agora é tentar correr de forma diferente e ser trabalhador, acredito que ele possa mudar o rumo de sua vida, terminar os estudos e até conseguir um emprego” (sic).*

Encontramos no discurso acima uma realidade de que a melhora é possível, existe esperança mas inúmeros fatores estão envolvidos. Podemos listar da seguinte forma a partir do relato dos jovens: 1) Caso haja internação, ela deve servir como reflexão ao jovem acerca do ocorrido e não ser um local punitivo e que promova mais violência e sentimento de vingança como vimos no relato de tantos autores e dos próprios jovens, 2) Que o L.A. possui para esses meninos um fator importantíssimo e uma possibilidade de ação e intervenção se tal vínculo de confiança de fato de estabelecer. Percebemos que os jovens denotam expectativas de que a medida socioeducativa em meio aberto oferte possibilidades de uma nova interação com o mundo, de um novo lugar no social, 3) De que parte da mudança dependerá unicamente deles, 4) que a dor da mãe como sinônimo de amor e preocupação e a chance de constituir sua própria família são fundamentais para a possibilidade de mudança de conduta, 5) que o universo dos estudos, da cultura e das oportunidades de emprego necessitam ser reais, inclusivos e ressocializadores para que haja uma maior chance de ocorrer o rompimento com a prática infracional e 6) que os jovens necessitam perceber que seus atos acarretarão em dificuldades futuras mas que há chance de mudança de vida.

Em outro trecho outros aspectos são citados:

*“O futuro de Cleber pode ser bom, ele que faz o futuro dele, pois pode sair da vida do crime e nunca mais querer voltar, as vezes até escapou da morte... Ainda dá tempo porque eles são jovens, se os dois amigos se ajudarem, mesmo passando sufoco, sairão dessa vida e ficarão livres dos olhos da polícia” (sic).*

Podemos perceber nesse discurso, que o nome de *Airton*, uma das personagens da história apresentada aos adolescentes não aparece. Somente a personagem *Cleber* que no conto havia ido para a fundação CASA e que iria ser acompanhado em L. A. foi citado com maiores chances de mudança de conduta e de experienciar a chance de ter uma nova vida. Encontramos na possibilidade de *Cleber* escapar da morte uma espécie de segunda chance. Nos questionamos se para alguns jovens tal fato necessitará ocorrer para que possam alcançar um refletir de suas práticas. Outro fator interessante, poético e esperançoso é a questão da temporalidade, ou seja, a mudança de vida ainda é possível pois “*ainda dá tempo porque eles são jovens*” (sic) o que pode denotar aquilo que diversas frentes defendem em relação ao fenômeno da adolescência e a não redução da maioridade penal, o que iria ao encontro de que esses jovens ainda estão em situação peculiar de desenvolvimento.

Por fim, os meninos de Heliópolis trazem ainda que necessitam de ajuda e que mediante esse coletivo interventivo, conseguirão, mesmo que não seja fácil, mudar de vida e ficarem livres do olhar da polícia. Para esses jovens podemos afirmar que os mesmos sonham, possuem esperança de recuperar aquilo que foi perdido ou mudar a realidade vivida, porém para tanto evidenciam a necessidade de apoio e ajuda. Estaremos nós dispostos para tal oferta? Vale ressaltar que essa ajuda talvez não seja algo pronto, engessado, mas sim criado, desenvolvido e indo ao encontro da realidade do jovem, seja em sua singularidade como também em seu coletivo.

### **Categoria C – “SEM MUDANÇA DE CONDUTA - PERMANÊNCIA NA PRÁTICA INFRACIONAL”**

*“Vai ser bem ruim, por causa que quando sair vai ficar de L.A. Não sei se vão querer parar. Lá dentro da Fundação todo mundo fala que vai parar e eu não sei não hein, porque cada um pensa diferente. É difícil sair da vida do crime, está acima do pai e da mãe, dependendo da situação você terá que matar seu pai e sua mãe se eles fizeram algo errado, terá que cobrar, por isso não vão sair da vida do crime, irão continuar fazendo coisa errada. Cleber quando sair não sei se vai tomar jeito, vai sair e continuar roubando, até porque ele é pobre, tem uns que sai e continua na mesma vida e depois que tem passagem, não arranja trampo. Até eu tô tentando parar, mas tem hora que o bagulho chama. É foda. Fundação Casa é rápido vai sair logo e vai atrás do amigo que está no tráfico. Ele vai sair pra rua de novo, pode vai fazer a mesma fita ou pode também parar de roubar, mas irá trabalhar na biqueira com o Airton, vai tramar no tráfico. O futuro do Airton está sendo ótimo, já conquistou o que ele queria. O que ele queria é ser gerente, vai continuar sendo gerente, e ele pode até arrendar e virar o dono, agora está suave a*

*vida dele, vai continuar porque acha que é normal, isso até ser pego. O Airton tá em risco, tem menos possibilidades de mudança, a mente dele ainda tá pensando. O gerente é o mais difícil de cair, porque ele é quase o dono, deve estar pensando que nunca vai ser pego, pois tem proteção, pode virar até irmão. Ele tá mais infiltrado, terá menos possibilidade de algo bom e ele gosta do poder e não escuta ninguém, na verdade vai continuar na mesma, porque nunca foi preso e não sabe como é. Não vai ter nenhum futuro não, o Airton virou patrão e acho que agora vai esquecer do Cleber. Só conhecemos as pessoas quando elas tem o poder. Airton fez a escolha dele, mas uma hora vem a decepção”.*

Nessa categoria, encontramos no discurso dos jovens o contrário da categoria anterior, ou seja, presenciamos a ausência de perspectivas de rompimento com a prática infracional. Certa descrença nas medidas socioeducativas surgem em suas falas e uma incerteza de que elas lhes ofertem de fato possibilidades de mudança:

*“Vai ser bem ruim, por causa que quando sair vai ficar de L.A. Não sei se vão querer parar. Lá dentro da Fundação todo mundo fala que vai parar e eu não sei não hein, porque cada um pensa diferente” (sic).*

Para esses jovens a medida socioeducativa parece não representar uma possibilidade de refletirem sua prática, tanto L.A. como Fundação CASA perdem seu sentido, denotando algo ruim a ser cumprido ou de pouca relevância. Podemos supor que a Fundação CASA para esses jovens seria apenas um lugar em que passariam um tempo e que nada lhes acrescentaria e que a medida socioeducativa em meio aberto, o L.A. seria uma espécie de continuação da Fundação CASA, como se nada de diferente entre esses modelos ocorresse.

Indo ao encontro de tal ausência de esperança no rompimento da prática infracional podemos citar o trabalho de Brusius e Gonçalves (2012) ao afirmarem que não basta ofertar o lugar de agressor ao jovens, isto é, faz-se necessário reconhecê-lo também como vítima para conseguiremos alcançar melhores oportunidades de mudança de conduta e reflexão da prática infracional. Tal atitude empática talvez ofertasse maiores possibilidades de reflexão acerca do ato cometido. Os mesmo autores ainda afirmam que somente quando os jovens em conflito com a lei pararem de sofrer humilhações, desamparos e violências é que poderão romper com a prática infracional.

Enquanto no discurso anterior a figura da mãe e da família ganham destaque como potenciais de mudança de conduta, nessa surgem como representantes de finitude e talvez certa descartabilidade, ao que o peso da escolha em se manter no universo do crime envolveria a morte das figuras parentais:

*“É difícil sair da vida do crime, está acima do pai e da mãe, dependendo da situação você terá que matar seu pai e sua mãe se eles fizeram algo errado, terá que cobrar, por isso não vão sair da vida do crime, irão continuar fazendo coisa errada”*(sic).

Essa realidade aqui descrita denota a crueldade que o mundo do crime oferta a esses meninos, onde por vezes terão que executar escolhas como essa acima mencionada. Entendemos e supomos que essa morte aqui referida pode ser tanto do ponto de vista real e concreta, como também simbólica, isto é, ao escolherem o crime como permanência matariam simbolicamente a relação com suas figuras parentais, ou ainda, tal escolha seria possível, pois o vínculo entre eles já poderia ser considerado pelos jovens como algo morto.

Segundo Maruschi et al. (2012) enquanto não houver ações que ofertem mudanças reais e significativas no cotidiano dos jovens, a conduta infratora tenderá a permanecer. Percebemos nas falas e no discurso de parte dos jovens uma ausência de perspectiva de mudança o que aqui poderia ser reconhecida como fatores complicadores para a o alcance de um novo Ser e Fazer no mundo. Winnicott (2005) aponta a perda do elemento *Esperança* como o principal complicador para a cristalização de uma tendência antissocial em um quadro daquilo, que na época, ele nomeou de delinquência. A perda da esperança se daria por inúmeros movimentos do jovem em direção do social como um grito de socorro, buscando uma continência firme e afetiva, grito esse não ouvido em sua essência, levando a uma morte da esperança de encontrar aquilo que necessitava.

Nesse discurso vemos também uma busca por alternativas dentro da prática infracional. A dificuldade em vislumbrar um futuro diferente, seja por ausência de esperança, por faltas de oportunidade, por marcas e estereótipos estabelecidos ou ainda pelo fator pobreza, parecem denotar ao jovem a necessidade de dentro do mundo do crime, de buscar uma alternativa que o oferte uma continuidade de existência, mesmo que vista e entendida por eles como errada.

*“Cleber quando sair não sei se vai tomar jeito, vai sair e continuar roubando, até porque ele é pobre, tem uns que sai e continua na mesma vida e depois que tem passagem, não arranja trampo. Até eu tô tentando parar, mas tem hora que o bagulho chama. É foda. Fundação Casa é rápido vai sair logo e vai atrás do amigo que está no tráfico. Ele vai sair pra rua de novo, pode vai fazer a mesma fita ou pode também parar de roubar, mas irá trabalhar na biqueira com o Airton, vai tramar no tráfico”* (sic).

Podemos perceber que para esses jovens existe algo na prática infracional que os “chama” (sic) como um convite, talvez aquilo que Lyra (2013) encontrou nos meninos do Rio

de Janeiro, lá reconhecidos como *Sujeito- Homem*, expressão essa rica em identidade, independência, força, respeito, reconhecimento, possibilidade de destino, mas ao mesmo tempo, risco, dor, violência e morte precoce.

Para os meninos de Heliópolis, por vezes difícil de recusar tal convite de identidade, como eles dizem seria “foda” dizer não. Se por algum motivo, se a prática do roubo for impossibilidade, a porta do tráfico estará aberta, sendo essa a alternativa mais possível, atrativa e palpável.

Ainda encontramos alguns motivos pelos quais o rompimento com a prática infracional seria mais difícil. Para parte dos meninos de Heliópolis, alcançar um determinado posto de reconhecimento e poder levaria a uma maior dificuldade de abandonar tal carreira. Esse fato poderia aqui ser relacionado ao movimento do ser humano, independente de estar envolvido com o universo do crime. Lyra (2013) aponta a dimensão da Vontade, como o momento em que o jovens, já infracionam não mais por um motivo pontual, ou mesmo, de lucro financeiro, independência, mas agora principalmente por uma possibilidade de existência, de Ser no mundo.

O que queremos trazer é o fato de que, assim como os meninos de Heliópolis, quando o ser Humano, seja ele quem for, adquire um posto, um status, uma posição promissor, de sucesso, de crescimento, o abandono de tal lugar seria algo sofrido, nada prazeroso e por vezes impossível de se realizar, mesmo havendo prejuízos, seja de ordem familiar, de saúde ou outros pontos afins. Mesmo havendo clareza de que a escolha feita não seria a mais adequada, assertiva e que ao final o prejuízo ocorreria, teriam dificuldade em realizar o rompimento com tal prática, ficando essa a principio, descartada, tornando-se irreflexíveis, cegos e surdos. Vejamos no trecho abaixo:

*“O futuro do Airton está sendo ótimo, já conquistou o que ele queria. O que ele queria é ser gerente, vai continuar sendo gerente, e ele pode até arrendar e virar o dono, agora está suave a vida dele, vai continuar porque acha que é normal, isso até ser pego. O Airton tá em risco, tem menos possibilidades de mudança, a mente dele ainda tá pensando. O gerente é o mais difícil de cair, porque ele é quase o dono, deve estar pensando que nunca vai ser pego, pois tem proteção, pode virar até irmão. Ele tá mais infiltrado, terá menos possibilidade de algo bom e ele gosta do poder e não escuta ninguém, na verdade vai continuar na mesma, porque nunca foi preso e não sabe como é.” (sic).*

Como vemos aqui, a escolha não seria idealizada, pelo contrário, estaria baseada em realidades e possibilidades concretas de vivências envolvendo o desejo de crescimento e

realizações. Podemos observar que esses jovens se baseiam exatamente em dados da realidade em que vivem, não há nesse momento idealizações ou grandes fantasias.

Dessa forma, observamos que parte dos meninos de Heliópolis se identificam a partir com a prática infracional como possibilidades de existência, não deixando de lado as possíveis consequências de seus atos, contudo, de alguma forma, parece que correr esses riscos, em certa medida vale a pena, mesmo que se pague um preço por isso, como por exemplo, o risco de ser pego pela polícia.

Em dado momento do discurso, a questão do poder parece reger as escolhas do personagem Airton, levando a rompimentos de vínculo, abandonos ou esquecimentos:

*“Não vai ter nenhum futuro não, o Airton virou patrão e acho que agora vai esquecer do Cleber. Só conhecemos as pessoas quando elas tem o poder. Airton fez a escolha dele, mas uma hora vem a decepção” (sic).*

Por fim, acabar sendo preso parece a única chance de reverem suas ações em relação a prática infracional, uma forma, talvez a única, de sofrerem as consequências de seus atos e refletirem sobre os caminhos percorridos. Tal fato pode estar relacionado a uma falta de esperança no sentido de mudança de conduta, ou ainda apenas uma reprodução de um discurso higienista e punitivo, pertencente principalmente a sociedade em que vivemos e da qual tais jovens não estariam alheios.

#### **Categoria D – “FUTURO COMO ALGO PROMISSOR OU IDEALIZADO”**

*“Que eles sejam meninos bons e que façam as suas mães rirem, não trazendo desgosto para elas. Ajudar a elas trabalhando. Darão orgulho para sua mãe e fiquem bem com sua família. O Cleber ajudou sua mãe, arrumou um emprego, um curso, tá ganhando por mês e após isso Cleber casou, indo para a Igreja. Cleber se dará bem na vida, cumprirá o L.A. e conseguirá um trampo. Airton ainda não passou por uma internação, mas quando ver Cleber fora da Fundação Casa, eles vão conversar e Cleber vai fazer ele sair da vida do tráfico. O Airton já é traficante tá suave, está na vida boa, acho que ficará rico. No tráfico sempre há um cagueta, mas dificilmente tem como tomar tiro. O traficante de Heliópolis não tem possibilidade de ir em cana, tem muito para abastecer o helipa é 5 milhões só de droga, ele tá sussa. Tem criminoso aí que mesmo que é da vida errada nunca morre nunca acontece nada, é esperto, tem bandido que tem cabeça, só vai se levantando mais ainda, não mete a mão no negócio dos caras. Você trabalha na biqueira e não pode muquiá o dinheiro dos caras e as drogas dos caras. Não vou mentir já pensei várias vezes em ser o chefe da favela, de ser conhecido de ter o poder”. Ele pode sair da Fundação Casa e continuar roubando ou pode também parar de roubar”.*

Nessa categoria a figura materna mais um vez ganha destaque. Como uma espécie de reparação, isto é, os jovens referem ações voltadas principalmente em relação a sua genitora. O futuro mostra-se com aspectos idealizados, denotando não uma esperança no futuro, mas sim uma possível negação da realidade. Junto com os jovens, nesse início não encontramos obstáculos, tudo parece ser fácil, tranquilo de ser alcançado. Parece existir um ideal de vida que envolve, o orgulho e a felicidade materna, estudos, trabalho assalariado, casamento e família, bem como a religião representada pelo poder da igreja, vejamos:

*“Que eles sejam meninos bons e que façam as suas mães rirem, não trazendo desgosto para elas. Ajudar a elas trabalhando. Darão orgulho para sua mãe e fiquem bem com sua família. O Cleber ajudou sua mãe, arrumou um emprego, um curso, tá ganhando por mês e após isso Cleber casou, indo para a Igreja. Cleber se dará bem na vida, cumprirá o L.A. e conseguirá um trampo” (sic).*

Em outro trecho, os jovens referem nesse discurso outro tipo de idealização, uma forma mais heróica e de certo desejo de reparação e salvação dos demais envolvidos no mundo do crime. Podemos supor que nesse momento os jovens através do movimento projetivo (Freud, 1996) desejam também ter alguém por eles alguém que interfira em seu destino e os auxiliem a mudar de rumo, alguém em quem confiar e se espelhar:

*“Airton ainda não passou por uma internação, mas quando ver Cleber fora da Fundação Casa, eles vão conversar e Cleber vai fazer ele sair da vida do tráfico” (sic).*

Nesse caso, Cleber sai da condição de adolescente infrator e passa a ser o “salvador”, uma espécie de héroi, de exemplo a ser seguido. Talvez tal sentimento emerge a partir de sensações opostas, ao que o sonho ou idealização de tal destino surgiria com a função de dar conta de uma realidade distinta vivida em experiência. Nesse sentido, a tentativa dos jovens poderia ir ao encontro do que Adorno (1985) referiu ao afirmar que somente os mais fortes sobreviveram, ao que o restante seria apenas meros participantes de um espetáculo cíclico e violento. Da mesma forma, seguindo o pensamento de Guarrinelo (2007), na batalha pela vida, os meninos de Heliópolis lutariam para serem heróis em suas vidas, ao invés de escravos de suas duras realidades.

Assim como a idealização, o sonho e as perspectivas altamente positivas de terem uma vida diferente, sem levar em conta alguns dados relevantes da realidade, surgem também um estado de certo modo fantasioso no sentido de rompimento com a prática infracional. Percebemos tal movimento idealizado dentro do universo do crime, ao que os jovens citam

benefícios com a prática infracional, sem citarem ou referirem dados da realidade pertencentes também a esse cenário, como por exemplo, batidas policiais, risco de ir preso ou mesmo de perder a vida. Vejamos no trecho abaixo:

*“O Airtton já é traficante tá suave, está na vida boa, acho que ficará rico. No tráfico sempre há um cagueta, mas dificilmente tem como tomar tiro. O traficante de Heliópolis não tem possibilidade de ir em cana, tem muito para abastecer o Helipa é 5 milhões só de droga, ele tá sussa. Tem criminoso aí que mesmo que é da vida errada nunca morre nunca acontece nada, é esperto” (sic).*

Tal trecho poderia representar um belo espelho idealizado da prática infracional. Um espelho atraente, sedutor, regado de conquistas, satisfações, poder, força, lucro, onipotência e porque não, uma imortalidade quando referem que *“tem bandido que nunca morre”* (sic). Para essa parcela de jovens o crime seria uma forma de viver todas essas experiências de forma única e singular.

Um lugar poderoso e significativo fica marcado aqui como *“o dono da boca, o chefão da favela”* (sic). De alguma forma nos questionamos quantos de nós já não sonharam dentro de nosso empregos em sermos o gerente do nosso departamento ou mesmo o presidente de nossa empresa? O que levaria tais jovens a buscarem no crime sua ambição, atitude essa, com as devidas proporções e contextos muito parecida com muitos indivíduos do mercado de trabalho formal? O tráfico ofertaria como trouxe Meneghel (1998) o direito de sonhar.

Contudo, mesmo havendo idealização no discurso, encontramos também alguns dados de realidade no sentido de certas condutas que serão cobradas e esperadas dos jovens. O sucesso no mundo do crime, em específico no tráfico de drogas, exigiria certos comportamentos esperados, como por exemplo vestir a camisa da empresa, seguindo e respeitando a risca um código de ética interno, assim como em qualquer empresa forma, quando se pensa em manter o próprio emprego, receber promoções, revisão de cargos e salários, e assim por diante. O trecho nos diz:

*“Tem bandido que tem cabeça, só vai se levantando mais ainda, não mete a mão no negócio dos caras. Você trabalha na biqueira e não pode muquiá o dinheiro dos caras e as drogas dos caras. Não vou mentir já pensei várias vezes em ser o chefão da favela, de ser conhecido de ter o poder” (sic).*

A ética no crime se faz presente e de certo modo pode organizar o jovem, faze-lo cumprir regras, respeitar hierarquias, ordens, normas, fatores esses muitas vezes difíceis de serem encontrados junto a adolescentes em conflito com a lei, situação essa muitas vezes

sendo a queixa principal de pais, professores, juizes e afins. Essa situação vem mostrar o contrário, que de alguma forma parte dos jovens de Heliópolis, por algum motivo, conseguem seguir as regras do crime. Seria injusto não citar que boa parte dos meninos aqui pesquisados demonstravam dentro do serviço de MSE uma conduta que também denotava tal capacidade de cumprirem regras. O que ficou evidente, tanto na experiência empírica como a partir desse relato, é que as regras serão mais facilmente seguidas se fizerem sentido aos jovens, seja por lado ou por outro.

### **Categoria E – “FUTURO COMO ALGO INCERTO”**

*“Eu posso falar de possibilidades que eles podem mudar, como também não podem, vai depender de quando ele sair, vai ter que ver o que vai querer depois que sair da Fundação Casa, o que ele vai fazer de escolha de seu futuro, se vai fazer de novo ou não, vai depender da mente dele. Tudo vai depender da decisão que eles tiverem daqui pra frente, o que eles plantarem vão colher, se eles pararem de roubar e traficar vão ser uma pessoa da hora, do bem, se não, eles vão ter uma vida ruim. Pode se arrepender e reconstruir sua vida ou pode sair da fundação e voltar a infracionar. Esses dias o moleque escondeu as drogas na casa da moradora, eles tinha 14 anos, usava drogas na casa da moradora, farinha, daí a moradora avisou para os caras na biqueira, os caras sumiu com ele, nunca mais vi ele, não sei o que aconteceu. O Cleber vai cumprir a medida de L.A. e vai depender dele se ele quer continuar ou sair da vida do crime. O Airton quem sabe pode acontecer alguma coisa errada. Várias fita, várias coisas. É arriscado, não é sempre que vai dar certo ou errado. Isso daí não dá futuro pra ninguém, ele pode durar um tempo assim nessa vida ou não. Pode ser que ele ganhe dinheiro e dará para ele ter uma vida honesta, quando sair vai fazer sua escolha, mas é difícil. Eles vão sentir só coisa ruim por dentro, se continuar roubando só Deus sabe. Desacertos, isso é quando dá tudo errado, não se pode esperar nada. Nada é certo nessa vida”.*

Nessa categoria a incerteza quanto ao futuro ganha protagonismo. Diversos jovens traziam em seu discurso o futuro o destino como incerto, algo de alguma forma a mercê da sorte e vinculado a um certo maniqueísmo, como se houvesse apenas dois caminhos a percorrer e somente duas consequências a vivenciar.

Angustias frente a falta de perspectivas mais concretas podem ser evidenciadas e ao mesmo tempo uma tentativa de acreditarem de alguma forma em uma espécie de lei de causa e efeito. O pensamento mais direto e simples poderia aqui ser visto como uma tentativa defensiva, e de certo modo rasa, de compreenderem as coisas, tentando buscar certezas com o

intuito de combater as incertezas vividas. Tal vivência binária de angústia e incertezas é bem exemplificada no trecho a seguir:

*“Eu posso falar de possibilidades que eles podem mudar, como também não podem, vai depender de quando ele sair, vai ter que ver o que vai querer depois que sair da Fundação Casa, o que ele vai fazer de escolha de seu futuro, se vai fazer de novo ou não, vai depender da mente dele. Tudo vai depender da decisão que eles tiverem daqui pra frente, o que eles plantarem vão colher, se eles pararem de roubar e traficar vão ser uma pessoa da hora, do bem, se não, eles vão ter uma vida ruim. Pode se arrepender e reconstruir sua vida ou pode sair da fundação e voltar a infracionar” (sic).*

Identificamos também realidades próximas nos discursos dos jovens que poderiam servir de elementos persecutórios, contudo não da ordem da fantasia, mas sim de acordo com uma realidade próxima vivida. De alguma forma denotam certa identificação com alguns ocorridos dentro de seu meio social, dentro de sua comunidade que poderia representar uma faceta de seu futuro, um futuro incerto, porém triste e aterrorizante. Vejamos esse outro trecho:

*“Esses dias o moleque escondeu as drogas na casa da moradora, eles tinha 14 anos, usava drogas na casa da moradora, farinha, daí a moradora avisou para os caras na biqueira, os caras sumiu com ele, nunca mais vi ele, não sei o que aconteceu” (sic).*

Podemos perceber que a história acima contada poderia ser para esses meninos uma possibilidade de destino, um destino incerto, pois não possuem uma concretude do que de fato aconteceu com o jovem em questão. Porém se utilizarmos do recurso da fantasia, podemos ter uma ideia do que provavelmente os meninos trariam como consequência e desfecho para esse jovem que fez uso de drogas dentro da comunidade e onde o tráfico de drogas, os donos da biqueira, foram chamados para resolver a situação. De forma indireta, podemos supor um terror vivido e projetivo nesse desfecho, a incerteza catastrófica do que pode acontecer tornar-se presente para esses jovens. O não saber passa a fazer parte da vivência de uma parcela dos meninos de Heliópolis, um não saber de si, um não saber da própria vida, um não saber de seu destino.

Vejamos outra parte do discurso:

*“O Cleber vai cumprir a medida de L.A. e vai depender dele se ele quer continuar ou sair da vida do crime. O Airton quem sabe pode acontecer alguma coisa errada. Várias fita, várias coisas. É arriscado, não é sempre que vai dar certo ou errado. Isso daí não dá futuro pra ninguém, ele pode durar um tempo assim nessa vida ou não. Pode ser que ele ganhe dinheiro e dará para ele ter uma vida honesta, quando sair vai fazer sua escolha, mas é difícil. Eles vão*

*sentir só coisa ruim por dentro, se continuar roubando só Deus sabe. Desacertos, isso é quando dá tudo errado, não se pode esperar nada. Nada é certo nessa vida” (sic).*

Mais uma vez podemos perceber através do trecho acima as incertezas vividas, algo solto, sem tantos parâmetros sociais e protetivos. Parece que tudo dependerá de uma escolha individual e solitária do jovem, cabendo a ele decidir pelo seu próprio destino, uma postura bastante adultizada em sua manifestação. Isso não significa maturidade, mas sim, falta de frescor jovem da adolescência.

Não referem também de forma direta e palpável apoio e ajuda. Encontramos apenas a menção de um dos jovens da história passara pelo programa de medida socioeducativa em meio aberto, o L.A. Podemos supor, não de forma onipotente, mas supor que tais meninos ofertaram a si mesmo e as equipes uma oportunidade de intervenção dentro do programa. A escolha deles terá como percurso o MSE. Dessa forma, identificar tal momento na vida dos jovens poderia levar a intervenções mais pontuais e assertivas em relação a perspectiva de futuro dos jovens em questão.

Diante de tamanha incerteza, indo ao encontro do pensamento de Sales (2007), ao que diante de caminhos do invisível, do subemprego, da não existência social, os jovens prefeririam o crime como possibilidade de existência, mesmo que incerta.

O destino é colocado nas mãos de Deus, um elemento abstrato e por vezes distante. Para os jovens somente Deus sabe do destino desses meninos, o que denota uma ausência de protagonismo sobre a própria vida, tanto no sentido de rompimento com a prática infracional, como também a escolha de fazer carreira dentro do universo do crime. Dessa forma, parece que parte dos meninos de Heliópolis vivem por viver, não sendo agentes de transformação de seu cotidiano, seja na recuperação da conduta infratora, seja no plano de carreira do crime. Diante disso, dessa ausência de presença significativa seja de um lado ou de outro, nos questionamos: Onde estarão emocionalmente esses meninos?

### **Categoria F – “O FUTURO COMO REFÉM DE ALGUMAS CIRCUNSTÂNCIAS”**

*“Eles tem que ter força de vontade, fazer as orações, eles precisam ter fé em Deus para sair dessa vida, encontrar Jesus e ir para igreja. Os outros tem que dar apoio. Se eles mudarem o pensamento, eles vão conseguir. Ele pode tá adquirindo outros pensamentos, arrumar outras formas de ajudar a família ou vai ficar vivendo nas custas dos pais. Se não mudarem o pensamento podem não ver a família, não poder ver os amigos e mais pra frente pode não conseguir nada, pode perder tudo, viciar em droga. Se eles mudarem vão pensar que essa vida do*

*crime não compensa e que é melhor ter paz. Para o Cleber ficou ruim porque ele tá preso, poderia ter morrido pela polícia. Vai depender das condições da vida dele, se tiver ruim voltará para o crime, não vai querer saber de porra nenhuma. Já o futuro de Airton enquanto ele não for pego pela polícia não vai parar de traficar, mas a vida dele já era, está estragando a sociedade, vendendo droga. Sempre que ele vai dormir a noite ele pensa no que ele comete e quando a casa cair vai se arrepender de tudo que fez. Acho que ainda vai ter o dia ruim dele, em que a polícia vai apanhá-lo e ele vai passar a mesma coisa que Cleber passou, e aí vai sentir como que é lá na Fundação. Ele correrá o risco de morte, aí acho que ele pode se arrepender, voltar atrás, encontrar Jesus e ir para igreja. Depois de 2 anos Cleber trombou Airton, gerente de biqueira, falou para ele não ficar nessa vida e ir para Igreja, pois Deus tem um propósito bom para ele. O mundo pode não ser justo, mas a primeira e a última palavra é Deus quem dá, a última palavra é dele”.*

Nessa categoria evidenciamos que o futuro dos jovens está, segundo eles, condicionado a algumas circunstâncias. Tal manifestação aqui percebida denota por vezes uma situação em que os jovens podem se sentir limitados, refêns ou mesmo encurralados diante de perspectivas futuras. Os caminhos apontam para certa obrigatoriedade de alcançarem uma fé religiosa, como uma espécie de “salvação”, algo que oferte mudança, algo que oferte outras oportunidades de destino, de futuro.

*“Eles tem que ter força de vontade, fazer as orações, eles precisam ter fé em Deus para sair dessa vida, encontrar Jesus e ir para igreja. Os outros tem que dar apoio. Se eles mudarem o pensamento, eles vão conseguir. Ele pode tá adquirindo outros pensamentos, arrumar outras formas de ajudar a família ou vai ficar vivendo nas custas dos pais. Se não mudarem o pensamento podem não ver a família, não poder ver os amigos e mais pra frente pode não conseguir nada, pode perder tudo, viciar em droga. Se eles mudarem vão pensar que essa vida do crime não compensa e que é melhor ter paz.” (sic).*

A sensação que temos ao ler o trecho acima, é que certo desespero toma conta de parte dos meninos de Heliópolis, como se a fé religiosa, além de idealizada pudesse ser imposta. O pedido por orações e ter fé em Deus parece algo que desejam que aconteça como um impeditivo de que continuem com o mesmo pensamento, algo que os impeça de perder algo ou mesmo de entrar para o mundo das drogas enquanto usuários, um medo de “viciar” (sic). A “paz” (sic) é algo almejado e ainda referem que os outros deveriam dar apoio. O que estariam de fato solicitando? Quem poderia os apoiar? Que paz seria essa a ser alcançada?

Parece que de alguma forma, essa paz almejada estaria ligada a outras circunstâncias. Ou a vida, as condições e o pensamento mudam ou a paz parece não ser possível. Podemos

observar também que o elemento paz só seria alcançado através de um enquadramento policial ou de a partir de um arrependimento, do ato de se “*arrepender*” (sic). Vejamos:

*“Para o Cleber ficou ruim porque ele tá preso, poderia ter morrido pela polícia. Vai depender das condições da vida dele, se tiver ruim voltará para o crime, não vai querer saber de porra nenhuma. Já o futuro de Airton enquanto ele não for pego pela polícia não vai parar de traficar, mas a vida dele já era, está estragando a sociedade, vendendo droga. Sempre que ele vai dormir a noite ele pensa no que ele comete e quando a casa cair vai se arrepender de tudo que fez.”* (sic).

Além disso, como diria Coutinho et al. (2011), os meninos sonham com um futuro diferente, contudo para essa parcela de jovens a mudança de vida, a vivência de algo novo estaria vinculada a uma experiência que obrigaria os jovens a pensar e refletir, como uma espécie de punição e salvação:

*“Acho que ainda vai ter o dia ruim dele, em que a polícia vai apanhá-lo e ele vai passar a mesma coisa que Cleber passou, e aí vai sentir como que é lá na Fundação. Ele correrá o risco de morte, aí acho que ele pode se arrepender, voltar atrás. Depois de 2 anos Cleber trombou Airton, gerente de biqueira, falou para ele não ficar nessa vida e ir para Igreja, pois Deus tem um propósito bom para ele. O mundo pode não ser justo, mas a primeira e a última palavra é Deus quem dá, a última palavra é dele”* (sic).

No trecho acima citado vemos inicialmente uma fala que aponta para a vivência do sofrimento de ser enquadrado por policiais, por ter sua liberdade privada pela internação na Fundação CASA, e o risco de perder a vida como um espécie de lição para os jovens. Contudo vemos também, que ao final quem possuiria o poder idealizado de salva-los seria uma figura abstrata, pertencente ao universo religioso, como se o poder de mudanças estivesse fora deles.

Mesmo assim, diante de tal discurso, ainda encontramos na educação por pares uma esperança de intervenção, ou seja, no momento em que os dois protagonistas da história se encontram, Cleber e Airton, há um encontro humano significativo, potencial enquanto transformação de conduta. Uma das palavras utilizadas pelos jovens nos chamou a atenção, de que Deus teria um “*propósito*” (sic) para eles. Quando observamos a influência do tráfico de drogas ou das quadrilhas de assaltantes sobre os jovens, podemos observar também que ali eles encontram também propósitos para eles Lyra (2013), envolvendo confiança, segurança, identidade e senso de pertencimento como vimos anteriormente nas outras categorias.

Por fim, encontramos nessa categoria de discurso um Deus que dita a última palavra, um Deus forte e com poder de mudança. Independente de uma visão religiosa ou credo, sem desmerecer a fé no Divino, gostaríamos também que essa fé, que essa força de fato na vida desses jovens e que esses meninos pudessem ser os donos de suas próprias escolhas, que possuíssem fé em si mesmos, e que a última palavra pudesse ser deles. Que pudessem ser protagonistas de suas próprias vidas, seja ao ir para a igreja, para tentarem outra coisa, ou mesmo que escolhessem permanecer no mundo do crime. Que pudessem, independente da escolha, assumirem os caminhos escolhidos, mas que de fato esses caminhos pudessem ser realmente escolhidos e que não fossem os únicos possíveis, seja o caminho que leva a Deus, ou o que leva ao Crime, independente de qual escolham, que de fato não fossem a única opção.

*Prefiro ser criticado como idealista e sonhador inveterado por continuar, sem relutar, a apostar no ser humano, a me bater por uma legislação que o defenda contra as arrancadas agressivas e injustas de quem transgride a própria ética.*

(Freire, 2014, p. 126).

## **VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da experiência vivenciada e dos dados coletados e analisados, podemos concluir, inicialmente, a partir de uma leitura quantitativa, que os meninos em conflito com a lei da região de Heliópolis representam as estatísticas nacionais acerca do perfil e características dos jovens envolvidos com a prática infracional, como idade, tendo início por volta dos 14, 15 anos, a escolha do ato infracional (furto, roubo e tráfico), práticas essas similares em relação a quantidade de jovens envolvidos, cor da pele (em sua maioria negros), realidade socioeconômica precária e com certa defasagem escolar. Os dados quantitativos apontaram também que, a princípio, a defasagem escolar não teria conexão com uma prática infracional específica, ao que não poderíamos afirmar que existiria um tipo de crime que pudesse ser relacionado ao abandono escolar, mas talvez de que o abandono escolar é presente em todos os tipos de infração, o que poderia denotar que a ausência ou precariedade na escolaridade como potencializador da prática criminal.

A partir da experiência de campo realizada através do método de pesquisa-ação nos deparamos com as singularidades da comunidade de Heliópolis, sua história, riqueza territorial e peculiaridades. Nesse encontro de trabalho conseguimos concluir a importância de intervenções em territórios vulneráveis dentro desse tipo de proposta, em que se valoriza o saber comunitário e local, principalmente quando pensamos em políticas públicas aplicadas em tais localidades. Tal experiência nos ofertou a possibilidade de aprendermos *in loco* que a construção dos saberes é algo realizado no coletivo e a partir do vivido em comunidade. As intervenções realizadas possuíam certamente bases teóricas sólidas, mas o saber empírico de Heliópolis foi fundamental para o desenvolvimento de tal trabalho interventivo.

Um dos exemplos marcantes e destoantes de tudo aquilo que já havíamos realizado e que fugiu de qualquer enquadramento teórico por nós conhecido foi o fato de envolver em um momento pontual o tráfico de drogas como rede de apoio ao adolescente. A experiência de fazer bom uso da figura do traficante como referência de autoridade do jovem foi algo único e altamente impactante, nos promovendo encontros incômodos com nossos preconceitos, pseudo-onipotências e supostos saberes, fatores esses que por um momento deixaram de ser importantes, mediante o saber e poder interventivo local.

Tal experiência nos ofertou a clareza de que a rede do jovem é a melhor rede para ser trabalhada, seja ela qual for. É nela que teremos a chance de estabelecer encontros reais e de potencial interventivo. Percebemos que o poder de transformação não está somente em nós enquanto figuras profissionais, mas principalmente no próprio jovem e na rede que o acompanha.

Durante a realização da presente pesquisa, percebemos que por mais que as ações em boa parte eram articuladas e realizadas no coletivo, havendo significativa influência do grupo e do meio social, por um outro lado identificamos que cada adolescente é um e cada um está no mundo do crime por razões e caminhos não só coletivos, mas também singulares. Dessa forma o que funcionava para um não necessariamente funcionaria para o outro. Esse fato foi percebido em diversos momentos onde a singularidade do jovem ficava evidente e gritante, onde sua existência, tanto gloriosa como dolorosa apareciam a nossa frente como uma forma de expressão ou pedido de ajuda, um grito de orgulho ou de socorro em meio a comunidade de Heliópolis. Tal fato vai ao encontro do que preconiza o SINASE (2012) que defende a construção de um Plano Individual de Atendimento (PIA) para cada jovem em conflito com a lei. Contudo o que encontramos infelizmente, tanto por parte das exigências do judiciário, juízes e promotores, como também de alguns serviços de medida socioeducativa, é a padronização dos objetivos e metas a serem traçadas e alcançadas dentro de um PIA, o que inviabilizaria a execução do referido instrumento.

Concluimos também que quando nos deparamos com juízes e promotores em seus supostos saberes alienantes, ao que exigem por exemplo, frequência escolar para todos os meninos como exigência básica para dar por cumprida a medida socioeducativa, independente se esse menino passa por privações e precisa trazer dinheiro para dentro de casa, sustentar um filho ou ainda se é analfabeto e não vai a escola por vergonha e por não ver sentido em tal ação, nos questionamos se de fato esses meninos estão sendo vistos em sua integralidade. Outras particularidades como por exemplo se o jovem tentou se matricular na escola, e essa última, mesmo infringindo um direito, se recusa a recebe-lo; esses fatos individuais, não são, em sua maioria, levados em conta, muitas vezes pelo poder judiciário e social. Queremos enfatizar que aqui não bastaria uma determinação judicial para esse jovem ser incluído na escola. Seria inocente os juízes acreditarem que não haveriam outras formas de boicotes para que esses jovens estigmatizados, fossem impedidos de estudar. O fato de ser matriculado não garantiria por si só o direito a educação, nem mesmo sua frequência escolar, sendo esse último fator por vezes, o mais importante para um juiz.

Nos questionamos de que forma tal dinheiro público vem sendo empregado? Infelizmente percebemos que ainda falta por parte dos órgãos responsáveis o desenvolvimento de um olhar mais profilático para tal demanda, isto é, que possam ver o ato infracional cometido por esses jovens com um olhar que leve em consideração a criminalidade juvenil como um fenômeno multifatorial e que pensem em estratégias focadas não só na assistência e repressão da conduta, mas principalmente na prevenção e no investimento de políticas públicas, pautada na garantia de direitos e principalmente na saúde e educação, princípios esses garantidos em nossa Constituição Federal de 1988.

Vale lembrar que os objetivos e metas traçadas no PIA devem ir ao encontro da possibilidade real de serem alcançadas, para que a medida seja educativa e não punitiva. Se os objetivos e metas atreladas forem utópicas e não levarem em consideração a realidade dos jovens, esses objetivos e metas não serão provavelmente alcançados e desse modo o risco dos adolescentes serem, pelo judiciário, mal interpretados é muito grande, ao que a leitura tenderá a ser de que a medida não foi cumprida, uma vez que eles não alcançaram os objetivos e metas propostas.

A pesquisa-ação também nos ofertou um contato próximo com a comunidade, com os meninos e suas famílias, bem como a equipe que os acompanha e como se dá a construção e o trabalho em rede, conhecendo os outros atores sociais da região. Esse encontro nos facilitou o entendimento da realidade vivida pelos envolvidos, a violência policial e política a que os jovens e suas famílias estão suscetíveis, o isolamento e a solidão dos serviços de medida socioeducativas, a rejeição da rede protetiva e de apoio em relação aos adolescentes em conflito com a lei, a prática diária como potência de reprodução da violência, a exclusão social dos moradores da comunidade, o preconceito marcado pela cor da pele, pelo endereço de residência, entre outros tipos de sofrimento. Contudo, ao mesmo tempo, encontramos a alegria comunitária, a força local, a esperança e a luta por garantia de direitos, o diferencial de um local acolhedor, o sucesso no cumprimento da medida, o rompimento com a prática infracional por parte de alguns jovens, o agradecimento genuíno das famílias, o reencontro consigo mesmo, a voz dos meninos até então abafadas, entre outras experiências enriquecedoras.

Ao longo desse período de 5 anos de contato com a comunidade de Heliópolis, atuando desde então como supervisor de horas técnicas e nos dois últimos anos também como pesquisador, podemos concluir a partir de tal vivência empírica, bem como pela presente pesquisa no formato interventivo em pesquisa-ação e mediante a coleta de dados com os

meninos, que a riqueza, o expertise, o preparo e o desejo da equipe que trabalha com esses jovens é um diferencial e se faz extremamente necessária.

Percebemos que o investimento e o desenvolvimento da prática de “Cuidar do Cuidador” tornou-se fundamental para o desenvolvimento das intervenções junto aos jovens, ou seja, sem cuidar da equipe responsável pelos adolescentes, concluímos que não haveria cuidado aos assistidos, fator esse logo percebido no início do encontro com Heliópolis e depois confirmado ao longo do desenvolvimento da presente investigação. Dessa forma, uma equipe sem assistência era igual a meninos sem assistência. A negligência foi algo percebido como cíclico e contagioso no sentido de passar de grupo para grupo, isto é, equipes abandonadas e descuidadas geravam adolescentes negligenciados pelo serviço e pela rede, bem como famílias desestimuladas e enfraquecidas. A escuta de amparo tanto quanto a escuta interventiva ofertada para a equipe cuidadora foi fundamental para a transformação e modificação do espaço de trabalho enquanto potencial educativo, transformador e de encontro humano, fatores esses, entendidos e avaliados como fundamentais para o bom desenvolvimento de qualquer medida socioeducativa.

Em relação aos jovens e suas famílias, o encontro se iniciou, como já mencionado anteriormente, de forma difícil e ardua. Concluímos a partir da experiência que a delicadeza nessa chegada foi um diferencial, bem como a oportunidade e possibilidade de sobrevivermos a certa agressividade defensiva manifestada, de maneira geral, em boa parte dos envolvidos, jovens e familiares, e por vezes a própria equipe. Por mais difícil que tenha sido lidar com o clima de desconfiança inicial, tal manifestação denotou força interna e egóica nos envolvidos, demonstrando capacidade para lidarem com as adversidades vividas em tais encontros, ou seja, ao sermos recusados, questionados e inicialmente hostilizados, percebemos potencial interventivo, no que a crítica e a defesa manifestas foram lidas como sinal de saúde, oposto ao movimento apático e pseudo de acordo que não gostaríamos de encontrar. Entendemos que a agressividade expressa impedia naquele momento o surgimento do politicamente correto, e a presença de conflitos foi vista então como algo saudável.

Percebemos que após esse início, a experiência dos jovens e de seus familiares com o serviço foi se modificando com passar do tempo. A equipe, já mais madura foi permitindo a existência do real e não do idealizado. A dureza da vida conflituosa então passou a ser convidada a emergir, fator esse que os próprios técnicos inicialmente tinham a tendência de negar por não saberem como lidar com tanta demanda. Concluímos que a possibilidade dos profissionais viverem uma ausência de onipotência, permitiu aos adolescentes e seus familiares a vivência também dos conflitos aos quais estavam passando, deixando a

experiência persecutória frente ao serviço de medida socioeducativa de lado, modificando a qualidade das relações. Vale ressaltar que tal quebra da onipotência por parte dos técnicos ainda é hoje um desafio, uma vez que esse fator é geralmente exigido e cobrado dos profissionais de medida socioeducativa, tanto pelo poder judiciário, juízes e promotores, como pelo restante da rede de apoio, Centro de Referência Especializada na Assistência Social (CREAS/Prefeitura), Escolas, Sociedade Civil, entre outros atores sociais e equipamentos que cercam o jovem e sua respectiva família.

A partir dos dados qualitativos coletados e analisados através dos procedimentos do DET que tinha por objetivo central identificar o que seria o crime para esses meninos e o que representaria tal fenômeno para eles, assim como o procedimento do DSC, que possuía como ideia central alcançar através de discursos representativos, o motivo de entrada na vida do crime e a perspectiva de futuro dos jovens em questão, encontramos algumas representações significativas e possíveis respostas do fenômeno do Crime na vida dos meninos de Heliópolis.

Tal experiência nos ofertou a chance de observar que os elementos encontrados na pesquisa-ação, se repetiam na construção do DET assim como também ficavam evidentes na construção do DSC, o que nos garante uma maior tranquilidade em fazer aqui algumas afirmações. Os aspectos aqui mencionados se repetiram em todos os procedimentos e métodos de coleta de dados. Diante disso, podemos concluir que, a partir do material coletado nos diversos tipos de procedimentos, identificamos que o crime na vida dos jovens envolvidos denota aspectos que vão do singular ao coletivo, experiência essa que transita entre uma manifestação ou outra, ora o ato infracional ocorre por influência do coletivo, envolvendo identidade, senso de pertencimento e respeito comunitário, ora denota solidão em suas escolhas, medo de abandono em seu futuro. Um mistura de sentimentos assombra os meninos de Heliópolis que vivenciam o grupo como apoio e segurança, mas também denunciam vivências que envolvem a ausência de figuras de apoio, ansiedades aterrorizantes e a dificuldade de encontrar confiança nesse coletivo constituído.

Outros pontos interessantes envolvem a manifestação do Crime através de figuras, desenhos, e seus significados. Tais sintomas sociais, invadem o universo simbólico dos meninos de Heliópolis que, também, como parte da sociedade, apontam o universo criminal de maneira imagética, constituída de inúmeros elementos como por exemplo a figura do palhaço enquanto representante do crime, mesmo ainda não havendo por parte jovens uma prática que tenha envolvido a morte de policiais, o Ying e Yang como representante da dualidade vivida dentro desse universo, o bem e o mau representados em seu cotidiano

enquanto prática infracional, o crime como algo bom que oferta inúmeros ganhos enquanto existência concreta e subjetiva e o crime como algo mau envolvendo os prejuízos acarretados.

Podemos concluir também a partir da manifestação dos jovens que o espaço urbano representa o principal palco e cenário da criminalidade. De certo modo, a partir dos desenhos, histórias e discursos, percebemos que o viver na cidade ofertaria, estimularia e autorizaria a prática infracional. A diferença de realidades marcada e separada por uma simples rua desenhada, evidenciavam toda a desigualdade social vivida, todo o processo de exclusão e cisão, uma sociedade esquizoide, onde de um lado encontrávamos a favela e de outro o restante da cidade. O preconceito experienciado por esses jovens fica evidente no material coletado, bem como, ao mesmo tempo, uma tentativa de saída saudável dos jovens, ao que, dentro desse universo limitado pelas diferenças econômicas e sociais, encontramos jovens lutando por um senso de pertencimento e um firmamento de suas identidades, mesmo havendo em suas vivências uma limitação geográfica, urbana, por vezes rompida através do ato infracional. Assaltar o dito “playboy” ou vender droga para o “filhinho de papai” seria uma das formas de promover encontro entre as duas realidades, favela e cidade, ou seja, o crime como estratégia de comunicação e via de acesso entre os dois mundos.

Observamos também na produção dos jovens que o universo do crime oferta fatores significativos enquanto papéis de gênero. Um dos pontos que nos chamou bastante a atenção é que parte dos jovens identifica na figura do feminino, da mulher, uma condição de vítima, em situações exclusivamente de assaltos, enquanto o universo do tráfico foi demonstrando pelos jovens como um local e expressividade e de domínio mais masculino, do homem. Tal fator vem nos apontar a necessidade de trabalharmos violência de gênero e papéis sociais com tal público, visando uma maior ampliação e intervenção mediante tal fenômeno. Da mesma forma que o feminino aparece aqui como a escolha e alvo da prática do furto ou assalto, o feminino surge também enquanto preocupação, amor e respeito, representados nos discursos e falas dos jovens de forma marcante principalmente através da presença da figura materna.

Outro fator conclusivo em nossa pesquisa é que a corrupção e a violência policial faz parte do cotidiano dos meninos de Heliópolis, situações essas que promovem, medo, persecutoriedade, desejo de vingança, revolta e perda de esperança de alcançarem um futuro diferente. A riqueza dos detalhes violentos vividos em pesquisa ação e coletados pelos demais procedimentos denotam uma crueldade marcante e motivadora de nos atos infracionais. Uma parcela da polícia estaria de forma cíclica reproduzindo e estimulando seus próprios argumentos coercitivos e violentos, na medida em que promoviam nos jovens, famílias e equipes um terror constante e um sentimento de injustiça permanente, fatores esses entendidos

como convite para o estabelecimento de uma guerra no social e de um reforço no senso comum de que a favela é lugar de bandido.

Chegamos também ao resultado de que o crime para os adolescentes representa a possibilidade de alcançarem aquilo que entendem como algo de direito, como algo que deveria lhes pertencer. O direito ao consumo, o direito a inclusão social através da aquisição de bens materiais e simbólicos, e da mesma maneira a chance de existirem dentro de sua comunidade como alguém reconhecido, respeitado, pertencente e com uma identidade.

Uma das categorias trazidas e construídas pelos jovens marcou de forma relevante a construção desse trabalho. A categoria a que estamos nos referindo aponta a desigualdade social e a necessidade financeira como um dos principais aspectos que justificaria e representaria o fenômeno do Crime na vida desses meninos.

Em relação as perspectivas de futuro, encontramos algumas manifestações relevantes dos meninos de Heliópolis acerca de suas possibilidades de destino. Tanto destinos satisfatórios e felizes, vidas marcadas por ideias e perspectivas de sucesso, como também por futuros tenebrosos, tristes e de muito sofrimento. Em relação as perspectivas de sucesso, os meninos de Heliópolis trouxeram futuros idealizados, felizes, denunciando certa negação da realidade vivida, como se o rompimento com a prática infracional fosse algo fácil e tranquilo de se alcançar. Podemos concluir que o destino é desejado, mas que na prática os meninos não conseguem vislumbrar possibilidades reais de apoio na mudança, restando ao mágico e ao fantasioso a alternativa de futuro. Ao mesmo tempo, tal idealização aparece também com relação a permanência no mundo do crime, como se a realidade infracional fosse algo tranquilo, leve e sem conflitos.

Os meninos ainda apontam esperança no rompimento da prática infracional. Eles denotam por vezes uma solidão em tal proeza como se dependesse somente deles tal mudança. Contudo referem um forte pedido de apoio e de ajuda ao trazerem em seus discursos o poder de ação vinculado ao amor materno, ao sonho de constituírem sua própria família ou ainda da clemência pela devoção dos profissionais que os acompanham em media socioeducativa em meio aberto, em Liberdade Assistida (LA). Com base em tais manifestações podemos notar elementos fundamentais que podem ser usados como ferramentas nas intervenções junto aos jovens, fazendo uso da figura materna, seja ela, real ou idealizada, investindo no que seria esse desejo de constituírem suas próprias famílias e utilizando do vínculo com os técnicos de medida socioeducativa no auxílio da mudança de realidades. Os meninos de Heliópolis, diferente de alguns autores mais ortodoxos e ultrapassados, não culpabilizam diretamente suas famílias pela entrada ou permanência no

mundo do crime, mas enfatizam uma preocupação com o seu sustento, com o sofrimento que lhes causam e a importância dessa instância familiar para o auxílio do rompimento da prática infracional, assim como depositam nos técnicos a esperança de que eles possam auxiliá-los no desenho de uma nova vida.

Vale a pena ressaltar que a maioria dos meninos não referem esperança de mudança de conduta em relação a medida socioeducativa em caráter de privação de liberdade, mas sim referem em seus discursos um olhar punitivo ou mesmo irrelevante. Quando nos deparamos com os jovens em conflito com a lei, encontramos em sua fala, principalmente os egressos do sistema fechado, com passagem pela Fundação CASA, um discurso muito permeado por revolta, sentimento de impunidade perante as violências sofridas e falta de esperança. Encontramos uma fala por vezes desacreditada enquanto justiça social e percebemos que a mudança de oprimido em opressor (Freire, 1987), por vezes é quase que instantânea e automática. Percebemos também uma luta por uma sobrevivência no espaço social, ao que os adolescentes por vezes utilizam nessa batalha as únicas armas que possuem, a violência.

Alguns jovens denotam também pouca esperança em romper com a prática infracional, mas diferente do citamos acima, alguns não apresentam uma idealização do crime, de que tal escolha de permanência no mundo infracional seria algo fácil e tranquilo, pelo contrário, a permanência em tal prática envolveria perdas significativas, como rompimento de vínculos familiares e afetivos, escolhas danosas envolvendo risco de serem presos, sofrer e causar sofrimento, bem como o risco eminente de morte. Podemos concluir que enquanto não houverem mudanças significativas e na integralidade na realidade dos jovens, mais difícil será o rompimento com a conduta infratora. Encontramos também que o status, a segurança, ofertado pelo mundo do crime seria um complicador para os adolescentes alcançarem a mudança de conduta.

Nos questionamos de que forma poderíamos concorrer com a autonomia do roubo e com o enquadre profissional do tráfico de drogas em relação as ofertas que realizam ao jovens como por exemplo, uma existência pessoal e social, identidade e senso de pertencimento. Parece ser atualmente uma disputa desleal. Se nos autorizarmos empaticamente e nos aproximarmos desses jovens, entrando minimamente em suas peles, poderíamos chegar a algumas respostas. Talvez uma delas seria, de que diante de tal situação, o rompimento com a prática infracional torna-se extremamente mais complexa e difícil de se executar. Teríamos muito a perder e talvez pouco a ganhar. Fica aqui a proposta de um início de reflexão com o intuito de a partir do movimento empático surgir novas possibilidades, reais e coesas, para se trabalhar com esses jovens em questão, envolvendo e responsabilizando também o Estado

pela criação de políticas públicas eficazes, possíveis, humanas, funcionais e de fato competitivas em relação ao trabalho ofertado pelo crime organizado aos jovens.

Pode parecer estranho fazer referência a prática criminal como uma espécie de trabalho, porém tal prática já foi descrita em outras pesquisas, como por exemplo, no trabalho premiado de Cunha (2002) intitulado: Entre o bairro e a prisão – Tráfico e trajetórias, onde estudou o universo feminino nas penitenciárias, entre elas, a relação do crime como forma de trabalho. Entendemos que é dessa forma também que boa parte dos meninos encaram tal situação. Isso lhes oferta sustento, identidade, poder de consumo social, liberdade de ação, como em qualquer outra prática profissional, por vezes, até mais. Não se tem aqui o intuito de fazer uma apologia a esse tipo de prática, pelo contrário, mas sim demonstrar como tal universo se compõe e é vivido e sentido por tais jovens. Tal situação poderia nos ajudar a entender o porque as vezes torna-se tão difícil o rompimento com a prática infracional e nos auxiliaria ainda a pensar em ações e intervenções que abarquem tal sentido do fenômeno aqui descrito. A ética trazida por esses meninos talvez esteja, como já dito, muito distante de nossas realidades, o que talvez dificultaria uma aproximação dessas duas palavras, ética e crime.

Percebemos que em parte dos jovens o pensamento de pertencer a um povo despatriado e sem cidadania, os colocaria em um estado potencializador de violências. Uma vez que esse jovens não possuem, em sua maioria um chão próprio, a não ser as vielas de sua comunidade, mais disponíveis a determinados tipos de violências urbanas como estigma, preconceito e exclusão, tal fenômeno também ofertaria a esses jovens uma maior predisposição a serem violados em seu próprio corpo e em sua alma e de forma reativa, estariam eles também mais propícios a violar o corpo e a alma do outro a sua frente.

Tristemente podemos concluir a partir de uma das categorias alcançadas que para a maioria dos jovens pesquisados, o destino é marcado por perspectivas de futuro que envolvem o sofrimento, a prisão e a morte. Essas seriam, na maioria dos jovens, as consequências mais presentes em seus discursos. Percebemos que mesmo tais possibilidades sendo tão presentes e claras, os jovens parecem estar dispostos a correr esses riscos no intuito de alcançarem uma existência pessoal e social. A liberdade sonhada em poder alcançar seus objetivos parece denotar valer a pena correr os riscos, tanto de sofrer, de ir preso, como de morrer. Dessa forma, é como se os meninos estivessem dispostos a morrer e serem presos se esse fosse o preço a ser pago pela experiência de se sentirem livres e vivos. Pode parecer contraditório, e talvez seja, mas provavelmente a lógica seria de só pode ser preso quem está livre e só pode morrer quem está vivo, só pode perder quem um dia já teve. Parece que um dos maiores

medos dos meninos de Heliópolis não seria, então, ser preso ou morrer, mas sim o de não ser livre e o de não viver. Entende-se vida, a partir dos jovens, como possibilidade de escolha, seja ela qual for.

Dessa forma, alcançamos a ideia de que boa parte dos meninos de Heliópolis possuem clareza acerca das possibilidades de destino dentro do crime, de terem uma vida curta, perigosa e de sofrimento, mas que de alguma forma, parecem também entender que essa vida curta pode também ser uma vida marcada por experiências significativas, relevantes enquanto possibilidades de conquistas pessoais e sociais. Com isso, intervenções que abordem os temas sofrimento, prisão e morte, bem como satisfação, liberdade e vida, seriam caminhos possíveis para nos aproximarmos mais do mundo dos meninos em conflito com a lei da região de Heliópolis. Trabalhar a vida curta, mas viva, o senso de pertencimento, os medos ou a ausência deles, seriam intervenções possíveis para se alcançar talvez os núcleos do fenômeno criminal. Mediante tal dilema vivido por tais meninos, dilema esse existencial, conclui-se que o processo dos adolescentes em conflito com a lei é caracterizado por um duplo caminho, que aponta em direções por vezes opostas, uma contradição constante, real, angustiante e em algumas horas sedutora e encantadora. O Bem e o Mal representados no mesmo fenômeno, nesse caso, o Crime como o Ying e Yang trazidos pelos jovens.

Sugerimos aqui a reflexão da possibilidade da sociedade e do Estado interromper a continuidade desse isolamento político-social vivido pelos meninos de Heliópolis, talvez pelos adolescentes em conflito com a lei de maneira geral. A oportunidade de viver novas experiências relevantes, inclusivas em esferas sociais distintas, que permitam um fluxo e um trânsito de saberes e de trocas de realidades, ofertando direito ao acesso as garantias previstas em nossa Constituição federal, ao direito de ir e vir nos espaços públicos além das vielas da favela, direito ao consumo, que talvez ofertariam novas possibilidades de existência a esses meninos. Provavelmente ações como essas nos dariam uma maior chance de nos aproximarmos desses jovens, ao invés de simplesmente julga-los, condena-los ou teme-los.

Finalizamos o presente trabalho, acreditando que minimamente alcançamos os objetivos propostos no início dessa pesquisa. Idealizamos que tal riqueza por nós vivida junto com tais meninos e comunidade, possa ter sido compartilhada e que sirva de reflexão acerca do fenômeno infracional na adolescência, ofertando o convite para a escuta das vozes dos meninos de Heliópolis. Que sejam não somente ouvidos, mas sim vistos, reconhecidos, compreendidos e por que não, desejados. Que possam viver outra realidade, se assim desejarem, que possam de fato deixar o lugar de oprimidos para que não tenham que ocupar futuramente o lugar de opressores.

*Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para  
entender o significado terrível de uma sociedade opressora?  
Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão?  
Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação?  
Libertação a que não chegarão por acaso, mas pela práxis de sua busca;  
pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela.*

*Paulo Freire, 1987.*

## REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W. & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- Adorno, S.; Bordini, E. B. T. & Lima, R. S. (1999). *O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana*. São Paulo: Perspec. vol.13 no.4 São Paulo Oct./Dec.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J. (1997). *Investigação de representações sociais*. In: Trinca, W. (org) *Formas de investigação clínica em psicologia: procedimento de desenhos-estórias*. São Paulo: Vetor, pp. 255-288.
- Azevedo, T. N. C. (2013). *Institucionalização e Lei Tutelar Educativa: As representações de jovens, profissionais e direção de um Centro Educativo*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA.
- Bauman, Z. (2001). *Comunidade – A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- Bauman, Z. (2010). *Capitalismo Parasitário*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- Bauman, Z. (2011) *Danos Colaterais – Desigualdades sociais numa era global*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- Bauman, Z. (2013). *Sobre Educação e Juventude*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- Barreto A. F.; Medrado, B. & Quadros, M. T. (2013). *Dor, revolta e outros matizes: análises político-afetivas da violência urbana*. Belo Horizonte: Psicol. Soc. vol.25 no.2.
- Bergson, H. (1983). *O Riso: Ensaio sobre a significação do cômico*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- Birman, J. (2009). *Cadernos sobre o mal: agressividade, violência e crueldade*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

Bleger, J. (1984). *Psico-Higiene e Psicologia Institucional*. Porto Alegre: Ed. Artes médicas.

Brasil (1988). *Constituição Republica Federativa do Brasil*. Brasília.

Brasil (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Presidência da República. Lei nº8.069. Brasília.

Brasil (1979/1984). *Código de menores, lei federal nº 6.697/79. Concepções, anotações, histórico, informação*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.

Brasil (2010). *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento*. Brasília

Brasil (2009). *Ministério da Justiça - Código Civil Brasileiro. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.010*. Brasília.

Brasil (2017). *Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Coordenação Geral do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE - Brasília*.

Brasil, (2017). *Levantamento Anual SINASE do ano de 2014*. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos.

Brasil (2008). *Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília: CONANDA/CNS.

Brasil (2012). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Lei Federal 12.594/2012*. Brasília.

Brasil (2014). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública. In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, São Paulo*.

Brusius, A. E. & Gonçalves, L. L. (2012). *Adolescência e ato infracional: reflexões sobre o sentido da socioeducação na privação de liberdade*. In: Adolescentes em Conflito. São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo.

Calligaris, C. (2000). *A adolescência*. São Paulo: Publifolha.

- Campos, C. J. G. (2004). *Método de Análise De Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde*. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília: (DF) 2004 set/out;57(5):611-4611
- Carvalho, S. & Weigert, M. A. B. (2012). *As alternativas às penas e às medidas socioeducativas: estudo comparado entre distintos modelos de controle social punitivo*. Revista Sequência, no.64 Florianópolis: Julho.
- Cella, S. M. & Camargo, D. M. P. (2009). *Trabalho pedagógico com adolescentes em conflito com a lei: feições da exclusão/inclusão*. Educ. Soc. vol.30 no.106 Campinas Jan./Apr.
- Cervo, A. L.; Bervian, P. A. & Silva, R. (2007). *Metodologia Científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- Coelho, B. I. & E. M. Rosa, (2013) *Ato infracional e medida socioeducativa: representações de adolescentes em L.A*. Belo Horizonte: Revista científica Psicol.Soc. vol.25 no.1.
- Coutinho, M. P. L., Estevam, I. D., Araújo, L. F. & Araújo, L. S. (2011). *Prática de privação de liberdade em adolescentes: um enfoque psicossociológico*. Maringá: Psicol. estud. vol.16 no.1.
- Coutinho, M.P.L.; Serafin, R.C.N.S. & Araújo, L.S. (2011). *A aplicabilidade do desenho-estória com tema no campo da pesquisa*. In: Coutinho, M.P.L.; Saraiva, E.R.A. (org.). Métodos de pesquisa em psicologia social: perspectivas qualitativas e quantitativas. João Pessoa: Editora Universitária, pp. 205-254.
- Costa, C. A. M. & Viegas, M. N. (2010). *Para além da tolerância: Seguindo a Construção de Mundos Comuns*. In: Ferreira et al (2010) Teoria Ator – Rede e Psicologia. Rio de Janeiro: Ed. Nau.
- Crochik, J. L. (2006). *Preconceito, Indivíduo e Cultura*. 3 ed. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2006.
- Cunningham, A. (2002). *On step forward: Lessons learned from a randomized study of multisystemic therapy in Canada*. Praxis – Research from the Centre for Children and Families in the Justice System. Retrieved in March, 2005, from <http://www.lfcc.on.ca>.
- Cunha, M. (2002). *Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e Trajectos*. Ed. Fim de Século, Lisboa.

- Dias, A. C. G.; Santos, C. R. & Zappe, J. G. (2012). *A pertinência das práticas restaurativas no contexto do atendimento ao adolescente em conflito com a lei*. In: Adolescentes em Conflito. Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Dias, J. J. (2015). *A Delinquência juvenil em Cabo Verde: da caracterização do fenômeno à contextualização sociocultural*. Tese de doutorado, Universidade do Minho, Portugal.
- Emílio, E. R. et al. (2012). *Resiliência: uma breve revisão teórica do conceito*. In: Psicologia e promoção de saúde em cenários contemporâneos. São Paulo: Ed. Vetor.
- Endo, P. C. (2005). *A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Editora Escuta.
- Espíndula, D.H.P. & Santos, M.F.S. (2004). *Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei*. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 9, n. 3, p. 357-367, set./dez. 2004
- Fanon, F. (2008) *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Bahia: Ed. Edufba.
- Faria E. M. e Castro, M. A. S. (2011), *Maioridade Penal no Brasil e na Espanha: Um Estudo Comparativo*. E-legis, Brasília: n. 6 , p. 56-71, 1º semestre.
- Farias, M. J. A. e Wiggers, I. D. (2015): *Cotidiano e Práticas Corporais Infantis: O Lúdico e a Violência em Cena*. Motrivivência: v. 27, n. 45, p. 58-73, set.
- Ferréz (2013). *Capão Pecado*. Ed. Planeta, São Paulo: 2013.
- Ferréz (2012). *Deus foi almoçar*. Ed. Planeta, São Paulo: 2012.
- Figueiredo, L.C. (2000) *A lei é dura mas... Para uma clínica do legalismo e da transgressão*. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre/ Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Porto Alegre: n° 19, 2000.
- Foucault, M. (2010). *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)* São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- Foucault, M. (1982). *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982.

- Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir. História da violência nas prisões*. Petrópolis-RJ, Ed. Vozes.
- Franco, M. A. S. (2005). *Pedagogia da Pesquisa-Ação*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez.
- Freud, S. (1996). *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Edição standard brasileira / Imago.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1987.
- Freire, P. (2014). *Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários a prática educativa*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra.
- Fromm, E. (1970). *O Espírito de Liberdade*. Rio de Janeiro - RJ, Zahar Editores - 1970.
- Gallo, A. E. (2008a). *A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes*. São Carlos: Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 133, jan./abr.
- Gallo, A. E. (2008b). *Atuação do Psicólogo com Adolescentes em Conflito com a Lei: A experiência do Canadá*. Maringá: 08f Centro universitário de Maringá.
- Gallo, A. E. (2006). *Adolescentes em conflito com a lei: perfil e intervenção*. Tese de Doutorado apresentada na Universidade Federal De São Carlos – SP - Centro De Educação e Ciências Humanas.
- Garbarino, J. & Barry, F. (1997). *The community context of child abuse and neglect*. In J. Garbarino & J. Eckenrode (Orgs.). *Understanding abusive families* (p. 56-85). San Francisco: CA: Jossey-Bass Publishers.
- Gaspar, J. P. (2013). *Do acolhimento à autonomização: O que dizem adultos que viveram institucionalizados*. Breves notas metodológicas. Rio de Janeiro: Revista Polêmica, v. 12, n. 1, janeiro/março.12(1), 7-22.
- Gavião, A. C. D. (2013). *Alguns fundamentos psicanalíticos da comunicação inconsciente e sua aplicabilidade ao procedimento de Desenhos-Estórias*. In: Trinca, W. (org) *Formas Compreensivas de Investigação Psicológica*. São Paulo: Ed. Vetor.

- Geneyro, S. C. S. (2013). *Liberdade assistida: um estudo sobre as tecnologias do governo*. Rev. Psicologia & Sociedade, 25(2), 362-371.
- Gil, A.C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4 ed. São Paulo: Atlas.
- Goffman, E. (1982). *Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- Goffman, E. (1992). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- Guarinello U, N. L. (2007). *Violência como espetáculo: o pão, o sangue e o circo*. História, São Paulo: v.26, n. 1.
- Guimarães, A. S. A. (2008). *A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra* in: Revista Novos Estudos, São Paulo: 8 de julho de 2008.
- Guirado, M. (1980). *A criança e a FEBEM*. São Paulo: Ed. Perspectiva S. A.
- Jimenez, L. & Fasseto, F. A. (2015). *Face Da Morte: A Lei em Conflito com o Adolescente* Psicol. Soc. vol.27 no.2 Belo Horizonte May/Aug.
- Jost, M. C. (2010). *Fenomenologia das motivações do adolescente em conflito com a lei*. Psic.: Teor. e Pesq. vol.26 no.1 Brasília: Jan./Mar.
- Kehl, M. R. (2004). *A Juventude como sintoma da cultura*. In: *Juventude e sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Kehl, M. R. (2009). *O tempo e o cão: a atualidade das depressões* – São Paulo: Ed. Boitempo.
- Knobel, M. (1996). *Orientação Familiar*. Campinas: Ed. Papyrus.
- Korczak, J. (1986). *Quando eu voltar a ser criança*. São Paulo: Ed. Circulo Do Livro
- Koçaka, A. M. & Costa, O. B. R. (2015). *A Visão De Mundo Do Adolescente Inserido Em Programa De Acolhimento Institucional: Uma Abordagem Antropológica*. Ripe – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social. Bauru: V.19, N. 35, P. 223-255, Jan./Jun.

- Lakatos, E. A. E Marconi, M. A. (2007). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Ed. Atlas 2007.
- Lefèvre, F. & Lefèvre, A. M. C. (2003) *O Discurso do Sujeito Coletivo: Um Novo Enfoque em Pesquisa Qualitativa*. Caxias Do Sul: Educs.
- Lefèvre, F. & Lefèvre, A. M. C. (2005) *Depoimentos e Discursos: uma nova proposta de análise em pesquisa social*. Brasília: Liberlivro.
- Lefèvre, F. & Lefèvre, A. M. C. (2010) *Pesquisa de Representação Social: um enfoque quali-quantitativo*. Brasília: Liber Livro.
- Lefèvre, F.; Lefèvre, A. M. C. & Teixeira, J. J. V. (2000) *O Discurso do Sujeito Coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa*. Caxias do Sul: Educs, 2000.
- Lefreuve, F. (2014). *A Voz dos Meninos – Projeto Educação com Arte: Oficinas Culturais*. São Paulo: Cenpec.
- Lyra, D. (2013). *A República dos Meninos – Juventude, Tráfico e Virtude*. Rio Janeiro: Ed. Mauad X/Faperj.
- Lobo, S. (2008). *As condições de surgimento da “Mãe Suficientemente Boa*. Rev. bras. psicanál v.42 n.4 São Paulo dez.
- Marin, I. S. K. (2010). *FEBEM, família e identidade: o lugar do outro*. São Paulo: Ed. Escuta.
- Marin, I. S. K. (2002). *Violências*. São Paulo: Ed Escuta/ Fapesp.
- Martão, I. S. M.; Prestes, C. M. F. M. & Souza, C. A. S. R. (2013). *Procedimentos Desenhos-Estórias: pesquisas qualitativas*. In: Trinca, W. (org) *Formas Compreensivas de Investigação Psicológica*. São Paulo: Ed. Vetor.
- Maruschi, M. C.; Estevão R. & Bazon, M. R. (2012). *Risco de persistência na conduta infracional em adolescentes: estudo exploratório*. Estud. psicol. vol.29 supl.1 Campinas: Oct./Dec.

- Matheus, T. C. (2010). *Adolescência – História e Política do conceito na Psicanálise*. São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo.
- Medeiros, D. (2014). *Tabagismo e futuros profissionais da saúde: uma análise das representações sociais no Brasil e na Espanha*. Tese de Doutorado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Meneghel, S. N.; Giugliani, E. J. & Falceto, O. (1998). *Relações entre violência doméstica e agressividade na adolescência*. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro:14(2), 327-335.
- Mészáros, I. (2005). *A educação para além do capital*. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Editora Boitempo.
- Minayo, M.C.S. (1996). *Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1996.
- Mizrahi, B. G. (2010). *A vida criativa em Winnicott – Um contraponto ao biopoder e ao desamparo no contexto contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda.
- Moraes, R. (1999). *Análise de conteúdo*. Porto Alegre: Revista Educação, v.22, n.37, p. 7-32.
- Morin, E. (1984). *Ideias Contemporâneas - Entrevistas do Le Monde*. São Paulo: Ática.
- Negreiros, J. (2001). *Delinquências juvenis: trajetórias, intervenções e prevenção*. Lisboa: Notícias editorial.
- Neves, C. A. C. (2006). *Um novo horizonte*. Salvador: [s.e.]..
- Oliveira, R. C. A (2006). *História começa a ser revelada: panorama atual do abrigamento no Brasil*. In: Baptista, M.V. (org) *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação*. São Paulo: Ed. Instituto Camargo Corrêa.
- Passamani, M. E. & Rosa, E. M. (2009). *Conhecendo um programa de liberdade assistida pela percepção de seus operadores*. Brasília: Psicol. cienc. prof. vol.29 no.2.

- Porta, D. D., Sehn A. S. & Siqueira, A. C. (2015). *Aplicação de Medida Socioeducativa de Semiliberdade para Adolescentes nos Contextos do Brasil e de Portugal*. *Interação Psicol.*, Curitiba, v. 19, n. 2, p. 267-278, maio/ago.
- Porto, P. C. M. (1999). *Evolução dos direitos humanos*. In: sistema de garantia de direitos – Um caminho para a proteção integral. Recife: CEDEHEC.
- Pathos, Revista. (2016). *Denúncias de violência contra adolescentes da Fundação CASA*. In Sessão Conjunturas. São Paulo: Revista Pathos - 4º v. p 55.
- Psi, Revista. (2014). *Contradições e São Paulo*. In: Conselho Regional de Psicologia, nº180, nov.
- Rentes, R. (2015). *Reduzir ou não reduzir: Reflexões acerca da possibilidade de redução da maioridade penal no Brasil*: in Revista Pathos - São Paulo: 2º v.
- Rolando, R. (2001). *Emmanuel Levinas: para uma sociedade sem tiranias*. Educ. Soc., Campinas: v. 22, n. 76, Oct. 2001
- Roudinesco, E. (2008). *A parte obscura de nós mesmos: Uma história dos perversos*. Rio de Janeiro. Ed. Zahar.
- Sales, M. A. (2007). *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*. São Paulo: Cortez. 360p.
- Sampaio, M. R. A. (1990). *Heliópolis: O percurso de uma invasão*. 1990, 210f. Tese de Livre-Docência em Arquitetura e Urbanismo. Universidade São Paulo - USP.
- Santis, M. (2014). *De Favela a Bairro Educador: Protagonismo Comunitário em Heliópolis*. 194f. Dissertação de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais. Universidade Nove de Julho – SP.
- Sartório, A. T. (2007). *Adolescente em Conflito com a Lei: Uma análise dos discursos dos operadores jurídico-sociais em processos judiciais*. Dissertação de Mestrado em Política Social, Vitória, nov.
- Sartório, A. T. & Rosa, E. M. (2010). *Novos Paradigmas e Velhos Discursos: Analisando processos de adolescente em conflito com a Lei*. *Revista Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 103, p. 554-575, jul./set.

- Severino, A. J. (1996) *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo, Ed. Cortez.
- Silva Junior, J. N. & Besset, V. L. (2010). *Violência e sintoma: o que a psicanálise tem a dizer?*. Rio de Janeiro: Fractal, Rev. Psicol.
- Soares, L. E. (2004). *Juventude e violência no Brasil*. In R. Novaes & P. Vannuchi (Orgs.), *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação* (pp. 130-159). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Spink, M. J. P. (1993). *O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial*. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro: 9 (3): 300-308, jul/set.
- Sposato, K. B. & Andrade, M. M. (2013). *Em busca de justiça ao jovem: a difícil articulação entre os poderes*. São Paulo: Rev. direito GV vol.9 no.2 July/Dec.
- Szymanski, H. (2010). *Ser criança : Um momento do ser humano*. In: *Família – Redes, Laços e Políticas Públicas*. São Paulo: Ed. Cortez , 2010.
- Tardivo, L. S. L. P. C. (2013). *O procedimento de Desenhos-Estórias na expressão e na compreensão de vivências emocionais*. In: Trinca, W. (org) *Formas Compreensivas de Investigação Psicológica*. São Paulo: Ed. Vetor.
- Tardivo, L. S. L. P. C. (2007). *O adolescente e sofrimento emocional nos dias de hoje*. São Paulo: Ed.Vetor.
- Tardivo, L. S. L. P. C. (2011). *O procedimento de desenhos – estórias (D-E) e seus derivados: fundamentação teórica, aplicações em clinica e pesquisas*. in: *Atualizações em Métodos Projetivos para Avaliação Psicológica*. São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo.
- Tardivo, L.S.P.C. e Gil, C. A. (2008). *APOIAR – Novas propostas em psicologia clínica*. São Paulo: Ed. Sarvier, 2008.
- Trinca, W. (2013). *Formas Compreensivas de Investigação Psicológica*. São Paulo: Ed. Vetor.

- Trinca, A. M. T. (2013). *Desenvolvimento do Procedimento de Desenhos-Estórias*. In: Trinca, W. (org.) *Procedimento de desenhos-estórias: formas derivadas, desenvolvimentos e expansões*. São Paulo: Vetor, pp. 27- 66.
- Trinca, W. (1976). *Investigação clínica da personalidade: O desenho livre como estímulo de apercepção temática*. Belo Horizonte MG: Interlivros.
- Turatto, E. R. (2005), *Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa*. São Paulo: Revista de Saúde Pública; 39 (3): 507-14.
- Veronese, J. R. P. (1999). *Os direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: LTR.
- Vieira, O. V. (2007). *A desigualdade e a subversão do Estado de Direito*. Sur, Rev. int. direitos human. vol.4 no.6 São Paulo.
- Waiselfisz, J. J. (2010). *Mapa da violência 2010: Anatomia dos homicídios no Brasil*. São Paulo: Ed. Intituto Sangari.
- Winnicott, D. W. (1982). *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: Ed. LTC S. A.
- Winnicott, D. W. (2005). *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- Winnicott, D. W. (2005). *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (2000). *Da Pediatria à Psicanálise – Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Ed. Imago.
- Winnicott, D. W. (1990). *O Ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Winnicott, D. W. (1996). *Pensando sobre crianças*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Winnicott, D. W. (1984). *Consultas Terapêuticas em Psiquiatria Infantil*. Rio de Janeiro: Ed. Imago.

Winnicott, D. W. (1999). *Tudo Começa em Casa*. São Paulo: Ed. Martins Fontes.

Zaluar, A. (2004). *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

## **ANEXOS**

### **Anexo nº 1**

## **UFP**

## **UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA**

## **PORTO - PORTUGAL**

### **CARTA DE APRESENTAÇÃO E TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA DENTRO DA INSTITUIÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA**

#### **ESCLARECIMENTOS:**

O objetivo da pesquisa é realizar a coleta de principais dados através dos prontuários dos adolescentes participantes da pesquisa acolhidos no MSE de 2014 a 2016, bem como utilizar como ferramenta de trabalho a técnica do Desenho Estória com Tema, que consiste no sujeito realizar 1 desenho com um tema proposto pelo pesquisador e na sequência escrever ou ditar uma Estória acerca desse desenho. Será também utilizada a técnica e o método do DSC (discurso do sujeito coletivo) que consiste em apresentar para o adolescente uma historia, um problema chave e solicitar a ele uma opinião acerca do que foi exibido.

Compreender a visão do adolescente infrator perante o fenômeno da criminalidade e analisa-la como uma possível interface entre a invisibilidade social, sendo essa caracterizada enquanto um jovem, morador da periferia, vulnerável, desconhecido pela sociedade e Estado enquanto sujeito de necessidades, desejos e direitos, tudo isso em interface com a prática do ato-infracional, sendo essa prática, muitas vezes um possível sintoma de uma possibilidade, as vezes única, de existência tanto subjetiva como social.

Informamos que durante a realização das tarefas, os indivíduos participantes não sofrerão nenhum tipo de exposição, e seus dados pessoais e de identidade serão preservados, bem como o nome da Instituição de MSE, segundo princípios éticos de sigilo e confidencialidade.

Todas as informações requeridas, bem como dúvidas surgidas, serão imediatamente prestadas à responsável pela instituição, bem como para todos os participantes.

Por se tratar de uma participação voluntária, cabe ao responsável que representa a instituição a possibilidade de interrupção da pesquisa no campo a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Esclarecemos que esses dados poderão ser utilizados na elaboração de textos para publicação, congressos, congêneres e para fins acadêmicos, desde que assegurados o sigilo, como nome e dados pessoais de todos os envolvidos.

Um dos critérios de seleção para realização do convite de participação da pesquisa a 60 (sessenta) adolescentes inicialmente é que sejam indicados adolescentes que fazem acompanhamento em medida Socioeducativa a partir de 2013.

Por serem em alguns casos menores de idade, os pais ou responsáveis legais serão submetidos também ao Termo de Consentimento de Livre Esclarecido visando a proteção dos envolvidos e a autorização para a participação da pesquisa, ao que serão prontamente esclarecidos os tramites e características do trabalho em questão.

Após autorização dos pais ou responsáveis, o convite será realizado também aos adolescentes, ao que serão também submetidos a uma carta de intenção da pesquisa, ao que o adolescente, mesmo com o consentimento de seus pais ou responsáveis, deverá também expressar voluntariamente desejo de participação da pesquisa, ao que afirma seu aceite e seu entendimento da proposta.

Tanto para os pais como para os responsáveis, de forma escrita (termos de consentimento) como também de forma verbal logo no início, serão informados de que a pesquisa não possui caráter laborativo e remunerado, não havendo em nenhum momento da pesquisa qualquer tipo de pagamento.

Será informado também que a pesquisa não envolve riscos relevantes aos participantes, uma vez que estão sendo acompanhados pelo serviço de medida socioeducativa e por não haver em nenhum momento qualquer divulgação dos dados de identificação, por se tratar de uma pesquisa somente com fins acadêmicos ao que tais dados serão somente utilizados dentro desse meio científico e de publicação.

Será informado também o caráter voluntario da pesquisa, podendo o jovem, bem como seus pais ou responsáveis deixarem de participar a qualquer momento mesmo depois de assinados os termos de consentimento, sem nenhum prejuízo pessoal ou de qualquer outra ordem.

Será informado que nenhum dos dados coletados durante a pesquisa serão vinculados ao PIA (*plano individual de atendimento*) e de que nada será repassado de forma identificada ao poder judiciário.

Visando o sigilo, a aplicação será realizada em sala separada, de forma individual, ao que estarão presentes no momento da coleta somente o adolescente e o aplicador.

Tais precauções e cuidados fazem parte dos procedimentos dessa pesquisa, uma vez que trata-se de uma pesquisa com seres humanos, que sujeita-se a padrões éticos regidos pelo respeito, pela proteção e aos direitos fundamentais trazidos em nossa constituição. Por serem tais jovens, considerados uma população mais vulnerável, deverão ao longo da pesquisa receber especial cuidado e atenção.

Será passado aos participantes envolvidos que é presente ao pesquisador a ciência de que os grupos vulneráveis só deverão ser incluídos em pesquisas científicas se isto se demonstrar absolutamente necessário e se a mesma não puder ser realizada de outra forma. A justificativa para a escolha do público alvo é também a precariedade de pesquisas que coletam no campo a opinião de jovens em conflito com a lei, fator esse refletido em políticas públicas desarticuladas com a demanda a ser assistida;

Como a pesquisa é específica em relação aos papéis sociais desse grupo, sua formação de identidade e sua relação com a prática criminal, entende-se como fundamental a contribuição com um viés mais prático, de campo e empírico de tal amostra, visando maior visibilidade e direito de voz ao público alvo, fator esse que talvez somente uma revisão bibliográfica ou mesmo a substituição por outro tipo de amostra talvez não alcançasse os objetivos da pesquisa e seu desejo de relevância social futura para a demanda aqui estudada.

Será levado em consideração que o benefício seja maior do que um possível prejuízo, visando que a saúde, a segurança e o bem-estar das pessoas deve ter precedência sobre os interesses da ciência. Sendo assim diante de qualquer situação desagradável que possa aparecer, tais princípios serão levados em conta.

O critério de escolha dos participantes da pesquisa se dará da seguinte forma: adolescentes do sexo masculino (por se tratar da maioria, 90% segundo dados da própria instituição), de diferentes idades, contemplando de 12 á 21 anos, todos moradores do mesmo território localizado na zona sul, no bairro de Heliópolis e região, na cidade de São Paulo-SP – Brasil.

POR FIM:

**AUTORIZAÇÃO:**

*Depois de lidos os itens de esclarecimento acima, eu, \_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_ declaro-me ciente e de pleno acordo com a pesquisa, sabendo que os resultados obtidos farão parte de uma atividade acadêmica do Curso de Mestrado da Universidade Fernando Pessoa em Porto - Portugal, sob a supervisão da Prof<sup>a</sup> Dra. Glória Jollusken, Declaro também ter esclarecido minhas dúvidas e por fim assino o presente termo em duas vias de igual teor, das quais recebi uma cópia.*

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2015.

Ciente e de acordo:

\_\_\_\_\_  
Gestor Responsável pela Instituição

RG nº

\_\_\_\_\_  
Pesquisador: Ricardo Rentes Rodrigues Pereira

CRP – 06/72559

## Anexo nº 2

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(Decreto n. 93933 de 14.01.87, Resolução CNS n. 196/96)

Eu, \_\_\_\_\_, RG n° \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ responsável legal pelo adolescente:  
\_\_\_\_\_, RG n° \_\_\_\_\_,

autorizo o mesmo a participar voluntariamente das entrevistas/técnicas e atividades da pesquisa intitulada provisoriamente: **OS MENINOS DE HELIÓPOLIS E REGIÃO: O Ser e Fazer de Adolescentes em Conflito com a Lei e a Sintomática Criminal**. Desenvolvida pelo aluno de Mestrado da Universidade Fernando Pessoa em Porto-Portugal: **RICARDO RENTES RODRIGUES PEREIRA** sob orientação da Professora Dr.<sup>a</sup> orientadora **GLÓRIA JÓLLUSKIN**.

Tal pesquisa não possui caráter laborativa e remunerada, não havendo em nenhum momento da pesquisa qualquer tipo de pagamento aos participantes, bem como para o pesquisador.

Vale ressaltar que tal pesquisa visa reduzir qualquer tipo de risco aos participantes, uma vez que estão sendo acompanhados pela Instituição de MSE cumprindo medida socioeducativa, sendo essa última seu principal objetivo, em paralelo com sua integridade física e emocional, dignidade e liberdade.

Essa pesquisa possui caráter voluntário, podendo o jovem, bem como seus pais ou responsáveis se recusarem a participar ou então deixarem de participar a qualquer momento, mesmo depois de assinados os termos de consentimento, sem nenhum prejuízo pessoal ou de qualquer ordem a qualquer uma das partes.

Nenhum dos dados coletados durante a pesquisa serão vinculados ao PIA (*Plano Individual de Atendimento*) e não serão repassadas nenhuma informação ao poder judiciário, uma vez que tal trabalho tem um caráter acadêmico e não jurídico.

É importante enfatizar, que visando o sigilo, a aplicação será realizada em sala separada, de forma individual, ao que estarão presentes no momento da coleta somente o adolescente e o aplicador. Tais precauções e cuidados fazem parte dos procedimentos desse trabalho, que sujeita-se a padrões éticos regidos pelo respeito, pela proteção e aos direitos fundamentais, uma vez que trata-se de uma pesquisa com seres humanos. Por serem

considerados uma população mais vulnerável, deverão os participantes ao longo da pesquisa receber especial cuidado e atenção;

É de ciência do pesquisador que os grupos vulneráveis só deverão ser incluídos em pesquisas científicas se isto se demonstrar absolutamente necessário e se a mesma não puder ser realizada de outra forma. Essa é uma pesquisa que visa conhecer o olhar e a opinião do jovem, e portanto não há melhor forma de se alcançar isso, a não ser criando formas para ouvi-los.

Será levado em consideração que o benefício da pesquisa seja maior do que um possível prejuízo, visando que a saúde, a segurança e o bem-estar das pessoas devem ter precedência sobre os interesses da ciência. Sendo assim diante de qualquer situação desagradável que possa aparecer, tais princípios serão levados em conta.

Os dados coletados serão somente utilizados na elaboração de textos para publicação em congressos, congêneres e para os diversos fins acadêmicos, como pesquisas de mestrado e doutorado, uma vez que o pesquisador se compromete na preservação total do sigilo quanto aos dados de identificação, tanto do jovem como da sua respectiva família.

Sendo assim, autorizo a participação do adolescente, desde que todos os dados pessoais e de identidade sejam preservados como: nome, endereço e filiação, garantindo os princípios éticos na preservação da integridade e o total sigilo. Ciente que tudo nos foi esclarecido e que não possuímos quaisquer dúvidas, datamos e assinamos,

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Responsável legal

Nº RG:

---

Pesquisador: Ricardo Rentes Rodrigues Pereira

CRP – 06/72559

### Anexo nº 3

#### Termo de Esclarecimento e Participação Voluntária

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, manifesto o meu desejo de participar voluntariamente das entrevistas/técnicas e atividades da pesquisa intitulada provisoriamente: **OS MENINOS DE HELIÓPOLIS E REGIÃO: O Ser e Fazer de Adolescentes em Conflito com a Lei e a Sintomática Criminal**. Desenvolvida pelo aluno de Mestrado da Universidade Fernando Pessoa em Porto-Portugal: **RICARDO RENTES RODRIGUES PEREIRA** sob orientação da Professora Dr.<sup>a</sup> orientadora **GLÓRIA JÓLLUSKIN**.

Tal pesquisa não possui caráter laborativa e remunerada, não havendo em nenhum momento da pesquisa qualquer tipo de pagamento aos participantes, bem como para o pesquisador.

Vale ressaltar que tal pesquisa visa reduzir qualquer tipo de risco aos participantes, uma vez que estão sendo acompanhados pela Instituição de MSE cumprindo medida socioeducativa, sendo essa última seu principal objetivo, em paralelo com sua integridade física e emocional, dignidade e liberdade.

Essa pesquisa possui caráter voluntário, podendo o jovem, bem como seus pais ou responsáveis se recusarem a participar ou então deixarem de participar a qualquer momento, mesmo depois de assinados os termos de consentimento, sem nenhum prejuízo pessoal ou de qualquer ordem a qualquer uma das partes.

Nenhum dos dados coletados durante a pesquisa serão vinculados ao PIA (*Plano Individual de Atendimento*) e não serão repassadas nenhuma informação ao poder judiciário, uma vez que tal trabalho tem um caráter acadêmico e não jurídico.

É importante enfatizar, que visando o sigilo, a aplicação será realizada em sala separada, de forma individual, ao que estarão presentes no momento da coleta somente o adolescente e o aplicador, sendo esse último o único a ter acesso ao material coletado.

Tais precauções e cuidados fazem parte dos procedimentos desse trabalho, que sujeita-se a padrões éticos regidos pelo respeito, pela proteção e aos direitos fundamentais, uma vez que trata-se de uma pesquisa com seres humanos. Por serem considerados uma população mais vulnerável, deverão os participantes ao longo da pesquisa receber especial cuidado e atenção;

É de ciência do pesquisador que os grupos vulneráveis só deverão ser incluídos em pesquisas científicas se isto se demonstrar absolutamente necessário e se a mesma não puder

ser realizada de outra forma. Essa é uma pesquisa que visa conhecer o olhar e a opinião do jovem, e portanto não há melhor forma de se alcançar isso, a não ser criando formas para ouvi-los.

Será levado em consideração que o benefício da pesquisa seja maior do que um possível prejuízo, visando que a saúde, a segurança e o bem-estar das pessoas devem ter precedência sobre os interesses da ciência. Sendo assim diante de qualquer situação desagradável que possa aparecer, tais princípios serão levados em conta.

Os dados coletados serão somente utilizados na elaboração de textos para publicação em congressos, congêneres e para os diversos fins acadêmicos, como pesquisas de mestrado e doutorado, uma vez que o pesquisador se compromete na preservação total do sigilo quanto aos dados de identificação, tanto do jovem como da sua respectiva família.

Sendo assim, afirmo estar ciente e esclarecido, e me disponho a participar da presente pesquisa, desde que todos os dados pessoais e de identidade sejam preservados como: nome, endereço e filiação, garantindo os princípios éticos na preservação da integridade e o total sigilo. Ciente que tudo me foi esclarecido e que não possuo quaisquer dúvidas, dato e assino em duas vias de igual teor,

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Adolescente:

Nº RG:

---

Pesquisador: Ricardo Rentes Rodrigues Pereira

CRP – 06/72559

Anexo nº 4



Universidade Fernando Pessoa  
www.ufp.pt

*Das conhecimentos ao  
aluno e orientador(a).>*

*[Handwritten signature]*  
22/01/2016

Exma. Senhora  
Prof. Doutora Inês Gomes  
Diretora da FCHS

Porto, 20 de Janeiro de 2016

Exma. Senhora Prof. Doutora,

A Comissão de Ética, depois de apreciado o projeto de Dissertação de Mestrado em Criminologia, de Ricardo Rentes Rodrigues Pereira, intitulado "Existir ou existir? Eis a questão – A invisibilidade social de adolescentes infractores e a sintomática criminal", considera nada haver a opor ao mesmo, desde que:

- os responsáveis legais e participantes sejam informados de que o estudo envolve a consulta dos PIAS e recolha de alguns dados que lá estão;
- fique claro que o parecer da Comissão de Ética se refere apenas ao projeto de Dissertação de Mestrado, uma vez que o "Termo de Esclarecimento e Participação Voluntária" faz referência a "pesquisas de mestrado e doutorado, aconselhando-se a eliminação da referência a "doutorado" no documento mencionado

O parecer positivo da Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa não isenta da necessidade de obtenção de parecer de entidade congênera no Brasil ou de entidades da tutela.

Com os melhores cumprimentos.

A Presidente da  
Comissão de Ética

*[Handwritten signature]*  
Teresa Martinha Toldy



Fundação Ensino e Cultura "Fernando Pessoa"

401, 402, 403 - Reg. Comércio nº 20.000.000 de Registo Comercial de Porto

401/0001 - (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais) - (Faculdade de Ciências e Tecnologia) Praça 9 de Abril, 240 - 4200-004 Porto Portugal - T +351 22 201 0200 - F +351 22 201 0200 - geral@ufp.pt

Faculdade de Ciências da Saúde (1) - (Centro de Estudos de Saúde U.F. Carlos da Costa, 296 - 4200-004 Porto - Portugal - T +351 22 201 4630 - F +351 22 201 4637 - R Saude@ufp.pt - 4200-004 Porto - Portugal

T +351 22 201 4371 - geral@ufp.pt - 4200-004 Porto de Lina - Casa da Gaivota - R. Casa de Bernabéus - 4200-078 Porto de Lina Portugal - T +351 228 741 025 - F +351 228 741 432 - geral@ufp.pt



Anexo 6

**ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DO DESENHO**

Código N°: \_\_\_\_\_

Tema do Desenho: ***O Crime***



## Anexo 8

### **História apresentada para a construção do DSC:**

*Cleber e Airton são dois adolescentes que moram na comunidade de Heliópolis e região. Cleber tem 16 anos e Airton 17 anos. São amigos desde pequenos. Por algum motivo que não se sabe direito, ambos começaram a entrar no mundo do crime. Cleber começou a roubar carros a mão armada e Airton começou a traficar. Ambos já haviam parado de estudar há mais de 3 anos. Cleber vacilou e foi pego pela polícia durante um assalto. No flagrante, os policiais viram que Cleber tinha no seu braço uma tatuagem de palhaço; a polícia não gostou e o encheu de porrada. Cleber agora está preso na Fundação CASA e quando sair de lá terá que cumprir também L. A. (Liberdade Assistida). Já Airton, pelo contrário, não foi pego pela polícia até agora, sempre conseguiu escapar. Dentro do tráfico Airton começou como aviãozinho e hoje é gerente da boca. Ninguém mexe com Airton dentro da favela. A família de Airton sabe do que ele faz, mas não falam nada e preferem não se meter na vida do adolescente. Cleber e Airton nunca mais se viram depois que Cleber foi internado na Fundação CASA...”*

O procedimento consistiu em o aplicador entregar uma cópia da história impressa nas mãos do jovem e na sequência o aplicador realizou a leitura da história em voz alta duas vezes seguidas. Após a leitura e a releitura, foi perguntado ao jovem se o mesmo gostaria e se achava necessário que a história fosse mais uma vez lida. Na sequência foram apresentadas aos adolescentes as perguntas, uma de cada vez, na seguinte ordem:

1. Por que será que Cleber e Airton entraram na vida do crime?
2. Como você acha que será o futuro de Cleber e de Airton?



